



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Ericeira, onde o mar é mais azul!
Perceções individuais em torno da influência da atividade turística nas dinâmicas socioespacial, cultural e identitária locais.

Vanessa Alexandra Antunes Figueiredo

Doutoramento em Sociologia

Orientador:

Doutor Renato Miguel do Carmo, Professor Associado, ISCTE
- Instituto Universitário de Lisboa

dezembro, 2021



SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de Sociologia

Ericeira, onde o mar é mais azul!
Perceções individuais em torno da influência da atividade turística nas dinâmicas socioespacial, cultural e identitária locais.

Vanessa Alexandra Antunes Figueiredo

Doutoramento em Sociologia

Orientador:

Doutor Renato Miguel do Carmo, Professor Associado, ISCTE
- Instituto Universitário de Lisboa

dezembro, 2021



SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de Sociologia

Ericeira, onde o mar é mais azul!

Perceções individuais em torno da influência da atividade turística nas dinâmicas socioespacial, cultural e identitária locais.

Vanessa Alexandra Antunes Figueiredo

Doutoramento em Sociologia

Júri:

Doutor José Luís Casanova, Professor Associado, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa (Presidente do Júri)

Doutora Maria Noémi Nunes Vieira Marujo, Professora Associada, Universidade de Évora

Doutora Maria da Graça Luís da Conceição Joaquim, Professora Adjunta, Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril

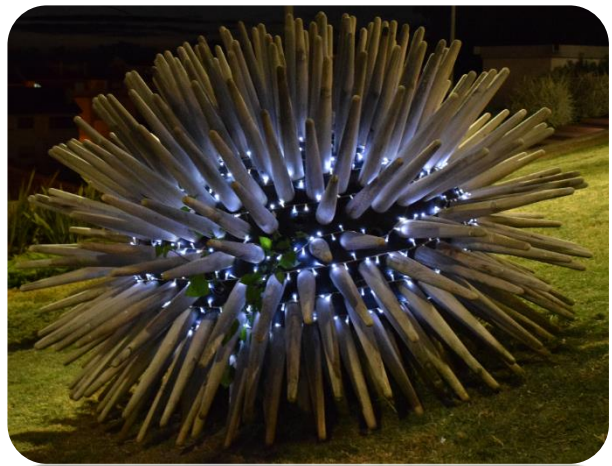
Doutora Paula Sofia Ramos de Sousa Sampaio, Investigadora Principal, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Doutora Maria Teresa Esteves Costa Pinto, Professora Associada, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Doutor Renato Miguel do Carmo, Professor Associado, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

dezembro, 2021

*Aos meus pais e à minha irmã.
Aos meus companheiros de vida.*



Agradecimentos

A vida é feita de momentos e de ciclos que constituem verdadeiros desafios à nossa existência, testando a nossa capacidade de resiliência e de adaptação. A elaboração desta tese constituiu, para mim, um desses momentos, que ficará registado na minha memória e fará, para sempre, parte do meu percurso de vida. Pelo desafio, pela experiência, pelo crescimento, pelo enriquecimento.

Durante a elaboração da presente tese pude contar com a preciosa ajuda e o apoio incondicional de um conjunto de pessoas que, de alguma forma, contribuíram para que este projeto se tornasse possível e a quem dirijo o meu mais profundo agradecimento.

À minha mãe, mulher guerreira, pela generosidade, pela compreensão, pela preciosa ajuda e pelo acompanhamento em todos os momentos, mas, também, pelos seus afetos e palavras de alento que me ajudaram a relativizar e a superar as dificuldades sentidas ao longo do processo de desenvolvimento deste projeto.

À minha irmã, pela ajuda e pelas palavras de incentivo.

Ao meu pai, que, em vários momentos, me permitiu compreender a minha tenacidade, capacidade de resistência e de resiliência.

Ao Ruca e à Tuby, igualmente companheiros de vida, agradeço pela companhia insubstituível e pelos momentos de alegria que me proporcionaram ao longo deste percurso.

Ao Senhor Raúl Veloso Portela, agradeço pelo empréstimo das obras sobre a Ericeira, cuja leitura contribuiu para o aprofundamento do meu conhecimento sobre a vila e, conseqüentemente, para o enriquecimento teórico da tese.

Ao Senhor Engenheiro Hélder Sousa Silva, Presidente da Câmara Municipal de Mafra, à Senhora Doutora Célia Fernandes, Vereadora do Pelouro do Turismo e das Praias e Orla Costeira (2018-2021), à Senhora Doutora Sandra Garrido, à Senhora Doutora Sara Martins e aos profissionais da Divisão de Turismo, Cultura e Desporto da Câmara Municipal de Mafra. A todos eles, com quem contactei, expresse o meu sincero agradecimento, pelo facto de terem acedido favoravelmente às minhas solicitações para a realização de reuniões e acesso a documentação relativa à temática de estudo do projeto, dando, assim, uma contribuição indispensável à realização do mesmo.

Ao meu orientador, Professor Doutor Renato Miguel do Carmo, pelos conselhos e sugestões, que me permitiram aprender e melhorar ao longo do processo de desenvolvimento deste projeto.

À Professora Doutora Filomena de Almeida, a quem devo a oportunidade que me foi concedida de integrar a equipa do Laboratório de Línguas e Competências Transversais, onde, em paralelo com o desenvolvimento desta tese, vivenciei uma experiência muito enriquecedora, que me permitiu crescer e evoluir, enquanto doutoranda e enquanto ser humano. Agradeço, também, aos colegas e estudantes com quem me cruzei no âmbito desta experiência e com quem tive o privilégio de trocar impressões e de aprender diariamente. Ao colega Luís Miguel, deixo um particular agradecimento, pela ajuda dada no terreno, facilitando o contacto realizado com alguns dos residentes da Ericeira e contribuindo, desta forma, para que este projeto se tornasse possível.

Endereço, ainda, o meu mais profundo agradecimento aos residentes da Ericeira, que aceitaram participar neste estudo, partilhando os seus valiosos testemunhos e contribuindo, também, para lhe dar forma. Agradeço-lhes, sobretudo, pela disponibilidade, pela confiança, pela honestidade, pela simpatia e pela hospitalidade demonstradas. Sem eles, sem as suas experiências de vida, sem as suas palavras, não teria sido possível dar corpo a uma parte fundamental deste projeto nem responder às questões de investigação a que me propus no início do mesmo.

A todos, muito obrigada!

Resumo

O turismo é um fenómeno social à escala global de crescente importância, o que releva a pertinência de lhe continuar a conceder um espaço na investigação científica, de modo a ser possível compreender os efeitos decorrentes do seu carácter dinâmico. A análise do fenómeno turístico revela-se tanto mais necessária quanto o surgimento de acontecimentos reconfiguradores da ordem social, sendo a situação epidemiológica o exemplo mais recente.

Privilegiando uma abordagem qualitativa, este estudo pretende constituir-se como uma ferramenta de conhecimento da dinâmica turística da vila da Ericeira e dos efeitos que esta exerce nas dimensões socioespacial e identitária locais, procurando responder às seguintes questões de investigação: (a) quais as principais alterações decorrentes da atividade turística na região, nos últimos 20 anos?; (b) quais os impactos que essas alterações originam, do ponto de vista sociocultural, socioeconómico, político-administrativo, ambiental e físico?; (c) em que medida os impactos sentidos pela comunidade local contribuem para uma recomposição identitária social e de lugar, refletindo sentimentos variáveis de ligação e de pertença ao lugar?; (d) qual a influência da situação epidemiológica na dinâmica turística da vila?

Os resultados deste estudo revelam que os residentes da Ericeira percecionam o turismo como promotor de um conjunto de alterações locais com impactos positivos e negativos no território e na comunidade. Embora reconhecendo a relevância do fenómeno turístico para o desenvolvimento da região a vários níveis, os residentes consideram que os impactos negativos evidenciam a necessidade de acautelar a essência da vila.

Palavras-chave: Dinâmicas territoriais, Ericeira, Identidade, Património, Sociabilidades, Turismo

Abstract

Considering the relevance of tourism as a global scale social phenomenon, it is important to invest in the analysis of this topic on a scientific basis, in order to better understand the impacts resulting from its dynamic nature. The analysis of the tourist phenomenon is as necessary as the emergence of events that contribute to change the social order, such as the SARS-CoV-2 virus transmission.

Based on a qualitative approach, this study intends to constitute itself as a knowledge tool of tourist dynamics in Ericeira, seeking to answer the following research questions: (a) what are the main changes resulting from the tourist activity in the region, in the last 20 years?; (b) what are the impacts do these changes cause, from a sociospatial, economic, cultural, environmental, and identity point of view?; (c) to what extent do the impacts felt by the local community contribute to a social identity and place recomposition, reflecting different feelings of connection and belonging to the place?; (d) what is the influence of the epidemiological situation on the tourist dynamics of the village?.

The results of this study show that Ericeira's residents perceived tourism as responsible for local changes with positive and negative impacts on the territory and the community. While recognizing the relevance of the tourist phenomenon to the local development, residents consider that negative impacts highlight the need to protect the essence of the village and its identity.

Keywords: Territorial dynamics, Ericeira, Identity, Heritage, Sociabilities, Tourism.

Índice Geral

Agradecimentos.....	iii
Resumo.....	v
Abstract.....	vii
Índice de Figuras.....	xiii
Índice de Quadros.....	xv
Glossário de Siglas.....	xvii
Introdução.....	1
A construção de um objeto de pesquisa	1
Dimensões de análise e questões de investigação.....	3
Estrutura da tese.....	5
Capítulo 1. A tríade Território-Sociologia-Turismo.....	7
1.1. O território turístico: definições, relações e perceções.....	7
1.2. Sociologia do Turismo: o estudo sociológico da dinâmica turística.....	9
1.2.1. O desenvolvimento do turismo enquanto processo social de mudança.....	12
Capítulo 2. O turismo em zonas costeiras: perspetivas teóricas e conceptuais.....	17
2.1. A evolução do turismo em zonas costeiras.....	17
2.2. O sistema funcional do turismo.....	19
2.3. O turismo de surf em perspetiva.....	22
2.4. A oferta de alojamento turístico no mercado do turismo de surf: enquadramento legal da modalidade de Alojamento Local (AL).....	24
2.5. Os impactos da turistificação nas zonas costeiras.....	26
Capítulo 3. O desenvolvimento da identidade local e do sentimento de lugar: as sociabilidades e o património como elementos identitários.....	37
3.1. A identidade e o sentimento de lugar.....	37
3.2. Conceções teóricas em torno da identidade individual e de lugar.....	46
3.3. O papel da identidade individual na formação de dinâmicas relacionais.....	48
3.4. Formas de sociabilidade e quadros de interação em contexto turístico.....	51
3.5. O património cultural e edificado: reflexões sobre uma identidade materializada.....	55

3.5.1. Estratégias de intervenção urbana no território: as ações de revitalização, renovação, reabilitação e requalificação do património edificado.....	62
3.6. O património gastronómico.....	72
Capítulo 4. Caracterização da atividade turística na Europa e em Portugal.....	75
4.1. Contribuição económica direta do turismo: efeitos no Produto Interno Bruto e na criação de emprego.....	75
4.2. A dinâmica turística na União Europeia.....	77
4.3. A dinâmica turística no contexto nacional.....	78
4.4. A influência da crise epidemiológica na dinâmica turística: uma análise das realidades europeia e portuguesa.....	87
Capítulo 5. Ericeira: o retrato de um território turístico à beira-mar plantado.....	97
5.1. Uma vila feita de história e tradição.....	97
5.1.1. A atividade piscatória e a importância estratégica do porto de pesca da Ericeira..	99
5.1.2. As vagas de refugiados e o regresso dos retornados das ex-colónias.....	101
5.1.3. A consagração da Reserva Mundial de Surf da Ericeira.....	103
5.1.3.1. O Conselho Municipal de Gestão da Reserva Mundial de Surf da Ericeira.....	104
5.2. A riqueza patrimonial da vila da Ericeira.....	104
5.2.1. O património edificado: retratos de uma classificação.....	105
5.2.1.1. Intervenções urbanísticas.....	107
5.2.1.2. O Parque Ecológico da Reserva Mundial de Surf da Ericeira.....	108
5.2.2. O património cultural: as festividades tradicionais e a gastronomia.....	110
5.2.3. O património natural: as praias de características singulares.....	113
5.3. A oferta de Alojamento Local (AL) na Ericeira.....	115
5.4. A dinâmica turística da Ericeira: uma caracterização.....	117
Capítulo 6. Enquadramento Metodológico.....	123
6.1. A metodologia de investigação qualitativa.....	123
6.2. A entrevista como instrumento de recolha de dados.....	127
6.3. Processo de amostragem.....	131
6.4. Procedimento de análise dos dados.....	132
6.5. Questões e procedimentos éticos da investigação.....	135

Capítulo 7. Apresentação, análise e discussão dos resultados.....	137
7.1. Caracterização sociodemográfica dos entrevistados.....	137
7.2. O turismo enquanto força motriz das mudanças socioespaciais na Ericeira.....	137
7.2.1. A diferenciação no perfil do turista.....	141
7.2.2. A capacidade de carga turística da vila.....	144
7.3. A importância do surf na intensificação da atividade turística.....	146
7.4. Os impactos da atividade turística.....	150
7.5. A influência do desenvolvimento turístico nos processos identitários.....	165
7.5.1. A requalificação e a reabilitação urbanas: prenúncio do aumento da qualidade de vida ou sinónimo de uma identidade modificada?.....	165
7.5.2. A proliferação de estabelecimentos de Alojamento Local (AL).....	169
7.5.3. As sociabilidades/quadros de interação entre residentes e turistas.....	176
7.5.4. A ligação ao lugar e o sentimento de pertença.....	180
7.5.5. Memórias e vivências do passado.....	184
7.6. A influência da situação epidemiológica na dinâmica turística da Ericeira.....	189
 Capítulo 8. Conclusão.....	 203
 Fontes.....	 217
 Referências Bibliográficas.....	 221
 Anexos.....	 239
Anexo A. Modelo de análise.....	241
Anexo B. Imagens do património classificado da vila da Ericeira.....	243
Anexo B1. Capela de São Sebastião.....	243
Anexo B2. Zona envolvente do Forte de São Pedro ou Forte de Milreu.....	243
Anexo B3. Pelourinho da Ericeira.....	244
Anexo B4. Igreja da Misericórdia.....	245
Anexo B5. Igreja Matriz ou Igreja Paroquial de São Pedro.....	246
Anexo C. O património natural da vila da Ericeira.....	247
Anexo D. Projetos de reabilitação urbana na vila da Ericeira.....	249
Anexo D1. Polo Mafra & Ericeira Business Factory.....	249

Anexo D2. Centro de Interpretação da Reserva Mundial de Surf da Ericeira.....	249
Anexo D3. Junta de Freguesia da Ericeira.....	250
Anexo D4. Forte de Nossa Senhora da Natividade ou Forte de Nossa Senhora da Boa Viagem.....	251
Anexo D5. Mercado Municipal da Ericeira.....	252
Anexo D6. Capela de Nossa Senhora da Boa Viagem dos Homens do Mar ou Ermida de Santo António.....	252
Anexo D7. Largo dos Condes da Ericeira.....	253
Anexo D8. Capela de Santa Marta ou Capela de Nossa Senhora das Necessidades....	253
Anexo D9. Casa de Cultura Jaime Lobo e Silva e Biblioteca Municipal.....	254
Anexo D10. Bairro dos Pescadores.....	255
Anexo D11. Praça dos Navegantes.....	256
Anexo D12. Largo das Ribas.....	256
Anexo E. Imagens representativas do património cultural da vila da Ericeira: as festividades religiosas.....	257
Anexo E1. Procissão de Nossa Senhora da Nazaré.....	257
Anexo E2. Festa de Nossa Senhora da Boa Viagem.....	257
Anexo E3. Festa de São Vicente e Festa de São Sebastião.....	258
Anexo F. Guião da entrevista semiestruturada.....	259
Anexo G. Dados de caracterização dos entrevistados.....	261
Anexo H. Guião da entrevista de follow-up.....	263
Anexo I. Dados de caracterização dos entrevistados (entrevistas de follow-up).....	265

Índice de Figuras

Figura 1.1. O processo de transformação dos destinos turísticos.....	16
Figura 2.1. Os agentes do sistema turístico.....	20
Figura 2.2. O sistema funcional de turismo.....	21
Figura 2.3. Modelo do ciclo de evolução do destino turístico de Butler.....	27
Figura 2.4. Caracterização das fases de desenvolvimento do modelo de ciclo de vida do destino turístico de Butler.....	31
Figura 3.1. O modelo tripartido da ligação associada ao lugar.....	44
Figura 3.2. Dimensões de intervenção associadas ao processo de revitalização urbana.....	65
Figura 4.1. Evolução das receitas e das despesas do turismo internacional, na Europa, entre 2016 e 2019.....	76
Figura 4.2. Capacidade de alojamento nos estabelecimentos de Alojamento Local, em 2018 e 2019, por NUTS II.....	81
Figura 4.3. Capacidade máxima dos hostels, em 2019, por NUTS II.....	82
Figura 4.4. Número de camas nos estabelecimentos de alojamento turístico, entre 2016 e 2019, por NUTS II.....	83
Figura 4.5. Taxa de ocupação líquida (%) de camas em hotéis e alojamentos turísticos similares, em 2018 e 2019, por NUTS II.....	84
Figura 4.6. Número de dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico em Portugal, entre 2017 e 2019, por NUTS II.....	85
Figura 4.7. Proveitos totais (€) dos estabelecimentos de alojamento turístico, entre 2017 e 2019, por NUTS II.....	86
Figura 4.8. Taxa de variação (%) do número de chegadas de turistas internacionais, na Europa e em Portugal, em 2020 e no início de 2021.....	88
Figura 4.9. Taxa de variação (%) do volume de negócios nas áreas do alojamento e da restauração, na União Europeia e em Portugal, em 2020 e 2021.....	89
Figura 4.10. Taxa de variação anual (%) do número de estabelecimentos de alojamento turístico, em 2020, por NUTS II.....	90
Figura 4.11. Número de dormidas em estabelecimentos de alojamento turístico em 2020, por NUTS II, e respetiva taxa de variação anual (%).....	91
Figura 4.12. Número de camas em estabelecimentos de alojamento turístico em 2020,	

por NUTS II, e respetiva taxa de variação anual (%).....	92
Figura 4.13. Taxa de ocupação líquida (%) de camas nos estabelecimentos de alojamento turístico, em 2019 e 2020, por NUTS II.....	93
Figura 4.14. Rendimento médio por quarto (RevPAR) (€) nos estabelecimentos de alojamento turístico, em 2019 e 2020, por NUTS II.....	94
Figura 4.15. Proveitos totais (€) nos estabelecimentos de alojamento turístico em 2020, por NUTS II, e respetiva taxa de variação anual (%).....	95
Figura 5.1. Localização geográfica da vila da Ericeira.....	97
Figura 5.2. Áreas da vila da Ericeira classificadas como Monumento de Interesse Público (MIP) e Imóvel de Interesse Público (IIP).....	106
Figura 5.3. Delimitação da Área de Reabilitação Urbana da Ericeira, em 2018.....	107
Figura 5.4. Área destinada ao Parque Ecológico da Reserva Mundial de Surf da Ericeira.....	109
Figura 5.5. Evolução da população residente na vila da Ericeira, entre 2011 e 2021.....	119
Figura 5.6. Número de estabelecimentos de Alojamento Local, por tipo de modalidade de alojamento, registados e com início de atividade entre 2011 e 2021, na vila da Ericeira...	120
Figura 5.7. Distribuição do Alojamento Local no Concelho de Mafra, em 2019.....	120
Figura 5.8. Evolução mensal do número de visitantes do Posto de Turismo da Ericeira, em 2019 e 2020.....	121
Figura 5.9. Proveitos de aposento e proveitos totais dos estabelecimentos de alojamento turístico no Concelho de Mafra, entre 2017 e 2020.....	122
Figura 6.1. A análise qualitativa como um processo circular.....	125
Figura 6.2. Fases do processo de análise de conteúdo.....	132
Figura 7.1. Características da vila da Ericeira no passado.....	181
Figura 7.2. Características da vila da Ericeira no presente.....	182

Índice de Quadros

Quadro 2.1. Impactos positivos e negativos do desenvolvimento turístico.....	33
Quadro 3.1. Instrumentos jurídicos da reabilitação urbana e respetivo âmbito de regulamentação.....	69
Quadro 4.1. Média dos 27 países da União Europeia em indicadores turísticos e respetiva taxa de variação anual (%), entre 2016 e 2019.....	78
Quadro 4.2. Número de estabelecimentos de alojamento turístico e respetiva taxa de variação anual (%), entre 2016 e 2019, por NUTS II.....	80
Quadro 7.1. Impactos socioculturais positivos e negativos da atividade turística.....	151
Quadro 7.2. Impactos socioeconómicos positivos e negativos da atividade turística.....	156
Quadro 7.3. Impactos político-administrativos positivos e negativos da atividade turística.....	159
Quadro 7.4. Impactos positivos e negativos da atividade turística no ambiente	160
Quadro 7.5. Impactos positivos e negativos da atividade turística no espaço físico.....	162

Glossário de Siglas

- ACAL – Área de Contenção de Alojamento Local
- AL – Alojamento Local
- A.M.L. – Área Metropolitana de Lisboa
- ARU - Área de Reabilitação Urbana
- CRP – Constituição da República Portuguesa
- CTTE – Consumo de Turismo no Território Económico
- IIP – Imóvel de Interesse Público
- INE – Instituto Nacional de Estatística
- IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana
- MIP – Monumento de Interesse Público
- OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
- OMT – Organização Mundial do Turismo
- ONU – Organização das Nações Unidas
- PIB – Produto Interno Bruto
- R.A.A. – Região Autónoma dos Açores
- RACAL – Regulamento de Áreas de Contenção para instalação de Alojamento Local
- R.A.M. – Região Autónoma da Madeira
- RevPAR [Revenue Per Available Room] – Rendimento por quarto disponível
- RMSE - Reserva Mundial de Surf da Ericeira
- TVA – Taxa de Variação Anual
- UE – União Europeia
- UNESCO/ICOMOS – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura/Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
- VABGT – Valor Acrescentado Bruto Gerado pelo Turismo
- WTTC [World Travel & Tourism Council] – Conselho Mundial de Viagens e Turismo
- ZGP – Zona Geral de Proteção
- ZEP – Zona Especial de Proteção

Introdução

A construção de um objeto de pesquisa

O meu interesse sociológico pela temática do território, mais concretamente pela relação que é possível estabelecer entre esta e o turismo, configura-se em três momentos complementares, que se resumem, por um lado, à leitura e análise das obras *Sociedade de Bairro: dinâmicas sociais da identidade cultural* (1999)¹ e *Ir e Voltar: sociologia de uma coletividade local do noroeste português (1977-2007)* (2010)² e, por outro lado, à perceção pessoal de que, tanto o território urbano como o território rural, têm sido palco de alterações nas suas dinâmicas sociais e vivências quotidianas em virtude de um conjunto de acontecimentos, reflexo da evolução dos tempos.

O primeiro momento, ocorrido no decurso do 1.º ano curricular do Doutoramento em Sociologia, como parte do processo de avaliação de uma das unidades curriculares, abriu caminho ao conhecimento do trabalho de investigação científica passível de desenvolvimento na área do território, possibilitando compreender a especificidade das características e dinâmicas locais de dois territórios situados em zonas geograficamente distintas: o bairro de Alfama, em Lisboa, e a freguesia de Fonte Arcada, em Penafiel.

O segundo momento resulta de uma observação à realidade territorial da vila da Ericeira que tenho vindo a realizar, de modo espontâneo e casual mas atento, enquanto visitante assídua que sou deste lugar. Apesar de ocasional, esta observação tem imprimido em mim uma perceção de que as transformações socioespaciais ocorridas devem-se, sobretudo, à evolução e ao crescente desenvolvimento da atividade turística nesta região.

Por último, o terceiro momento articula-se com o momento anterior e relaciona-se com o facto de percecionar, na sequência da minha vivência na Ericeira, que o comportamento dos turistas desagradava, em termos gerais, alguns naturais da vila, os quais exteriorizavam, em jeito de desabafo, o seu desconforto face aos impactos da crescente expansão turística. Esta posição, algo defensiva perante os turistas e o turismo, não sendo representativa de todos os

¹ O estudo foi realizado pelo Professor Doutor António Firmino da Costa durante quase duas décadas no âmbito da sua tese de Doutoramento em Sociologia defendida no ISCTE-IUL em 1999. Esta investigação sociológica dá a conhecer, de modo aprofundado e detalhado, a identidade cultural que caracteriza o bairro lisboeta de Alfama, recorrendo à identificação e análise de um conjunto de processos exógenos, endógenos e interlocais reponsáveis pela sua construção social.

² Elaborada por uma equipa multidisciplinar de investigadores, esta obra é uma revisitação de um estudo anterior realizado nos finais dos anos 70 à freguesia de Fonte Arcada, cuja finalidade reside em demonstrar os processos sociais ocorridos nessa região, sob a forma de recomposição das classes sociais e de práticas simbólico-ideológicas e respetivas relações entre estas dimensões.

naturais da vila da Ericeira, denota a necessidade de analisar cientificamente a problemática da atividade turística e a sua influência neste território.

Estes momentos contribuíram para uma maior consciencialização dos efeitos que os fenómenos sociais podem desencadear no território e nas respetivas estruturas e dinâmicas, os quais devem ser explorados e partilhados, procurando alcançar, desta forma, o seu conhecimento aprofundado. O processo de leitura e análise de estudos científicos e de quadros teóricos e conceptuais desenvolvidos nesse domínio foram igualmente cruciais para aprofundar o meu conhecimento bem como para identificar e avaliar um conjunto de mudanças operadas nas dinâmicas entre territórios, que, apesar de, numa primeira abordagem, parecerem distintas entre si, uma análise mais demorada revela aspetos em comum, tais como: (a) a intensificação das mobilidades espaciais; (b) o desenvolvimento cultural, económico e social; (c) a melhoria das acessibilidades e das infraestruturas, através da construção e recuperação de estradas e edifícios e do uso da rede de transportes; e (d) a ampliação do espaço territorial com o conseqüente aumento dos processos de desterritorialização e desordenamento.

Torna-se, portanto, fundamental analisar a influência do turismo nas dinâmicas socioterritoriais através das perceções de quem vive e acompanha in loco um território em crescente expansão como resultado da atividade turística.

Na realidade, os três momentos revelaram-se indispensáveis à descoberta de questionamentos sociológicos acerca do território, constituindo o ponto de partida deste projeto.

Considerado um fenómeno social, promotor de um conjunto de mudanças nas dinâmicas socioespaciais, o turismo exerce uma forte influência sobre o território nas suas vertentes (a) económica, ao nível do rendimento e do emprego; (b) social, ao nível da qualidade de vida e do bem-estar das comunidades locais; (c) política, ao nível das ações de planeamento, ordenamento do território, decisões e planos governamentais, assim como da execução de projetos turísticos; (d) geográfica, ao nível dos traços morfológicos e das características paisagísticas; e (e) ambiental, ao nível dos ecossistemas, da fauna e flora locais mas, também, da mudança climática em termos globais. Embora se trate de um tópico de reconhecido interesse científico, alguns aspetos da relação do turismo com o território e vice-versa ainda carecem de aprofundamento, tais como a perceção das comunidades locais face às transformações e influências exercidas pela atividade turística em determinadas componentes de um território, nomeadamente as sociabilidades e os quadros de interação e o património cultural e edificado, o sentimento de pertença dos indivíduos e a identidade local.

Elaborada no âmbito do Doutoramento em Sociologia, a tese que se apresenta pretende, em termos gerais, abordar a relação entre o território e a atividade turística, privilegiando uma

abordagem centrada na interferência que a segunda exerce sobre o primeiro e as mudanças daí decorrentes.

Tendo como principal finalidade alcançar este objetivo geral, formularam-se os seguintes objetivos específicos: (a) caracterizar, com base numa perspectiva histórica, a vila da Ericeira, incluindo a sua relação com o turismo; (b) caracterizar as sociabilidades/quadros de interação estabelecidos entre os residentes e os turistas estrangeiros assim como o património cultural e natural enquanto elementos identitários e uma parte fundamental das dinâmicas socio-territoriais locais; (c) identificar os principais impactos gerados pela atividade turística; (d) analisar esses impactos à luz das percepções dos indivíduos que residem há, pelo menos, 20 anos na vila, com especial incidência nos efeitos desencadeados ao nível das vertentes sociocultural, socioeconómica, político-administrativa, do ambiente natural e espaço físico, bem como do sentimento de pertença e sentimento de lugar. Assim, pretende-se, sobretudo, demonstrar o espectro das mudanças sentidas nas dinâmicas socioterritoriais da vila da Ericeira, evocando, para tal, uma análise da influência da atividade turística como eventual elemento justificativo dessas mudanças.

Dimensões de análise e questões de investigação

Sendo a Ericeira uma vila conhecida pelo seu passado ligado à atividade piscatória, caracterizada, igualmente, por outras tradições culturais e de lazer, onde o surf sobressai enquanto atividade desportiva predominante, constituindo uma alavanca para o desenvolvimento do turismo, torna-se essencial analisar os impactos da ação turística sobre as dinâmicas socioterritoriais de um território com estas características.

Na presente tese, estas dinâmicas surgem representadas, de forma mais específica, nas seguintes dimensões de análise, as quais, por sua vez, correspondem aos elementos identitários presentes na comunidade e no território em estudo: sociabilidades/quadros de interação e património cultural e edificado. Assim, por referência aos objetivos de investigação definidos, convocam-se, enquanto dimensões de análise, as sociabilidades/quadros de interação, o património cultural e edificado e a identidade local.

Partindo da premissa de que o turismo é um fator desencadeador de um conjunto de transformações territoriais, quer ao nível do espaço físico quer ao nível dos elementos materiais e simbólicos que dele fazem parte, importa compreender de que forma essas alterações se repercutem no modo de vida e no quotidiano dos indivíduos, principalmente aqueles que

habitam o território de forma contínua e duradoura, convivendo de perto com uma realidade, cultura e práticas sociais diferentes das suas.

Se, por um lado, a atividade turística representa um poderoso instrumento de valorização das qualidades intrínsecas de um dado território promovendo, entre outros, o seu crescimento económico e a diversidade cultural, por outro lado, esta também pode revelar-se menos vantajosa pelos diversos efeitos negativos que lhe estão associados, tais como o aumento do custo de vida, o aumento do tráfego rodoviário e consequente degradação da qualidade ambiental, entre outros (Murphy, 1983; Lea, 1988; Hall, 2001; Gursoy et al., 2002; Sharma et al., 2008; Marzuki, 2011; Garcia, Vázquez & Macías, 2015; Jaafar, Rasoolimanesh & Ismail, 2017).

Enquanto prática social geradora de diversos impactos, o turismo deve ser estudado considerando a sua capacidade transformadora e as dimensões passíveis de sofrerem eventuais alterações decorrentes da intensidade e massificação que, cada vez mais, a caracterizam, nomeadamente as sociabilidades/quadros de interação, o património cultural e edificado e, como consequência, a identidade social e local.

Para além da compreensão das novas dinâmicas relacionais que se estabelecem no seio das áreas funcionais turísticas, das quais se destaca a formação de novas sociabilidades/quadros de interação entre residentes e turistas, importa explorar, ainda, a relação entre o turismo e a cultura, representada, nesta tese, pela dimensão do património cultural e edificado. Nesse sentido, o presente estudo pretende responder às seguintes questões de investigação: (a) quais as principais alterações decorrentes da atividade turística na vila da Ericeira nos últimos 20 anos?; (b) que impactos geraram essas alterações, do ponto de vista socioespacial, socioeconómico, político-administrativo, ambiental e físico?; (c) em que medida os impactos sentidos pelos residentes da vila contribuíram para uma recomposição identitária social e local, refletindo-se em sentimentos variáveis de ligação e de pertença ao lugar?; e (d) de que forma a situação decorrente da pandemia da COVID-19 influenciou a dinâmica turística da vila? A resposta a estas questões impõe-se para uma melhor compreensão do fenómeno turístico e da relação entre o turismo e a identidade social e local, clarificando, assim, a influência exercida por uma atividade de crescente importância sobre os elementos constituintes da identidade de uma comunidade e de um território (Mohammadi, Mohammadi & Mondegari, 2018). Na realidade, numa época em que a atividade turística configura novas tendências, é imprescindível abrir caminho ao seu entendimento, identificando e questionando os impactos gerados nas dinâmicas socioterritoriais e identitárias.

No que respeita às questões identitárias, o debate em torno da “crise de identidade” é intensificado pela associação da atividade turística aos efeitos que esta desencadeia e que podem reconfigurar tanto a identidade dos locais onde a mesma tem lugar como a identidade dos indivíduos que neles residem, passando-se de identidades unificadas para identidades abertas, plurais e, por vezes, contraditórias (Hall, 1997). Por esse motivo, a identidade merece destaque na análise realizada nesta tese, sendo avaliada a relação entre turismo e identidade, através das dimensões de análise anteriormente mencionadas relativas ao território da vila da Ericeira, um destino turístico por excelência, onde a atividade turística tem propiciado transformações a curto, médio e longo prazo.

Estrutura da tese

A estrutura que compõe esta tese foi idealizada com o propósito de dar a conhecer as fases percorridas durante o trabalho de investigação nas suas componentes teórica e empírica. Nesse sentido, adotou-se uma estrutura composta por introdução, a que se juntam oito capítulos, sendo que cada um deles versa sobre diferentes pontos de interesse relacionados com a problemática de estudo. Para além do enquadramento teórico, fazem parte da estrutura deste trabalho o enquadramento metodológico; a apresentação, análise e discussão dos resultados; e a conclusão.

A introdução discorre sobre o processo de construção do objeto de estudo, numa perspetiva de estudo e análise científica, englobando as dimensões de análise e as questões de investigação.

Os capítulos 1 a 5 compreendem o enquadramento teórico da tese, nos quais é contextualizado o objeto de estudo e são apresentadas diversas perspetivas teóricas, as quais são mobilizadas com a finalidade de fundamentar e caracterizar as dimensões de análise em estudo. Mais detalhadamente, o capítulo 1 representa, do ponto de vista da abordagem teórica e conceptual, o ponto de partida da problemática de estudo. Este capítulo apresenta os contornos da relação entre o território, a sociologia e o turismo e a sua relevância, enquanto áreas de estudo complementares, para a análise e o entendimento de processos sociais, como é o caso do turismo e respetivas mudanças, ocorridas num mundo globalizado e em constante transformação. O capítulo 2 atenta nas perspetivas teóricas e conceptuais em torno da temática específica do turismo em zonas costeiras, focando-se, particularmente, na sua evolução; no sistema funcional turístico, com enfoque na relevância da conjugação de cada um dos elementos que o compõem; na oferta de alojamento turístico; nos impactos resultantes do processo de turistificação das zonas costeiras, relacionando-o com as fases de desenvolvimento do modelo de ciclo de vida do destino turístico de Butler. A abordagem à questão identitária como uma das dimensões influenciadas pela dinâmica turística, quer no plano individual quer no plano

coletivo, é realizada no capítulo 3. Nessa abordagem, privilegiam-se as sociabilidades/quadros de interação e o património edificado, cultural e gastronómico como elementos que concorrem para a formação da identidade e do sentimento de lugar. São, ainda, exploradas as mutações territoriais que vão ocorrendo nos destinos turísticos e que se traduzem na reconfiguração das formas de sociabilidade/quadros de interação que nele têm lugar, na sua cultura e aspeto físico mas, também, na gastronomia. Por seu turno, o capítulo 4 debruça-se sobre a caracterização da atividade turística na Europa e em Portugal, antes e durante a situação decorrente da pandemia da COVID-19, sendo analisados os dados de indicadores estatísticos associados ao desenvolvimento do turismo nos dois períodos temporais. No capítulo 5, apresenta-se a vila da Ericeira, enquanto território sobre o qual recai o interesse do estudo, sendo explicitada, através de uma conceptualização histórica, a sua vertente tradicional, maioritariamente associada à atividade piscatória, bem como a sua relação com o surf e o turismo. Este capítulo direciona-se, igualmente, para a apresentação do património edificado, cultural, gastronómico e natural que constitui a essência da vila e para a caracterização da dinâmica turística, através da análise de indicadores de cariz concelhio.

O capítulo 6 remete para o enquadramento metodológico, dedicando-se à abordagem da metodologia qualitativa, na qual a entrevista é tida como ferramenta de recolha de dados privilegiada, assim como do processo de seleção da amostra do estudo e das questões e procedimentos éticos da investigação.

A apresentação, análise e discussão dos resultados obtidos através da aplicação da referida metodologia, encontram-se plasmados no capítulo 7. Nele são explorados os resultados apurados, os quais são interpretados à luz da teoria existente e apresentada no enquadramento teórico.

Com base no trabalho de investigação realizado, foram retiradas conclusões que ocupam o 8º capítulo da tese. A par das inferências que é possível realizar com base na análise dos dados e na teoria, pretende-se que esta secção contribua para a reflexão em torno da problemática de estudo, abrindo-se caminho para a definição de linhas de investigação que possam no futuro vir a desencadear novas investigações sobre a relação entre território e turismo e identificando algumas das limitações que foram sentidas ao longo do processo de execução deste projeto.

As fontes, as referências bibliográficas e os anexos constituem a parte final da tese, na qual são apresentados os recursos de informação que se mostraram relevantes na fase da recolha dos dados teóricos e empíricos, assim como material complementar, que atesta a veracidade da informação presente ao longo do trabalho e contribui para o entendimento mais detalhado da mesma.

A tríade Território-Sociologia-Turismo

1.1. O território turístico: definições, relações e percepções

Antes da análise ao trabalho desenvolvido por referências clássicas da Sociologia, tais como Lefebvre, Weber, Marx, Simmel, entre outros, em torno da noção de espaço, poder-se-ia afirmar que a problemática territorial não era uma questão devidamente incorporada e reconhecida no campo de estudo das ciências sociais, mais concretamente da Sociologia. Poder-se-ia, inclusivamente, reconhecer que, até então, o escrutínio, do ponto de vista sociológico, da essência e das propriedades de uma realidade social inerente ao território não tinha sido objetiva e efetivamente concretizado (Susen, 2014).

A evolução do conceito de território e a crescente utilização de variáveis socioespaciais em estudos científicos constituem exemplos elucidativos do interesse gradual que as dinâmicas territoriais têm vindo a suscitar entre especialistas e investigadores, que procuram encontrar explicação para a natureza espacial de determinados fenómenos, independentemente das suas características. Do ponto de vista da análise sociológica, a adoção do conceito de território tem contribuído, ainda, para explorar o carácter científico de diversas questões territoriais, em articulação com variáveis de outros domínios científicos, e para o conhecimento aprofundado de análises relacionadas, entre outros aspetos, com o grau de mobilidade de pessoas, bens e capitais e a sua influência nas dinâmicas socioterritoriais, assim como com a genealogia de processos sociais que decorrem em locais específicos (Reis, 2005; Lemos, 2012). Além disso, considerando a importância subjacente à compreensão das realidades culturais, ambientais, políticas, mas também económicas e sociais, importa olhar atentamente para a relação simbiótica e dialética entre os vários sistemas, que, aliás, representa uma condição para a produção do espaço como o conhecemos, um espaço que possui um carácter multidimensional, simbolizando e materializando a existência humana (Lefebvre, 2000; Reis, 2005; Marques, 2010; Carmo, 2014).

Na contemporaneidade, verifica-se uma análise e divulgação mais intensas dos processos de mudança territorial em regiões rurais e urbanas, os quais, não raras vezes, surgem associados a acontecimentos como a revolução industrial e a globalização, impulsionadores do avanço tecnológico, através do desenvolvimento de novas técnicas de produção e dos movimentos migratórios, contribuindo igualmente para “a intensificação das relações sociais de escala mundial, relações que ligam localidades distantes de tal maneira que as ocorrências locais são

moldadas por acontecimentos que se dão a muitos quilómetros de distância, e vice-versa” (Giddens, 2005, p. 45).

Assim, os tempos modernos são sinónimo de alteração dos modos de ser, de estar e de conviver. O carácter globalizante da modernidade encontra-se refletido na problemática espacio-temporal, em que o tempo e o espaço passam a ocupar um lugar central no debate contemporâneo em torno da vida em sociedade; na problemática global-local, também denominada glocalização, patente no processo de transformação local desencadeado por acontecimentos ocorridos a vários quilómetros de distância; e nas relações sociais à escala global, caracterizadas por interações constantes de natureza focalizada e não focalizada³ (Featherstone, Lash & Robertson, 1995; Robertson, 1995; Bauman, 1998).

Além da sua capacidade transformadora, Rodrigues (1999) assinala que a globalização despoletou vários processos, uns convergentes, outros divergentes, mas todos responsáveis por impulsionarem o surgimento de tendências reconfiguradoras da ordem social e redimensionarem a existência de outras, entre as quais se destacam os processos de urbanização e suburbanização⁴, a mobilidade entre territórios, a atividade turística, entre outros. Sinónimo de concentração urbana, que se reconfigura em crescimento e desenvolvimento local, os processos de urbanização e suburbanização surgem frequentemente sobrepostos, representando uma realidade que, embora inerente às cidades e às vilas, é influenciada por fatores relacionados com a economia, os transportes, a população e o parque habitacional (Rodrigues, 1999; Antrop, 2004). Na perspetiva defendida por Baptista (2006), as várias formas de mobilidade que se encontram ao dispor das populações recentemente instaladas num determinado território, para além daquelas que nele já viviam, e as atuais conceções de conforto, distintas das conceções predominantes noutros tempos, são fatores que determinam a preferência dos indivíduos por um determinado território, aí se fixando, e contribuindo para a intensificação da urbanização.

O processo de urbanização ocorrido em Portugal, embora tardio quando comparado com o Norte e o Centro da Europa, contribuiu para a fragmentação do território e para o surgimento de dinâmicas territoriais heterogéneas, principalmente nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e

³ Utilizando a terminologia de Goffman, que distingue a interação focalizada (encontro coordenado entre indivíduos em que é dada especial importância ao que cada um diz ou faz) da interação não focalizada (simples co-presença em locais públicos de indivíduos que não se conhecem nem se falam mas mantêm uma constante comunicação não verbal) (Goffman, 1974).

⁴ O processo de urbanização representa a proporção de indivíduos que vivem em locais urbanos enquanto o processo de suburbanização, sendo uma característica da urbanização, compreende o aumento de população e de atividade nas áreas suburbanas (Antrop, 2004; Cuadrado-Ciuraneta, Durà-Guimerà & Salvati, 2017).

do Porto, onde é notória a expansão suburbana nos territórios limítrofes e a litoralização residencial, ocorrida de forma mais intensa durante os últimos anos. Este cenário de expansão e desenvolvimento deveu-se, entre outros fatores, ao aumento e à melhoria das infraestruturas viárias, com a construção de novas autoestradas e vias rápidas e o aperfeiçoamento de estradas nacionais ou secundárias já existentes; ao desenvolvimento da rede global de transportes; e à criação de percursos pedonais, contribuindo para alterar o padrão de acessibilidades e as experiências de mobilidade dentro e fora de uma região, assim como para diminuir a distância entre territórios, facilitando as ligações com o exterior (Santos, 2014). Na realidade, o crescente fluxo de mobilidades entre o território urbano e o território rural é, hoje, uma prática instituída para cada vez mais portugueses, não somente do ponto de vista turístico, e, portanto, esporádico, mas também do ponto de vista da sua dinâmica quotidiana. Contudo, o aumento das mobilidades “(...) provoca uma desarrumação orgânica que nos leva a configurar o espaço social, não como um plano indiferenciado incólume à vertiginosa passagem dos fluxos, mas como espécie de cordilheira acidentada que interfere e sofre constantes interferências resultantes da interação com um sem-número de movimentos e deambulações” (Carmo, 2014, p. 45).

A vivência diária dos indivíduos, alternada entre a dimensão urbana, onde trabalham, e a dimensão rural, onde residem, é um quadro de vida que se afigura cada vez mais real. A fuga para as zonas consideradas mais rurais enaltece a necessidade que os indivíduos manifestam de encontro com a paz, a tranquilidade, o sossego e a natureza, elementos tão característicos dessas zonas, ao mesmo tempo que procuram escapar à confusão, à poluição, ao stress e ao rebuliço da metrópole. Porém, como consequência da intensificação destas mobilidades, que contribuem para o *continuum* urbano-rural a que alude Renato Miguel do Carmo na obra *Sociologia dos Territórios – Teorias, Estruturas e Deambulações*, o espaço rural tem vindo a experienciar mudanças estruturais significativas decorrentes, sobretudo, do crescimento demográfico e do processo de urbanização, que, por conseguinte, origina mudanças nos modos de vida das comunidades locais (Carmo, 2014).

1.2. Sociologia do Turismo: o estudo sociológico da dinâmica turística

Embora o turismo se constitua como uma prática e uma representação bem como um sistema de ação e um processo de decisão marcadamente social, a sua ligação inicial com a Sociologia foi dificultada pela natureza especialmente complexa do turismo enquanto objeto de estudo, sendo essa complexidade comprovada pelas palavras de autores como Darbellay e Stock, os quais afirmam que o objeto de estudo turístico “can be seen as a scientific object with specific,

distinct qualities that produces a specific complexity, different from other research topics” (2012, p. 443). Contudo, ao longo do tempo, a relação entre a Sociologia e o turismo desenvolveu-se e fortaleceu-se no quadro da complementaridade entre áreas científicas, acabando por se consolidar através de esforços de delimitação conceptual e de valorização e integração da questão turística na esfera da investigação.

O crescimento significativo da atividade turística, primeiramente na Europa e posteriormente nas restantes regiões do mundo, alavancou não só a necessidade de delimitar claramente o conceito como também de o analisar enquanto fenómeno multidimensional de crescente notoriedade. Nesse sentido, a Sociologia do Turismo, um dos ramos da Sociologia especializado na análise e interpretação sociológicas da atividade turística, incluindo as motivações, instituições, papéis e relações turísticas, e respetivas repercussões nos turistas e nas sociedades, desempenhou, em conjunto com outras áreas de estudo, um papel de relevo, contribuindo para a clarificação e o desenvolvimento do conceito, assim como para estimular a sua progressiva integração e consolidação em termos científicos (Dann & Cohen, 1991).

Para Cohen (1984), as diferentes perspetivas filosóficas e ideológicas bem como abordagens teóricas que se desenvolveram em torno da problemática do turismo deram origem a abordagens conceptuais igualmente diversificadas, designadamente: (a) o turismo como hospitalidade comercializada, sendo considerado um processo em que ocorre a comercialização da relação tradicional entre anfitriões e turistas e na qual era atribuído aos estranhos um papel e um status social temporários; (b) o turismo como uma viagem democratizada, assente na noção de que o turista é uma espécie de viajante conhecido por algumas características analíticas distintas; (c) o turismo como uma moderna atividade de lazer, em que a visão funcionalista da atividade turística é enfatizada em paralelo com a sua natureza lúdica e de recreio, livre de obrigações; (d) o turismo como uma variante moderna da peregrinação tradicional, focando-se no significado estrutural mais profundo do turismo moderno que se assemelha às peregrinações na sociedade tradicional; (e) o turismo como expressão de temas culturais básicos, que se centra na compreensão do significado cultural mais profundo da atividade turística, tendo por base as opiniões dos turistas; (f) o turismo como um processo aculturativo, baseando-se nos efeitos que os turistas exercem sobre os anfitriões e procurando reunir esforços no sentido de enquadrar o estudo do turismo na teoria da aculturação; (g) o turismo como um modelo de relações étnicas, privilegiando a integração analítica da conexão entre turista e anfitrião no quadro teórico da etnia e das relações étnicas; (h) e o turismo como uma forma de neocolonialismo, em que o foco reside no papel desempenhado pelo turismo na

criação de dependências entre países geradores e recetores da atividade turística, que reproduzem os cânones coloniais em termos de dominação e desenvolvimento estrutural.

A partir do final do século XIX, o desenvolvimento dos eixos de acessibilidades e da rede aérea, viária e ferroviária de transportes; a variedade da oferta turística; a melhoria das condições de vida; e a distinção gradual entre tempos de trabalho e tempos de lazer facilitaram a proliferação da atividade turística e as viagens com um caráter predominantemente organizado e coletivo, as quais promoveram o turismo em larga escala. A par destes fatores, a aposta em atividades de lazer e recreação, associadas ao contacto com a natureza, e a promoção além-fronteiras da gastronomia, da cultura e das praias têm contribuído para o crescimento do fluxo turístico, principalmente nas zonas costeiras do litoral português, criando as condições ideais ao desenvolvimento do processo de transformação dos espaços urbanos em espaços turísticos. Deste modo, o território é recriado e reaproveitado para efeitos de atração e de consumo por parte dos turistas (Bhandari, 2008; Muselaers, 2017).

O turismo passou, assim, a representar um dos elementos característicos do século XX, apresentando uma evolução significativa e um elevado grau de diversificação durante o século XXI em vários países europeus, nomeadamente em Portugal.

No nosso país, o expressivo crescimento que o turismo tem evidenciado nos últimos anos, patente nas estatísticas do turismo, não só reflete a massificação que lhe está associada como também comprova a influência económica, política, geográfica, ambiental e social exercida num dado território, gerando um conjunto de impactos e transformações ao nível das dinâmicas territoriais locais. Esta capacidade transformadora da atividade turística sobre os territórios em que atua reflete-se na dotação de infraestruturas indispensáveis ao seu desenvolvimento e no aumento do fluxo de pessoas, o que, conseqüentemente, origina, por um lado, uma refuncionalização das áreas existentes e das dinâmicas quotidianas e, por outro lado, o surgimento de novas formas socioespaciais (Fonseca & Costa, 2004). Porém, as repercussões territoriais que a atividade turística suscita não se limitam apenas ao destino turístico per si, estendendo-se a outros territórios próximos.

A crescente manifestação dos efeitos decorrentes deste processo, onde se incluem as transformações de vária ordem (económicas, políticas, culturais, geográficas, ambientais e sociais), a apropriação de infraestruturas já existentes e a criação de novas infraestruturas (alojamento, infraestruturas de lazer, restauração, transportes, serviços de comunicações, etc.), a substituição do significado até então atribuído ao território por um novo significado, e a urbanização turística, surgem como justificativas de uma análise que se pretende o mais

objetiva e fundamentada possível, no sentido de recuperar a estrutura de relações entre o turismo e o território.

O fenómeno do turismo, responsável pela transformação das dinâmicas territoriais, tem vindo a merecer, principalmente ao longo dos últimos anos, uma atenção crescente por parte de vários quadrantes da sociedade em geral, sendo, atualmente, um tema de interesse para investigadores de diversas áreas científicas, incluindo sociólogos, que procuram explicar a sua evolução e as consequências económicas, políticas, geográficas e sociais que desencadeia nas sociedades contemporâneas.

Embora se verifique, cada vez mais, a existência de estudos direcionados para as implicações e transformações sociais na organização do território, decorrentes da atividade turística, e o seu impacto na vida das comunidades locais, a verdade é que, nesse âmbito, a análise de um tipo específico de turismo, cuja prática ocorre nas zonas costeiras do litoral português, tal como o turismo de surf, carece de mais exploração e desenvolvimento (Hall, 2001; Leite, 2008; Frank, 2014). Do mesmo modo, e apesar de se verificar, nos estudos sobre turismo, uma crescente incidência na vertente social do fenómeno, a influência exercida pela atividade turística no território em si e em dimensões identitárias com ele relacionadas, como sejam as sociabilidades/quadros de interação, o património cultural e edificado e o património natural, é um dos aspetos que permanece relativamente pouco explorado (Twigger-Ross & Uzzel, 1996; Wang & Chen, 2015).

Não obstante os diversos estudos que vão sendo divulgados e partilhados acerca da temática do turismo e dos seus efeitos, influenciando vários níveis da sociedade à escala global, é crucial continuar-se a apostar na análise e compreensão integradas deste fenómeno, contribuindo, desta forma, para uma verdadeira consciencialização da sua dimensão e para o conseqüente desenvolvimento de políticas e de práticas sustentáveis capazes de minimizarem os seus impactos negativos, nomeadamente aqueles que são sentidos pelas comunidades locais (Green, 2005; Wall, 2007; Khakzad, 2018).

1.2.1. O desenvolvimento do turismo enquanto processo social de mudança

O mundo como o conhecemos atualmente é um mundo em constante transformação. Os processos de desenvolvimento, de compressão tempo-espaço⁵, de globalização, e de migração

⁵A compressão tempo-espaço designa os desenvolvimentos contemporâneos do capitalismo que promovem uma rapidez na circulação de capital e conseqüentemente a rapidez da vida social em geral. O modo como os lugares e os territórios são construídos e se alteram ao longo do tempo bem como o significado a eles atribuído são questões remetidas para segundo plano. Em termos gerais, o conceito remete para uma aniquilação do espaço pelo tempo (Warf, 2011).

internacional representam forças responsáveis pelas mudanças que vivenciamos (Robertson, 1992; Robertson, 1995), adquirindo “(...) new dimensions, properties and directions, invariably reflected and imprinted on the landscape” (Terkenli, 2002, p. 227). O turismo, pela sua capacidade transformadora, constitui também uma dessas forças.

Na qualidade de fenómeno global característico das sociedades contemporâneas, o turismo, em geral, é reconhecido pela influência significativa que exerce nas áreas da Economia e da Política, incentivando a definição de programas governamentais e institucionais e sendo parte da estratégia económica nacional e internacional, mas, também, no plano morfológico e social, imprimindo alterações significativas nos territórios de destino.

Sendo considerado um elemento importante do processo social de mudança a que se tem vindo a assistir um pouco por todo o Mundo, o turismo, em complementaridade com as atividades de âmbito turístico, desencadeou, por um lado, uma nova forma de perspetivar a realidade em que vivemos, contribuindo para a formulação de novas interpretações acerca do ambiente que nos rodeia e, por outro lado, para a (des)construção de identidades mas, também, em alguns casos, para o reforço da sua manutenção (Terkenli, 2002).

Se no período que antecedeu a consolidação do processo de globalização e de outros processos políticos, económicos e sociais de relevo para o desenvolvimento das nações, a mudança já se fazia sentir na vida em sociedade e as regiões, sobretudo as mais distantes, já comunicavam entre si numa lógica de intercâmbio maioritariamente local de indivíduos, capital, valores, culturas, bens e serviços, nos dias de hoje a mudança assume dimensões e contornos diferenciados. À escala global, as ligações efetuadas entre países e regiões ocorrem com uma intensidade e rapidez sem precedentes enquanto os sistemas humanos, culturais, comunitários e de valores integram, de forma gradual, as redes sociais e económicas (Robertson, 1992; Robertson, 1995; Wood, 2000). Como referido anteriormente, a mudança estende-se, igualmente, à realidade espacial, da qual fazem parte os espaços turísticos. No quadro do progresso tecnológico, social e económico, que se reflete no negócio transfronteiriço de bens e serviços, tecnologia e fluxos de investimento, pessoas e informação, a esfera de interdependência política, económica e tecnológica entre países aumenta consideravelmente moldando os territórios e a “(...) extensão lateral de ligações sociais através do espaço e do tempo” (Giddens, 2005, p. 45).

Na perspetiva de Saarinen, a mudança é “(...) a constant feature in tourism, but the spaces of tourism and the nature of spatial reality – our sense of place – are now being transformed much more rapidly and on a more non-local basis than before” (2004, p. 162).

O rápido crescimento que os destinos turísticos conheceram nos últimos anos, incluindo as atrações e as instalações que neles se inserem, faz com que, cada vez mais, se mantenham em constante evolução, adaptando-se aos desafios do setor turístico, de modo a atraírem mais turistas e também mais investidores não locais (Saarinen, 2004).

Ao longo dos anos, os destinos de surf, pelo facto de aliarem as condições ideais para a prática desta modalidade, tais como a qualidade das ondas, o clima, a beleza natural, histórica e cultural, foram ganhando notoriedade e tornaram-se locais populares, de produção e consumo socialmente construídos. Estes envolvem processos constantes de negociação e renegociação executados pelo recurso a elementos discursivos e imaginários culturalmente informados sem descuidar a experiência vivida e o desempenho dos turistas, dos profissionais da indústria turística e das comunidades locais enquanto atores sociais em co-presença (Rakić & Chambers, 2012; Ponting & McDonald, 2013). A popularidade que os destinos de surf foram, gradualmente, conquistando, em parte devido à mediatização que em torno deles é feita, fez com que estes passassem de locais recatados e anónimos a territórios conhecidos a nível nacional e internacional, recebendo, anualmente, milhares de surfistas, quer para fins recreativos quer para a participação em competições de surf.

Neste cenário, as mudanças espaciais, sociais, económicas e ambientais decorrentes da atividade turística são uma inevitabilidade e encontram explicação no conceito de turistificação. Este conceito designa o processo de transformação de um local em território turístico ou, por outras palavras, a capacidade do turismo, quer enquanto atividade económica quer enquanto atividade social, de provocar profundas alterações nos territórios em que atua, sejam elas culturais, económicas, políticas, físicas, ambientais ou sociais. Neste processo de transformação, o turismo dialoga com o território no sentido de impor as suas formas e funções turísticas, integrando novos objetos, apropriando-se de objetos existentes, modificando os significados a ele associados e adaptando as estruturas territoriais a novos usos do espaço (Leite, 2008; Ferreira, 2017; Daly, Dias & Patuleia, 2021).

As mudanças manifestam-se, desde logo, no crescente fluxo de visitantes que os territórios turísticos passam a abarcar e pela necessidade de dar resposta à procura turística. Em termos espaciais, pode-se verificar uma segregação territorial em resultado do cada vez maior número de infraestruturas de Alojamento Local (AL) (hostels, surf camps, Airbnb, entre outros) e de estabelecimentos comerciais que se instalam nos destinos turísticos, e em termos socioculturais, predominam as interações e o contacto entre indivíduos detentores de culturas e tradições diferenciadas, caracterizados por identidades próprias. No entanto, à luz da globalização, a natureza heterogénea destas características tende para a homogeneização no sentido em que a

cultura, as práticas, os estilos de vida locais, ao assumirem um caráter global, deixam de ser únicos e originais, passando a ser facilmente reconhecíveis e padronizáveis e assemelhando-se às culturas, às práticas, aos estilos de vida dominantes noutras regiões do Mundo (Cohen, 2008; Tartaglia & Rossi, 2015).

Porém, os destinos turísticos são, simultaneamente, unidades geográficas modificadas e agentes de modificação, na medida em que, para além de sofrerem uma mudança estrutural também contribuem para essa mudança. Saarinen reconhece o papel atribuído aos destinos turísticos enquanto agentes de mudança, afirmando que esses destinos “ (...) are transforming spatial structures constructed by social forces, systems and relations”, que, por sua vez, “ (...) are also seen to be composed and organized by geographical structures in certain socio-spatial contexts” (2004, p. 165). É com base nessa dialética que os destinos turísticos se constroem, definem, modificam e são modificados. As mudanças decorrentes do processo de turistificação traduzem-se em implicações de várias ordens, positivas e negativas, que influenciam o modo como o território é percebido e vivido, principalmente pela comunidade local.

Saarinen atesta que o destino turístico é considerado uma construção social, assente nas componentes da percepção e resposta afetiva que sobre ele são emanadas, sendo a partir da noção de discurso que as várias mudanças e ações são conceptualizadas: “ (...) the development of tourism in certain spaces can be understood as a part of larger social and ideological processes producing both the ideas and physical characters of destinations and the practices taking place in tourism development and destinations” (Saarinen, 2004, p. 166). Nesse sentido, como defende o mesmo autor, o discurso constitui um elemento crucial na legitimação do destino turístico, enquanto construção histórica e social, na medida em que é através dele que as representações e os significados socioespaciais assim como os atributos naturais e culturais do destino são tornados populares e conhecidos, podendo ser produzidos, reproduzidos e estereotipados. O discurso que sobre o destino turístico é proferido permite, portanto, a objetivação da realidade a ele associada, conferindo-lhe significado (Berger & Luckmann, 2004). Nas palavras de Saarinen, o discurso “ (...) reflects, creates and textualizes touristic geographies” (2014, p. 168), sendo que este também se encontra presente no processo de transformação inerente aos destinos turísticos, o qual é constituído pelo caráter dual dos processos discursivos, distinguindo-se entre o discurso acerca da região ou do lugar e o discurso da ação. Como representado na figura que se apresenta de seguida, o discurso acerca da região ou do lugar assenta no conhecimento, nas representações e nos significados que os indivíduos concebem através da literatura, dos mapas turísticos, entre outros, enquanto o discurso da ação compreende a vertente mais material e económica do turismo, ou seja, a política e as práticas

institucionais que moldam os destinos turísticos. Em conjunto, os discursos concorrem para a formação da identidade do destino turístico (Saarinen, 2004).

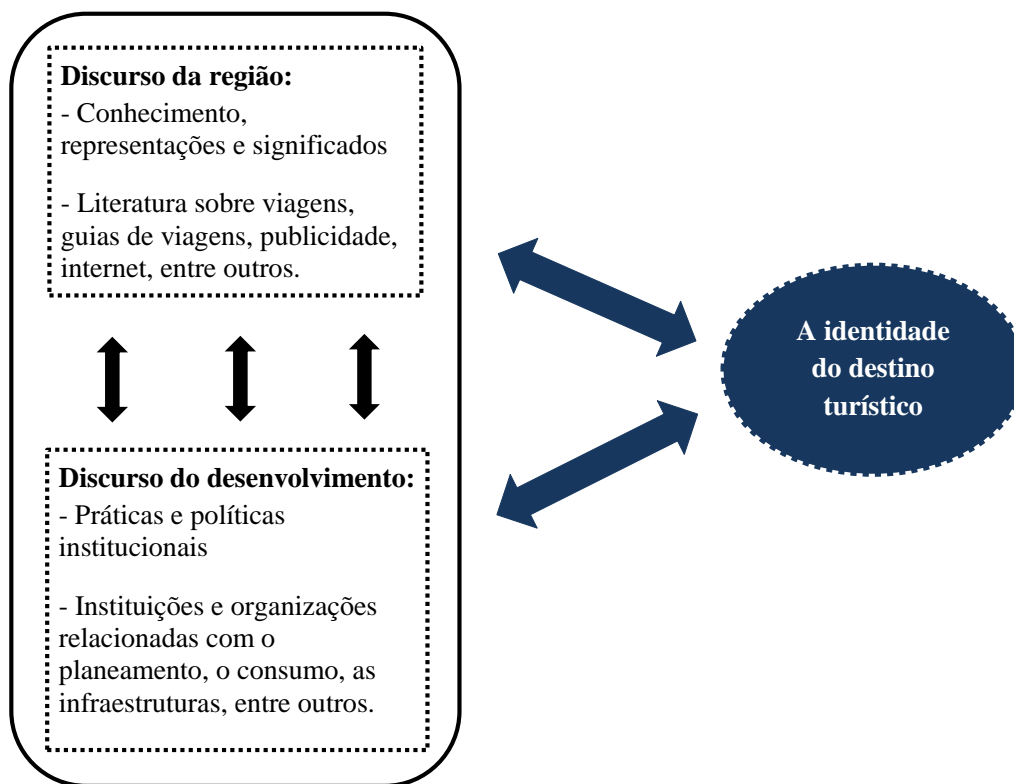


Figura 1.1. O processo de transformação dos destinos turísticos

Fonte. Saarinen (2004)

O turismo em zonas costeiras: perspetivas teóricas e conceptuais

2.1. A evolução do turismo em zonas costeiras

Enquanto objeto de estudo do domínio das ciências sociais, económicas, políticas e geográficas, o turismo apresenta um carácter variável no que à sua definição e conceptualização diz respeito. Não existe, por isso, uma definição consensual e universalmente aceite. Porém, existem alguns aspetos que são contemplados na análise do turismo, independentemente da área científica que lhe está subjacente, destacando-se as necessidades e as motivações dos turistas, os critérios de seleção dos destinos turísticos, o ato de viajar para fora da sua zona de residência, a relação entre os turistas e os empresários turísticos, e os impactos da atividade turística sobre os turistas, a comunidade local, a identidade, a economia e o ambiente (e.g. Murphy, 1983; Lea, 1988; Bull, 1992; King, Pizam & Milman, 1993; Gormsen, 1997; Ap & Crompton, 1998; Casado-Diaz, 1999; Brunt & Courtney, 1999; Hall, 2001; Gursoy et al., 2002; Sharma et al., 2008; Marzuki, 2011; García, Vázquez & Macias, 2015; Jaafar, Rasoolimanesh & Ismail, 2017; Daly, Dias & Patuleia, 2021).

Nos últimos anos, o crescente interesse que tem recaído sobre o turismo enquanto área de estudo, não só comprova a sua importância a nível mundial como induz à ideia de que o turismo e a investigação em turismo são aspetos característicos da modernidade e, como tal, relativamente recentes. Embora a maioria das abordagens teóricas enfatizem o turismo como um fenómeno recente, este é, na verdade, uma realidade antiga e, em algumas sociedades, consolidada, apesar do facto de as repercussões a nível social, político, económico e territorial se poderem manifestar de formas diferentes da antiguidade para a contemporaneidade (Butler, 2015). A título de exemplo, as noções básicas de motivação e comportamento dos turistas mantêm-se muito semelhantes, mas a escala de desenvolvimento e a participação no turismo, a par dos destinos turísticos, das infraestruturas e dos equipamentos têm sofrido alterações significativas ao longo dos tempos (Butler, 2015). Independentemente do carácter pluridisciplinar e da diversidade de abordagens daí resultantes, uma das conceptualizações de turismo presentes na literatura é aquela que o define como o movimento de pessoas para países ou locais situados fora do seu ambiente pessoal ou profissional (Organização Mundial do Turismo, 2008).

No quadro da análise do fenómeno turístico, outros conceitos relevantes também merecem destaque. É o caso dos conceitos de turista, destino turístico e produto turístico. Na definição avançada pela Organização das Nações Unidas (ONU), o turista é considerado “um viajante que realiza uma viagem para um destino fora do seu ambiente habitual, por menos de um ano, para qualquer finalidade (negócios, lazer ou outro fim pessoal) que não seja ser empregado por uma entidade do país ou lugar visitado” (2010, p. 10). Nesse sentido, o conceito de turista pressupõe a existência de um destino turístico e de um produto turístico. O destino turístico é definido como “o local visitado, o qual exerce um papel fundamental na decisão de realizar a viagem. Caso o local não seja identificado pelo visitante, o destino principal é definido como o local onde este passou a maior parte do seu tempo durante a viagem. Novamente, se tal local não for identificado pelo visitante, então o destino principal é definido como o lugar mais distante do lugar da sua residência habitual” (ONU, 2010, p. 13). Por seu turno, o produto turístico remete para a “combinação de diferentes aspetos (características dos lugares visitados, modos de transporte, tipos de alojamento, atividades no destino, entre outros) em torno de um centro de interesse específico, como passeios na natureza, visitas a quintas, visitas a locais históricos e culturais, visitas a uma determinada cidade, a prática de desportos, a praia, entre outros” (ONU, 2010, p. 26).

Segundo a OMT (2019), os conceitos de turismo, turista, destino turístico e produto turístico encontram correspondência mútua, interligando-se, na tentativa de alcançar uma estratégia concertada capaz de assegurar uma atividade turística sustentável, competitiva e próspera, tanto para os próprios locais e meio ambiente onde esta se desenvolve como para os empresários, residentes e turistas.

Compreender a dinâmica do turismo em zonas costeiras é uma tarefa que requer uma análise das suas origens. Como uma das áreas do turismo contemporâneo que mais tem crescido ao longo da última década, o turismo balnear e costeiro, caracterizado por diversas atividades ligadas ao mar, encontra reflexo no slogan ‘sun, sand and surf’ (Hall, 2001).

Apesar da diversidade de tipos de turismo existente atualmente, de modo a responder aos objetivos propostos nesta tese e por se verificar que o território em estudo se encontra ligado, pela sua história e localização geográfica, ao mar e aos desportos de ondas, o especial enfoque será no turismo costeiro com breves incursões pelo turismo desportivo⁶ e pelo turismo de

⁶O turismo desportivo é compreendido como “a type of tourism activity which refers to the travel experience of the tourist who either observes as a spectator or actively participates in a sporting event generally involving commercial and non-commercial of a competitive nature” (OMT, 2019, p. 54).

aventura⁷, devido à inevitável ligação com o primeiro, neste caso específico através da prática do surf, e pelo turismo gastronómico⁸, uma vez que a gastronomia, constituindo um elemento identitário da vila da Ericeira, se afigura, também, como um atrativo valioso inserido na estratégia turística da região.

Segundo a OMT, o turismo costeiro compreende “land-based tourism activities such as swimming, surfing, sunbathing and other coastal leisure, recreation and sports activities which take place on the shore of a sea, lake, or river” (2019, p. 46).

2.2. O sistema funcional do turismo

À semelhança do que sucede com outros sistemas, o sistema turístico é igualmente apoiado por um conjunto de elementos que funcionam em rede e que, de modo unificado e organizado, permitem alcançar determinados objetivos. Sendo um conjunto de subsistemas do qual fazem parte as estruturas turísticas, os intervenientes que contribuem para a delimitação da procura e da oferta turística e a envolvente, o sistema turístico deve ser abordado de forma holística, contemplando as várias partes que o compõem e contribuindo para a definição, análise, planeamento e estruturação integradas do turismo (Inskeep, 1988; Moniz, 1996).

Tendo em conta os diversos aspetos que devem ser considerados ao nível do planeamento turístico de uma dada região, nomeadamente as necessidades e expectativas dos turistas, o território e a sua dinâmica socioespacial, as estratégias encetadas pelos empresários locais com a finalidade de dinamizar novas atividades, e a regulamentação e implementação, por parte dos poderes locais, de políticas relacionadas com a atividade turística, esta abordagem sistémica permite, ainda, a identificação, por parte dos agentes envolvidos, das desvantagens e dos efeitos a longo prazo de cada uma das decisões tomadas (Anuar et al., 2012).

Deste modo, as relações funcionais e espaciais desenvolvidas com base nas ligações interdependentes entre as várias componentes do sistema formam o carácter funcional do sistema turístico. Tal como defende Gunn (1988), compreender o sistema funcional de turismo e as conexões entre as suas componentes, incluindo o papel dos agentes que dele fazem parte, é um

⁷O turismo de aventura é retratado como “a type of tourism which usually takes place in destinations with specific geographic features and landscape and tends to be associated with a physical activity, cultural exchange, interaction and engagement with nature. This experience may involve some kind of real or perceived risk and may require significant physical and/or mental effort.” (OMT, 2019, p. 36).

⁸O turismo gastronómico é definido como “a type of tourism activity which is characterized by the visitor’s experience linked with food and related products and activities while travelling. Along with authentic, traditional, and/or innovative culinary experiences. Gastronomy Tourism may also involve other related activities, such as visiting the local producers, participating in food festivals and attending cooking classes.” (OMT, 2019, p. 44).

meio para alcançar o seu adequado funcionamento e estabilidade. A Figura 2.1. demonstra os agentes que integram o sistema de turismo contribuindo, quer direta quer indiretamente, para o seu desenvolvimento.

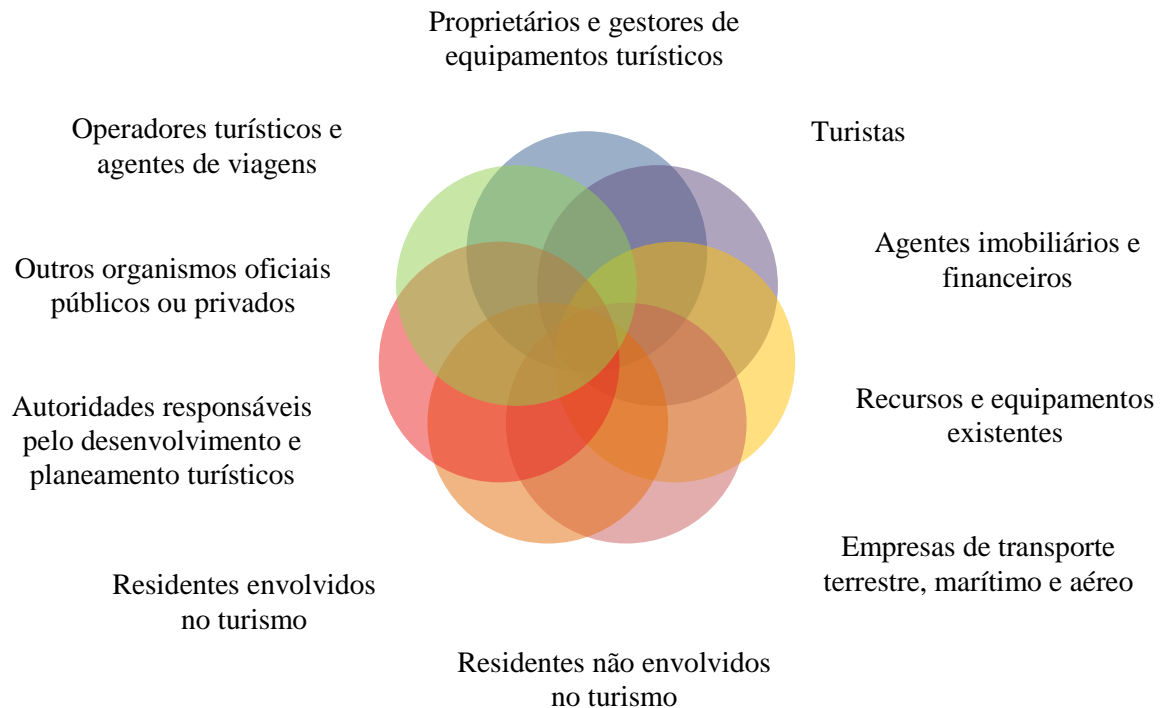


Figura 2.1. Os agentes do sistema turístico

Fonte. Adaptado de Baud-Bovy, 1985, como citado em Moniz, 1996

Não obstante a existência de outros sistemas de turismo e respetiva composição, o sistema turístico apresentado por Gunn (1988) contempla, para além das dimensões da procura e da oferta turísticas, a dimensão relativa à envolvente. Por se tratar de um sistema sensível e dinâmico, mas também muito complexo, a sua análise deverá privilegiar uma perspetiva interacionista, contemplando a rede de relações que o sistema como um todo desenvolve com as suas partes.

Como tal, importa explorar mais detalhadamente o sistema apresentado na Figura 2.2..

No plano da procura turística, surgem os turistas enquanto elementos vitais para a existência do sistema, uma vez que sem eles a atividade turística não seria possível como a conhecemos e, portanto, o sistema turístico não apresentaria as condições necessárias ao seu funcionamento. Dado que os turistas representam o target principal dessa atividade, é necessário desenvolver um trabalho de promoção da oferta turística disponível num dado destino, incluindo atrações,

transportes, e todo o tipo de equipamentos e serviços relacionados com o turismo, de modo a corresponder às suas necessidades e expetativas.

Tratando-se de um sistema aberto ou fluído, o sistema de turismo per si pode ainda exercer influência nos ambientes físico, económico, político-legal e social do meio envolvente, que, à semelhança das várias partes que o compõem, se interrelacionam e se influenciam mutuamente (Leiper, 1992; Moniz, 1996).

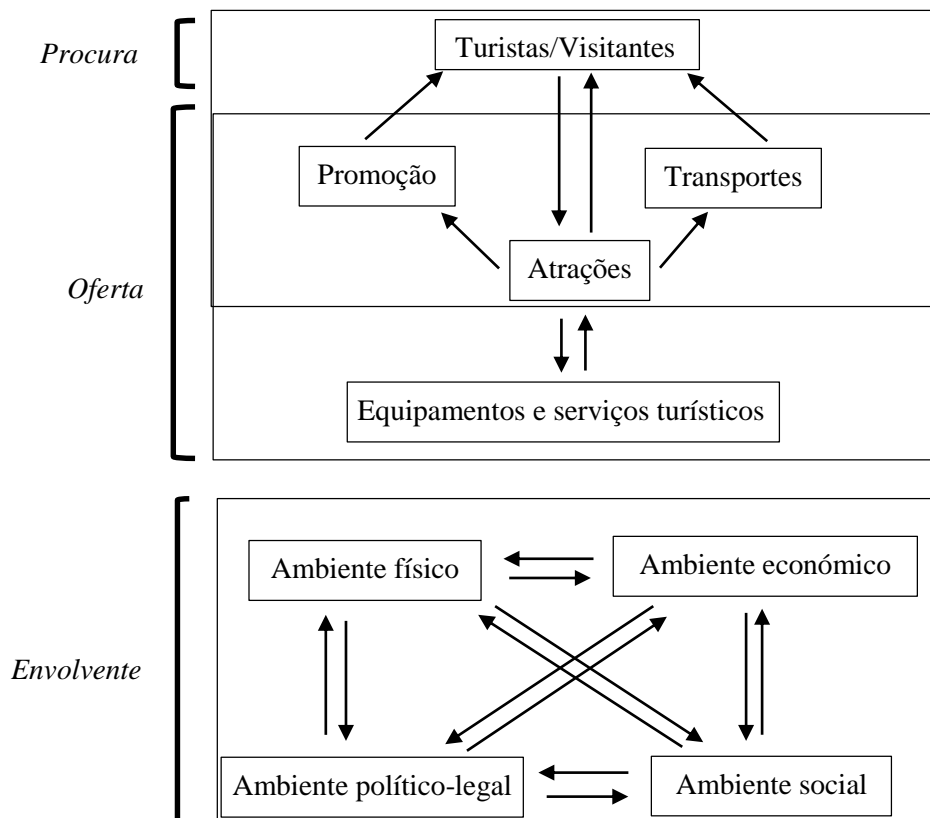


Figura 2.2. O sistema funcional de turismo

Fonte. Adaptado de Gunn (1988)

Na perspetiva defendida por Inskip (1988), as atrações e atividades turísticas; os equipamentos e serviços turísticos (alojamento, agentes de viagens, comércio, postos de turismo, estação de correios, bancos e serviços de câmbio, serviços de saúde e policiais); os serviços de transporte; as infraestruturas de saneamento público e de telecomunicações e energia; e as políticas institucionais (programas de marketing, legislação e regulamentação, investimento) carecem de um efetivo reconhecimento por parte das entidades governamentais e do poder local, de modo a garantir a sustentabilidade da atividade turística e o equilíbrio entre os diversos elementos da oferta.

2.3. O turismo de surf em perspectiva

Considerado uma componente do turismo de aventura, e em estreita associação com o turismo costeiro e o turismo de aventura, o turismo de surf e a indústria que lhe está associada têm registado um crescimento significativo desde meados do século XX (Frank et al., 2015). Na transição para o século XXI, a rápida evolução desta forma de turismo e a sua reconhecida influência no setor turístico como um todo justificaram o crescente interesse por parte dos investigadores, abrindo caminho à realização de estudos científicos que se revestem de especial importância para a compreensão de uma indústria em franca expansão, caracterizada por diversos segmentos de mercado, nomeadamente para os impactos decorrentes do seu desenvolvimento.

Existe uma variedade de áreas temáticas relacionadas com o turismo de surf cujo tratamento no plano da investigação científica tem sido valorizado e que compreende as necessidades fisiológicas e físicas assim como as preferências dos surfistas (e.g. Farley et al., 2012; Barbieri & Sotomayor, 2013), o perfil de atividade do surf de competição (e.g. Mendez-Villanueva et al., 2006), a avaliação de desempenho entre géneros (e.g. Eurich et al., 2010; Sheppard et al., 2013), as questões médicas associadas à atividade desportiva (e.g. Frank et al., 2009; Hay et al., 2009; Arnold et al., 2017), e as implicações associadas à prática desportiva nos territórios em que este tipo de turismo se concretiza, em estreita ligação com as questões da sustentabilidade (e.g. Buckley, 2002; Scarfe et al., 2009; O'Brien & Ponting, 2013; Towner & Davies, 2019). Contudo, a quantidade de estudos de âmbito académico, principalmente relacionados com a influência do turismo de surf na identidade e no sentimento de lugar das comunidades locais, é, ainda, relativamente limitada. O seu foco recai, maioritariamente, sobre destinos internacionais, tais como a Indonésia, a Tailândia, o Havai, a África do Sul, a Austrália e a Nova Zelândia (Martin & Assenov, 2012; Ponting & McDonald, 2013). Em linha com a evolução verificada nas últimas décadas no panorama internacional, em Portugal, a relevância do turismo de surf, não só enquanto prática desportiva, mas, sobretudo, enquanto atividade económica, tem motivado o surgimento de análises que incidem, em grande medida, nos tópicos anteriormente referidos (e.g. Fernandes, 2014; Frank et al., 2015; Moura, 2017; Teixeira, 2017; Portugal et al., 2017), considerando-se, porém, necessário apostar na continuidade do estudo e análise em torno da temática, pela sua relevância e influência, nomeadamente no que respeita às questões identitárias e ao sentimento de lugar das comunidades locais, sendo este um tópico que ainda carece de desenvolvimento no plano da investigação científica.

O surf, definido como “the act of riding an ocean wave while standing on a surfboard and broadly includes other aspects of wave riding, such as riding prone on a ‘bodyboard’ or simply ‘bodysurfing’ (using only one’s body surface to plane across the wave)” (Martin & Assenov, 2012, p. 257), constitui a base do turismo associado a esta prática desportiva. O turismo de surf “involves people travelling to either domestic locations for a period of time not exceeding 6 months, or international locations for a period of time not exceeding 12 months, who stay at least one night, and where the active participation in the sport of surfing, where the surfer relies on the power of the wave for forward momentum, is the primary motivation for destination selection” (Fluker, 2003, como citado em Dolnicar & Fluker, 2003, p. 187).

Para alguns turistas, principalmente para as novas gerações, a combinação entre viagem, desporto e lazer é uma condição determinante para a escolha de um destino turístico. Cada vez mais, a sua preferência recai sobre locais que proporcionem experiências diferenciadas e desafiantes, quer pela necessidade de fuga à rotina da vida quotidiana quer pela busca de atividades com um elevado nível de aventura, adrenalina, imprevisibilidade e risco (Reis & Jorge, 2012). O surf, enquanto atividade desportiva, possibilita o usufruto dessas sensações ao mesmo tempo que é reconhecida pelos seus benefícios a nível individual e coletivo, contribuindo para melhorar o sentimento de realização e enriquecimento pessoal, de satisfação e divertimento, os níveis de auto-expressividade e espontaneidade, a auto-imagem, a identidade e a perceção das capacidades individuais. A modalidade promove um ambiente de convívio, partilha, entreajuda e espírito de equipa (Stebbins, 1982; Gould et al., 2008).

Contudo, o turismo associado ao surf não possui apenas a vertente recreativa, naturalmente associada à prática deste desporto desde o seu aparecimento. A perceção de que o surf poderia tornar-se num recurso economicamente rentável transformou-o numa nova oportunidade de negócio, capaz de gerar, anualmente, muitos milhares de milhões de euros, conferindo-lhe o estatuto de motor da economia global a par de outros setores de atividade. O elevado valor comercial associado à indústria do surf advém, por um lado, das receitas provenientes do comércio têxtil e do calçado, com um rápido e contínuo crescimento e que inclui a venda de roupa, calçado e acessórios, para surfistas e não surfistas, e o fabrico e venda de pranchas de surf, e, por outro lado, do setor turístico, representado pelos operadores e agentes de turismo envolvidos na promoção do surf enquanto atrativo turístico (Sotomayor & Barbieri, 2016; Nazli & Musal, 2018). Sendo o surf o denominador comum às viagens de natureza recreativa e às viagens comerciais, a diferença entre elas reside, essencialmente, no facto de as primeiras se realizarem com base no planeamento feito pelos turistas, sendo estes que asseguram o seu transporte para o destino turístico, utilizando, por exemplo, transporte próprio, mas, igualmente,

o equipamento e a estadia, em tendas ou em AL, enquanto as viagens comerciais são asseguradas pelos operadores turísticos, os quais são responsáveis por garantir toda a logística inerente à viagem, tal como o transporte, o alojamento e a alimentação dos turistas durante a sua estadia. Para além da decisão sobre a logística inerente às viagens, onde se inclui o planeamento e a organização, a sua duração, que pode ser curta ou longa, e o destino, que pode ser local ou internacional, também podem variar consoante as preferências e as necessidades dos turistas (Buckley, 2002). Na realidade, satisfazer as necessidades e corresponder às expectativas dos diferentes perfis de turistas constituem os principais objetivos do trabalho desenvolvido pelos restantes agentes do sistema turístico, nomeadamente os operadores turísticos e os proprietários e gestores de equipamentos turísticos, que, num esforço concertado, apostam numa oferta personalizada proporcionando experiências únicas e diversificadas. Os alojamentos locais especializados, onde se inclui os surf camps⁹, são um bom exemplo disso.

2.4. A oferta de alojamento turístico no mercado do turismo de surf: enquadramento legal da modalidade de Alojamento Local (AL)

Criada oficialmente pelo Decreto-Lei n.º 39/2008, a figura do AL sofreu alterações ao longo dos anos em consequência do surgimento de novas realidades de alojamento decorrentes da dinâmica associada ao mercado da procura e da oferta, da relevância fiscal do fenómeno e da necessidade de atualização do quadro normativo legal aplicável ao AL (Direção de Valorização da Oferta do Turismo de Portugal, 2021)¹⁰.

De acordo com o Decreto-Lei n.º 128/2014, de 29 de agosto, modificado pela Lei n.º 62/2018, de 22 de agosto, e pelo Decreto-Lei n.º 63/2015 de abril de 2015, são considerados estabelecimentos de AL “aqueles que prestem serviços de alojamento temporário a turistas, mediante remuneração e durante um período de tempo” (artigo 2.º, n.º 1, p. 4571), fazendo parte desta modalidade de alojamento a moradia, o apartamento e os estabelecimentos de hospedagem, podendo estes últimos serem designados por hostel, em caso de cumprimento de um conjunto de requisitos para além daqueles que são exigidos às restantes modalidades (artigo 3.º, n.º 5, p. 4572). Esses requisitos compreendem, de acordo com o mesmo decreto-lei, condições sanitárias e de higiene, mas, também, de conservação e funcionamento devidamente

⁹O Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de março, estabelece o novo regime jurídico referente à instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos.

¹⁰Alterações realizadas nos Decreto-Lei n.º 228/2009, de 14 de setembro; no Decreto-Lei n.º 15/2014, de 23 de janeiro; no Decreto-Lei n.º 186/2015, de 3 de setembro; no Decreto-Lei n.º 128/2014, de 29 de agosto; e no Decreto-Lei n.º 80/2017, de 30 de junho.

adequadas, destacando-se, a título de exemplo, a existência de ligação à rede pública ou sistema privativo de abastecimento de água com origem controlada, ligação à rede pública de esgotos ou possuir fossas sépticas adequadas à capacidade máxima do estabelecimento (artigo 12.º, n.º 1 e n.º 2, p. 4573).

No âmbito do turismo de surf, os surf camps constituem uma das modalidades de AL mais populares, tendo como público-alvo os surfistas que viajam para zonas costeiras.

O conceito de surf camp surgiu do investimento inicialmente feito por escolas de surf¹¹ para dar resposta às necessidades daqueles que pretendiam aliar o descanso à aprendizagem da modalidade num ambiente de interação entre diferentes culturas e partilha de experiências (Fernandes, 2014). Atualmente, a maior parte dos surf camps oferece pacotes turísticos que incluem, para além das pernoitas e da alimentação, aulas de surf, equipamento, transporte para as praias, visitas guiadas e outras comodidades, tais como passeios de bicicleta, piscina, massagens, refeições temáticas, entre outros, assegurando, num único espaço, a diversidade de serviços essenciais à satisfação dos turistas.

No turismo de surf, os pacotes turísticos oferecidos pelos operadores turísticos aos turistas incluem experiências que podem ir desde “(...) low-budget bus safaris with flexible itineraries; high-budget boat tours with local flexibility but fixed ports and dates; and visits to fixed-site surf camps, lodges and resorts with open or sometimes exclusive access to particularly famous surf breaks” (Buckley, 2002, p. 407).

Na perspetiva do mesmo autor, nos próximos tempos, o mercado do turismo de surf continuará a registar uma evolução, afirmando que “the age structure of the current surfing population worldwide suggests that the demand and ability to pay for surf tours will continue to increase substantially for at least the next two or three decades. In addition, as surfing becomes easier to learn, it seems likely that its popularity will continue to increase in future generations” (Buckley, 2002, p. 409).

Se, para uns, o surf continua a ser um estilo de vida, uma atividade recreativa e/ou profissional, um desporto de competição que proporciona um contacto direto com a natureza, para outros, constitui uma oportunidade de negócio rentável, capaz de satisfazer as necessidades e ir ao encontro das expectativas de quem procura experiências únicas em destinos atrativos para a prática da modalidade. Efetivamente, a crescente popularidade associada à prática do surf não

¹¹O Decreto-Lei n.º 204/2000, de 1 de setembro regulamenta, pela primeira vez, o acesso e o exercício da atividade realizada pelas empresas de animação turística, de que fazem parte as escolas de surf. A revisão do regime jurídico, para uma melhor adequação à realidade atual, é consagrada no Decreto-Lei n.º 108/2009, de 15 de maio, republicado pelo Decreto-Lei n.º 186/2015, de 3 de setembro.

só tem contribuído para o surgimento de cada vez mais negócios ligados ao setor, impulsionando, desta forma, o desenvolvimento socioeconómico de uma região e de um país, como também tem motivado alterações socioespaciais, por vezes, profundas, decorrentes da atividade turística. Na tentativa de maximizar os seus efeitos positivos e minimizar os seus efeitos negativos, quer sobre o território enquanto espaço e lugar de sistemas de ações e sistemas de objetos, quer sobre as comunidades locais, protagonistas de vivências e interações de várias ordens e detentoras de identidades próprias, é crucial que o planeamento da atividade turística assente na definição e cumprimento de estratégias orientadas para o turismo sustentável e de qualidade a curto, médio e longo prazo.

2.5. Os impactos da turistificação nas zonas costeiras

À semelhança do que ocorre com os produtos turísticos, os destinos turísticos desenvolvem-se ao longo do tempo através de um processo relativamente consistente. Esta é a ideia que está subjacente ao conceito de ciclo de vida do destino turístico¹².

Desde o início dos anos 60, a ideia de que os destinos turísticos evoluem e passam por um processo de ciclo de vida composto por um conjunto de fases começou a fazer parte do trabalho de alguns estudiosos da área do turismo, ganhando forma e consistência ao longo dos anos até passar a ser utilizado como uma ferramenta imprescindível na análise e avaliação do comportamento dos destinos turísticos (Martin & Uysal, 1990; Tooman, 1997).

De acordo com Uysal, Woo e Singal, “the concept of a tourism area life cycle suggests that as a destination evolves, changes occur in the physical environment and the sociocultural environment that result in changes in the attitudes of the host community” (2012, p. 424). Apesar da diversidade de abordagens em torno deste conceito, com semelhanças entre elas relativamente ao tema geral que lhes está subjacente e aos resultados obtidos, o modelo do ciclo de vida do destino turístico de Richard Butler (1980) é aquele que tem originado mais atenção e discussão. Alguns autores defendem mesmo que este modelo, que resulta da adaptação do conceito de ciclo de vida do produto aos contextos turísticos é aquele que fornece um quadro teórico completo e consistente para efeitos de descrição e interpretação da realidade inerente a um determinado destino turístico (Richardson, 1986; Johnson & Snepenger, 1993; Hovinen, 2002; Zhong et al., 2008).

¹²O conceito de ciclo de vida da área do turismo foi desenvolvido com base no conceito de ciclo de vida do produto (‘Product Life Cycle’), utilizado no setor empresarial, com a finalidade de perceber e descrever o comportamento de um produto ao longo do tempo através da análise da evolução das vendas em diversas fases: introdução, crescimento, maturidade e declínio (Levitt, 1965).

O modelo do ciclo de vida do destino turístico de Butler (1980) reforça o pressuposto subjacente ao conceito de ciclo de vida do destino turístico de que o desenvolvimento desse destino consiste num processo composto por um conjunto de fases, definidas com base no número de visitantes, no nível de infraestruturas e nos benefícios associados à atividade turística enquanto indicadores de desenvolvimento (Uysal et al., 2012).

Na Figura 2.3. encontra-se graficamente representada a dinâmica associada a este modelo, o qual se concretiza ao longo de seis fases de desenvolvimento, designadamente exploração, envolvimento, desenvolvimento, consolidação, estagnação e as fases correspondentes ao período de pós-estagnação, ou seja, declínio ou rejuvenescimento (Butler, 1980).

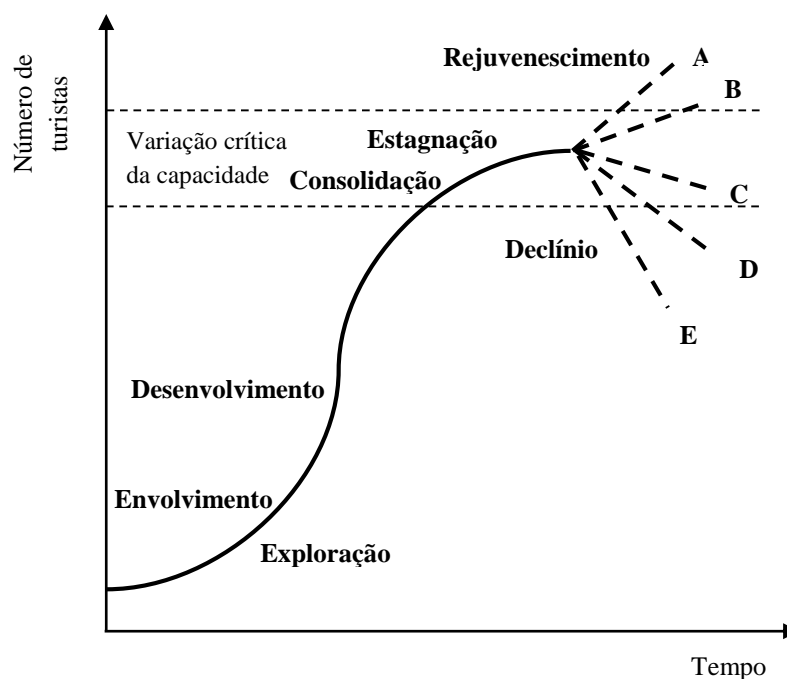


Figura 2.3. Modelo do ciclo de evolução do destino turístico de Butler

Fonte. Adaptado de Butler (1980)

Cada uma destas fases tem subjacente, ainda que de forma implícita, níveis de desenvolvimento diferenciados que se manifestam por ordem decrescente de intensidade à medida que se vai progredindo no processo, ou seja, a primeira fase demonstrará um nível muito baixo de desenvolvimento, a segunda fase revelará um nível de desenvolvimento mais elevado do que a fase anterior, a terceira fase conseguirá exceder o nível de desenvolvimento registado pela fase precedente e assim sucessivamente. Pese embora o nível de desenvolvimento das fases iniciais do ciclo de vida do destino turístico esteja associado a efeitos positivos, que se traduzem em benefícios económicos e sociais gradualmente significativos, quer para os residentes quer

para os empresários locais, no caso das fases finais deste processo, o nível de desenvolvimento que nelas é alcançado favorece o aparecimento de problemas económicos, sociais e ambientais. Deste modo, as estratégias de ação necessitam de ser repensadas e redefinidas com a finalidade de erradicar esses problemas e potenciar as qualidades do destino turístico, de modo a preservar a sua identidade social, cultural, paisagista e territorial, tal como a seguir é demonstrado pela análise mais aprofundada de cada uma das etapas do seu ciclo de vida e das características que lhes estão associadas.

Tal como é possível constatar através da Figura 2.4., o processo de ciclo de vida de um destino turístico inicia-se com a fase de exploração e culmina na fase de declínio ou na fase de rejuvenescimento, dependendo das características do destino turístico verificadas no final do processo de ciclo de vida.

A fase de exploração inicia-se com a chegada de turistas que, apesar de serem em número reduzido, apresentam-se motivados pelas características culturais e naturais do destino turístico. Nesta fase, embora a experiência oferecida aos turistas seja enriquecedora, tendo a capacidade de satisfazer as suas necessidades e de corresponder às suas expectativas, as infraestruturas disponíveis são rudimentares. Dado tratar-se de uma fase inicial, os efeitos socioespaciais resultantes da entrada e saída do reduzido número de visitantes são insignificantes, não existindo um contributo expressivo para o bem-estar económico e social dos residentes e dos empresários locais (Butler, 1980). Apesar do número de visitantes ser pouco expressivo no início da fase de exploração, este tenderá a aumentar gradualmente, assim como a frequência das visitas ao destino turístico, criando-se as condições necessárias ao surgimento da fase de envolvimento.

Para além destas características, esta fase é marcada pela existência de infraestruturas básicas ou especializadas para a atividade turística, tais como as guest houses, e pelas pressões exercidas sobre o trabalho das instituições políticas e outros organismos públicos no sentido de disponibilizarem mais e melhores transportes e outras infraestruturas, tanto para usufruto dos turistas como dos residentes. O planeamento de campanhas de marketing são um dos aspetos primordiais da fase de envolvimento ao pretenderem contribuir para o aumento da visibilidade do destino turístico, potenciando as suas qualidades e, assim, o incremento de mais turistas. Os benefícios económicos e sociais desta fase são pouco significativos, mas tenderá a notar-se a sua influência na vida dos residentes e dos empresários locais (Butler, 1980).

Dando continuidade à evolução do número de turistas, que se vem verificando desde a fase inicial, a fase de desenvolvimento caracteriza-se pelo crescimento exponencial desse número, que pode igualar ou até mesmo exceder o número de residentes permanentes. As infraestruturas

cedidas localmente para fins turísticos tendem a desaparecer, sendo substituídas por infraestruturas maiores e mais modernas disponibilizadas por entidades externas. No que respeita às atrações naturais e culturais do destino turístico, estas são comercializadas em paralelo com atrações importadas. Na fase de desenvolvimento do ciclo de vida do destino turístico, as alterações físicas do território, derivadas da atividade turística, começam a ser perceptíveis e a maioria dos residentes pode começar a manifestar o seu descontentamento face a essas alterações, pelo que o seu apoio ao desenvolvimento do turismo tenderá a diminuir. Tendo em conta a expressiva evolução do turismo verificada nesta fase, os benefícios económicos e sociais são significativos, notando-se uma melhoria da qualidade de vida dos residentes e o aumento do bem-estar económico dos empresários locais (Uysal et al., 2012).

Contudo, a tendência de crescimento do número total de turistas verificada nas fases anteriores prossegue na fase de consolidação, assim como o descontentamento dos residentes face ao desenvolvimento da atividade turística, os quais podem manifestar, novamente, uma posição desfavorável relativamente ao acesso, em larga escala, das infraestruturas, por parte dos turistas, uma vez que esta situação pode limitar a sua rotina habitual, privando-os ou restringindo-os de realizarem as suas atividades diárias. Nesta fase, pese embora se verifique que o número total de turistas continua a aumentar, a taxa de crescimento tende a diminuir, motivando ações de marketing e publicidade direcionadas para o alcance de um número cada vez maior de pessoas ao mesmo tempo que são delineadas com o intuito de prolongar a época alta, convencendo os turistas a permanecerem mais tempo na região e justificando, dessa forma, o alargamento da área destinada ao turismo. Apesar de se verificar que a economia da região provém, principalmente, do setor turístico, não existe uma distribuição equilibrada dos benefícios económicos e sociais entre residentes e empresários locais, sendo, estes últimos, aqueles que mais usufruem desses benefícios (Butler, 1980; Uysal et al., 2012). Ainda na fase de consolidação, os residentes podem assumir uma postura negativa perante o turismo em virtude dos seus efeitos, nomeadamente em termos da deterioração da qualidade de vida, assumindo um espectro que vai desde o aborrecimento e ressentimento até ao antagonismo (Doğan, 1989).

À semelhança do que sucede na fase da consolidação, a fase de estagnação caracteriza-se por níveis de capacidade turística alcançados ou excedidos como consequência da tendência de crescimento do número de turistas. Não obstante os níveis de oferta e de procura ultrapassarem os limites de capacidade máxima, as atrações originais do destino turístico são substituídas por atrações e infraestruturas importadas, tais como parques temáticos, na tentativa de maximizar, ainda mais, a procura. A região torna-se, assim, altamente dependente do retorno gerado pelos

turistas e a sua imagem enquanto destino turístico fica saturada, apesar de estar bem consolidada no mercado. Verifica-se, igualmente, um aumento da rotatividade dos imóveis e um esforço acrescido por contrariar uma potencial redução no número de turistas e, conseqüentemente, o declínio da atividade turística decorrente da sobrelotação das infraestruturas. Conclui-se, portanto, que, nesta fase, os problemas económicos, sociais e ambientais ultrapassam os benefícios gerados pela atividade turística (Uysal et al., 2012; Canavan, 2015).

Segundo o modelo do ciclo de vida do destino turístico desenvolvido por Butler em 1980, após a fase de estagnação, uma de duas alternativas podem ser observadas no destino turístico: a fase de declínio ou a fase de rejuvenescimento. No caso da primeira fase, a falta de atratividade do destino turístico manifesta-se na redução significativa do número de turistas e no declínio do mercado turístico em geral, quer em termos espaciais quer em termos numéricos, motivando a substituição de infraestruturas turísticas por infraestruturas não turísticas. Associados a esta fase também se encontram os problemas económicos, sociais e ambientais, os quais assumem uma dimensão significativa (Canavan, 2015).

Por outro lado, a fase de rejuvenescimento, tal como o nome indica, remete para a recuperação da atividade turística num território, através da reintrodução do produto turístico no mercado, impulsionado pelo trabalho das partes envolvidas no sistema turístico, incluindo as autoridades responsáveis pelo planeamento e desenvolvimento turísticos. Esta fase caracteriza-se por grupos ou turistas habituais com interesses específicos e pela viabilidade económica favorável ao desenvolvimento e/ou melhoria sustentável das infraestruturas, embora se verifiquem benefícios económicos e sociais reduzidos (Uysal et al., 2012).

A partir da comparação das características elencadas na Figura 2.4., verifica-se que o destino turístico, enquanto espaço e lugar de produção e disseminação de práticas turísticas, reveste-se de especial dinamismo, o qual se reflete na diversidade de características que compõem cada fase de desenvolvimento do ciclo de vida do destino turístico.

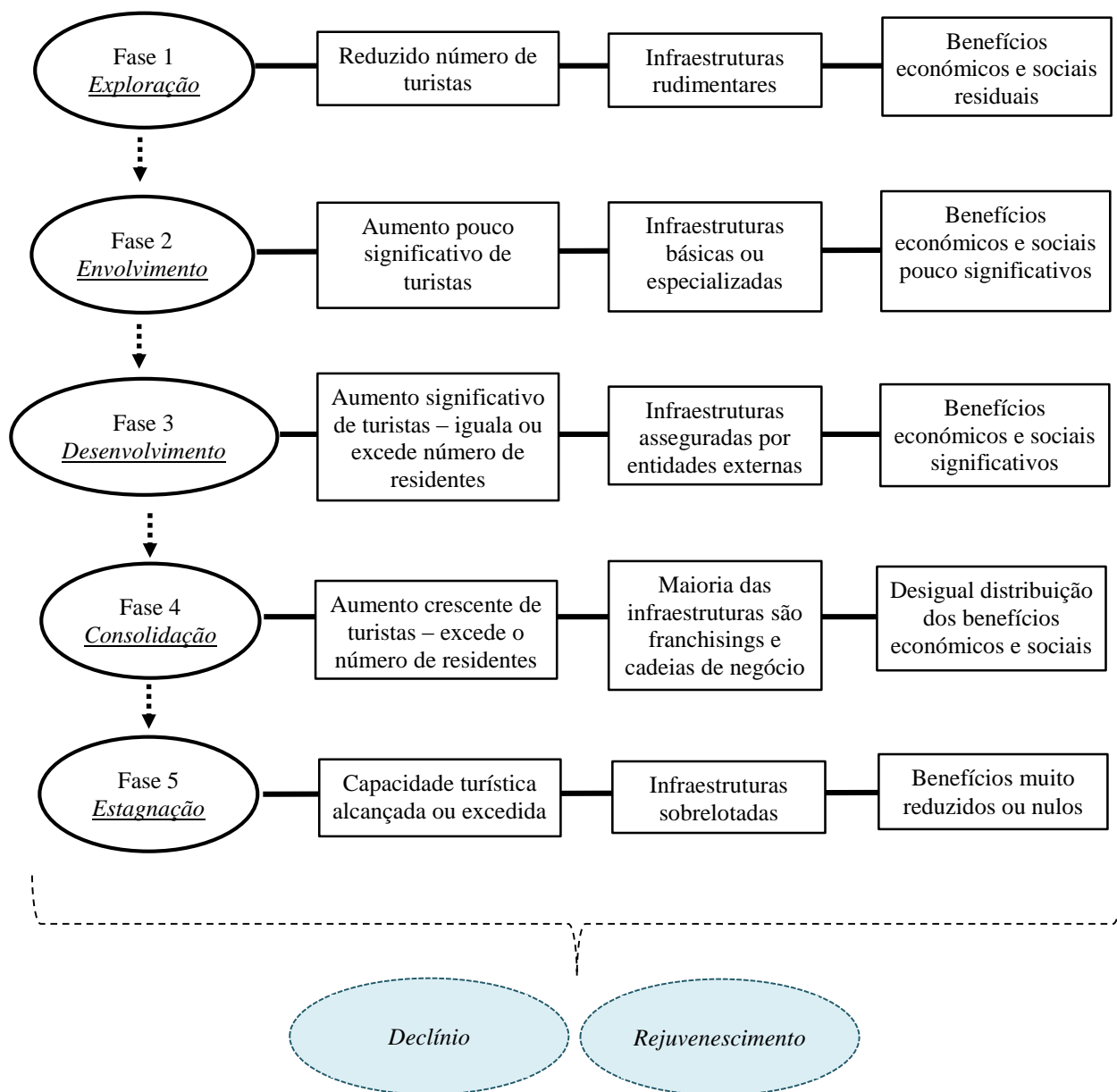


Figura 2.4. Caracterização das fases de desenvolvimento do modelo de ciclo de vida do destino turístico de Butler

Fonte. Adaptado de Butler (1980); Uysal et al. (2012)

Deste modo, conclui-se que o turismo representa um dos diversos fatores que, ao longo do tempo, exerce um impacto global sobre os destinos turísticos, principalmente ao nível das tradições locais e do estilo de vida dos seus residentes, que tende a intensificar-se e a provocar um processo de mudança e, eventualmente, de redefinição cultural, na medida em que, enquanto espaço privilegiado para o cruzamento e a partilha de experiências entre indivíduos com origens culturais distintas, o destino turístico passa a estar permeável a características culturais que, naturalmente, podem divergir das características culturais locais (Soontayatron, 2014). Além

do turismo, fatores com ele relacionados, tais como as características e os padrões de consumo dos turistas, a quantidade e a disponibilidade dos meios de transporte e as infraestruturas/instalações destinadas ao turismo, as características morfológicas do território, os investimentos políticos e o aparecimento de novos mercados turísticos são, também, responsáveis por promoverem alterações na identidade do destino turístico (LY, 2018).

Embora a pesquisa científica desenvolvida em torno dos impactos do turismo se revele cada vez mais substancial e madura, é essencial continuar-se a apostar na análise e divulgação dos resultados relacionados com este tópico. As influências exercidas pela atividade turística constituem informação privilegiada, quer para a comunidade científica quer para a comunidade em geral, constituindo uma ferramenta valiosa para a tomada de decisão e planeamento dos decisores políticos, a nível nacional e regional. Adicionalmente, o elevado potencial da atividade turística para a valorização dos países e regiões, a par dos seus impactos, remetem para a importância e a necessidade de planeamento e gestão, privilegiando uma perspetiva integrada do território, assente no princípio da sustentabilidade, sob pena de se assistir ao desenvolvimento descontrolado do processo de turistificação e à intensificação da sua influência negativa, que pode revelar-se irreversível.

A literatura existente sobre o turismo enaltece, entre outros aspetos, os efeitos da atividade turística nas comunidades locais, através das suas perceções e atitudes. Sem uma relação equilibrada e harmoniosa no seio do triângulo turistas-residentes-lugar, o desenvolvimento do turismo encontra-se seriamente comprometido (Sharpley, 2014). Se, por um lado, é necessário corresponder às expectativas dos turistas conhecendo e satisfazendo os seus requisitos de exigência relativamente a um destino turístico e ao que este lhes pode fornecer, por outro lado, é igualmente imperativo reconhecer que a atividade turística tem a capacidade para transformar um território e, por conseguinte, todos os elementos que com ele se relacionam, incluindo os indivíduos que nele residem e trabalham durante todo o ano. Enquanto parte integrante do território turístico, a comunidade local, incluindo os empresários locais, têm sido apontados como alicerces para o planeamento, desenvolvimento e consequente sucesso da indústria turística (Allen et al., 1988; Ritchie, 1988; Lankford & Howard, 1994).

Embora o turismo tenha começado a ganhar notoriedade internacional a partir dos anos 50 do século XX, mais especificamente após a Segunda Guerra Mundial, a verdade é que o seu planeamento nem sempre foi uma preocupação. O seu potencial económico, bem como outros impactos positivos que a ele se associam, como, por exemplo, a criação de emprego e o aumento da riqueza e das receitas públicas, fizeram com que alguns países procurassem atrair turistas

através de campanhas de marketing, por vezes dispendiosas, como forma de promover os destinos turísticos (Moniz, 1999).

No entanto, a atividade turística não gera apenas impactos positivos e os impactos negativos também necessitam de ser considerados para efeitos de planeamento e gestão das políticas territoriais. Se se verificar um planeamento e gestão deficitários, as consequências negativas da atividade turística surgirão, enfraquecendo toda a indústria e afetando os hábitos e os costumes, as tradições e a vivência das comunidades de destino (Jackson, 2008). Mais especificamente, o desenvolvimento da atividade turística pode induzir, simultaneamente, a impactos positivos e negativos nas comunidades e nos territórios. O turismo pode ser responsável por mudanças a vários níveis, desde os sistemas de valores aos comportamentos individuais e às relações familiares, passando pelos estilos de vida coletivos, pela conduta moral e pela qualidade de vida dos residentes e culminando em alterações nas tradições locais e na organização socioespacial dos residentes locais (Andereck et al., 2005; Deery et al., 2012).

Vários estudos científicos têm sido realizados com a finalidade de demonstrar que, independentemente do território onde a atividade turística se desenvolva, esta exerce um conjunto de efeitos que, de acordo com a sua natureza, podem dividir-se em vários grupos, classificando-se como socioculturais, socioeconómicos, político-administrativos, socioespaciais e ambientais.

A seguinte tabela identifica, de forma concreta, alguns desses efeitos demonstrando as influências positivas e negativas verificadas em cada dimensão.

Quadro 2.1. Impactos positivos e negativos do desenvolvimento turístico

Dimensões	Impactos positivos	Impactos negativos
<u>Sociocultural</u>	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Aumento do nível permanente de interesse e participação local em tipos de atividades associadas ao turismo ❖ Valorização e fortalecimento dos valores e tradições locais ❖ Promoção da comunicação intercultural ❖ Construção de novas infraestruturas e melhoria das infraestruturas já existentes ❖ Maior orgulho local e espírito comunitário 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Comercialização de atividades que podem ser de natureza pessoal ou privada ❖ Modificação da natureza de um evento ou de uma atividade para acomodar turistas ❖ Potencial aumento da atividade criminosa ❖ Alterações na estrutura da comunidade ❖ “Deslocação social” ❖ Mobilidade forçada / Gentrificação

	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Melhoria dos serviços sociais 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Elevada probabilidade de mal-entendidos favorecendo graus variados de hostilidade entre a comunidade local e os turistas ❖ Perda de hábitos sociais e culturais ❖ Declínio do nível de hospitalidade
<u>Socioeconómica</u>	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Aumento das despesas ❖ Criação de emprego ❖ Aumento na oferta de mão-de-obra ❖ Aumento da qualidade de vida ❖ Aumento do investimento ❖ Aumento do Produto Interno Bruto (PIB) ❖ Receitas regionais de exportação ❖ Maior consciencialização da região como destino turístico ❖ Maior conhecimento sobre o potencial de investimento e a atividade comercial 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Inflação localizada ❖ Especulação imobiliária ❖ Melhores investimentos alternativos ❖ Estimativa inadequada do custo do turismo ❖ Custo de oportunidade indesejável, incluindo a transferência de fundos da saúde e educação ❖ Má reputação resultante de instalações e práticas inadequadas ou preços inflacionados ❖ Reações negativas de empreendimentos existentes devido à possibilidade de nova competição por mão-de-obra local e apoio governamental
<u>Político-administrativa</u>	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Reconhecimento internacional aprimorado acerca da região e seus valores ❖ Desenvolvimento de competências entre planeadores 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Exploração económica da população local para satisfazer as ambições da elite política ❖ Distorção da verdadeira natureza da atividade turística com o objetivo de refletir valores do sistema político ❖ Incapacidade para alcançar objetivos e lidar com o fracasso ❖ Aumento do custo administrativo ❖ Uso do turismo para legitimar decisões impopulares ❖ Legitimação da ideologia da elite local
<u>Socioespacial</u>	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Melhoria das acessibilidades ❖ Conservação do património ❖ Estratégia de gestão de visitantes 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ “Poluição Arquitetónica” ❖ Destruição do património ❖ Sobrelotação dos espaços

<u>Ambiental</u>	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Criação de áreas para parques ❖ Preservação dos recursos naturais existentes 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Danos ambientais ❖ Esgotamento e contaminação dos recursos hídricos ❖ Perda de vegetação ❖ Disseminação geral do lixo ❖ Mudanças no processo natural ❖ Mudança no hábito de alimentação e reprodução da vida selvagem
------------------	---	--

Fonte. Adaptado de Murphy (1983); Lea (1988); Ap e Crompton (1998); Brunt e Courtney (1999); Hall (2001); Gursoy et al. (2002); Sharma et al. (2008); Marzuki (2011); García et al. (2015); Jaafar et al. (2017); Daly et al. (2021)

Não obstante o facto de se reconhecer que os efeitos da indústria turística podem beneficiar, a vários níveis, os territórios de destino, é um facto que esses efeitos também podem ser prejudiciais e irreversíveis, sobretudo, se não existir uma preocupação acrescida com o seu planeamento e controlo.

Segundo Hall (1995), o envolvimento dos governos dos países desenvolvidos no planeamento turístico começou por ser feito de forma pouco estruturada e incidindo apenas em algumas áreas do desenvolvimento e planeamento. Nos anos 90, a preocupação com a gestão da atividade turística estendeu-se a outras áreas e os procedimentos e as estruturas utilizadas passaram a ser mais formais e controladas.

Porém, o grau de envolvimento da comunidade local no processo de desenvolvimento e planeamento do setor turístico continua a revelar-se insuficiente, considerando-se que a sua participação funciona como um processo de capacitação, pelo facto de as comunidades locais serem aquelas que sentem mais diretamente os efeitos, quer positivos quer negativos, da atividade turística, experienciando, in loco, os custos e os benefícios que lhe estão associados, podendo, assim, fornecer uma visão mais completa, fiável e isenta dos aspetos a considerar para efeitos de gestão e planeamento da atividade turística. Este processo de capacitação é tanto mais enriquecido quanto maior for o número de contributos que se consigam integrar, provenientes das várias partes interessadas, designadamente o poder governativo e os decisores políticos, os residentes locais e as empresas públicas e privadas, enfim, todos os stakeholders que constituem parte integrante do sistema turístico.

Deste modo, a perceção dos impactos associados ao turismo por parte da comunidade local constitui uma condição primordial para que o seu desenvolvimento seja devidamente apoiado, na medida em que esta é conhecedora da influência que a atividade turística exerce sobre

determinados aspetos da vivência quotidiana e do meio ambiente envolvente. A experiência de proximidade da comunidade local com a realidade vivida é uma mais-valia para a tomada de decisão consciente e informada assim como para o planeamento do turismo, na tentativa de otimizar os seus pontos fortes e minimizar os seus pontos fracos, em prol de um desenvolvimento sustentável e equilibrado (Andereck & Vogt, 2000; Látková & Vogt, 2012). Ferreira reforça essa perspetiva, defendendo que os territórios com potencial para o desenvolvimento turístico exigem “(...) um planeamento estratégico do desenvolvimento do turismo nesses espaços, uma vez que se impõe a organização e a regulamentação das ações a desenvolver, sob pena de os efeitos negativos condenarem à falência a função turística a que se pretende destinar os mesmos” (2017, p. 403).

O desenvolvimento da identidade local e do sentimento de lugar: as sociabilidades e o património como elementos identitários

3.1. A identidade e o sentimento de lugar

O espaço apresenta-se não somente como um suporte físico e social, mas também um código cultural. Enquanto suporte físico e social, o espaço funciona como um meio no qual se produzem e reproduzem as relações entre os indivíduos e o ambiente envolvente, exercendo um controlo sobre outros indivíduos e outras relações com o propósito de defender e preservar o seu meio ambiente, constituindo um elemento fundamental à construção da identidade e à satisfação de diversas necessidades (Lopes, 2006). O espaço é código cultural por intermédio das interações sociais que nele têm lugar, caracterizando-se por um conjunto de simbolismos com significado próprio, como a linguagem e outras características específicas de uma determinada cultura, que concorrem para a identificação de um grupo social e materializam o modo como uma comunidade age e se relaciona com o ambiente em que se insere (Lopes, 1992). Não obstante a fisicalidade e o significado que as experiências humanas, as relações, as emoções e os pensamentos conferem ao lugar, este compreende, também, as atividades realizadas e os processos psicológicos e sociais que nele emergem (Stedman, Beckley, Wallace & Ambard, 2004). Low e Altman (1992) complementam essa conceção, afirmando que um lugar é efetivamente classificado como tal apenas quando os processos individuais, coletivos ou culturais ganham significado através dele.

Para Giddens (1991), os tempos modernos são tempos com características bem diferentes dos tempos antigos, o que faz com que se torne, simultaneamente, mais difícil mas, também, mais importante percebermos quem somos, qual o nosso papel na sociedade e qual a nossa ligação a um lugar. De modo a demonstrar o impacto das mudanças motivadas pela contemporaneidade, o autor faz referência às ligações características das culturas tradicionais, que, antigamente, os indivíduos estabeleciam com um determinado lugar, por exemplo, através da residência de família, que ia passando de geração em geração, assim como através de ligações pessoais de longa data, as quais, atualmente, vão perdendo a sua importância. Como referido anteriormente, uma variedade de circunstâncias associada aos tempos modernos concorre para a menor importância atribuída às relações sociais e aos acontecimentos e

experiências vividas e percebidas pelos indivíduos, mas, também, para uma mais fraca ligação a um lugar e a outros indivíduos, comparativamente com a ligação anteriormente existente. Aos aspetos já mencionados, pode, ainda, somar-se a intensidade e a fugacidade das mobilidades entre territórios e a existência de sistemas mais abstratos e impessoais que encontram associação nas instituições modernas (Taylor, 2010).

O estudo sociológico dos processos identitários, quer numa perspetiva individual quer numa perspetiva coletiva, reveste-se de uma importância singular num contexto globalizador e globalizante, promotor de mudanças radicais no plano da experiência pessoal e na natureza da identidade, como aquele em que os indivíduos atualmente se inserem. A identidade de lugar constitui uma das vertentes da identidade em que essas mudanças se têm feito sentir, colocando o foco na influência que um contexto com tais características exerce sobre o grau de ligação dos indivíduos a um determinado lugar e em que medida o lugar interfere no desenvolvimento da sua identidade e do seu sentimento de pertença e de comunidade. Porém, embora a interrelação entre os indivíduos e os lugares seja um tópico de pesquisa e análise há várias décadas, aspetos como o aprofundamento da identidade de lugar no plano local, também designada por identidade urbana, e a conexão entre a identidade de lugar e o processo de desenvolvimento da atividade turística têm sido negligenciados (Lalli, 1992). Na tentativa de se alcançar um entendimento mais profundo e objetivo do conceito de identidade de lugar e dos aspetos sociais que com ele se relacionam, tanto as teorias da identidade social e da autocategorização social como a teoria dos processos identitários associados ao contexto ambiental têm vindo a ser mobilizadas e adaptadas (Tajfel, 1978; Turner, 1987; Duarte & Lima, 2005).

Além do conceito de identidade associada ao lugar ou de identidade local, outros conceitos têm vindo a ser utilizados para a análise do fenómeno numa perspetiva complementar, nomeadamente sentimento de lugar¹³ (e.g. Hay, 1998; D'Órey et al., 2019), dependência associada ao lugar (e.g. Stokols & Shumaker, 1981; Alrobae & Al-Kinani, 2019), ligação ou apego ao lugar e à comunidade (e.g. Hidalgo & Hernández, 2001; Hernández et al., 2007; Bernardo & Palma-Oliveira, 2012; Wijaya et al., 2018), e sentimento de comunidade (e.g. McMillan & Chavis, 1986; Chavis & Wandersman, 1990).

O conceito de identidade associada ao lugar, inicialmente proposto por Proshansky et al. (1983), assume este tipo de identidade como uma continuidade da identidade pessoal

¹³O conceito de sentimento de lugar “aggregates in itself a multidimensional and complex perception in which each place transmits to the individuals specific values and symbols.” (D'Órey, Cardoso & Abreu, 2019, p. 3).

consistindo numa ‘subestrutura’ do sistema estável, unificado e integrador que a caracteriza. Uma vez baseada na tradição cognitiva, a conceção de identidade de lugar formulada pelos autores baseia-se nas cognições dos indivíduos, que, representadas nas memórias, nos sentimentos, nas atitudes, nos valores, nas preferências, nos significados e nas noções de comportamento e experiência relativa a ambientes físicos atuais e futuros, desempenham um papel fundamental na formação dessa identidade (Taylor, 2010). Para Dixon e Durrheim, enquanto parte integrante da estrutura da identidade de cada indivíduo, a identidade associada ao lugar “might function to underwrite personal identities, render actions or activities intelligible, express tastes and preferences and mediate efforts to change environments (2000, p. 28). Reafirmando a perspectiva de Dixon e Durrheim, Taylor (2010) destaca a importância das experiências locais vivenciadas pelos indivíduos na definição e no reforço da sua identidade favorecendo uma maior consciência de si, das suas características, dos seus valores, das suas preferências, das suas ações. Dependendo da natureza das experiências locais, que podem ser mais ou menos intensas e significantes, do ponto de vista simbólico e emocional, pode-se assistir, igualmente, a um reforço mais ou menos expressivo da ligação e do sentimento de lugar assim como da identidade local.

Na realidade, a literatura existente em torno da temática destaca a sua base social, descrevendo a identidade local, na sua globalidade, como uma parte do processo de socialização do mundo físico pelo Eu (e.g. Dixon & Durrheim, 2000; Duarte & Lima, 2005; Trentelman, 2009; Belanche et al., 2017). Partindo de uma abordagem mais individualizada dos conceitos de identidade e de lugar, contribui-se para uma análise mais clara e objetiva do significado subjacente ao conceito de identidade associada ao lugar, identificando-se aspetos tidos como fundamentais para o seu entendimento como um todo. A identidade é considerada um conjunto de significados relacionados com o indivíduo, que funcionam como uma bússola, orientando o seu comportamento nas mais diversas situações do quotidiano (Stets & Biga, 2003).

A teoria do processo de identidade proposta por Breakwell (2015) considera a identidade um produto social e dinâmico, decorrente da ação conjunta das capacidades de memória, consciência e construção organizada, determinadas por quatro princípios designados por distinção, continuidade, auto-estima e auto-eficácia. O primeiro princípio refere-se às características distintas, únicas que constituem a base da identificação social. Nesse sentido, do ponto de vista individual, o princípio da distinção resume-se à identificação que, num determinado contexto social, um indivíduo tende a estabelecer com outros indivíduos, partilhando entre si características relativamente raras. Numa perspectiva espacial, trata-se de um princípio associado às características distintas, únicas de um lugar, que o distinguem de

outros lugares, e da relação entre a singularidade de um lugar e o grau de identificação que os residentes desse lugar apresentam face ao mesmo (Mehra et al., 1998).

O contributo para o desenvolvimento e preservação da identidade no tempo e no espaço é o que constitui a base do princípio da continuidade. Através deste princípio, procura-se relacionar o passado e o presente, articulando-os com o futuro de cada indivíduo, sendo o lugar um elemento promotor e facilitador dessa articulação, na medida em que os indivíduos a ele recorrem para construir e documentarem as suas histórias de vida, utilizando, por vezes, a memória autobiográfica. Essas histórias de vida funcionam como pistas ou auxiliares de memória, dotando os indivíduos de um sentimento de invariabilidade, de estabilidade, de continuidade (Taylor, 2010; Breakwell, 2015).

A par da distinção e da continuidade, a auto-estima constitui, igualmente, um dos princípios que norteiam as capacidades de memória, consciência e construção organizada da identidade. Define-se, em termos gerais, pela avaliação positiva feita pelos indivíduos sobre si próprios ou sobre o grupo com o qual se identificam, mas tal avaliação pode, também, ser empreendida em relação a um determinado lugar (Suosheng & Chen, 2015). Dependendo do autor e da perspectiva adotada em torno da análise da noção de auto-estima, o entendimento relativamente à influência exercida por esse lugar na auto-estima dos indivíduos constitui um aspeto suscetível de variação. Embora a conceção de auto-estima preconize uma avaliação global positiva, na realidade podem existir situações em que tal não se verifique ou em que o impacto na auto-estima não seja significativo. Enquanto Uzzel (1996) considera que o facto de um indivíduo viver num lugar com características históricas constitui um fator propício à emergência de um sentimento de orgulho por associação, autores como Twigger-Ross et al. (2003) afirmam que a auto-estima não se define apenas por uma simples avaliação positiva, mas, antes, pelas qualidades de um lugar, sendo estas que incrementam a auto-estima dos indivíduos e facilitam a sua identificação com o mesmo. Por seu turno, Gu e Ryan (2008) defendem que o sentimento de orgulho sentido por um indivíduo relativamente a um lugar pode ser substituído por um sentimento de insatisfação caso os indivíduos associem a esse lugar sentimentos ou memórias de conotação negativa.

Segundo Taylor (2010), os conceitos de identidade e de lugar constituem o reflexo da ligação dos indivíduos a um lugar ou região, a qual pode adotar uma vertente sociocultural, que incide, principalmente, sobre os habitantes, os seus sentimentos e perceções enquanto dimensões relacionadas com os sistemas sociais e culturais e elementos naturalmente presentes nesses sistemas, ou uma vertente espacial, na qual sobressai as características de um dado lugar.

Na senda de Stedman (2002), o conceito de identidade de lugar, para além do lugar físico e das atividades humanas que propiciam a emergência de um sentimento associado ao lugar, compreende, igualmente, os processos de natureza social e psicológica que têm lugar no espaço físico e que nele se encontram enraizados. É, ainda, descrito pelo autor como uma característica coletivamente atribuída ao lugar e uma auto-identificação de um indivíduo relativamente a esse lugar. Numa abordagem complementar, Lalli (1992) destaca os fatores históricos, culturais e políticos que definem a identidade associada ao lugar e a sua influência ao nível dos significados, das regras e dos valores que os habitantes lhe atribuem. Segundo o autor, na base da conceptualização da identidade de lugar, encontra-se a auto-definição positiva de um indivíduo acerca de um lugar, o qual é apropriado como um lugar vivido e percebido e cuja apropriação concorre para a formação da identidade pessoal através da transferência de algumas características, em certa medida, psicológicas, que se assemelham a traços de personalidade, como, por exemplo, cosmopolita, frio, agradável, entre outros.

Independentemente das especificidades conferidas pelos diferentes autores e escolas de pensamento à identidade de lugar, em termos genéricos, o entendimento do conceito resume-se às dimensões identitárias que definem a identidade de cada indivíduo em relação ao espaço físico em que este se insere e com o qual pode desenvolver uma ligação emocional ou um compromisso afetivo. Esta ligação representa um fenómeno complexo, composto por várias características, em que o afeto, as emoções, o conhecimento, as crenças, os comportamentos e as ações relativas aos lugares moldam a interconexão entre estes e os indivíduos. Para além das componentes emocional e afetiva, o conceito integra, ainda, a componente funcional, a qual é representada pela capacidade que um lugar possui de satisfazer as necessidades funcionais dos indivíduos e de apoiar os seus intentos comportamentais de forma tão eficaz que não é comparável a qualquer outra alternativa conhecida (Proshansky et al., 1983; Hidalgo & Hernández, 2001; Wijaya et al., 2018; Alrobae & Al-Kinani, 2019). Como afirma Ujang, quer as qualidades físicas quer as qualidades funcionais “(...) influence the degree of dependency on and attachment to place as a platform for activities and social interaction” (2012, p. 158). Conclui-se, portanto, que quanto maior for o grau de funcionalidade de um lugar, maior será a ligação ou o apego dos indivíduos e, conseqüentemente, a sua satisfação e a sua dependência face a esse lugar. Anton e Lawrence atestam que, no caso de um determinado lugar se revelar mais funcional do que as alternativas disponíveis, “(...) the individual will have higher place dependence and will be more likely to want to stay in that place” (2014, p. 452).

Entendida como uma componente da ligação ao lugar, a dependência associada ao lugar é, por vezes, utilizada como um construto para a medição do apego dos indivíduos a um

determinado lugar, sendo entendida como “(...) the perceived strength of association between a person and specific place which is related to the quality of the current place and the quality of other substitute places that are comparable to the current place” (Ujang, 2012, p. 158).

Uma das concepções de ligação associada ao lugar a que a literatura faz referência é aquela proposta por Scannell e Gifford (2010). Segundo essa concepção, o conceito de ligação associada ao lugar é um conceito tridimensional assente na análise de cada uma das dimensões que o compõem, mais concretamente a dimensão pessoal, a dimensão do processo psicológico e a dimensão do lugar. A ligação ao lugar ocorre a um nível pessoal, simultaneamente individual e coletivo. No plano individual, é destacada a ligação que cada indivíduo estabelece com um determinado lugar enquanto no plano coletivo essa ligação compreende os significados simbólicos associados ao lugar e partilhados entre os membros de um grupo. Se, no primeiro plano, a investigação em torno do conceito evidencia que os ambientes que evocam memórias propiciam uma ligação indivíduo-lugar mais forte (Twigger-Ross & Uzzell, 1996), o segundo plano centra-se nos lugares onde os grupos podem praticar e, conseqüentemente, preservar a diferenciação cultural, religiosa e de género, através da partilha de experiências, valores e símbolos, sendo a esses lugares que se sentem verdadeiramente ligados (Scannell & Gifford, 2010).

A estrutura tripartida a que aqui se alude para fins de análise e interpretação do conceito de ligação associada ao lugar e que se encontra representada na Figura 3.1. contempla, igualmente, o processo psicológico a partir do qual se forma a ligação indivíduo-lugar. Por outras palavras, é através desse processo que se torna perceptível o modo como a ligação indivíduo-lugar é alcançada e que tipo de interações sociais ocorrem nos ambientes com um significado especial para os indivíduos, contribuindo, assim, para estimular essa ligação. Na dimensão do processo psicológico, o foco de interesse recai, essencialmente, sobre os aspetos psicológicos que determinam a ligação a um lugar, tais como os afetos, as cognições e os comportamentos (Scannell & Gifford, 2010). Efetivamente, a ligação dos indivíduos a um lugar pode desenvolver-se através de uma base emocional e afetiva, também conhecida por topofilia, que pode sofrer alterações decorrentes de diversas circunstâncias, designadamente do facto de as localidades e regiões passarem de lugares territorializados e tradicionalizados para lugares maioritariamente desterritorializados e destradicionalizados (Elden, 2005), ou seja, constantemente contestados pelo seu carácter territorial e pelas suas tradições; pela destruição do espaço pelo tempo; pelo entendimento global e subjetivo da noção de lugar e pela conquista de uma identidade coerente e de um equilíbrio entre a realidade e a representação associadas a um lugar (Oliveira et al., 2010). Relativamente a este último aspeto, Harner (2001) defende que

o espaço físico “(...) is both representation and reality, both symbol and form, both image and actual lived conditions. The representation of landscape – the ideal that seeks to naturalize power relations – confronts the reality of the material world in specific places. Competing groups continually contest the dominant morphology and symbolism, thereby reshaping the social and physical space” (p. 663).

Não obstante estar tendencialmente associada a sentimentos positivos, como o conforto ou a proteção, a base emocional e afetiva da ligação indivíduo-lugar também pode ser formada por sentimentos negativos e até ambíguos. De acordo com Manzo (2005), a natureza das experiências vividas pelos indivíduos num determinado lugar definem o grau de força subjacente à ligação que esses indivíduos estabelecem com o lugar. Deste modo, o autor afirma que “(...) those who do not have strong, positive affective bonds with their residence are placeless” (p. 68).

A par da componente afetiva e emocional, também as componentes cognitiva e comportamental encontram-se associadas à dimensão do processo psicológico e são igualmente explicativas da ligação dos indivíduos a um lugar. Na componente cognitiva, as memórias, as crenças, os significados e os conhecimentos que os indivíduos associam a um lugar são particularmente relevantes na definição do grau de importância e, conseqüentemente, do grau de ligação que é estabelecido com esse lugar, na medida em que os ambientes físicos onde se realizaram acontecimentos importantes ou decorreram momentos memoráveis na vida dos indivíduos são aqueles que têm mais importância e com os quais a ligação é mais forte (Twigger-Ross & Uzzell, 1996; Manzo, 2005). Mas essa ligação pode, ainda, ser revelada por meio de ações, retratando, dessa forma, a componente comportamental da dimensão do processo psicológico. Considerando os comportamentos de manutenção e de proximidade, que refletem uma das partes constituintes desta componente, estes surgem associados ao tempo durante o qual os indivíduos residiram num lugar e aos esforços por eles encetados para regressar a esse lugar, um lugar que reconhecem como sendo a sua ‘casa’, quer pelo facto de ser o lugar onde, efetivamente, residem, de forma ininterrupta ou não, mas, também, pelas sensações de conforto, estabilidade, familiaridade e pelo sentimento de partilha social, de valores e de identidade que nele podem experienciar (Riemer, 2000; Lewin, 2001). Hay (1998) estabelece uma relação entre a ligação associada ao lugar e o tempo de residência, afirmando que “The development of a sense of place is particularly influenced by residential status. Those with more superficial connections to place, such as transients or tourists, do not develop the strong attachment that is often found among insiders raised in the place who then remain there for most of their lifetimes” (p. 5). Além disso, para o autor, “Daily or periodic (physical) contact

with a place is necessary to maintain a sense of place, just as such contact is necessary to maintain other relationships; otherwise, the sense of place becomes more nostalgic in character” (p. 6).

Outra das partes constituintes do processo psicológico é a reconstrução de um lugar, que pode assumir a forma de reestruturação ou recuperação após destruição por um fenómeno natural ou uma guerra, por exemplo, ou a forma de realocação dos indivíduos a um novo lugar. Enquanto no primeiro caso, os indivíduos reúnem esforços para reconstruir o lugar, procurando replicar, o mais fielmente possível, o seu aspeto e as suas características antes da destruição ter ocorrido, no segundo caso, os indivíduos procuram, sempre que possível, seleccionar lugares com características semelhantes às do lugar que irão deixar para que, desse modo, possam preservar a ligação local que possuem e perpetuar o sentimento de continuidade (Scannell & Gifford, 2010).

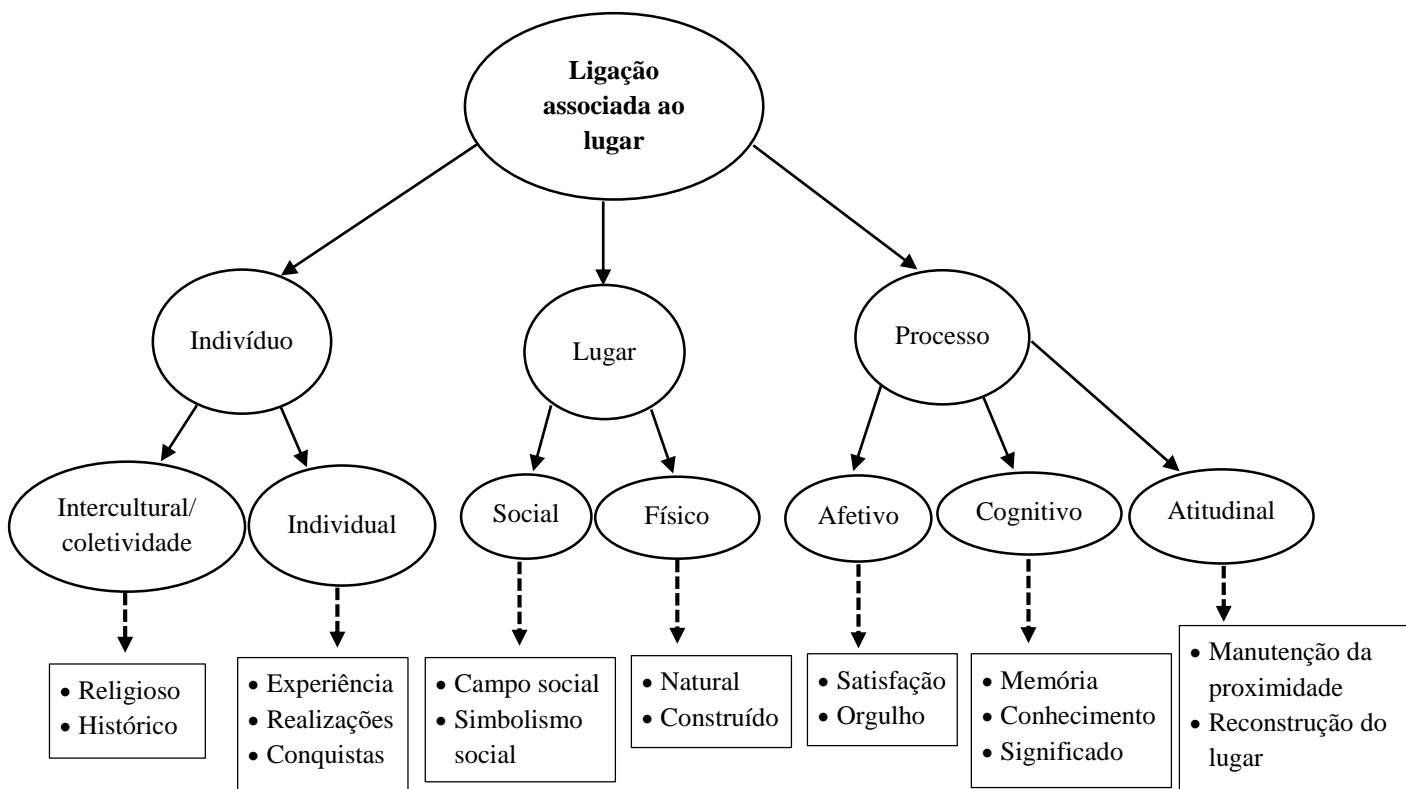


Figura 3.1. O modelo tripartido da ligação associada ao lugar

Fonte. Scannell & Gifford (2010)

Por último, importa referir o contributo do próprio lugar para o processo de desenvolvimento de uma ligação. Considerada a dimensão mais importante da ligação associada ao lugar, esta tem vindo a ser analisada numa dupla perspetiva: física e social. Hidalgo e Hernández (2001) concluíram, a partir de uma avaliação feita à força da ligação em

diferentes níveis espaciais de análise, tais como a casa, o bairro ou a vizinhança e a cidade, que a ligação revelou-se mais forte para o plano residencial (casa) e para o plano municipal (cidade) do que para o plano do bairro ou da vizinhança. Além disso, a dimensão social da ligação ao lugar revelou-se mais forte do que a dimensão física. Por seu turno, Riger e Lavrakas (1981) utilizam os conceitos de união (*'bondedness'*) e de enraizamento (*'rootedness'*) como determinantes da ligação social e da ligação física, respetivamente. Segundo os autores, o desenvolvimento de laços sociais, o sentimento de pertença a um bairro e a familiaridade com os demais residentes contribuem para uma ligação indivíduo-lugar mais forte do ponto de vista social, enquanto a duração de residência, o sentimento de posse e os planos para permanecer num lugar constituem fatores que justificam a ligação dos indivíduos a um ambiente no plano físico.

Como tem vindo a ser referido, as memórias, as experiências culturais, a partilha de valores e os encontros sociais conferem aos lugares significados que são partilhados pelos indivíduos, ao mesmo tempo que contribuem para o desenvolvimento da sua identidade e favorecem uma forte ligação ao espaço físico. Esses significados inter-subjetivos associados aos lugares são responsáveis pela emergência do processo de simbolização dinâmica, a partir do qual as ações sociais são vinculadas às características espaciais e as representações socioespaciais acerca de um lugar ganham sentido, consolidando-se, sobretudo, através de memórias coletivas e significados culturais partilhados (Lalli, 1992; Low & Altman, 1992).

Relativamente à influência do turismo sobre a identidade local, é possível afirmar que, embora o papel influenciador da atividade turística possa, em alguns casos, ser considerado vantajoso e benéfico, como é o caso da diversidade cultural que a caracteriza, noutras casos, a introdução de novas formas de comportamento, novos hábitos e costumes exige que a comunidade de um determinado território esteja disposta a aceitá-los sem reservas (Božetka, 2013). As transformações territoriais, quer do ponto de vista físico e morfológico quer do ponto de vista social, nem sempre são bem recebidas pelas comunidades locais, podendo exercer sobre estas um efeito desestabilizador e serem consideradas uma ameaça à identidade social e local. Sentindo a identidade ameaçada, as comunidades locais procuram reafirmar a sua cultura e as suas tradições, valorizar o seu património e preservar a sua pertença a um grupo com características próprias. Desse modo, perante o receio de perderem os valores e a cultura herdados, os indivíduos reforçam o sentimento de identidade opondo-se àquilo que avaliam como sendo diferente e desconhecido (Brygola, 2011; Breakwell, 2015).

3.2. Concepções teóricas em torno da identidade individual e de lugar

A coexistência de culturas diversas no mesmo espaço, estimulada quer pela livre circulação de indivíduos quer pelos parâmetros instituídos pela globalização, fez com que as questões ligadas à identidade começassem a ser abordadas com mais intensidade, interesse e fascínio por parte dos investigadores de diversas áreas científicas, quer numa perspetiva micro, através da noção do Eu, ou identidade individual, e seus derivados (Eu relacional e Eu coletivo), quer numa perspetiva macro, através de conceitos como identidade local, identidade regional e sentimento de lugar.

Como anteriormente referido, apesar da mobilidade dos indivíduos entre territórios em busca de novas oportunidades, mas também do conhecimento de outros indivíduos e de outras culturas não ser uma novidade na história da cultura humana, tendo provocado uma mistura e uma standardização de costumes e valores, a verdade é que a era da globalização, principalmente com as transformações ocorridas a partir do último século, veio intensificar esses efeitos (Tartaglia & Rossi, 2015). Aquilo que era local e de acesso limitado a alguns indivíduos, tornou-se, entretanto, global e acessível à maioria dos indivíduos. Tal como Tartaglia e Rossi afirmam “Global culture modifies local cultures, rendering them simpler and more similar to one another. Traditional distinctions become increasingly blurred as new, instantly recognizable characteristics of the global culture transform the local landscape” (2015, p. 106).

A análise às questões identitárias tem vindo a ser realizada com base na noção de identidade individual e coletiva, sendo, por isso, notória a existência de uma relação entre os conceitos de identidade e a noção subjacente ao Eu que importa explorar. Tanto o conceito de identidade como a noção de Eu têm sido analisados a partir da premissa de que as interações sociais e a cultura exercem uma influência determinante nas características que fazem parte de cada indivíduo e na sua finalidade enquanto ser social e, portanto, parte integrante da sociedade, em situação de co-presença e constante interação com outros indivíduos e com o meio ambiente envolvente.

O carácter predominantemente social que caracteriza esses conceitos encontra-se representado pelo contexto em que a sua génese se enquadra, o mundo social em que os indivíduos vivem e as relações sociais que estes engendram e que, de algum modo, os define enquanto seres sociais (Mead, 1934; Tartaglia & Rossi, 2015). O Eu intrapessoal e o Eu interpessoal são designações geralmente atribuídas, dependendo dos elementos que concorrem

para a definição da identidade individual e coletiva, das características e das capacidades inatas, das disposições internas e das atitudes, bem como das relações sociais (Dunning, 2012).

Para além de um conjunto de características físicas, a noção de Eu inclui, também, a identidade social, isto é, “the traits and characteristics, social relations, roles and social group memberships that define what one is” (Oyserman et al., 2012, p. 69). Segundo os mesmos autores, a identidade pode ser perspectivada como um elemento do passado, do presente e do futuro, sendo reveladora da pessoa que um determinado indivíduo foi, é e espera vir a tornar-se, respetivamente. Tajfel também define o conceito de identidade social, partindo, no entanto, de uma abordagem mais coletiva. Para este autor, este tipo de identidade deve ser entendida como “the individual’s knowledge that he belongs to certain social groups together with some emotional and value significance to him of his group membership” (1972, p. 292).

Porém, o conceito de identidade é conhecido pela sua flexibilidade e complexidade, refletidas nas diversas tentativas de explicar em que consiste e na variedade de definições que em torno dele emergem. Nesse sentido, Božetka (2013) defende que o conceito de identidade pode ser tratado, por um lado, com base numa perspetiva psicocultural e social e, por outro lado, a partir de uma perspetiva corológica. A primeira relaciona-se com as questões identitárias em torno dos indivíduos, dos grupos e até de uma cultura, enquanto a segunda diz respeito à análise da identidade com base numa abordagem espacial, com referência a um lugar, uma região ou uma paisagem, em que os conceitos de identidade local e identidade regional desempenham um papel de grande relevância. Dado que ambos os conceitos se diferenciam entre si, importa, pois, estabelecer essa distinção, apontando, para tal, as principais diferenças.

Tanto o conceito de identidade local como o conceito de identidade regional situam-se naquele que é o núcleo de conceitos relacionados com o conceito de identidade gerador das teorias da identidade social (Tajfel, 1972, 1978), da identidade coletiva (Asmore et al., 2004) e do Eu dialógico¹⁴ (Hermans, 2001; Santos & Gomes, 2010) e em que todas elas o denominador comum é o Eu e a influência de situações sociais na definição da sua identidade, seja no contacto com o Outro ou na pertença a grupos sociais.

A diferença entre os conceitos de identidade local e de identidade regional reside, sobretudo, no grau de abstração que define cada um deles face ao espaço concreto em que essa identidade ganha sentido. Pohl (2001) destaca que, além da identidade regional apresentar um

¹⁴O conceito de Eu dialógico resulta da interseção da teoria do ‘Self’ de William James com a noção de novela polifónica de Mikhail Bakhtin. Define-se como uma multiplicidade de posições/papéis, relativamente autónomos e dinâmicos, assumidos pelo Eu, que, através de várias personagens, encarna essas posições e esses papéis em contextos específicos e atribui-lhes voz, ainda que imaginativamente, tornando, assim, possível a interação e o diálogo entre elas (Hermans, 2001).

elevado nível de abstração quando comparada com a identidade local, na medida em que não implica a existência de uma recordação relacionada com um determinado lugar ou de uma antiga ou atual co-presença de indivíduos num mesmo local, este tipo de identidade manifesta-se a um nível meso, situando-se entre o nível nacional e o nível local. O mesmo autor afirma, ainda, que a identidade local relaciona-se de modo mais próximo com o território, o qual adquire um significado especial para os indivíduos em virtude da rede de amigos e familiares e dos laços estreitos que aí se desenvolveram e/ou desenvolvem, mas também devido ao facto de se tratar de um local onde a sua socialização ocorre. O conhecimento que os indivíduos possuem acerca do território, do seu espaço físico e dos seus habitantes advém, em grande parte, dos laços fortes que estabelecem com esse território na sua globalidade, o que adensa o sentimento de comunidade e a ligação profunda ao lugar.

3.3. O papel da identidade individual na formação de dinâmicas relacionais

Embora a socialização e a sociabilidade sejam dimensões complementares e interrelacionadas da essência social e relacional de cada indivíduo, na medida em que uma cria as condições necessárias à existência da outra, também é um facto que são dimensões com características distintas e, como tal, importa esclarecer o que as distingue. Neste ponto, importa, ainda, abordar a noção de quadros de interação com base na conceptualização proposta por Costa (1999), ancorada na perspectiva de autores como Simmel, Durkheim e Goffman.

A afirmação proferida por Berger e Luckmann, segundo a qual “O indivíduo não nasce membro da sociedade. Nasce com predisposição para a sociabilidade e torna-se membro da sociedade” (2004, p. 137), enfatiza a importância do papel desempenhado pelo processo de socialização no desenvolvimento de formas de sociabilidade, mas, também, de quadros de interação na formação e evolução dos indivíduos enquanto seres sociais. Na perspectiva destes dois autores, o indivíduo só se torna membro da sociedade a partir do momento em que procura compreender o Outro e a realidade objetiva e subjectiva que o rodeia, através de um processo de socialização e interiorização que lhe permite, de forma gradual, construir a sua rede de relacionamentos. Deste modo, mais do que existir em sociedade, é fundamental coexistir e participar na dialética da sociedade.

Por seu turno, Durkheim, sendo um dos autores e sociólogos que se tem debruçado sobre a questão da socialização, privilegia uma análise baseada em duas concepções: a natureza humana e a relação entre indivíduo e sociedade. Na sua concepção de natureza humana, defende que os indivíduos, enquanto seres humanos, possuem uma dupla existência, sendo constituídos, por

um lado, pela parte individual e, por outro lado, pela parte social. Enquanto a parte individual representa o indivíduo em “estado puro” e ainda desprovido de socialização, mas detentor de alguma forma de atividade mental, a parte social emerge da vida em sociedade, constituindo um produto da interação social¹⁵ e da participação do indivíduo em relacionamentos sociais (van de Walle, 2008). O indivíduo constitui-se, assim, na dialética corpo e alma, a partir da qual sobressaem tanto as sensações e as vontades egoístas, o instinto e a percepção individual como a ação moral, o comportamento normativo e o pensamento conceptual. Pode-se, portanto, afirmar que as interações sociais desempenham um papel crucial ao nível da sustentabilidade da vida social, representando, conjuntamente com as situações de co-presença, uma parte fundamental das suas necessidades básicas, que, por sua vez, possibilitam que esses indivíduos se desenvolvam a si próprios, aos seus papéis e às suas relações sociais nas mais variadas circunstâncias e contextos. Sem relações sociais, os indivíduos vivem distanciados uns dos outros, o que faz desaparecer o sentimento de ligação e de pertença à sociedade (Dousti, Kazemi & Behzadfar, 2018).

Ainda de acordo com a perspectiva durkheimiana, a relação entre o indivíduo e a sociedade constitui o centro de todo o processo de socialização, que vai para além da aprendizagem e internalização de um conjunto de normas, valores, papéis, crenças, informação e conhecimento, desempenhando um papel fundamental na aquisição de capacidades e competências, indispensáveis à vivência e sobrevivência dos indivíduos na sociedade em que se inserem.

Enquanto seres sociais e sociáveis, os indivíduos desenvolvem relações sociais, o que remete para a noção de Eu relacional. Esta noção compreende aspetos da identidade individual que se encontram intimamente ligados aos relacionamentos encetados com indivíduos significantes¹⁶, como por exemplo, pais, amigos, cônjuge, entre outros, tendo, essa componente relacional, implicações ao nível da autodefinição, autoavaliação e autorregulação do desenvolvimento e funcionamento da personalidade de cada indivíduo em relação ao Outro. Cada um dos elos de ligação que os indivíduos significantes estabelecem com o Eu tem a capacidade de revelar características e aspetos relativamente únicos da identidade de cada indivíduo quando em relação com esses indivíduos significantes. Deste modo, o Eu é envolvido e moldado, em parte, pelos laços e ligações geradas com os indivíduos significantes, quer estes

¹⁵Na perspectiva de Goffman, a interação define-se como “a influência recíproca dos indivíduos sobre as ações uns dos outros numa situação de presença física imediata. Uma interação será definida como a totalidade da interação, seja qual for o seu momento, em que um determinado conjunto de indivíduos se encontram continuamente presentes (...)” (1993, pp. 26-27).

¹⁶Um indivíduo significativo define-se como “any individual who is or has been deeply influential in one’s life and in whom one is or once was emotionally invested” (Andersen & Chen, 2002, p. 619).

se encontrem presentes fisicamente ou apenas no plano simbólico (Andersen & Chen, 2002). Na abordagem integrada da noção de Eu relacional, apresentada por Chen, Boucher e Kraus (2011), o Eu é considerado um elemento integrante das relações sociais e, portanto, indissociável destas, cuja existência é caracterizada com base nos seguintes fatores: (a) o conhecimento, que se encontra ligado na memória às informações armazenadas acerca dos indivíduos significantes; (b) a diferença nos níveis de especificidade, podendo ser específico ao nível das relações mas, também, mais generalizado ou global; (c) a capacidade de ser acedido através da memória; e (d) as autoconcepções e autoaspetos, tais como objetivos e estratégias autorregulatórias, que, uma vez utilizadas, definem a sua relação com os indivíduos significantes.

Assim como o Eu relacional retrata o caráter interativo das relações sociais encetadas pelos indivíduos, a noção de habitus de Pierre Bourdieu assume, igualmente, um papel crucial na explicação do processo de formação identitária dos indivíduos, mais concretamente do modo como as práticas culturais e sociais, mas, também, os estilos, os julgamentos e as representações são geradas e organizadas pelos indivíduos, protagonistas de tais práticas e caracterizados por diferentes modos de ser e de estar em sociedade.

Para Bourdieu, o habitus configura “(...) um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de acções – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas (...)” (1983, p. 65). Setton clarifica os contornos do conceito de habitus interpretando-o como “(...) um sistema de esquemas individuais, socialmente constituído de disposições estruturadas (no social) e estruturantes (nas mentes), adquirido nas e pelas experiências práticas (em condições sociais específicas de existência), constantemente orientado para funções e ações do agir cotidiano” (2002, p. 63). Para além do caráter distinto e distintivo característico das posições e das práticas, o habitus apresenta-se como diferenciado e diferenciante, distinto e portador de distinção, sendo um esquema classificatório, na medida em que “(...) estabelece diferenças entre o que é bom e o que é mau, entre o que está bem e o que está mal, entre o que é distinto e o que é vulgar, mas as diferenças não são as mesmas. Assim, por exemplo, o mesmo comportamento ou o mesmo bem pode parecer distinto a um, pretensioso ou exibicionista a outro, vulgar a um terceiro” (Bourdieu, 1997, p. 9).

Simultaneamente, o habitus apresenta uma capacidade unificadora dessas diferenças, através da conciliação da oposição aparente entre realidade exterior e realidades individuais

sendo, portanto, estruturado pelo ambiente social e estruturante das ações e representações (Setton, 2002).

De acordo com Casanova (1995, p. 49), o sistema de disposições que se encontra subjacente ao habitus caracteriza-se por ser “(...) uma tendência intrínseca aos atores sociais que resulta das particularidades do seu processo de socialização e que orienta as suas práticas sociais”.

Desta forma, o processo de socialização e as experiências individuais resultantes da vivência em sociedade constituem fatores primordiais à construção do habitus (Di Pietro, Mugion & Renzi, 2018), embora seja de referir que o processo de socialização é um processo em continuum, dado que decorre ao longo da vida dos indivíduos e caracteriza-se pela não uniformidade, ou seja, a socialização dos indivíduos realiza-se com base em diversos níveis e nem todos se encontram no mesmo patamar de desenvolvimento. Enquanto uns apresentam níveis de socialização menos desenvolvidos, para outros, esse não é um processo recente e, por isso, registam níveis mais desenvolvidos. Na realidade, a construção da identidade de um indivíduo é influenciada pelo contexto em que este se insere, o qual determina o sucesso do processo de formação identitária e o resultado da ligação entre o Eu e a sociedade.

3.4. Formas de sociabilidade e quadros de interação em contexto turístico

O processo de metropolização dos territórios urbanos, justificado, em parte, pela melhoria das acessibilidades, pela facilidade de deslocação física entre territórios, pela intensificação da urbanização e pela descoberta e exploração turística de locais até então reservados, maioritariamente, aos indivíduos que neles residiam são características da modernidade que têm contribuído para níveis de urbanização expressivos. Estes, por sua vez, têm originado alterações profundas do espaço público urbano, fazendo surgir novas e diferentes formas de padrões, estilos de vida e relações sociais, as quais assumem um novo protagonismo, mais denso e descentralizado, em territórios cada vez mais alargados. Desse modo, tal como evidenciam Jabareen e Eizenberg (2021), a centralidade dos territórios torna-se mais dispersa e fragmentada e o centro de referência do espaço urbano dá lugar a uma amálgama de configurações urbanas caracterizadas por uma heterogeneidade económica, cultural, institucional e social. Para tal, contribuem, igualmente, aspetos diversos, tais como o advento das novas tecnologias; os processos de segregação; a acentuada individualidade e impessoalidade; a valorização da vida no anonimato; os processos de globalização e de financeirização dos mercados, com as implicações inerentes, nomeadamente a intensificação dos processos de mobilidade, a super aglomeração, a fragmentação de valores sociais, a

diferenciação nos estilos de vida, a copresença de diferentes culturas num mesmo território, que influenciam, profundamente, o modo de vida do homem médio. Torna-se, portanto, fundamental refletir, analiticamente, acerca das modificações que têm vindo a ocorrer nos territórios, incluindo ao nível das relações sociais e dos quadros de interação, sendo uma delas a transição de solidariedades comunitárias para interações sociais caracterizadas por laços sociais fracos e por uma gestão das relações assente na promiscuidade e na heterogeneidade (Villanova, 2001).

Assiste-se, nos tempos atuais, a formas de sociabilidade em que o estranhamento, a imprevisibilidade e o distanciamento nas relações sociais passam a ser predominantes na cidade alargada, o que denota um certo esgotamento da sociabilidade ou ausência de vitalidade em tais relações (Terkenli, 2002). Para o autor, a intensidade, a estruturação e o carácter duradouro que, anteriormente, predominavam nas relações sociais dão lugar a contactos sociais marcados pela incerteza, volatilidade, efemeridade e pragmatismo, contribuindo para que, apesar de inseridos numa aglomeração urbana, os indivíduos se sintam cada vez mais isolados e sozinhos. Neste contexto, assiste-se a uma reorganização das relações sociais e dos quadros de interação, assim como dos processos e das estruturas afetas às formas de sociabilidade.

As noções de relação social e de quadros de interação encontram sustentação no conceito de sociabilidades, o qual tem sido explorado em abordagens de diferentes autores.

De acordo com Grafmeyer (1995), existem três tipos de sociabilidade urbana que se vão moldando, dependendo do contexto em que se realizam, designadamente a sociabilidade formal ou organizada, caracterizada por trocas que implicam regularidade e duração; a sociabilidade informal, na qual se destacam a regularidade e duração mínimas; e a sociabilidade interativa ou de contacto.

Para Simmel, a sociabilidade “is the art or play form of association, related to the content and the purposes of association in the same way as art is related to reality” (1949, p. 254), ou seja, caracteriza-se por formas de associação entre os indivíduos, as quais, em conjunto com os interesses pessoais que as motivam (económicos, religiosos, políticos, entre outros) estruturam uma unidade mais vasta que se designa por sociedade. Os autores defendem que é possível alcançar a sociabilidade pura sempre que um indivíduo se predispõe a socializar e, efetivamente, concretiza essa predisposição, muito embora, no caso da sociabilidade pura, não se trate de estabelecer relações pessoais e profundas do ponto de vista emocional. Na realidade, Simmel afirma que as relações marcadas por valores pessoais perdem a essência da sociabilidade e são definidas apenas pelo seu conteúdo. É o que sucede, por exemplo, nas relações sem compromisso, as quais, apesar da sua natureza, fornecem aos indivíduos um

sentimento de união, que, na perspectiva do autor, é passível de perdurar no tempo, caso os indivíduos se tornem sociáveis e para tal exercitem o seu capital social.

No enquadramento daquilo que constitui as sociabilidades, Simmel valoriza, ainda, o significado das conversações referindo que “in sociability, talking is an end in itself; in purely sociable conversation the content is merely the indispensable carrier of the stimulation, which the lively exchange of talk as such unfolds” (1949, p. 259).

Complementando e reforçando a relação estabelecida por Simmel entre as sociabilidades e o capital social, Bourdieu afirma que “The reproduction of social capital presupposes an unceasing effort of sociability, a continuous series of exchange in which recognition is endlessly affirmed and reaffirmed” (1986, p. 250), o que denota, para efeitos de manutenção das relações sociais, um investimento contínuo de energia e de recursos. Para Dousti et al. (2018), as interações sociais constituem a parte central do capital social, o qual, por sua vez, pode funcionar como uma subestrutura promotora da coesão social e do reforço do vínculo social entre os indivíduos.

Por outro lado, Zakariya et al. transmitem uma abordagem de sociabilidade assente na relação entre espaço e capacidade de satisfação de necessidades, como a realização de atividades, definindo o conceito como “(...) the ability for the public to become attracted to a space that allows them to conduct social and leisure activities, wether individually or as a group” (2014, p. 679).

No âmbito das formas de sociabilidade e das relações sociais engendradas territorialmente e considerando uma abordagem análoga à noção de sistemas de disposições de Pierre Bourdieu, os quadros de interação constituem “(...) como os sistemas de disposições, formas de mediação entre as estruturas sociais, em sentido amplo, e as práticas sociais. Tal como os sistemas de disposições, os quadros de interação podem conceber-se como estruturados, através de espaços relacionais de condições de existência e pelas dinâmicas societais globais, e estruturantes, por intermédio das práticas e representações para cuja produção contribuem como princípios geradores fundamentais” (Costa, 1999, p. 300). Ainda a respeito dos quadros de interação, o mesmo autor menciona que estes demonstram a natureza influenciadora dos contextos sociais, na medida em que interferem, de forma efetiva, na produção das práticas e representações sociais e que desses contextos fazem parte, por um lado, os processos de interação e, por outro lado, os quadros contextuais nos quais se concretizam esses processos de interação. Esses quadros, através das configurações que podem assumir (morfológica, social e cultural) influem, em graus variáveis, nos padrões interacionais das práticas que neles têm lugar.

Os espaços públicos constituem o lugar, por excelência, das relações sociais e das interações, transformando-se no palco privilegiado onde atuam as mais variadas formas de sociabilidade, as quais se revestem de um caráter mais rotineiro ou mais esporádico. Como afirma Dousti, Kazemi e Behzadfar, “The nature of social life and public spaces are tied together with social interactions and collective memories, which creates a scene for the presence and socializing of different people” (2018, p. 39).

Por espaço público, entende-se “platforms where people can be a part of the public realm, which is different from the settings of their home, workplace or place of study. It is in the public spaces that people can physically become a part of the larger community” (Zakariya et al., 2014, p. 679). Esta concepção de espaço público encontra relação, em certa medida, com a definição de sociabilidade de Zakariya et al. (2014) mencionada anteriormente, dado que os espaços públicos encorajam os indivíduos a juntarem-se e a socializarem, constituindo um meio para a satisfação das suas necessidades, incluindo a formação de laços e relacionamentos sociais. Nesse sentido, os espaços públicos podem ser mais vitais, mais habitáveis, mais atrativos e mais desejáveis quanto maior for a sua capacidade para proporcionar aos indivíduos a possibilidade de realizarem atividades, de exprimirem o seu espírito em momentos de partilha e de convivência, de reforçarem a sua ligação e o seu sentimento de pertença ao território onde estão integrados.

O espaço público onde os quadros de interação ocorrem pode, ainda, ser representado, em termos mais concretos, pelas noções de ‘terceiros lugares’ e ‘quartos lugares’.

Os terceiros lugares são, para Oldenburg (1999), lugares diferentes daqueles em que os indivíduos vivem e trabalham, classificados como primeiro e segundo lugares, respetivamente, mas um lugar acolhedor e confortável que os indivíduos podem visitar regularmente e onde interagem, podendo, essa interação, assumir uma natureza ativa ou passiva. Nesta classificação incluem-se os cafés, lojas, salões de beleza, cabeleireiros, centros recreativos, paragens de autocarro, restaurantes, bares, entre outros, os quais contribuem para adensar o sentimento de comunidade e para promover a comunicação entre os indivíduos, quer estes se conheçam ou não, sendo um fator que influencia o seu nível de qualidade de vida (Jeffres, Bracken, Jian & Casey, 2009; Mehta & Bosson, 2010).

Embora se assemelhe aos terceiros lugares na informalidade que caracteriza esses espaços, nas características comportamentais e sociais que neles emergem e na diferenciação relativamente às rotinas domésticas e profissionais, os quartos lugares diferem no tipo de utilizadores ou frequentadores, atividades, localizações e condições espaciais. Aelbrecht explicita as diferenças entre os terceiros e os quartos lugares afirmando que “‘Fourth-places’

are more mixed relational locales, more socially diverse in terms of user groups and social relations and realms, than ‘third places’ that mainly cater for parochial life among socially homogeneous groups. While in ‘third places’ conversation is the primary activity, in ‘fourth places’ it is all activities in-between necessary activities: ‘people watching’, walking, waiting and ‘killing time’. (...) Their other key characteristic is publicness. As opposed to ‘third places’ that are only privately owned and partially publicly accessible, ‘fourth places’ have a truly public and anonymous character” (2016, p. 134).

No plano da tríade espaço público/sociabilidade-quadros de interação/turismo, Bødker e Browning atestam que “(...) tourism can have ‘meeting the other’ as an important experiential agenda. In meeting the other, ‘places’ attain special meaning and are given affective substance, with social interactions being integral to the making of places in tourism. Such interactions may be played out both between tourists and other tourists, and between tourists and locals, the latter providing much of the social and cultural furniture of place” (2013, p. 20). Nessa medida, o turismo, enquanto prática social e sensorial, contribui para a formação de relações sociais que se concretizam por meio da interação contínua entre os indivíduos.

Na lógica das relações sociais ocorridas em contexto turístico, importa enfatizar a natureza das interações, que são, simultânea e inevitavelmente, sociais e culturais, uma vez que os movimentos turísticos facilitam o encontro de diferentes culturas, por vezes com um nível acentuado em termos de diferenças, principalmente na relação entre residentes e turistas estrangeiros. Neste caso específico, essa diversidade pode ser bem acolhida ou encontrar alguma resistência, sobretudo por parte dos residentes. De acordo com Aelbrecht (2016), existem duas ideias centrais que devem, neste caso, ser consideradas e que compreendem, por um lado, o facto de a diversidade promover a coesão social e, por outro lado, a possibilidade de se construir uma coesão comunitária a partir das interações entre indivíduos que não se conhecem.

3.5. O património cultural e edificado: reflexões sobre uma identidade materializada

Atualmente, as análises realizadas em torno do património compreendem abordagens que contribuem para o crescente reconhecimento e para uma acentuada valorização do seu significado e da sua influência ao nível do desenvolvimento local, designadamente as políticas e iniciativas de conservação e de salvaguarda, a vertente simbólica de referência associada ao património e a sua promoção enquanto ativo estratégico para o turismo e o lazer (e.g. Bujdosó

et al., 2015; Fernandes, 2015; Fernandes, Sousa & Salvador, 2018; Nilsson, 2018; Santa & Tiatco, 2019).

Para além da componente cultural de que o conceito de património se reveste, este compreende, igualmente, o ambiente natural em que uma determinada comunidade se insere. O património tangível e o património intangível surgem como os dois grandes tipos de património comumente referidos nos estudos patrimoniais. O património tangível subdivide-se em património cultural e natural, abrangendo, a título de exemplo, cidades e monumentos históricos, paisagens culturais e naturais e locais arqueológicos “that are cited as national treasures and, in many occasions, inscribed as World Heritage Sites for their outstanding universal values to humanity, creating a tourism industry where these sites are located” (Santa & Tiatco, 2019, p. 302). Por outro lado, o património intangível é definido como “the practices, representations, expressions, knowledge, skills – as well as the instruments, objects, artefacts and cultural spaces associated therewith – that communities, groups and, in some cases, individuals recognize as part of their cultural heritage” (Harrison, 2013, p. 134).

Independentemente da sua natureza tangível ou intangível, o património constitui um bem coletivo através do qual o passado se encontra com o presente e se reflete no futuro, tornando possível uma ligação sentimental aos valores e aos significados culturais e sociais de um povo ou de uma comunidade. Mais do que um legado a ser valorizado e preservado, o património representa um processo sociocultural, passível de escrutínio e análise à luz das narrativas e dos discursos que sobre ele são proferidos (Smith, 2006; Park, 2010; Daugbjerg & Fibiger, 2011; Lowenthal, 2015; Cardoso et al., 2017).

Como referido anteriormente, o reconhecimento da importância e do valor subjacentes ao património estende-se, atualmente, a áreas como o turismo e o planeamento urbano. Paralelamente aos debates em torno da conceção de património, surge, em destaque, o surgimento de um novo perfil de turistas cujo interesse assenta, predominantemente, na descoberta e exploração de ambientes, rituais e atividades de forte componente natural e cultural, contribuindo para a difusão e para a prática de tipologias de turismo cada vez mais diversificadas e para favorecer o aumento da complexidade associada à atividade turística (Ribeiro & Remoaldo, 2011). Deste modo, é possível considerar que novos paradigmas, quer globais quer locais, têm motivado diferentes práticas culturais, cujo entendimento deverá ser precedido por diversas análises que contemplem o território, incluindo a comunidade local que nele se insere e o património.

Como fonte de conhecimento e como elemento identitário, o património reflete a história e a vivência de um determinado povo e de uma determinada região. A relação entre o património

e a identidade é abordada por autores como Waterton e Watson, para quem o património é reconhecido como “(...) a version of the past received through objects and display, representations and engagements, spectacular locations and events, memories and commemorations, and the preparation of places for cultural purposes and consumption” (2015, p. 1). Por seu turno, outros autores, como é o caso de Smith, defendem que a definição de património compreende muito mais do que um mero conjunto de objetos materiais, apresentando-se como um meio através do qual é possível reviver o passado. Deste modo, o património pode, também, ser considerado “...a process of engagement, an act of communication and an act of making meaning in and for the present” (2006, p. 1).

O estudo da evolução do conceito, quer no contexto académico, em geral, quer no domínio das ciências sociais, em particular, e as preocupações relacionadas com a proteção e conservação do património dominaram, na Europa, o processo de criação de argumentos críticos e reflexivos acerca da temática (e.g. Vecco, 2010; Colomer, 2017; Sonkoly & Vahtikari, 2018).

Enquanto sociedade, o interesse coletivo no património e na sua preservação manifestou-se, de modo mais veemente, com a elaboração de documentação formal, legislação e convenções, e a implementação de políticas nacionais e internacionais cuja principal finalidade reside no apoio e incentivo ao reconhecimento e valorização do passado de cada território.

Conforme o artigo 2.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, da Assembleia da República (2001), que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural, este é constituído por todos os bens que, pelo facto de possuírem valor de civilização ou de cultura e de serem portadores de interesse cultural relevante, devem ser especialmente protegidos e valorizados. Ainda segundo o mesmo artigo, no plano cultural, o património integra, igualmente, os bens materiais e imateriais que contribuem para estruturar a identidade e a memória coletiva portuguesas e os respetivos contextos, que, pelo seu valor de testemunho, desempenham um papel de grande relevância na componente interpretativa e informativa desse património.

O património cultural encontra-se plasmado em diversos artigos da Constituição da República Portuguesa (CRP) (2005), e em outros instrumentos legislativos, os quais incidem, por um lado, na importância da sua salvaguarda e valorização enquanto bem de inestimável valor cultural e, por outro lado, na consciencialização de que os indivíduos em geral, os agentes culturais e os órgãos políticos, incluindo as autarquias e o Governo, desempenham um papel fundamental nessa salvaguarda e valorização, corresponsabilizando-os.

A par das competências relacionadas com a garantia da independência nacional e a promoção do bem-estar e da qualidade de vida dos cidadãos, o Estado Português tem a responsabilidade de proteger e valorizar o património cultural, tal como é atestado pelo conteúdo dos seguintes artigos da CRP:

- artigo 9.º, alínea e) - “São tarefas fundamentais do Estado: (...) Proteger e valorizar o património cultural do povo português, defender a natureza e o ambiente, preservar os recursos naturais e assegurar um correto ordenamento do território” (CRP, 1976, p. 3);
- artigo 52.º, ponto 3, alínea a) - “Promover a prevenção, a cessação ou a perseguição judicial das infracções contra a saúde pública, os direitos dos consumidores, a qualidade de vida, a preservação do ambiente e do património cultural” (CRP, 1976, p. 17).

No que concerne aos direitos e deveres no domínio do património cultural, cabe, uma vez mais, ao Estado garantir que o direito de todos os cidadãos à cultura é respeitado e cumprido e que o acesso à criação cultural é feito de forma igualitária. A esse propósito, o artigo 73.º, ponto 3, refere que “O Estado promove a democratização da cultura, incentivando e assegurando o acesso de todos os cidadãos à fruição e criação cultural, em colaboração com os órgãos de comunicação social, as associações e fundações de fins culturais, as coletividades de cultura e recreio, as associações de defesa do património cultural, as organizações de moradores e outros agentes culturais” (CRP, 1976, p. 26). É, ainda, da exclusiva competência da Assembleia da República legislar, entre outras matérias, sobre as bases que regem o sistema de proteção do património cultural (CRP, 1976).

No plano dos deveres comunitários perante o património, todos os cidadãos têm o dever de contribuir para a defesa dos bens que representam a memória coletiva:

- artigo 78.º, ponto 1 - “Todos têm direito à fruição e criação cultural, bem como o dever de preservar, defender e valorizar o património cultural” (CRP, 1976, p. 27);
- artigo 78.º, ponto 2, alínea c) - “Incumbe ao Estado, em colaboração com todos os agentes culturais (...) Promover a salvaguarda e a valorização do património cultural, tornando-o elemento vivificador da identidade cultural comum” (CRP, 1976, p. 27).

O património é, portanto, tido como um ativo cultural e político na definição e legitimação de identidades.

O aumento do interesse na vertente cultural do património tem acontecido em paralelo com o aumento do reconhecimento atribuído à importância e ao significado intrínseco do mesmo, materializado nas classificações atribuídas por entidades oficiais, nacionais e internacionais, e associativas, responsáveis pela salvaguarda de diversas formas de património nas suas

componentes cultural e natural (e.g. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura/Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios [UNESCO/ICOMOS], Direção-Geral do Património Cultural).

Na vertente cultural, a experiência e a identidade, assim como a memória e a recordação constituem os elementos centrais no debate em torno do património. Visitar e contemplar o património é um ato de recordação que legitima a memória e o(s) significado(s) a ele associado(s), envolvendo o recurso a memórias coletivas.

Para além de ser um processo cultural, o património representa um processo social, na medida em que engendra atos de recordação capazes de, através do passado, contribuírem para a compreensão e envolvimento com o presente, sendo uma ferramenta cultural vital para a concretização deste processo. O que faz com que o património seja identificado como tal, com todas as suas propriedades e valências, são as práticas culturais que nele e em torno dele se realizam e das quais este se torna parte integrante (Jones, 2017).

Na perspetiva de Smith (2006, p. 46), a culturalidade do património reflete-se na sua capacidade “(...) of passing on knowledge in the culturally correct or appropriate contexts and times”. Este conhecimento pode assumir a forma de histórias que são transmitidas oralmente, de geração em geração, e preservadas, enquanto testemunhos das vivências de outros tempos, recuperadas com a ajuda da memória, assumindo-se, assim, como recordações de elevado valor sentimental. A transmissão e a partilha dessas recordações funcionam como um reforço dos valores e significados históricos e culturais de um lugar e, portanto, da sua identidade.

Deste modo, a memória é considerada um dos elementos que mais contribui para a formação da identidade. Desde os anos 80 que a memória e o papel que esta desempenha ao nível dos processos sociais são temas de interesse para as ciências sociais e humanas.

Enquanto a memória constitui um processo cultural ativo de lembrança e esquecimento, a partir do qual se desenvolve a capacidade individual de conceção do mundo, a lembrança apresenta-se como um processo ativo, através do qual se negocia e reinterpreta continuamente o passado, tanto individual como coletivamente. Esta negociação e reinterpretação concretiza-se nas experiências e necessidades atuais (Wertsch, 2002; Misztal, 2003).

As memórias individuais e coletivas e os processos de lembrança e esquecimento adquirem forma e significado através da linguagem e da tónica do discurso empregue pelos membros de uma comunidade (Pennebaker & Banasik, 1997).

A noção de memória coletiva começou a ser mencionada nos trabalhos desenvolvidos por Halbwachs (1990), o qual defende que as memórias partilhadas entre os membros de uma comunidade promovem a construção da sua identidade e que estas memórias são socialmente

construídas no presente e legitimadas, de forma coletiva, na medida em que atribuem sentido aos interesses e percepções comuns que enformam e sustentam a identidade coletiva.

Smith dá continuidade e reforça esta ideia ao afirmar que “collective memory is passed on and shaped in the present by commemorative events, and is reshaped daily through transmission between members of the collective social or cultural group and the language they employ to frame and define those memories” (2006, p. 59).

Por seu turno, Misztal (2003) esclarece que as comunidades mnemónicas, sejam famílias, grupos étnicos ou sociais, ou coletividades nacionais ou regionais, interferem no processo de socialização face ao que deve ser lembrado e ao que deve ser esquecido, o que, por sua vez, promove a interligação entre a identidade e os valores da comunidade. Esta dinâmica evoca a memória coletiva que favorece, quer individual quer coletivamente, sentimentos de continuidade, de segurança emocional, de comunhão e de pertença à comunidade (Smith, 2006). Também Bessière afirma que “Heritage, whether it be an object, monument, inherited skill or symbolic representation, must be considered as an identity marker and distinguishing feature of a social group. Heritage is often a subjective element because it is directly related to a collective social memory (...) a collective social memory as a common legacy preserves the cultural and social identity of a given community, through more or less ritualized circumstances” (1998, p. 26).

Como tal, é possível constatar que o património não é simplesmente um tópico analítico de reconhecido interesse, mas, antes, um processo ativo de gestão e conservação ou visitaçãoturística relacionado com a construção e negociação de significado através da recordação.

A partilha de memórias e o empenho coletivo no ato de recordar facilita a união de grupos ou populações, tanto a nível nacional como regional, reafirmando o carácter dinâmico dos significados e valores compartilhados, os quais são negociados e continuamente retrabalhados por intermédio dos processos de recordação e comemoração.

Além das suas vertentes discursiva e cultural, representativas dos processos de memória e recordação, enquanto partes integrantes da vivência e da identidade das sociedades, o património é, ainda, perspetivado do ponto de vista analítico como desempenho, mas um desempenho dividido em duas vertentes: do e no património.

No caso do desempenho do património, a reprodução do passado no presente manifesta-se de dentro para fora, isto é, do património para os indivíduos, através de atuações ao vivo ou outras demonstrações públicas, como forma de enaltecer o seu significado histórico e homenagear os valores que representa (Haldrup & Boerenholdt, 2015).

O interesse e o fascínio pela cultura, pela ligação ao passado e pelas tradições de um país, de uma região ou de um povo não são recentes. Já no século XVIII, época áurea do Grand Tour, o contacto com outros povos, o estudo da sua história e cultura, da contemplação da arte e da arquitetura clássica eram condições indispensáveis à admissão dos rapazes na Corte (Page, 2014).

Por outro lado, relativamente ao desempenho no património, este último surge retratado como um objeto cuja materialidade é apropriada e utilizada na vida quotidiana dos indivíduos como resultado das suas práticas e das experiências sociais em que se envolvem. Essa materialidade surge refletida nas palavras de Smith ao afirmar “(...) that heritage had to be experienced for it to be heritage” (2006, p. 47).

O paradigma analítico em torno da questão patrimonial deixa, portanto, de se centrar, somente, no consumo visual e simbólico para passar a contemplar, também, a (co)presença ao nível do viver, do respirar, do sentir, e do experienciar em espaços dinâmicos, contingentes e relacionais como aqueles em que as atividades turísticas e de lazer se desenrolam (Coleman & Crang, 2002).

A natureza cultural do património está igualmente patente nos discursos que sobre este são proferidos, o que remete para a existência de uma prática discursiva em torno do património, potenciadora de uma recordação coletiva. Na perspetiva de Hall, pensar o património enquanto prática discursiva remete para o modo como essa recordação coletiva ganha forma e se concretiza, afirmando que “(...) Just as individuals and families construct their identities by ‘storying’ the various random incidents and contingent turning points of their lives into a single, coherent, narrative, so nations construct identities by selectively binding their chosen high points and memorable achievements into an unfolding ‘national story’” (2005, p. 23).

Culturalmente situados, os discursos sobre o património produzem e reproduzem as formas de construção do passado um pouco por todo o Mundo, ao mesmo tempo que enaltecem a diferença existente entre contextos locais, momentos históricos e tradições. Como resultado das diferentes histórias, tradições, aspirações patrimoniais que emanam de culturas distintas, “(...) the different cultural discourses which constitute them will have not only different objects of construction or topics, but also different categorizations, understandings, perspectives, evaluations and son on. They make up different cultural worlds (...)” (Shi-xu, 2005, p. 62).

No entanto, a diferenciação não se restringe apenas às categorizações, perspetivas e avaliações enquanto estratégias de construção do significado do património, abrangendo, também, as normas subjacentes à sua utilização, igualmente variáveis de cultura para cultura.

Esta diversidade de abordagens enriquece o modo como se interpreta e percebe o património, sendo crucial “(...) to explore different cultural and historical discourses about ‘heritage’, delineating how the past is understood, conceptualized, managed and used in varied local (...) contexts and at different historical moments” (Wu & Hou, 2015, p. 47).

Neste contexto, é importante direcionar a investigação em torno do património para a sua prática discursiva, procurando, deste modo, fortalecer a consciência histórica e a lógica cultural do passado no presente e desafiar as políticas culturais, assentes na sua salvaguarda e valorização, no sentido de promoverem a pluralidade e a diversidade cultural a nível global.

O património desempenha, ainda, um papel vital na estruturação da identidade, quer a nível micro ou regional quer a nível macro ou nacional, estimulando e fortalecendo os sentimentos de pertença e continuidade, ao mesmo tempo que a sua fisicalidade potencia o sentido de realidade material. Esta fornece elementos simbólicos através dos quais os membros das comunidades definem quem são e quem não são aderindo a hábitos e grupos de valores (Lowenthal, 1985; Smith, 2006).

3.5.1. Estratégias de intervenção urbana no território: as ações de revitalização, renovação, reabilitação e requalificação do património edificado

O ritmo acelerado que tem vindo a caracterizar o desenvolvimento da atividade turística nos últimos anos repercute-se no modo como os destinos se têm procurado adaptar a essa realidade, promovendo, por um lado, a evolução rápida e constante de atrações e infraestruturas existentes e, por outro lado, a criação de novas atrações e infraestruturas numa tentativa de conseguir responder aos desafios e às exigências que o progresso acarreta. Nesse sentido, a aposta do poder governativo local tem recaído sobre o planeamento e a transformação dos destinos turísticos, enquanto estratégia de captação de turistas e atração de investidores não locais (Saarinen, 2004).

No processo de (re)produção do espaço turístico, o planeamento, quer do ponto de vista físico quer do ponto de vista estratégico, constitui uma fase basilar de intervenção territorial em que a organização espacial é definida com base em objetivos de gestão, a partir dos quais se procura controlar os efeitos gerados pela ocupação da atividade humana (Siviero, 2006; Ferreira, 2017).

Tendo em conta a crescente utilização de espaços urbanos como consequência da intensificação da atividade turística, torna-se cada vez mais imperativa a aposta na implementação de estratégias de promoção urbana, definidas de acordo com as especificidades de cada território e assentes num conjunto de princípios capazes de assegurar a robustez, a

integração e o caráter duradouro das ações de recuperação das áreas urbanas e do respetivo património histórico-arquitetónico, cultural e natural. Uma dessas estratégias compreende a intervenção urbanística com particular enfoque em ações de reparação, preservação, estabilização, restauração, reconstrução, reabilitação e regeneração do património edificado. Essas ações revelam-se vitais para assegurar a continuidade, no tempo e no espaço, de ativos de inestimável e insubstituível valor histórico e cultural, representativos da identidade de um território e símbolos da humanidade, que, de outro modo, seriam votados ao abandono e à deterioração com a conseqüente ameaça ao reconhecimento e à classificação de ‘Valor Universal Excepcional’, atribuído a algum do património ou, pelo menos, a uma parte dele (UNESCO – World Heritage Centre, 2019).

No plano do património cultural, as políticas de conservação, proteção e valorização adquirem, igualmente, um papel de grande relevo, as quais, conforme é atestado pelo ponto 1 do artigo 12.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, da Assembleia da República (2001) têm como principais finalidades “(a) Incentivar e assegurar o acesso de todos à fruição cultural; (b) Vivificar a identidade cultural comum da Nação Portuguesa e das comunidades regionais e locais a ela pertencentes e fortalecer a consciência da participação histórica do povo português em realidades culturais de âmbito transaccional; (c) Promover o aumento do bem-estar social e económico e o desenvolvimento regional e local; (d) Defender a qualidade ambiental e paisagística”.

O valor intrínseco do património, o facto de constituir um lugar de diálogo e de encontro entre gerações e de representar um meio de reprodução de memórias e vivências passadas, bem como um ativo da contemporaneidade para o futuro são razões que justificam a necessidade da sociedade como um todo de contribuir para a sua conservação, promovendo desse modo, a manutenção da identidade local de um território e da comunidade que nele se insere (Guillaume, 1980; Campos & Murtinho, 2017).

No contexto das alterações que os territórios têm experienciado nos últimos anos, como parte da intervenção urbana que neles se materializa, torna-se fundamental compreender, numa primeira instância, o quadro conceptual em torno do qual se desenham as diversas lógicas de ação sobre o território e, posteriormente, os pressupostos legais que regulamentam as políticas de intervenção urbana em Portugal.

Para além do conceito de revitalização urbana, um conceito de caráter englobante que integra as várias lógicas de intervenção e as suas características operacionais, refletidas em programas e projetos de intervenção, outros conceitos assumem um papel relevante no

entendimento dos princípios subjacentes à transformação do território, designadamente a renovação, a reabilitação e a requalificação urbanas.

Revitalização urbana

Tal como referido anteriormente, o conceito de revitalização urbana caracteriza-se pela integração de várias dimensões de intervenção, de funções urbanas e de parceiros e recursos, sendo essa integração concretizada através da implementação de um planeamento estratégico a partir do qual se reconhece, mantém e introduz, de modo cumulativo e sinérgico, “os valores pretendidos adaptando-se, assim, ao estipulado no projeto de intervenção” (Tavares, 2008, p. 23). Nessa medida, trata-se de uma operação de natureza relacional que, a médio e longo prazo, procura assumir e promover vínculos entre territórios, atividades e pessoas além de que aposta, quer seja na formulação do plano de intervenção quer seja na sua implementação, numa interdependência sustentável de diferentes dimensões, nomeadamente o desempenho económico e financeiro, a sustentabilidade física e ambiental, e a coesão social e cultural (Moura, Guerra, Seixas & Freitas, 2006). Ainda de acordo com os mesmos autores, “a revitalização urbana obriga a intervir na melhoria da qualidade do ambiente urbano, das condições socioeconómicas ou no quadro de vida de um determinado território (‘território de revitalização urbana’), baseando-se numa visão global, atuando de forma integrada e concertando um grande número de domínios e dimensões de intervenção (Moura, Guerra, Seixas & Freitas, 2006, p. 21).

A Figura 3.2. representa, precisamente, os diversos domínios e dimensões de intervenção, associados ao processo de revitalização urbana, no qual se privilegia uma abordagem sistémica do conjunto territorial e em que a interdependência das várias partes que compõem esse conjunto, assim como a perceção dos resultados e dos impactos decorrentes da revitalização urbana concorrem para alcançar a dinâmica e a identidade características de um determinado território.

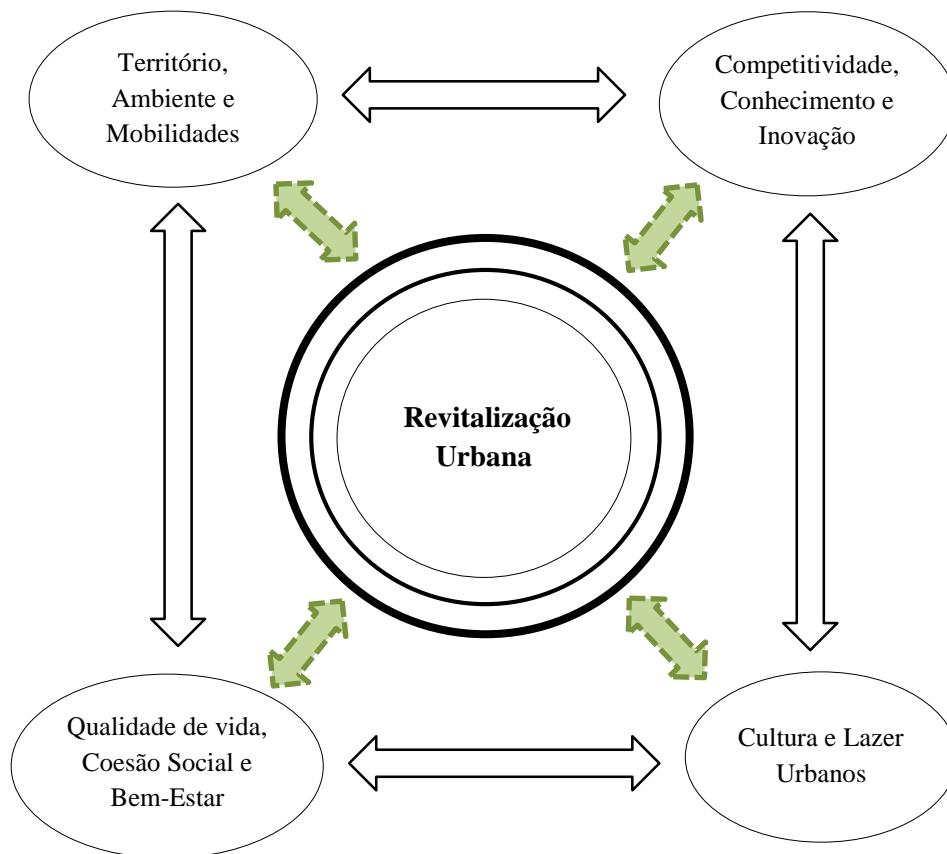


Figura 3.2. Dimensões de intervenção associadas ao processo de revitalização urbana

Fonte. Moura, Guerra Seixas e Freitas (2006)

Renovação urbana

Ao longo do tempo, o espaço urbano tem experienciado diversas transformações, quer em termos da sua expansão quer ao nível do seu interior, com a realização de intervenções maioritariamente de larga escala, integrais e estruturais, como aquelas que caracterizam o processo de renovação urbana. Se, nos anos 80 e 90 do século XX, as operações de renovação impulsionaram as políticas de reabilitação urbana, visando, sobretudo, a substituição dos elementos arquitetónicos e a renovação das atividades características de um dado território, atualmente, a recuperação do território surge associada à preservação da imagem e da identidade do espaço a ser intervencionado (Tavares, 2008). A importância da intervenção deixa de recair, somente, sobre a demolição ou renovação, passando a existir uma preocupação em manter os traços característicos do edificado e as singularidades, quer físicas quer humanas, do território, que, cada vez mais, constituem fatores de competitividade num contexto de forte globalização económica, cultural e social.

O conceito de renovação urbana retrata-se na “ideia de demolição do edificado e consequente substituição por construção nova, geralmente com características morfológicas e tipológicas diferentes, e/ou com novas atividades económicas adaptadas ao processo de mudança urbana” (Moura, Guerra, Seixas & Freitas, 2006, p. 18). Os mesmos autores destacam, ainda, as dimensões em torno das quais a renovação urbana, enquanto processo de intervenção, se desenvolve e sobre as quais a mudança opera: (a) a dimensão morfológica, que compreende a forma da cidade e da paisagem; (b) a dimensão funcional, relativa às funções associadas à componente económica, as quais podem desaparecer ou ser substituídas; e (c) a dimensão social, que se encontra estritamente relacionada com a componente sociológica, refletida na substituição de residentes e de visitantes por outros residentes ou visitantes com diferentes níveis de rendimento, qualificações e estilos de vida.

O nível de sucesso de um processo de renovação urbana é determinado pela existência de diversos fatores, designadamente estratégia, afetividade, ambição e organização. Cada um destes fatores é clarificado por Fernandes (2002), que refere que, ao nível estratégico, é essencial que cada projeto de intervenção urbana tenha na sua base um plano que, através de um exercício de reflexão, discussão, autocrítica e exploração, seja capaz de orientar a formulação de objetivos fundamentais em que as noções de integração e de compromisso para com o território e os seus agentes sejam perspectivadas. Os espaços urbanos constituem áreas duplamente afetivas e emocionais. A dimensão afetiva e emocional pode encontrar-se, por um lado, imbuída nas relações sociais que nesses espaços se desenvolvem, constituindo, portanto, um produto da socialização e, por outro lado, representar a ligação emocional dos indivíduos a um determinado lugar, a qual contribui para a definição da identidade social e local e do sentimento de pertença territorial, tal como, aliás, já foi abordado anteriormente nesta tese. Segundo o mesmo autor, em termos gerais, os espaços urbanos podem ser classificados como locais com passado, espaços localizados nas redondezas de valores naturais e equipamentos de diferença, defendendo que, do ponto de vista da renovação, quanto maior for a valorização da afetividade maior será a efetividade alcançada, o que se traduz numa melhor rendibilidade social dos investimentos aplicados na intervenção. A par da estratégia e da afetividade, a ambição e a organização constituem vetores que devem, igualmente, fazer parte e dar forma a qualquer projeto de renovação urbana. Em termos de ambição, Fernandes (2002) refere a importância de se apostar em intervenções cujo resultado final seja capaz de fornecer aos cidadãos algo mais do que apenas a satisfação das suas necessidades, sendo necessário privilegiar um trabalho de qualidade, assente no respeito pelas características do lugar e na utilização de materiais, formas, funções e equipamentos inovadores que lhe atribuam novos

motivos de atração e interesse ou a redescoberta de velhos motivos. A valorização da organização também constitui um aspeto fundamental no processo de renovação urbana. Como tal, as questões organizativas, relacionadas com a criação das condições necessárias à concretização da renovação urbana, devem ser asseguradas, tais como os recursos, por vezes limitados, os custos, a duração e as margens de incerteza, que devem ser definidos a priori e contribuir para “cumprir com eficiência as metas definidas, com estruturas técnicas próprias, com regras simplificadas e transparentes de adjudicação, com métodos leais de audição dos interessados” (Fernandes, 2002, pp. 72-73).

Reabilitação Urbana

De acordo com Moura, Guerra, Seixas e Freitas, a reabilitação urbana constitui um processo de intervenção a partir do qual se procura habilitar o tecido urbano degradado através da sua “(...) readaptação a novas situações em termos de funcionalidade urbana” (2006, p. 18). Para os autores, no processo de reabilitação urbana, o foco recai sobre o carácter residencial do tecido urbano, com intervenções ao nível da estética e da aparência do edificado, nomeadamente em aspetos como a habitabilidade, a qualidade da habitação, dos serviços e das instalações, e do isolamento acústico e térmico, assim como da paisagem urbana, destacando-se, neste plano, as fachadas, os elementos de visibilidade e o espaço público contíguo ao espaço residencial. Assim, através da reabilitação urbana, pretende-se diagnosticar para intervir no edificado degradado ou disfuncional, de modo a readequá-lo, no sentido de permitir que continue a ter os mesmos usos que possuía antes de ser intervencionado, ao mesmo tempo que se criam as condições ideais a uma maior atratividade do território (Tavares, 2008).

Como complemento à abordagem de Tavares, surge a perspetiva defendida por Virtudes, que privilegia a vertente estética e de aparência do edificado, mas, também, a parte associada à paisagem urbana, mais concretamente à criação de espaços verdes, afirmando que o conceito de reabilitação urbana “(...) should be extended by the creation of economic conditions as well as social and cultural which promote the fixation of population in the areas of urban rehabilitation, assuring the modernization of infra-structures and the creation of green spaces” (2019, p. 5).

De acordo com o Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, a reabilitação urbana é considerada uma parte fundamental da política das cidades e da política de habitação, procurando conferir, para efeitos da sua prossecução, “(...) especial relevo não apenas à vertente imobiliária ou patrimonial da reabilitação mas à integração e coordenação da

intervenção, salientando-se a necessidade de atingir soluções coerentes entre os aspetos funcionais, económicos, sociais, culturais e ambientais das áreas a reabilitar” (2009, p. 7956).

Conclui-se, portanto, que a reabilitação urbana constitui uma estratégia que visa promover a atratividade, quer espacial quer funcional, e o potencial turístico de um determinado território, apostando na manutenção da sua identidade.

Pelo facto de se tratar de um tipo de intervenção urbanística em que as metodologias, as equipas, as parcerias e a participação são cuidadosamente analisadas e seleccionadas de acordo com o fim que se pretende alcançar, o processo de reabilitação urbana torna-se facilitado em algumas das fases complexas que o caracterizam, que se podem refletir, a título de exemplo, no realojamento temporário dos residentes e nos acordos estabelecidos com os proprietários. Além disso, a reabilitação urbana é comandada pelas “preocupações com o património histórico-arquitectónico e com a manutenção da população nos centros das cidades” (Moura et al., 2006, p. 19).

Em Portugal, o quadro legislativo subjacente às políticas de reabilitação urbana é composto por um conjunto de instrumentos jurídicos de que fazem parte decretos-lei, leis e portarias relacionados com aspetos de abrangência variada, incluindo aqueles ligados à reabilitação urbana de zonas históricas e de áreas de recuperação urbanística, contemplando as alterações que têm sido efetuadas aos documentos legais originais.

Segundo Virtudes (2019), a necessidade de delimitar especificamente os perímetros urbanos, com a finalidade de controlar as áreas de expansão urbana e limitar qualquer possibilidade de elaboração de planos locais, sem a referência a perímetros urbanos circunscritos a espaços construídos e urbanizados, propiciou a formulação de dois regimes jurídicos interrelacionados: o regime de reabilitação urbana e o regime de salvaguarda do património cultural. Enquanto o primeiro “(...) regulates the contents of a new figure of the spatial planning system, which is the detailed local plan for urban rehabilitation purposes” (p. 2), o segundo “(...) was created based on a new figure of the Portuguese spatial planning system, which is the Detailed Local Plan for Safeguarding of Cultural Heritage. With this figure, there is a reference to an intent to make compatible the protection of cultural heritage and the spatial planning purposes” (p. 3).

O Quadro 3.1. apresenta os instrumentos jurídicos que, entre 2003 e 2019, têm vindo a nortear as intervenções urbanísticas assim como o respetivo âmbito de regulamentação.

Quadro 3.1. Instrumentos jurídicos da reabilitação urbana e respetivo âmbito de regulamentação

Designação do instrumento jurídico	Âmbito de regulamentação
Lei n.º 106/2003, de 10 de dezembro	<ul style="list-style-type: none"> Autoriza o Governo a aprovar um regime excepcional de reabilitação urbana para as zonas históricas e áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística e a prever o regime jurídico das sociedades de reabilitação urbana.
Decreto-Lei n.º 104/2004, de 7 de maio	<ul style="list-style-type: none"> Aprova um regime excepcional de reabilitação urbana para as zonas históricas e áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística.
Decreto-Lei n.º 157/2006, de 8 de agosto: a) revoga a Lei n.º 2088, de 3 de junho de 1957 b) alterado por: Lei n.º 30/2012, de 14 de agosto, Lei n.º 42/2017, de 14 de junho, Lei n.º 43/2017, de 14 de junho, Decreto-Lei n.º 66/2019, de 21 de maio	<ul style="list-style-type: none"> Regula as obras efetuadas por iniciativa do senhorio, prevendo a possibilidade de suspensão do contrato ou a sua denúncia e regula ainda as obras coercivas realizadas pelos municípios em prédios arrendados.
Lei n.º 95-A/2009, de 2 de setembro	<ul style="list-style-type: none"> Autoriza o Governo a aprovar o regime jurídico da reabilitação urbana e a proceder à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 157/2006, de 8 de agosto, que aprova o regime jurídico das obras em prédios arrendados.
Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro (alterado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto; pelo Decreto-Lei n.º 88/2017, de 27 de julho; e pelo Decreto-Lei n.º 66/2019, de 21 de maio)	<ul style="list-style-type: none"> Aprova o regime jurídico da reabilitação urbana.
Resolução do Conselho de Ministros n.º 20/2011, de 23 de março	<ul style="list-style-type: none"> Aprova medidas de incentivo à reabilitação urbana e dinamização da economia no âmbito da Iniciativa para a Competitividade e o Emprego.
Lei n.º 30/2012, de 14 de agosto (retificada pela Declaração de Retificação n.º 59-B/2012, de 12 de outubro)	<ul style="list-style-type: none"> Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 157/2006, de 8 de agosto, que aprova o regime jurídico das obras em prédios arrendados.
Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto (revoga o Decreto-Lei n.º 104/2004, de 7 de maio)	<ul style="list-style-type: none"> Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, que estabelece o regime jurídico da reabilitação urbana e à 54ª alteração ao Código Civil, aprovando medidas destinadas a agilizar e a dinamizar a reabilitação urbana.

Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro (revoga o Decreto-Lei n.º 156/2006, de 8 de agosto e o Decreto-Lei n.º 161/2006, de 8 de agosto)	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelece um regime de determinação do nível de conservação de prédios urbanos ou frações autónomas, arrendados ou não, para efeitos de arrendamento urbano, de reabilitação urbana e de conservação do edificado.
Decreto-Lei n.º 53/2014, de 8 de abril	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelece um regime excepcional e temporário com efeitos na reabilitação de edifícios ou de frações que tenham sido concluídas há, pelo menos, 30 anos ou estejam localizadas em áreas de reabilitação urbana, sempre que se destinem total ou predominantemente ao uso habitacional.
Lei n.º 42/2017, de 14 de junho	<ul style="list-style-type: none"> • Procede à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 157/2006, de 8 de agosto, que aprova o regime jurídico das obras em prédios arrendados. • Estabelece o regime de reconhecimento de proteção e estabelecimentos e entidades de interesse histórico e cultural ou social local.
Lei n.º 43/2017, de 14 de junho	<ul style="list-style-type: none"> • Procede à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 157/2006, de 8 de agosto, que aprova o regime jurídico das obras em prédios arrendados.
Decreto-Lei n.º 88/2017, de 27 de julho	<ul style="list-style-type: none"> • Altera o regime jurídico das sociedades de reabilitação urbana, integradas ou a integrar no setor empresarial local.
Resolução da Assembleia da República n.º 172/2018, de 11 de julho	<ul style="list-style-type: none"> • Recomenda a implementação por parte do Governo da obrigatoriedade de informação sobre operações urbanísticas de reabilitação nos negócios jurídicos sobre imóveis.
Decreto-Lei n.º 66/2019, de 21 de maio	<ul style="list-style-type: none"> • Altera as regras a aplicar à intimação para a execução de obras de manutenção, reabilitação ou demolição e sua execução coerciva.
Decreto-Lei n.º 95/2019, de 18 de julho	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelece o regime aplicável às operações de reabilitação de edifícios ou de frações autónomas.
Portaria n.º 303/2019, de 12 de setembro	<ul style="list-style-type: none"> • Procede à publicação dos custos-padrão, definidos por tecnologia, sistema ou elemento construtivo, permitindo quantificar o custo associado às intervenções para operações de reabilitação.

Portaria n.º 304/2019, de 12 de setembro	<ul style="list-style-type: none"> • Procede à definição dos requisitos funcionais da habitação e da edificação em conjunto, a aplicar às operações de reabilitação em edifícios ou frações com licença de construção emitida até 1 de janeiro de 1977.
--	--

Fonte. Elaboração própria

Requalificação urbana

Para Moura, Guerra, Seixas e Freitas (2006), a requalificação urbana é considerada uma forma de intervenção urbana cuja ênfase assenta, por um lado, na construção e recuperação de equipamentos e infraestruturas e, por outro lado, na valorização do espaço público através da implementação de medidas de dinamização social e económica, direcionando-se expressamente para a melhoria das condições de vida das populações. Na perspetiva dos mesmos autores, este tipo de intervenção induz a alterações no valor económico, pelo desenvolvimento de atividades económicas caracterizadas por elevado valor financeiro; no valor cultural, na medida em que, partindo dessa intervenção, sobressairão os usos económicos associados à cultura; no valor paisagístico e social das áreas intervencionadas, impulsionando a produção de espaços públicos caracterizados por uma nova centralidade.

Para Tavares, a “requalificação urbana tem um carácter mobilizador, acelerador e estratégico. Mobilizador porque pretende coordenar e articular actuações para a construção de novos cenários que sejam o resultado da vontade de todos. Acelerador no sentido de provocar a mudança e promover objectivos cuja sustentabilidade seja assegurada através de políticas estruturais com preocupações de integração social. Estratégico porque procura estabelecer novos padrões de organização e utilização do território” (2008, p. 21).

Independentemente do tipo de intervenção urbanística adotado, a mudança que através dela se materializa deve privilegiar o contexto e o ambiente envolvente, assim como as características das suas partes constituintes, incluindo o património histórico-arquitetónico, cultural e natural. Estes elementos, reveladores da história e da identidade de um território, devem ser compreendidos na sua essência e totalidade, de modo a que, em condições de deterioração e de necessidade de renovação e recuperação, possam ser devidamente intervencionados sem o perigo de perder o valor inestimável que possuem.

Com base na análise das interpretações de autores como Alexander, Hajo, Artemis e Ingrid (1987), Goldsteen e Elliott (1993) e Kelbaugh (1997), relacionadas com os aspetos físicos da identidade urbana, conclui-se que a unicidade e a singularidade, a continuidade, a significância,

a compatibilidade e a coesão são os fatores que surgem mais recorrentemente associados ao reforço da identidade urbana local, desempenhando um papel crucial na identidade de um território, contribuindo para um lugar mais robusto e consistente em termos identitários.

Um lugar é considerado único e singular quando se distingue de outros lugares, o que pode ser alcançado, quer através da conservação do património cultural local quer através do respeito pelo edificado histórico existente, assegurando que o novo edificado é devidamente integrado no espaço físico, contribuindo, desse modo, para o reforço da unicidade territorial (Boussaa, 2018). Por sua vez, a unicidade e a identidade territoriais podem sair reforçadas por meio de uma continuidade com o passado, sendo, para tal, necessário que, em cada projeto de intervenção urbanística se reflita, se perceba e se considere a história subjacente à formação do território e do espaço físico envolvente. Na busca da continuidade com o passado, a opção recai, não raras vezes, sobre o uso de elementos de design tradicionais em novos edifícios, procurando, dessa forma, atribuir um carácter distinto ao lugar, ao mesmo tempo que mantém a sua traça característica. Nesse sentido, “...the more historic districts and buildings are conserved the more likely a stronger continuity with the past is achieved” (Boussaa, 2018, p. 4). Em estreita relação com este último fator, o fator associado à compatibilidade implica reflexão sobre o modo de integração de novos edifícios no território, ou seja, estes devem ser “(...) designed and placed in the existing urban fabric in such a way as to achieve a contextual fit between the new and the present elements so as to maintain identity of place” (Kim, 2000, p. 452).

A manutenção e o reforço da identidade local é, ainda, conseguida através da preservação de edifícios e lugares de importância local e cultural, ou seja, pela preocupação em alcançar a sua significância, e pela coesão, assente na defesa de um ambiente construído homogéneo, adotando estilos de construção e design semelhantes um pouco por todo o território, e íntimo, apostando na coerência ao nível do padrão de design urbano e na clara definição entre áreas territoriais.

3.6. O património gastronómico

Considerado património cultural intangível, que em muito contribui para a valorização da identidade e unicidade dos destinos turísticos, a gastronomia alia-se ao turismo numa relação que se pretende simbiótica, embora possa ser indutora de alterações significativas na cultura dos destinos turísticos (Henriques & Custódio, 2010). Como resultado desta simbiose, surge o conceito de turismo gastronómico, que se pode definir como “a form of tourism focused on

food and drink, gastronomic specialities in particular”, aliando o ato de viajar ao usufruto de experiências e eventos gastronômicos em que a degustação e a experimentação de alimentos e bebidas constituem a principal motivação (Santich, 2004, p. 15).

Deste modo, a gastronomia, enquanto experiência turístico-cultural, reveste-se de um sentido identitário próprio, abrindo caminho ao conhecimento da cultura gastronômica que caracteriza um determinado território e permitindo que os turistas que o visitam, nacionais ou estrangeiros, se fundam numa esfera de partilha, relacionamento e descoberta de percepções sensoriais. Estas, por sua vez, têm a capacidade de transportar os visitantes para situações do seu quotidiano, já vivenciadas e/ou percebidas em circunstâncias, eventualmente, distintas da atual, contribuindo para o desenvolvimento de um ambiente de familiaridade com o destino turístico.

Caracterização da atividade turística na Europa e em Portugal

O setor do turismo e das viagens representa um dos maiores setores económicos a nível mundial e dos setores que mais cresceu nos últimos anos, em paralelo com as indústrias hoteleira e de hospedagem, dos transportes e das atrações turísticas (OMT, 2018).

Especificamente em Portugal, o turismo tem assumido uma relevância crescente. As características ímpares aliadas ao esforço de posicionamento estratégico e ao investimento em modernização, inovação, sustentabilidade e internacionalização fazem de Portugal um dos destinos turísticos mais cobiçados, em que o reconhecimento do seu potencial turístico encontra reflexo nas distinções e nos prémios que lhe têm vindo a ser atribuídos. Aspetos como a imagem, os valores, a reputação e a identidade de um destino turístico são fundamentais para a construção de uma marca estrategicamente atrativa e competitiva (Moreira, 2018).

Os dados que se seguem contribuem para uma melhor perceção da evolução que a atividade turística tem assumido nos últimos anos a vários níveis (económico, social, entre outros), corroborando a grandiosidade e a importância que lhe são conhecidas a nível mundial ao mesmo tempo que retratam a volatilidade e a fragilidade do sistema turístico. A evolução e o crescimento exponencial podem rapidamente dar lugar a uma redução drástica com efeitos severos para o setor e para a sociedade como um todo, especialmente numa situação de crise como aquela que se iniciou nos primeiros meses de 2020.

4.1. Contribuição económica direta do turismo: efeitos no Produto Interno Bruto e na criação de emprego

Segundo o World Travel and Tourism Council (WTTC) (s.d.), em 2019, o turismo contribuiu 10,3% para o Produto Interno Bruto (PIB) da economia global com um impacto económico de 8,9 triliões de dólares. Ainda de acordo com a mesma fonte, o setor do turismo e das viagens constituiu um estímulo à criação de emprego e de oportunidades de trabalho, tendo sido responsável por gerar, em 2019, 330 milhões de empregos por todo o Mundo.

Indiscutivelmente, o turismo representa uma atividade com influência significativa em diversos setores da sociedade, sendo o setor económico aquele em que o impacto tem sido mais notório, quer numa perspetiva local quer numa perspetiva global, contribuindo, em circunstâncias consideradas normais, para um crescimento económico duradouro e inclusivo.

De acordo com o relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), a atividade turística “generates foreign exchange, drives regional development, directly supports numerous types of jobs and businesses and underpins many local communities” (2020, p. 18).

Considerado um setor fundamental no seio de uma economia terciária em franco crescimento, o turismo representa uma atividade essencial para os países membros da União Europeia (UE). Para além da sua capacidade para gerar riqueza financeira, permite alavancar a economia e contribuir para o fluxo de produção de um país ou região, ou seja, para o seu PIB.

Conforme é demonstrado pelos dados da Organização Mundial do Turismo (OMT), apresentados na Figura 4.1., tanto as receitas como as despesas relacionadas com o turismo internacional aumentaram entre 2016 e 2019, atestando a sua importância, em termos económicos, para diversas regiões da Europa e do Mundo.

Em 2019, o turismo internacional foi responsável pela acumulação de 484 biliões de euros em receitas e por uma despesa de 444 milhões de euros. Comparativamente a 2016, trata-se de uma evolução de 84 biliões de euros de receitas e de 79 milhões de euros em despesas. Face a 2018, a diferença de receitas geradas é de mais 3 biliões de euros, sendo que as despesas também aumentaram em 5 milhões de euros. Embora se verifique que as despesas têm seguido a tendência linear das receitas, estas últimas sobrepõem-se, em grande medida, às primeiras, demonstrando a influência exercida pela atividade turística sobre a prosperidade económica de países e regiões.

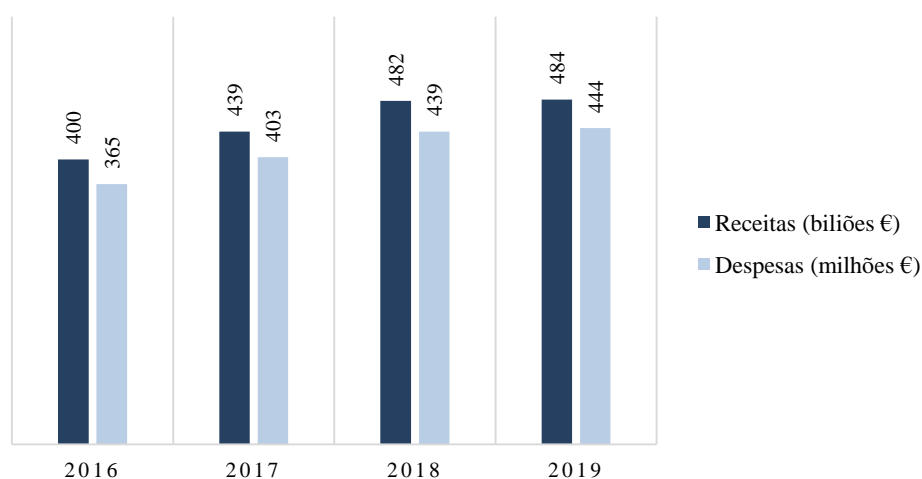


Figura 4.1. Evolução das receitas e das despesas do turismo internacional, na Europa, entre 2016 e 2019

Fonte. OMT (2021)

4.2. A dinâmica turística na União Europeia

No contexto da UE a 27 países, os dados constantes do Quadro 4.1. demonstram que, entre 2014 e 2018, registou-se uma evolução positiva em indicadores como a participação em turismo, os estabelecimentos turísticos, as chegadas e as noites passadas em estabelecimentos turísticos.

Relativamente ao primeiro indicador, também conhecido como propensão para o turismo, verifica-se que, em 2018, 87.758.669 dos indivíduos tinha realizado, pelo menos, uma viagem turística com a duração mínima num dado período de referência, verificando-se, até ao referido ano, um aumento significativo da população nestas condições.

Da análise aos dados mais recentes disponibilizados pelo Eurostat (2021), referentes a alguns países da UE¹⁷, conclui-se que, em 2019, na generalidade dos casos, a prática turística manteve a tendência de crescimento dos anos anteriores. Contudo, países como a Alemanha, a Estónia, a Irlanda, a Grécia, a Letónia e Malta revelaram a tendência contrária, tendo registado, comparativamente com o ano de 2018, uma diminuição nos valores da participação turística. A análise da diferença anual relativamente ao número de turistas que tenham executado, no mínimo, uma viagem turística deve, no entanto, considerar que os referidos países representam contextos com características distintas, do ponto de vista natural e cultural, que justificam fluxos turísticos igualmente diferenciados e, portanto, diferenças significativas no que respeita aos valores da participação turística. Assim, em patamares distintos encontram-se, por exemplo, a Alemanha e Malta que, em 2019, contabilizaram menos 139.659 (num total de 30.687.050 turistas em 2018 e de 30.547391 turistas em 2019) e 1.397 turistas (num total de 106.952 em 2018 e de 105.555 em 2019), respetivamente, em comparação com o ano anterior.

Ao nível do número de estabelecimentos turísticos, verificou-se um aumento significativo no período em análise. As estimativas indicam que nos 27 países da UE, em 2018, existiam, 599.507 estabelecimentos turísticos¹⁸ (taxa de variação anual [tva]=4,9%, face ao período homólogo), um aumento de 116.277 instalações turísticas face a 2014, ano em que existiam 483.230 instalações destinadas a proporcionar serviços de alojamento e outros serviços de apoio (tva=1,7%, face ao período homólogo).

¹⁷Inclui os seguintes países: Bélgica, Bulgária, República Checa, Dinamarca, Alemanha, Estónia, Irlanda, Grécia, Espanha, França, Croácia, Itália, Chipre, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Hungria, Malta e Holanda.

¹⁸O indicador ‘Estabelecimentos turísticos’ compreende hotéis; alojamentos turísticos e outros alojamentos de curta duração; parques de campismo, parques recreativos para veículos e parques de caravanas (Eurostat, 2018).

A tendência de crescimento manteve-se nos indicadores relativos às chegadas e às noites passadas em estabelecimentos de alojamento turístico. Em 2019, registaram-se 999.794.950 chegadas, mais 30.778.199 chegadas por comparação com o ano anterior e mais 201.339.416 chegadas face a 2014. Foi em 2017 que se alcançou a maior variação anual na chegada de turistas, registando-se 5,9% das chegadas.

Quanto às noites passadas pelos turistas/hóspedes em estabelecimentos de alojamento turístico, entre 2014 e 2019, foi alcançado um total de 15.861.669.466 noites. Por referência a 2018, em 2019, verificou-se um aumento, em termos absolutos, de 63.970.341 noites, correspondendo a uma variabilidade na ordem dos 2,3%.

À semelhança do indicador relativo às chegadas, também no que concerne às noites passadas em estabelecimentos de alojamento turístico, foi em 2017 que se registou a maior variação anual de pernoita ou permanência de turistas/hóspedes, tendo em conta o período analisado, ou seja, 5,1% das noites.

Quadro 4.1. Média dos 27 países da União Europeia em indicadores turísticos e respetiva taxa de variação anual (%), entre 2016 e 2019

	Participação em turismo ¹⁹	tva (%)	Estabelecimentos turísticos	tva (%)	Chegadas ²⁰	tva (%)	Noites ²¹	tva (%)
2016	77.499.495	2,3	524.752	4,7	876.845.557	4,1	2.585.706.081	4,0
2017	80.386.915	3,7	571.674	8,9	928.554.906	5,9	2.718.605.125	5,1
2018	87.758.669	9,2	599.507*	4,9*	969.016.751	4,4	2.810.838.235	3,4
2019	ND	ND	617.953	3,1	999.794.950	3,2	2.874.808.576	2,3

ND - Dados Não Disponíveis; *Dados estimados

Fonte. Eurostat (2021)

4.3. A dinâmica turística no contexto nacional

Entre 2015 e 2018, em Portugal Continental e Insular, existiam 15.235 estabelecimentos turísticos. A evolução do número de estabelecimentos em todas as regiões no período referido está patente nos dados apresentados no Quadro 4.2..

¹⁹O indicador ‘Participação em turismo’ apresenta dados apenas para 19 países da União Europeia (Bélgica, Bulgária, República Checa, Dinamarca, Alemanha, Estónia, Irlanda, Grécia, Espanha, França, Croácia, Itália, Chipre, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Hungria, Malta e Holanda).

²⁰O indicador ‘Chegadas’ refere-se ao turista que chega e realiza o check-in num estabelecimento de alojamento turístico (Eurostat, 2018).

²¹Entende-se por ‘Noites’, cada noite que um turista/hóspede dorme ou permanece num estabelecimento de alojamento turístico ou alojamento não alugado (Eurostat, 2018).

A partir de uma análise mais detalhada, verifica-se que, em 2015, as três regiões onde existiam mais estabelecimentos turísticos eram o Norte, com 912 estabelecimentos, o Centro, com 736 estabelecimentos, e o Algarve, com 554 estabelecimentos, o que equivale a variações de 7,2%, 0,8% e -1,3%, respetivamente, face ao ano anterior. Por outro lado, nesse mesmo ano, a Região Autónoma dos Açores (R.A.A.) foi a região que contabilizou apenas 129 estabelecimentos de alojamento turístico, correspondendo a uma variação negativa de 0,8%, enquanto a Região Autónoma da Madeira (R.A.M.) registou a taxa de variação mais baixa entre as regiões de Portugal, ou seja, uma variação negativa de 22,2% no número de estabelecimentos, comparativamente com o mesmo período de 2014. Em 2016, o Norte, o Centro e o Algarve mantiveram as suas posições como as regiões com maior número de estabelecimentos turísticos, totalizando 1.077, 924 e 625 estabelecimentos, respetivamente. A Área Metropolitana de Lisboa (A.M.L.) foi a região que mais se destacou pelo facto de registar um acréscimo de 160 estabelecimentos face ao mesmo período do ano anterior e, por isso, a maior taxa de variação homóloga registada nesse ano entre as regiões em análise. Uma vez mais, em 2017, a A.M.L. voltou a destacar-se pela maior variação alcançada, ou seja, um aumento de 185 estabelecimentos turísticos comparativamente com o ano anterior, ultrapassando o Algarve, que totalizou 745 estabelecimentos de alojamento turístico. Em 2018, as regiões com maior número de estabelecimentos foram o Norte, o Centro e a A.M.L., que acumularam um total de 3.742 estabelecimentos, enquanto a R.A.A. foi a região que, comparativamente com 2017, registou a maior variação positiva de 122,2% no número de estabelecimentos de alojamento turístico.

Em 2019, a tendência de evolução do indicador verificada nos anos anteriores manteve-se para todas as regiões de Portugal Continental e Insular, tendo sido o Norte (n=1.837), o Centro (n=1.478) e a A.M.L. (n=1.244) as regiões que registaram, uma vez mais, o maior número de estabelecimentos. Por sua vez, as maiores variações face ao ano anterior, ocorreram no Norte (tva=24%) e na A.M.L. (tva=23,7%).

Quadro 4.2. Número de estabelecimentos de alojamento turístico e respetiva taxa de variação anual (%), entre 2016 e 2019, por NUTS II²²

		2016		2017		2018		2019	
		Estab.	tva (%)	Estab.	tva (%)	Estab.	tva (%)	Estab.	tva (%)
NUTS II	Norte	1.077	18,1	1.297	20,4	1.482	14,3	1.837	24
	Centro	924	25,5	1.145	23,9	1.254	9,5	1.478	17,9
	A.M.L.	651	32,6	836	28,4	1.006	20,3	1.244	23,7
	Alentejo	489	16,2	605	23,7	663	9,6	818	23,4
	Algarve	625	12,8	745	19,2	858	15,2	1.044	21,7
	R.A.A.	140	8,5	153	9,3	340	122,2	383	12,7
	R.A.M.	265	9,5	319	20,4	361	13,2	392	8,6

Fonte: Eurostat (2021)

No que respeita à capacidade de alojamento nos estabelecimentos de AL, os dados da Figura 4.2. revelam que, durante o ano de 2019, verificou-se um aumento generalizado dessa capacidade, face ao ano anterior, nas regiões de Portugal Continental e Insular, à exceção da R.A.M., que revelou uma tendência contrária. Em 2019, os estabelecimentos de AL desta região autónoma alojaram um total de 4.604 indivíduos, o que correspondeu a menos 5.566 indivíduos face a 2018.

Por seu turno, a A.M.L. foi a região em que a capacidade de alojamento mais aumentou por ano. Em 2019, os estabelecimentos de AL desta região albergaram um total de 25.682 indivíduos, o que se traduziu num aumento de 5.344 indivíduos, comparativamente com o ano anterior. A par da A.M.L., em 2019, a região Norte também registou um aumento da capacidade dos estabelecimentos de AL e, portanto, das camas existentes, permitindo acomodar mais 4.628 indivíduos por comparação com 2018.

No mesmo ano, os estabelecimentos de AL do Algarve receberam 14.392 indivíduos, ou seja, mais 1.237 indivíduos por comparação com o ano anterior, apresentando, assim, uma capacidade superior às R.A.A. e R.A.M., mas inferior à capacidade demonstrada pelas restantes regiões do País (Norte, Centro, A.M.L. e Alentejo).

²²Os estabelecimentos turísticos a que reportam os dados são hotéis, outros alojamentos de curta duração, parques de campismo e parques para veículos recreativos, e parques para atrelados.

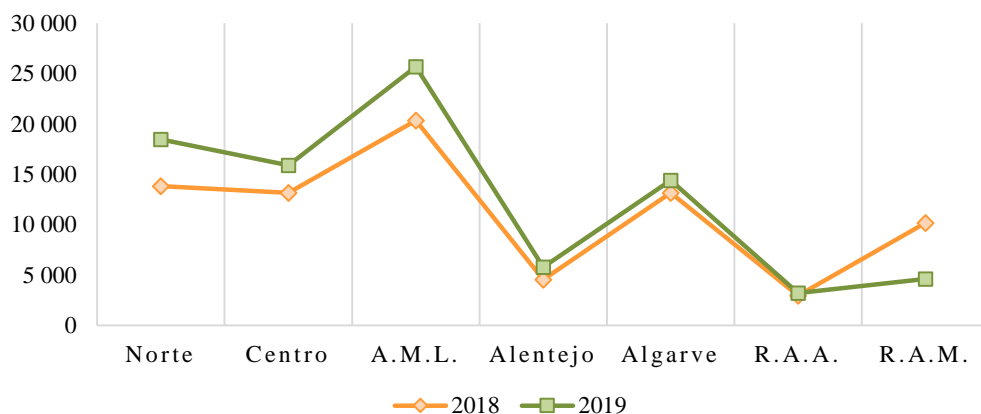


Figura 4.2. Capacidade de alojamento nos estabelecimentos de Alojamento Local, em 2018 e 2019, por NUTS II²³

Fonte. Instituto Nacional de Estatística (INE) (2020a)

Os hostels constituem uma das modalidades de alojamento turístico com uma forte associação ao desenvolvimento do turismo, apresentando uma missão, filosofia e dinâmica próprias, assim como características físicas e serviços diferenciados, distinguindo-se do tradicional AL (Bahls & Pereira, 2017). A análise à sua capacidade máxima pode contribuir para melhor compreender o contributo deste tipo de alojamento para a dinâmica turística de um dado território.

Conforme os dados retratados na Figura 4.3., em 2019, os hostels da A.M.L. foram aqueles que demonstraram ter maior capacidade de alojamento, tendo recebido 5.651 indivíduos, o que equivale a 43,1% da capacidade máxima. O Norte surge como a segunda região do país com maior capacidade de alojamento, tendo acomodado nos respetivos hostels 2.529 indivíduos, correspondendo a 19,3% da capacidade máxima.

²³AL com 10 ou mais camas; sem limite mínimo de capacidade na R.A.M. até 2018; os dados de 2017 não incluem a R.A.A. dada a diferente metodologia utilizada.

Por oposição, os hostels da R.A.M. e da R.A.A. foram aqueles que apresentaram menor capacidade de alojamento, totalizando 314 e 343 indivíduos hospedados em 2019, respetivamente.

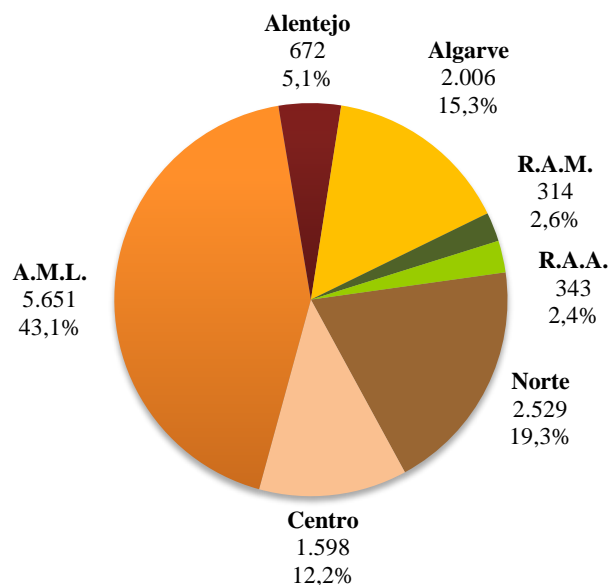


Figura 4.3. Capacidade máxima dos hostels, em 2019, por NUTS II²⁴

Fonte. INE (2020b)

Os dados apresentados na Figura 4.4. permitem aferir a evolução do número de camas dos estabelecimentos de alojamento turístico nas regiões que compõem o território nacional, incluindo as ilhas, entre 2016 e 2019. Durante esse período, todas as regiões apresentaram uma tendência de crescimento no número de camas, à exceção da R.A.A., cujo número de camas nos estabelecimentos de alojamento turístico em 2019 (n=19.190) decresceu face a 2018 (n=19.780).

Os estabelecimentos de alojamento turístico das regiões do Algarve e do Centro foram aqueles em que o número de camas mais aumentou, totalizando 671.913 camas e 528.030 camas no período em análise, respetivamente. Apenas em 2019, o setor do alojamento turístico no Algarve possuía 176.950 camas e no Centro foi registado um total de 139.020 camas, o que representa uma diferença de mais 2.013 camas no caso de Algarve, variando, em termos relativos, em 1,2% face ao ano anterior, e de mais 2.067 camas no caso da região Centro, a qual registou uma variação de 1,5% no número de camas dos estabelecimentos de alojamento turístico comparativamente a 2018.

²⁴Os dados apresentados são dados provisórios.

Contrariamente, a R.A.A. e o Alentejo foram as regiões que apresentaram o menor número de camas, totalizando, entre 2016 e 2019, 67.767 camas e 203.261 camas, respetivamente. Em 2019, os estabelecimentos de alojamento turístico da R.A.A. possuíam 19.190 camas enquanto os da região do Alentejo tinham 53.855 camas. Tal como referido anteriormente, por comparação com o ano de 2018, a R.A.A. contrasta com a tendência nacional de crescimento do número de camas, registando uma variação absoluta de camas de menos 590 camas, o que equivale a uma variação relativa de -3%. No que respeita aos estabelecimentos de alojamento turístico da região do Alentejo, estes registaram, em 2019, uma variação absoluta de mais 2.385 camas, traduzindo-se numa variação relativa de 4,6%.

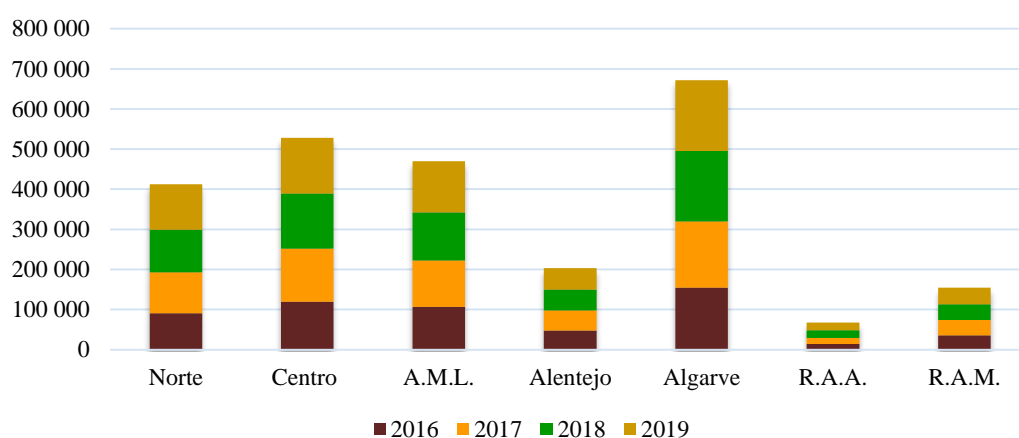


Figura 4.4. Número de camas²⁵ nos estabelecimentos de alojamento turístico, entre 2016 e 2019, por NUTS II

Fonte. Eurostat (2021)

²⁵É determinado pelo número de pessoas que podem pernoitar nas camas disponíveis no próprio estabelecimento, não estando incluídas quaisquer camas suplementares que sejam disponibilizadas a pedido do cliente. O termo aplica-se apenas a uma cama de solteiro (Eurostat, 2018).

Os dados do Eurostat apresentados na Figura 4.5. atestam a dinâmica associada à ocupação líquida de camas em hotéis e alojamentos turísticos similares em 2018 e 2019 nas regiões de Portugal Continental e Insular.

Em 2019, considerando uma perspetiva comparada entre todas as regiões em análise, verifica-se que, face a 2018, a taxa de ocupação líquida de camas aumentou na A.M.L. em 1%, no Norte em 2,1% e no Alentejo em 4,2%, sendo nesta última região que a evolução se revelou mais expressiva.

As oscilações entre regiões, no que concerne ao comportamento do indicador no período em análise, foram diminutas, o que permite concluir que a sua evolução manteve-se praticamente constante, sem alterações significativas.

Por oposição ao cenário traçado para as regiões anteriormente mencionadas, a taxa de ocupação líquida de camas demonstrou uma tendência inversa em 2019, tendo diminuído nos hotéis e alojamentos turísticos similares do Centro (-0,3%), do Algarve (-0,7%), da R.A.A. (-1,0%) e da R.A.M. (-8,1%), onde, comparativamente com o ano anterior, a diminuição foi mais significativa.

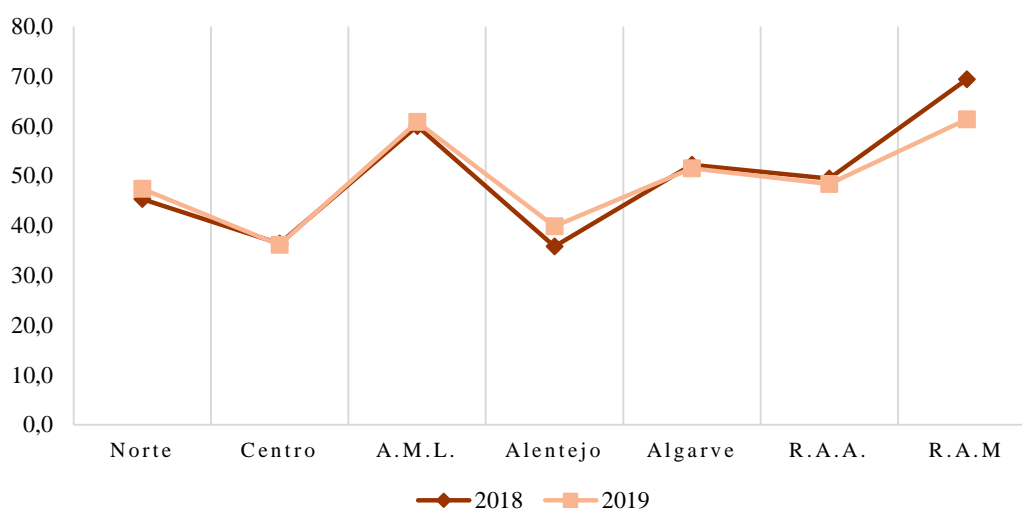


Figura 4.5. Taxa de ocupação líquida (%) de camas em hotéis e alojamentos turísticos similares, em 2018 e 2019, por NUTS II

Fonte. Eurostat (2021)

Considerando a análise aos dados da Figura 4.6., verifica-se que, entre 2017 e 2019, o número de dormidas em estabelecimentos de alojamento turístico em Portugal evoluiu em todas as regiões, com especial destaque para o Algarve e a A.M.L.. Nestas regiões, ao longo do

período em análise, o número de dormidas revelou-se particularmente elevado, situando-se acima dos valores registados no restante território continental e insular. Em 2019, os estabelecimentos de alojamento turístico do Algarve totalizaram 20.900.495 dormidas, o que representa uma variação absoluta de mais 457.248 dormidas (tva=2,2%) relativamente a 2018. No caso da A.M.L., os estabelecimentos de alojamento turístico somaram um total de 18.639.062 dormidas em 2019, refletindo uma variação absoluta de mais 1.943.856 dormidas (tva=11,6%) relativamente ao ano anterior.

Por seu turno, a R.A.A. e o Alentejo foram as regiões menos escolhidas pelos turistas para pernovernarem, comparativamente com as restantes regiões, alcançando, em 2019, um total de 2.277.805 e de 2.938.830 dormidas, respetivamente. Na R.A.A., a variação do número de dormidas situou-se nos 7,2% face a 2018, representando um aumento de 151.979 dormidas, enquanto no Alentejo a variação foi de 9,8%, comparativamente com o ano anterior, refletindo um aumento de 262.885 dormidas.

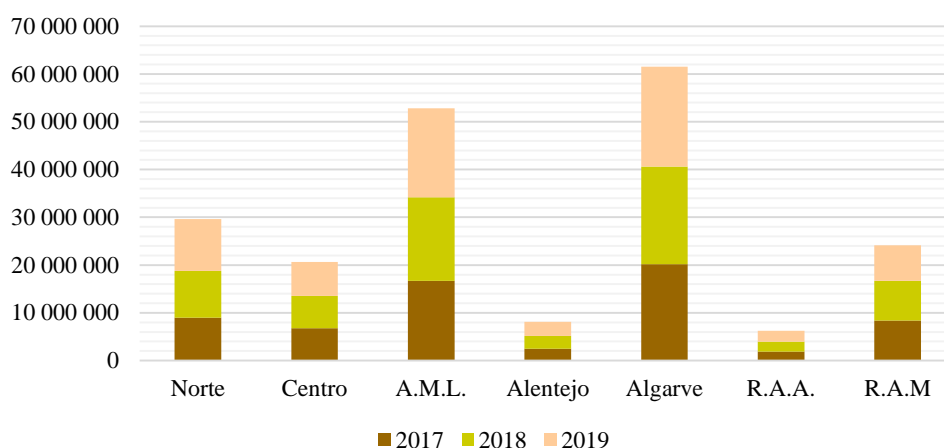


Figura 4.6. Número de dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico em Portugal, entre 2017 e 2019, por NUTS II²⁶

Fonte. INE (2021a)

Os proveitos totais nos estabelecimentos de alojamento turístico²⁷ é outro dos indicadores que reflete o impacto da atividade turística nos territórios de destino.

²⁶Os dados apresentados reportam aos estabelecimentos de AL com 10 ou mais camas, sem limite mínimo de capacidade na R.A.M. até 2018; em 2017, os valores apresentados para Portugal e para a R.A.A. não incluem o AL desta região devido à diferente metodologia aplicada.

²⁷Os proveitos totais dos estabelecimentos de alojamento turístico compreendem os valores resultantes da atividade inerente aos referidos estabelecimentos, tais como aposento ou dormidas, restauração, aluguer de salas, lavandaria, entre outros (INE, 2021b).

Conforme os dados da Figura 4.7., entre 2017 e 2019, em todas as regiões de Portugal Continental e Insular, verificou-se uma evolução dos proveitos totais, tendo sido a A.M.L. e o Algarve as regiões que registaram mais proveitos totais nos estabelecimentos de alojamento turístico. Em 2017, os estabelecimentos de alojamento turístico da A.M.L. reuniram receitas totais no valor de 894.564€, enquanto em 2019 essas receitas ascenderam a 1.083.690€, o que representa uma variação de 189.126€.

Por seu turno, os estabelecimentos de alojamento turístico do Algarve totalizaram, em 2017, proveitos totais no valor de 806.308€, os quais ascenderam a 909.617€ em 2019, refletindo, assim, um aumento de 103.309€. Comparando o valor de proveitos totais entre ambas as regiões, conclui-se que foram os estabelecimentos de alojamento turístico da A.M.L. que mais receitas totais geraram, existindo uma variação de 88.256€ em 2017 e de 174.073€ em 2019, respetivamente.

De acordo com os dados da mesma figura, as regiões que registaram menos proveitos resultantes da atividade dos estabelecimentos de alojamento turístico, entre 2017 e 2019, foram a R.A.A. e o Alentejo. Em 2017, as receitas totais destas regiões ascenderam a 66.529€ e a 98.299€, respetivamente, enquanto, em 2019, a R.A.A. registou 90.760€ em receitas totais, ou seja, um aumento de 24.231€, e o Alentejo obteve proveitos totais de 129.886€, o que representa um acréscimo de 31.587€ face a 2017. Conclui-se, portanto, que os proveitos totais dos estabelecimentos de alojamento turístico da R.A.A. e do Alentejo situaram-se abaixo dos valores acumulados em receitas nas restantes regiões.

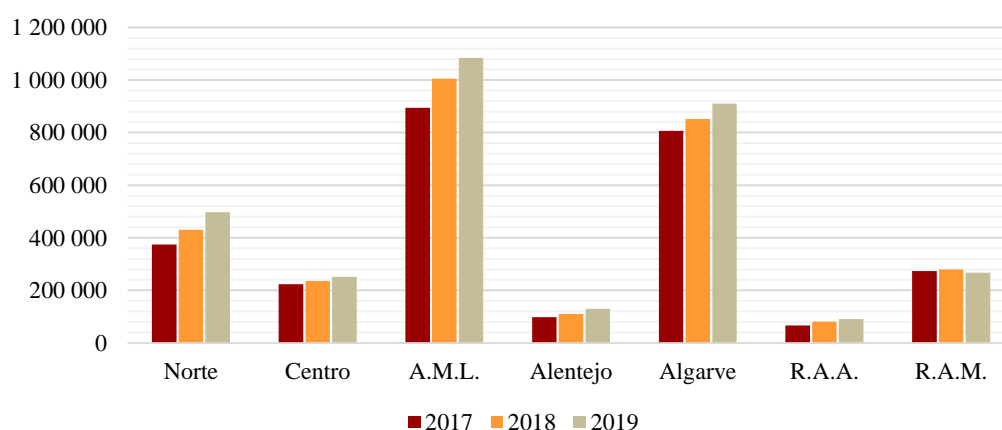


Figura 4.7. Proveitos totais (€) dos estabelecimentos de alojamento turístico, entre 2017 e 2019, por NUTS II

Fonte. INE (2021c)

4.4. A influência da crise epidemiológica na dinâmica turística: uma análise das realidades europeia e portuguesa

O aparecimento e a propagação do vírus SARS-CoV-2, associado à doença COVID-19, primeiramente em finais de 2019 na China e, posteriormente, a partir do início de 2020 no resto do Mundo, evidenciou as fragilidades e o carácter vulnerável de alguns setores de atividade, nomeadamente do setor turístico. As medidas adotadas na sequência da pandemia contribuíram para adensar essa vulnerabilidade e os seus efeitos práticos rapidamente demonstraram que o turismo é um setor que tem tanto de popular quanto de frágil. A imposição de restrições à mobilidade dos cidadãos e os períodos de confinamento, enquanto formas de mitigação da situação epidemiológica, motivaram o cancelamento de voos e reservas em estabelecimentos turísticos, com impactos no desenvolvimento da atividade turística em todo o Mundo, incluindo Portugal (Turismo de Portugal, 2020).

Os dados que, em seguida, se apresentam pretendem contribuir para uma perceção mais detalhada do nível de impacto exercido pela pandemia num conjunto de indicadores relacionados com o setor turístico, como é o caso das receitas do turismo internacional, que registaram, em 2020, de acordo com os dados disponibilizados pela OMT (2021), um decréscimo acentuado para os 201 mil milhões de euros, ou seja, menos 336 mil milhões de euros face a 2019 (-59,3%), após uma tendência de crescimento, que se estendeu, pelo menos, desde 2016 até 2019²⁸.

A tendência de redução dos valores registados nos anos anteriores estende-se ao número de chegadas de turistas internacionais. De acordo com a Figura 4.8., que apresenta a dinâmica dessa variação ao longo do ano de 2020 e dos primeiros quatro meses de 2021, Portugal acompanhou a tendência de redução significativa da média europeia. Embora os meses de janeiro e fevereiro de 2020 tenham registado uma variação positiva, mas com tendência decrescente das chegadas de turistas internacionais face ao ano anterior, é em março que as variações decaem abruptamente, sendo, também, nesse mês que são confirmados os primeiros casos de infeção no país e adotadas as primeiras medidas de controlo da doença, tais como o cancelamento de voos internacionais com origem nos países que apresentavam, à data, uma situação preocupante. Nesta altura, países como China e Itália, este último no âmbito europeu, apresentavam já situações alarmantes de evolução da doença.

²⁸Relativamente ao valor das despesas, não foi possível apurar dados que permitam aferir a sua dimensão em 2020 e a respetiva variação face ao ano anterior.

Os dados demonstram ainda que, em 2020, os meses de abril e maio foram aqueles que registaram a diminuição mais acentuada das chegadas de turistas internacionais por comparação com o ano anterior. Em abril, a variação registada foi de -97% na Europa e de -99% em Portugal, enquanto, em maio, a Europa registou uma variação de -95% e Portugal manteve a variação do mês anterior (-99%). Nos meses seguintes, verificou-se uma ligeira recuperação, mantendo-se, contudo, as variações negativas face a 2019. Entre os meses de julho e outubro, as chegadas de turistas internacionais variou entre os 78 e os 84% no caso de Portugal e entre os 79 e os 76% no caso da média dos restantes países europeus. A partir de novembro, as chegadas de turistas internacionais voltam a diminuir, evidenciando, assim, uma tendência de evolução desfavorável, que se mantém, pelo menos, até abril de 2021.

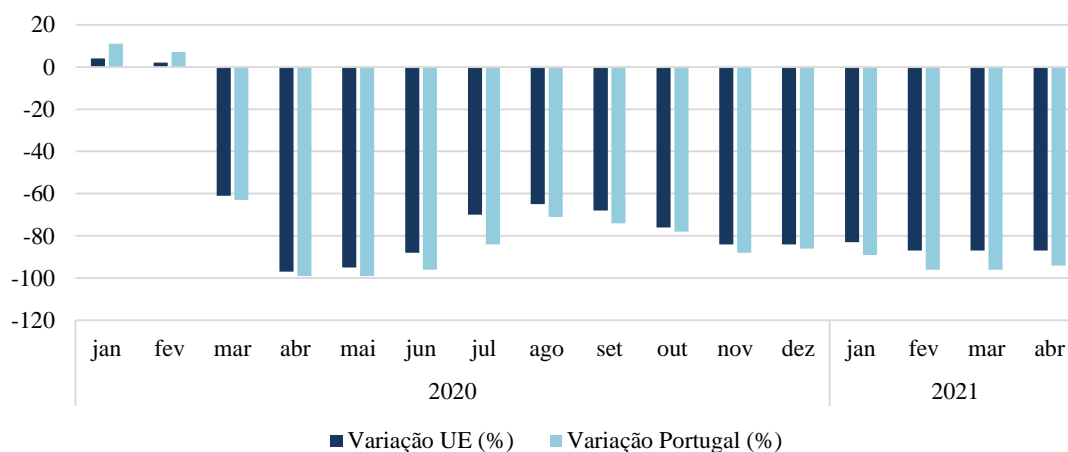


Figura 4.8. Taxa de variação (%) do número de chegadas de turistas internacionais, na Europa e em Portugal, em 2020 e no início de 2021²⁹

Fonte. OMT (2021)

Na sequência da situação epidemiológica, o volume de negócios em áreas diretamente relacionadas com o turismo, tais como o alojamento e a restauração, também foi afetado. Em 2020, comparativamente com o ano anterior, o total de transações efetuadas nas referidas áreas decresceu nos meses de março e abril, com variações de -48,2% e -60,3% na UE e de -49,8% e -62,2% em Portugal, respetivamente. Seguiu-se uma recuperação significativa nos meses de maio e junho. Em maio, a variação do total faturado, correspondente às vendas no mercado dos serviços de alojamento e restauração prestados a terceiros, situou-se nos 43,3% na UE e nos 47,9% em Portugal, enquanto, em junho, se manteve a evolução positiva dos níveis de variação

²⁹Para uma melhor comparabilidade, a taxa de variação em 2021 é calculada tendo por referência os dados de 2019.

em ambos os contextos, tendo sido na UE que se registou a variação mais elevada de todo o período em análise (87,6%). A partir de junho, o volume de negócios voltou a decair, face a 2019, apresentando, desde então, uma oscilação variável caracterizada por períodos de declínio e de recuperação que se mantêm, pelo menos, até abril de 2021, na Europa e em Portugal.

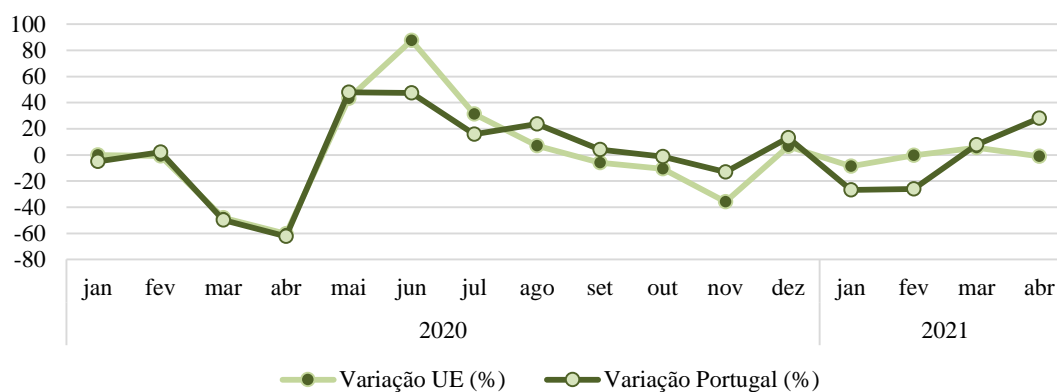


Figura 4.9. Taxa de variação (%) do volume de negócios nas áreas do alojamento e da restauração, na União Europeia e em Portugal, em 2020 e 2021³⁰

Fonte. Eurostat (2021)

Privilegiando uma análise micro, centrada nos efeitos exercidos pela pandemia sobre a atividade turística apenas no contexto nacional, os dados revelam que o Valor Acrescentado Bruto Gerado pelo Turismo (VABGT), o Consumo de Turismo no Território Económico (CTTE) e o PIB registaram uma redução significativa em 2020, por comparação com o ano anterior. Mais concretamente, o VABGT apresentou uma variação negativa de 48,2%, o CTTE diminuiu 50,4% e o PIB sofreu uma redução de 5,4%. Em 2020, o VABGT totalizou 8,1 mil milhões de euros enquanto o CTTE alcançou 16,3 mil milhões de euros. Relativamente ao contributo direto e indireto do turismo para o valor nominal do PIB em 2020, as estimativas, divulgadas pelo INE, apontam para os 12,8 mil milhões de euros, o que equivale a 6,3%, ou seja, uma redução de 5,5% face a 2019 (INE, 2021d). De acordo com a mesma fonte, foram os produtos que mais contribuem para o PIB que sentiram, de forma mais premente, os impactos económicos da pandemia, registando reduções, em volume, entre 48% e 55% no PIB turístico. Foi o caso dos serviços de alojamento; da restauração e similares; dos transportes, sobretudo aéreos; e dos serviços de aluguer.

³⁰Para uma melhor comparabilidade, a taxa de variação em 2021 é calculada tendo por referência os dados de 2019.

O número de estabelecimentos de alojamento turístico existentes ao longo do território nacional, incluindo as ilhas, também registou um decréscimo em 2020, comparativamente com o ano anterior, tal como é possível comprovar pelos dados da Figura 4.10.. Todas as regiões apresentaram variações negativas face ao ano transato, sendo a R.A.A. e a A.M.L. aquelas que registam um decréscimo mais acentuado, com variações de -11% e de -7,4%. Em termos absolutos, estas regiões possuíam, em 2020, 341 e 1.152 estabelecimentos de alojamento turístico, respetivamente.

Embora apresentando níveis de variação negativos face aos dados de 2019, as regiões do Centro e da R.A.A., com -3,3% de estabelecimentos de alojamento turístico cada uma, e o Alentejo, com -2,2%, posicionam-se acima das regiões anteriormente referidas, demonstrando, por comparação, um decréscimo menos acentuado. Em 2020, as regiões do Centro e do Alentejo registaram um total de 1.429 e 800 estabelecimentos de alojamento turístico, respetivamente.

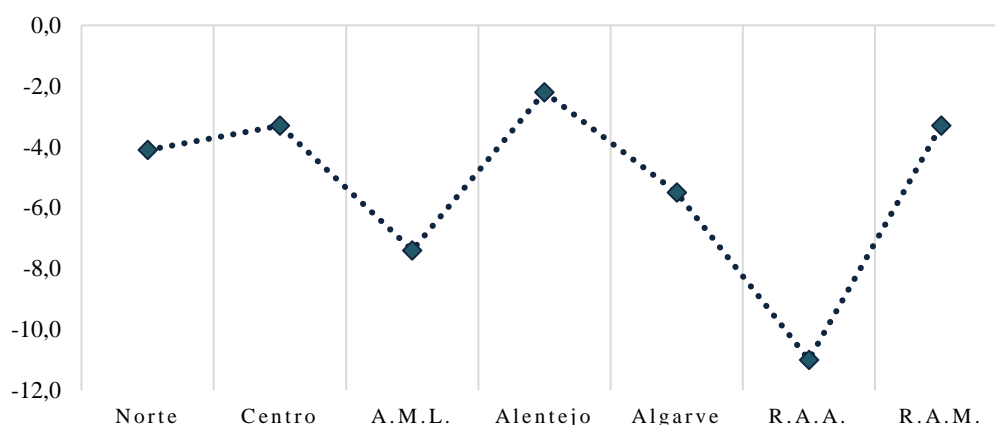


Figura 4.10. Taxa de variação anual (%) do número de estabelecimentos de alojamento turístico, em 2020, por NUTS II³¹

Fonte. Eurostat (2021)

No que concerne às dormidas de turistas em estabelecimentos de alojamento turístico, em 2020, de todas as regiões do território continental e insular, foram as regiões do Algarve e da A.M.L. que registaram, em termos absolutos, o maior número de dormidas, com um total de 7.890.711 e de 5.254.354 dormidas, respetivamente, enquanto a R.A.A. e o Alentejo foram as

³¹Os estabelecimentos de alojamento turístico a que reportam os dados apresentados são hotéis, outros alojamentos de curta duração, parques de campismo e parques para veículos recreativos, e parques para atrelados.

regiões que apresentaram os valores mais baixos, somando 654.376 e 1.829.255 de dormidas, respetivamente.

Comparativamente com o ano anterior, os estabelecimentos de alojamento turístico de todas as regiões em análise registaram, em 2020, quebras significativas no número de dormidas de turistas como consequência da situação epidemiológica. No entanto, a A.M.L. e a R.A.A. destacam-se do conjunto regional pelas variações negativas acentuadas de 71,8% e de 71,3%, respetivamente. Apesar da tendência de decréscimo verificada, o Alentejo foi a região do país em que a diferença do número de dormidas foi menos acentuada, comparativamente a 2019, registando, ainda assim, uma variação anual negativa de 37,8%.

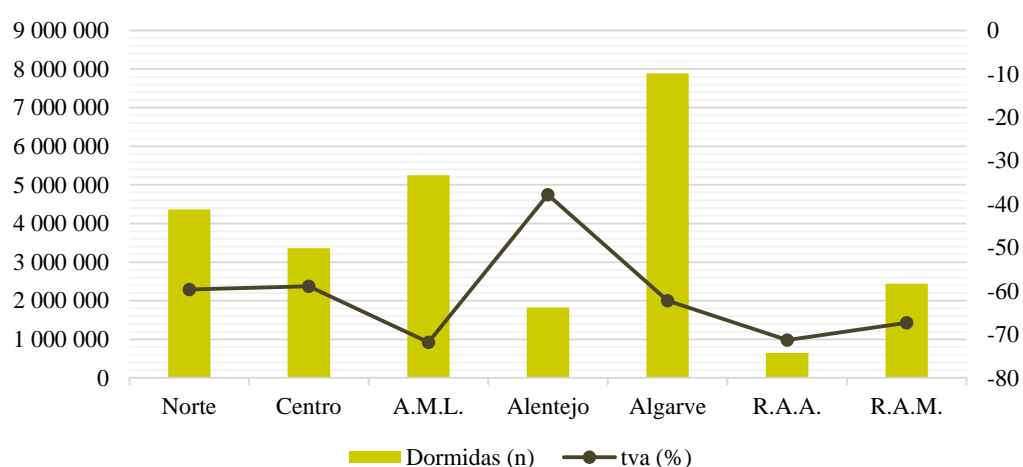


Figura 4.11. Número de dormidas em estabelecimentos de alojamento turístico em 2020, por NUTS II, e respetiva taxa de variação anual (%)³²

Fonte. INE (2021e)

Analisando os dados referentes ao número de camas dos estabelecimentos de alojamento turístico de Portugal Continental e Insular (Figura 4.12.), observa-se que, apesar do decréscimo da atividade turística como consequência da pandemia, o Algarve registou, em 2020, 160.567 camas e a A.M.L. possuía 142.049 camas, tornando-se, assim, nas regiões que registaram o maior número de camas, por comparação com o restante território nacional. Contrariamente, a R.A.A. (n=16.769) e o Alentejo (n=54.080) foram as regiões com menos camas nos respetivos estabelecimentos de alojamento turístico. Em comparação com o Algarve e a A.M.L., no referido ano, o número de camas na R.A.A. variou em -143.798 e -125.280

³²Os dados apresentados referem-se aos estabelecimentos de AL com 10 ou mais camas.

camas, respetivamente. No caso do Alentejo, os estabelecimentos de alojamento turístico tinham menos 106.487 camas do que o Algarve e menos 87.969 camas do que a A.M.L.

Focalizando a análise na variação relativa do número de camas face a 2019, é perceptível o impacto negativo exercido pela pandemia, sobretudo na R.A.A., no Algarve, na R.A.M., no Centro e no Norte do país, onde se verificaram variações negativas de 12,6%, 9,3%, 5,2%, 4,6%, e 4,3% no número de camas, respetivamente. Apesar da situação pandémica, a A.M.L. e o Alentejo registaram variações positivas no número de camas, comparativamente a 2019, sendo a variação mais significativa aquela que ocorreu na A.M.L. (tva=11,3%), por oposição à variação residual do Alentejo (tva=0,4%).

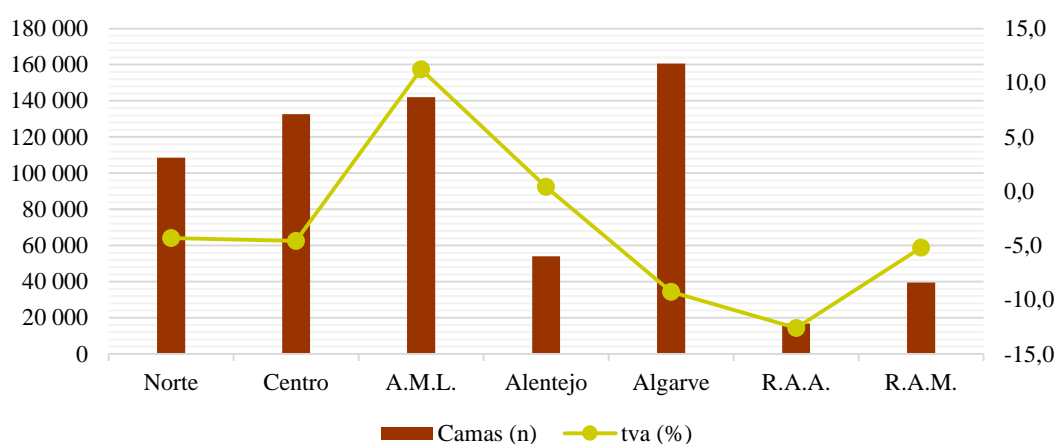


Figura 4.12. Número de camas em estabelecimentos de alojamento turístico em 2020, por NUTS II, e respetiva taxa de variação anual (%)

Fonte: Eurostat (2021)

Na sequência da análise anterior, em 2020, a taxa de ocupação líquida de camas nos estabelecimentos de alojamento turístico também sofreu variações, apresentando valores mais baixos, comparativamente com o ano anterior, em todas as regiões do território nacional. No referido ano, a R.A.A. e o Centro apresentaram as taxas líquidas de ocupação cama mais baixas de todo o território, ou seja, 19,5% e de 19,8%, respetivamente, correspondendo a uma variação de menos 24 pontos percentuais no caso da R.A.A. e de menos 13 pontos percentuais no caso do Centro, face a 2019. Por outro lado, a R.A.M. e o Algarve registaram taxas de ocupação líquida de camas de 30,8% e de 26,9%, sendo, portanto, as regiões com níveis mais elevados de ocupação de camas em 2020. Por comparação a 2019, em que a R.A.M. apresentou uma taxa de ocupação líquida de cama de 58% e o Algarve de 50,1%, as variações corresponderam a menos 27 e a menos 23 pontos percentuais, respetivamente.

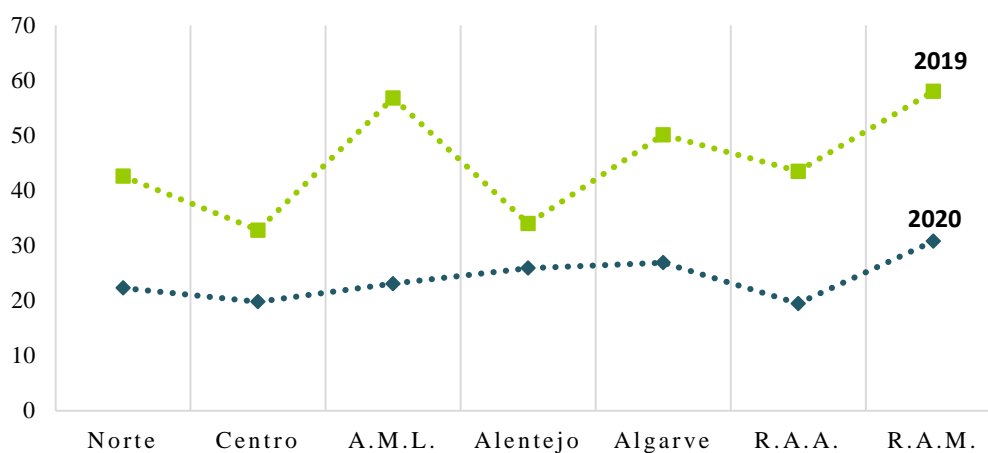


Figura 4.13. Taxa de ocupação líquida (%) de camas nos estabelecimentos de alojamento turístico, em 2019 e 2020, por NUTS II

Fonte. INE (2021f)

Em linha com as análises anteriores, também o rendimento médio por quarto foi inferior em 2020, comparativamente com o ano anterior (Figura 4.14.). Em 2020, as regiões que registaram os rendimentos médios por quarto mais elevados foram o Algarve e o Alentejo. Estas regiões faturaram, em média, 29€ e 27€ por quarto, respetivamente, correspondendo a variações negativas de 26€, no caso do Algarve, e de 6€, no caso do Alentejo, face ao ano de 2019.

Um cenário diferente é apresentado para a R.A.A. e o Centro, onde os estabelecimentos de alojamento turístico registaram, em 2020, rendimentos médios por quarto de apenas 15€ em cada uma das regiões. No ano anterior, os rendimentos alcançados situaram-se em 38€ e 25€, respetivamente.

Da análise aos dados apresentados na Figura 4.14., é, ainda, possível concluir que a A.M.L. foi a região onde a diferença de rendimento se revelou maior entre 2019 e 2020, por comparação com as restantes regiões do território nacional. Em 2020, cada quarto rendeu, em média, 23€, o que compreende uma variação de -51€, comparativamente com o ano anterior (Rendimento por quarto disponível [RevPAR]=74€).

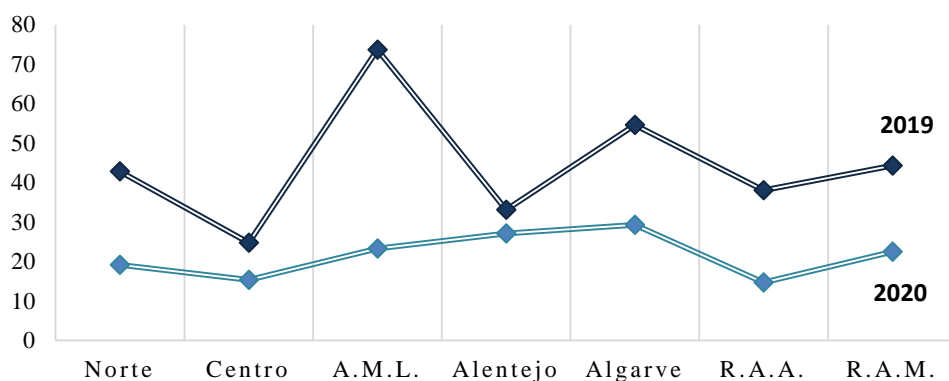


Figura 4.14. Rendimento médio por quarto (RevPAR) (€) nos estabelecimentos de alojamento turístico, em 2019 e 2020, por NUTS II³³

Fonte. INE (2021g)

Apesar da regressão dos níveis da atividade turística em 2020, de uma forma geral, todas as regiões de Portugal, incluindo as ilhas, apresentaram proveitos totais positivos, embora com variações negativas comparativamente com o ano anterior. Assim, em 2020, à semelhança do que sucedeu nas análises anteriores, foram igualmente os estabelecimentos de alojamento turístico do Algarve e da A.M.L. que mais beneficiaram da atividade turística, apresentando rendimentos totais de 461.565€ e 315.732€, respetivamente. A R.A.A. e o Alentejo continuam a ser as regiões cujos estabelecimentos de alojamento turístico menos proveitos totais geraram (30.048€ e 112.842€, respetivamente).

Em termos das variações ocorridas nos proveitos totais face a 2019, as regiões cujos estabelecimentos de alojamento turístico apresentaram reduções mais significativas foram a A.M.L. com -77% e a R.A.A. com -74,3%. Por seu turno, o Alentejo foi a região que registou a queda menos significativa (-35,5%) nas receitas totais dos respetivos estabelecimentos de alojamento turístico.

Em linha com a análise realizada, os dados disponibilizados pelo INE (2021b) revelam que, entre janeiro e junho de 2021, os estabelecimentos de alojamento turístico do Algarve e da A.M.L. mantêm-se como aqueles que registaram as receitas totais mais elevadas, acumulando,

³³Os dados reportam-se aos seguintes estabelecimentos de alojamento turístico: hotelaria, AL com 10 ou mais camas, e turismo no espaço rural e de habitação.

nesse período, 128.961€ e 95.135€, respetivamente. A estes valores correspondem variações de -89,5%, no caso do Algarve, e de -93,1%, no caso da A.M.L.

Por oposição, os estabelecimentos de alojamento turístico da R.A.A. e do Alentejo registaram receitas totais no valor de 17.189€ e de 42.101€, respetivamente, sendo, por isso, as regiões que menos lucraram com a atividade inerente aos estabelecimentos de alojamento turístico. Comparativamente a 2019, os proveitos totais resultantes dessa atividade diminuíram significativamente, alcançando, no caso dos estabelecimentos de alojamento turístico da R.A.A., uma variação de -85,3% e, no caso dos estabelecimentos de alojamento turístico do Alentejo, essa variação situou-se em -75,9%.

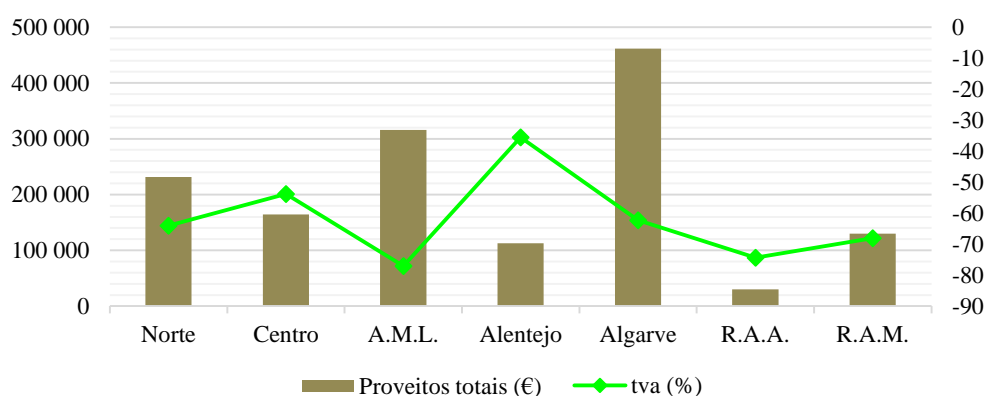


Figura 4.15. Proveitos totais (€) nos estabelecimentos de alojamento turístico em 2020, por NUTS II, e respetiva taxa de variação anual (%)³⁴

Fonte. INE (2021c)

A partir dos dados analisados anteriormente, é possível concluir que, de uma forma geral, ao longo do ano 2020 e nos primeiros meses de 2021, os indicadores demonstraram uma tendência de decréscimo significativo, caracterizada por variações negativas, comparativamente a 2019.

Este cenário comprova os efeitos devastadores da pandemia no setor do turismo, sobretudo no plano económico-social, com especial incidência nos níveis de atividade, no emprego, no rendimento dos indivíduos e nas receitas das empresas. Mais concretamente, os impactos da crise de saúde pública refletiram-se, entre outros, no encerramento de negócios, na perda de postos de trabalho e no conseqüente aumento do desemprego; no agravamento da situação de

³⁴Dados relativos ao AL com 10 ou mais camas.

fragilidade dos trabalhadores com vínculos precários; enfim, na deterioração do contexto macroeconómico um pouco por toda a UE, incluindo Portugal.

Os dados apresentados são, ainda, reveladores da extrema vulnerabilidade do setor turístico. Se, por um lado, a pandemia veio confirmar a importância do turismo, quer em termos económicos quer em termos sociais e enquanto meio de subsistência de regiões inteiras que dele dependem, também evidenciou a necessidade de o reerguer em bases sólidas que lhe confirmem uma elevada capacidade de suporte e de adaptação em contextos de crise e de incerteza. É, portanto, fundamental, repensar e redefinir a política do turismo atualmente em vigor.

Segundo o relatório do Grupo de Trabalho de Turismo do G20 (2021), desenvolvido pela OCDE, restaurar a confiança nas viagens e nos serviços turísticos; aprender a partir da experiência decorrente da pandemia; e priorizar o desenvolvimento de uma agenda sustentável que oriente o turismo a curto, médio e longo prazo constituem oportunidades para a reflexão e (re)formulação de linhas e metas de ação, cujo propósito deverá residir na recuperação de um setor que atravessa uma fase particularmente difícil. O mesmo relatório aponta para a necessidade dos países delinearem, entre si, de forma concertada, estratégias que visem preencher as lacunas ao nível da preparação e da capacidade de resposta dos governos e da indústria em cenários de crise e de mudança e promover uma mudança estrutural capaz de contribuir para uma economia do turismo resiliente, mais forte e mais sustentável. Em termos de intervenção, o Grupo de Trabalho de Turismo do G20 delineou, ainda, algumas áreas políticas interrelacionadas, das quais se destacam as seguintes: mobilidade em segurança, renovando e mantendo a confiança nas viagens; gestão de crise, minimizando o impacto que futuras crises venham a exercer sobre o turismo; resiliência, garantindo a robustez e a estabilidade do setor turístico; e inclusividade, reunindo as condições para aumentar o envolvimento das comunidades locais no planeamento da atividade turística, numa ótica de maximização dos benefícios a ela associados.

Ericeira: o retrato de um território turístico à beira-mar plantado

5.1. Uma vila feita de história e tradição

Situada na região do Litoral Oeste Português e delimitada a Sul pela Serra de Sintra e a Oeste pela Serra de Montejunto, a vila da Ericeira dista cerca de 8 km de Mafra e 35 km a noroeste do centro de Lisboa (Reis, 1994).

A Ericeira constitui uma das 11 freguesias do concelho de Mafra³⁵, ocupando uma área de 12,19 km², e possuindo, de acordo com os dados preliminares dos Censos de 2021, uma população total de 86.523 indivíduos (Câmara Municipal de Mafra, 2015; INE, 2021a).

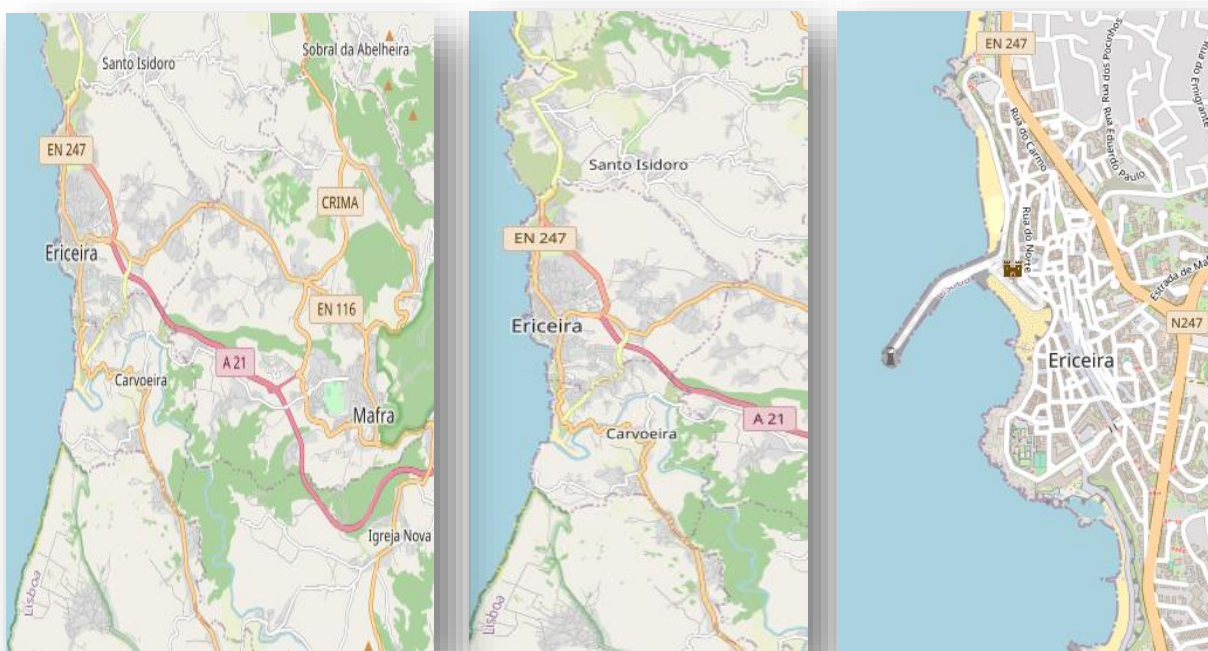


Figura 5.1. Localização geográfica da vila da Ericeira

Fonte. Direção-Geral do Território (2021)

Embora não seja consensual que os termos Eyriceira ou Oyriceira tenham sido aqueles que deram origem ao nome Ericeira, existindo outras designações semelhantes que também são

³⁵Desde a reorganização administrativa de 2013, o concelho de Mafra passou a ser composto por um total de 11 freguesias. Para além da Ericeira, também fazem parte deste concelho as seguintes freguesias: Azueira e Sobral da Abelheira, Carvoeira, Encarnação, Enxara do Bispo, Gradil, Vila Franca do Rosário, Igreja Nova, Cheleiros, Mafra, Malveira, São Miguel de Alcainça, Milharado, Santo Isidoro, Venda do Pinheiro e Santo Estêvão das Galés.

apontadas como uma possibilidade, tais como Ericeyra, Eyricera ou Eriçaria, a literatura sobre o tema é peremptória ao afirmar a existência de uma relação entre a origem do nome e o ouriço-do-mar ao invés do ouriço-cacheiro como se chegou a defender em tempos (Alves, 1993; Santos, 1998).

Conhecida por ser “terra de ouriços”, a Ericeira, assim como a restante costa do litoral português, ainda hoje se caracteriza pela abundância deste espinhoso animal marinho, que é colhido nas suas praias para consumo, o que se deve, em grande medida, à existência de condições favoráveis ao seu desenvolvimento, tais como os ecossistemas marinhos predominantemente rochosos e constituídos por algas (Lobo e Silva, 2016).

Local de passagem e instalação dos Fenícios, a vila da Ericeira é um território de reconhecida antiguidade, cuja história remonta a 1000 a.C.. Embora se acredite que a mesma se tenha iniciado por volta desse período, a atribuição do primeiro foral³⁶, datado de 1229 e concedido por Dom Frei Fernão Rodrigues Monteiro, à data Grão-Mestre da Ordem de Avis, assim como a consequente instituição do concelho da Ericeira, representam os registos oficiais do início da sua história (Reis, 1994). O foral constituía, simultaneamente, uma vantagem estratégica para a região e um elemento facilitador da fixação das populações. A atribuição deste documento real concedia capacidade económica e defensiva a um dado território, face a territórios geograficamente próximos, consolidando a sua autonomia, principalmente após a fundação do concelho. Além disso, atribuía às populações um conjunto de direitos e privilégios em troca de obrigações, reconhecendo as suas particularidades socioeconómicas e atribuindo-lhes o estatuto de parte integrante do reino (Ventura, 1998).

No reinado de D. Afonso IV, em 1369, a Ericeira recebe o segundo foral e em 31 de agosto de 1513, por altura da Reforma dos Forais em Portugal, El-Rei D. Manuel I reconhece o concelho da Ericeira e atribui-lhe o terceiro foral, o qual só viria a vigorar até 1855. Neste ano, a implantação de uma nova divisão administrativa coloca a vila na dependência de uma nova sede de concelho até aos dias de hoje, a vila de Mafra (Reis, 1994).

Após mais de 626 anos de existência, a Ericeira deixa de ser concelho, mas esta não foi uma decisão unanimemente aceite. Das reivindicações dos habitantes da Ericeira, que fazem parte do pedido de elevação da vila a concelho, constam argumentos devidamente justificados pelo passado histórico e pela importância marítima da vila e “(...) posições com sentido, ou seja, fundamentadas numa imensa diversidade de razões – de ordem económica, cultural, social,

³⁶Segundo Vilar, “o foral correspondia à constituição política da autarquia” (1994, p. 319).

jurídica,... (...)”, incluindo a evolução demográfica, as manifestações religiosas e as tradições, o património, as instituições e o turismo, entre outras (Ventura, 1998, p. 11).

Pese embora esteja documentado o elevado grau de empenho e de participação tradicional do povo, acompanhada por uma forte consciência coletiva e uma elevada representatividade na defesa dos seus próprios interesses e dos interesses do país, a petição assinada em 1855 pelos habitantes da Ericeira, assim como os movimentos e outras tentativas que estes levaram a cabo no sentido de restabelecer o concelho, revelaram-se infrutíferas. Questões relacionadas com a viabilidade do projeto, bem como com a sua operacionalidade no âmbito nacional, caracterizado pela diversidade de espaços políticos, económicos, sociais e culturais, poderão ter estado na origem do insucesso associado à atribuição do estatuto de concelho à Ericeira (Ventura, 1998).

Dos registos históricos consta, também, a ligação à Ericeira de várias famílias da aristocracia e da classe média alta, assim como figuras de destaque, as quais, em tempos, elegeram a vila como destino privilegiado de férias. A título de exemplo, destacam-se as famílias Ulrich, Dote, Nobre Guedes, Burnay, Rivotti, D. João de Noronha, Marquês de Almoster, D. António de Bragança, Condes de Barroco, e as personalidades Mendes Leal, Pinheiro Chagas, assim como a Rainha D^a. Maria Pia (Lobo e Silva, 1985; Júnior, 1995; Alves, 2002; Lobo e Silva, 2016).

5.1.1. A atividade piscatória e a importância estratégica do porto de pesca da Ericeira

Outrora vila predominantemente piscatória³⁷, a Ericeira foi um território de pescadores que se faziam ao mar para a prática da pesca artesanal em busca do seu sustento.

O Bairro dos Pescadores, inaugurado em 1949, é um símbolo da forte presença dos profissionais da pesca, atestando a predominância da atividade piscatória na vila, tendo sido construído com a finalidade de albergar os pescadores mais necessitados e as suas famílias (Alves, 2002).

Diariamente, estes homens navegavam em pequenos barcos a remos e à vela, à semelhança do que sucedia com os navegadores da antiguidade, num mar inconstante e imprevisível, por vezes embravecido, o que dificultava o manuseio das embarcações e aumentava o tempo de chegada ao porto de pesca, essencialmente determinado pelas características arcaicas e rudimentares dos barcos (Júnior, 1994; Júnior, 2000).

³⁷A agricultura e a pecuária chegaram a representar também atividades de subsistência mas com um carácter secundário, assim como “alguma manufactura associada à pesca, como seja a construção naval, a confecção de redes ou a cordoaria” (Reis, 1998, p. 26).

Com uma importância histórica reconhecida, o porto de pesca da Ericeira contribuiu para o desenvolvimento económico da vila funcionando como porta de entrada e de saída de diversos artigos, possibilitando, assim, a sua importação e exportação e o abastecimento da vila (Reis, 1994).

A sua privilegiada situação geográfica, com uma jurisdição que abrangia a área marítima entre Cascais e a Figueira da Foz, acentuava o destaque e o prestígio que lhe eram reconhecidos contribuindo para que fosse considerado o 4.º porto do reino até aos meados do século XIX (Reis, 1994)³⁸.

O porto de pesca da Ericeira representava, igualmente, um símbolo do sustento dos pescadores e das respetivas famílias, pois funcionava como porta de entrada e de saída dos homens que se dedicavam à atividade piscatória, enfrentando condições adversas para garantir a sobrevivência do lar.

Durante os finais do século XIX, surgiram os sinaleiros do mar, homens que mostravam toda a sua coragem e bravura, permitindo que os pescadores conseguissem chegar sãos e salvos ao porto de pesca. A função de “marcar o mar”³⁹ era, geralmente, desempenhada por pescadores mais idosos, experientes na faina marítima e conhecedores das condições imprevisíveis que caracterizavam e continuam a caracterizar o mar da Ericeira. Para além do vasto conhecimento do mar, estes homens também eram conhecidos pela sua atitude meritória, de puro altruísmo e gratiosidade, uma vez que não usufruíam de qualquer pagamento ou subsídio pelo desempenho de uma função que lhes exigia um elevado nível de responsabilidade (Júnior, 1994). A sua recompensa era, muitas vezes, o reconhecimento e o agradecimento dos próprios pescadores e algum peixe que destes recebiam. Nas situações em que o sinaleiro decidia que não estavam reunidas as condições para que os barcos entrassem em segurança no porto, dava indicações aos pescadores para que estes navegassem até Cascais, enfrentando um percurso algo duro e sinuoso, principalmente na passagem pelo Cabo da Roca. Para caracterizar esta experiência, era recorrente os pescadores referirem que “No mar da Roca, até vinagre é moscatel!”⁴⁰ (Júnior, 1994).

³⁸Os portos de Lisboa, Porto e Setúbal eram os únicos que anteciam, em termos de importância comercial, o porto de pesca da Ericeira.

³⁹Expressão utilizada pelos pescadores da Ericeira para descrever a análise feita à situação do mar. Em determinadas situações, a expressão também era aplicada para referir a situação melhor ou pior do estado do mar e, ainda, para avaliar, à distância, o intervalo entre um conjunto de ondas.

⁴⁰Expressão utilizada pelos pescadores da Ericeira para demonstrarem que as condições de navegação durante o percurso até Cascais eram tão duras e penosas que facilmente uma substância amarga se tornaria doce.

A importância do porto de pesca da Ericeira cruza-se com a história nacional ao ter sido palco do embarque de D. Manuel II e dos restantes membros da Família Real para o exílio na sequência da revolução republicana que despoletou em Lisboa e daria lugar à Implantação da República. O episódio da fuga, que ocorreu no dia 5 de outubro de 1910, a bordo do iate real “Amélia”, representa um marco da história do porto de pesca, em particular, e da vila da Ericeira, em geral (Júnior, 1974; Lobo e Silva, 1985).

Porém, o desenvolvimento dos transportes e o aparecimento do caminho de ferro do Oeste contribuíram para uma significativa redução da importância até então conferida ao porto de pesca da Ericeira enquanto ponto de partida e de chegada de pessoas e mercadorias.

5.1.2. As vagas de refugiados e o regresso dos retornados das ex-colónias

Na literatura, acontecimentos como a Guerra Civil de Espanha e a Segunda Guerra Mundial são apontados como responsáveis pelas quatro grandes vagas de refugiados que ocorreram em Portugal no período entre 1936 e 1945 e que resultaram na entrada de centenas de milhares de refugiados de diversas nacionalidades, fugidos aos conflitos armados, a um ritmo semelhante ao turismo de massas praticado nos anos sessenta (Telo, 1995).

Desde 1 de janeiro de 1942, a vila da Ericeira, que, à época, sobrevivia apenas da pesca artesanal local e do turismo balnear de veraneio, tornou-se uma das portas de entrada para estes refugiados, na sua maioria judeus. À semelhança de outras localidades (e.g. Madeira, Costa da Caparica, Paço de Arcos, Praia das Mações, Caldas da Rainha, Figueira da Foz e Curia) e em virtude do contexto bélico que então decorria em várias partes do Mundo, a vila apresentava algumas infraestruturas vazias e condições atrativas à permanência, quer definitiva quer temporária, desses refugiados, tais como a proximidade com o mar, o sossego, o ambiente familiar, oferecendo a possibilidade de ali reconstruírem a sua vida social e familiar ou apenas aguardarem que o fim dos conflitos trouxesse a normalidade que lhes permitisse voltar às suas origens (Telo, 1995).

Com a chegada dos refugiados, a fraca movimentação que se fazia sentir na vila deu lugar à agitação e ao entusiasmo dos cerca de 3.500 habitantes e das 600 pessoas que formavam a comunidade piscatória. Particularmente no plano cultural, o fluxo de refugiados, em paralelo com o fluxo de outros indivíduos estrangeiros, revestiu-se de grande interesse e relevância para a população local, motivando uma certa liberalização de comportamentos e práticas sociais. Apesar de divergentes quando comparadas com as práticas locais e do conservadorismo presente em algumas franjas da população local, a convivência pré-matrimonial dos casais

jovens, a frequência de bailes, os encontros femininos em cafés, entre outros, acabaram por dar lugar à aceitação desses comportamentos e a práticas replicadas (Júnior, 1995).

Porém, o aumento do fluxo de população na Ericeira voltaria a observar-se décadas mais tarde, após a Revolução de 25 de abril de 1974, na sequência do fim da Guerra Colonial e do início do processo de descolonização, que culminaram com o regresso de milhares de retornados das ex-colónias portuguesas, tendo alguns deles permanecido temporariamente no Hotel Turismo da Ericeira (Duarte, 2019; Oliveira, 2020).

Embora a entrada dos refugiados e dos retornados na Ericeira não tivesse, no imediato, um propósito turístico e as circunstâncias conjunturais das respetivas décadas fossem distintas daquelas que norteiam os tempos atuais, na realidade, este episódio da história local, à semelhança dos restantes episódios anteriormente mencionados, realçam uma temporalidade e uma espacialidade próprias, que se constroem e definem através de uma evolução marcadamente social e intercultural.

O porto de pesca e a atividade piscatória, as praias, as vagas de refugiados, o regresso dos retornados das ex-colónias e, posteriormente, o reconhecimento internacional do potencial da Ericeira para a prática do surf, materializado na atribuição do título de Reserva Mundial de Surf, que será abordada mais adiante, constituíram, efetivamente, marcos na história da vila, concorrendo para a sua evolução e popularidade enquanto destino turístico. Para tal, contribuíram também, principalmente a partir dos anos 50, o desenvolvimento das infraestruturas viárias, que facilitaram, largamente, as acessibilidades, originando um fluxo crescente de deslocações para a vila. O aumento das deslocações, por sua vez, aumentou a afluência de veraneantes, mas, também, o número de pessoas que aí se fixaram, contribuindo, dessa forma, para alterar “as características da vila tornando-se a Ericeira um aglomerado urbano em expansão dependente do turismo sazonal aí praticado” (Reis, 1994, p. 190).

De facto, o desenvolvimento das acessibilidades que hoje interligam territórios outrora distantes, encurtou as distâncias entre si e, portanto, o tempo das viagens. No caso da Ericeira, a construção de autoestradas e vias rápidas, a par da melhoria das estradas secundárias que ligam Lisboa e outras zonas à vila constituíram fatores determinantes para a evolução crescente do movimento populacional que nela se tem vindo a verificar.

Se, em tempos, a Ericeira era conhecida, sobretudo, pelo turismo balnear de veraneio, atualmente, a vertente turística continua bem presente, encontrando-se associada, em grande parte, à prática do surf.

5.1.3. A consagração da Reserva Mundial de Surf da Ericeira

Em outubro de 2011, a Ericeira, mais concretamente a área que se estende entre as praias da Empa e de São Lourenço, numa faixa costeira que concentra sete ondas de classe mundial num espaço de 4 quilómetros (São Lourenço, Coxos, *Crazy Left*, *Cave*, Ribeira d’Ilhas, *Reef* e Pedra Branca), foi reconhecida e distinguida, a nível internacional, como a segunda reserva mundial de surf e a primeira reserva de surf da Europa (Câmara Municipal de Mafra, 2020). Os oito quilómetros de costa; as suas características, das quais se destaca os penhascos rochosos, as baías pequenas e as praias isoladas; a diversidade das ondas caracterizadas por diferentes níveis de dificuldade; a riqueza do ecossistema marinho; a cultura do surf; e a comunidade centrada no lazer em torno do oceano e na gestão dos recursos costeiros constituem as razões que motivaram a atribuição do estatuto de Reserva Mundial de Surf⁴¹ (Save the Waves Coalition, s.d.). Essa atribuição tem contribuído para atrair, anualmente, milhares de praticantes e visitantes de diversas nacionalidades à Ericeira.

De todas as praias anteriormente referidas, a praia de Ribeira d’Ilhas, pelos diversos eventos desportivos que tem acolhido, tornou-se a mais mediatizada e reconhecida por parte dos praticantes de desportos de ondas, principalmente o surf. Esta praia foi, inclusive, palco do primeiro Campeonato Nacional de Surf, que se realizou em maio de 1977. Tal como referiu João Moraes Rocha, surfista, vencedor dessa prova e autor do livro “História do Surf em Portugal: As Origens”, nessa altura, a praia já “era conhecida entre os estrangeiros que nos visitavam como ‘Little Hawai’, lugar de referência na Europa para os surfistas de todo o mundo” (Câmara Municipal de Mafra, 2013, p. 14).

Símbolo da reserva, o “Guardião da Reserva Mundial de Surf da Ericeira” foi inaugurado a 25 de março de 2017. Trata-se de uma escultura instalada no miradouro da Praia de Ribeira d’Ilhas, que se reveste de um simbolismo particular, apelando, não só à preservação ambiental, mas servindo, também, como meio de homenagear a prática desta modalidade desportiva ligada ao mar. Além disso, a escultura é o resultado de um trabalho e esforço desenvolvidos por parte de diversas entidades da região.

Na sequência da atribuição do estatuto, foi criado o Centro de Interpretação da Reserva Mundial de Surf da Ericeira, doravante designada RMSE. Consiste num “ (...) projeto inovador e interativo com uma abordagem que aposta na tecnologia, proporcionando uma experiência

⁴¹Além da Ericeira, os seguintes locais também se encontram classificados como Reservas Mundiais de Surf: Bahía de Todos Santos (México); Gold Coast, Manly Beach e Noosa (Austrália); Guarda do Embaú (Brasil); Huanchaco (Perú); Malibu e Santa Cruz (Califórnia); Punta de Lobos (Chile) (Save the Waves Coalition, s.d.).

verdadeiramente imersiva ao visitante. Este polo informativo tem uma componente pedagógica elevada, fornecendo uma extensa variedade de conteúdos, elaborados com o contributo da comunidade surfista, apresentados em português e inglês e concebidos para diferentes públicos. (...) Pretende-se comunicar o valor essencial de cada uma das sete ondas e do habitat que os rodeia, porque a informação é o primeiro passo para a consciencialização ambiental” (Câmara Municipal de Mafra, 2016a, p. 10).

5.1.3.1. O Conselho Municipal de Gestão da Reserva Mundial de Surf da Ericeira

Pelos fatores de pressão a que a zona da Ericeira se encontra sujeita, designadamente a emissão de efluentes e o impacto exercido por atividades como a pesca, o turismo e a construção, a sua conservação e valorização tornam-se eixos prioritários de atuação para os decisores políticos locais. Como tal, o reconhecimento da importância atribuída à RMSE, cuja criação assenta, precisamente, em pilares como a preservação e a proteção da sua flora e vegetação e do seu valor patrimonial natural, com um sistema costeiro composto por relevantes elementos biológicos, nomeadamente no que respeita aos aspetos ictiológicos, botânicos e ornitológicos, motivou a criação do Conselho Municipal de Gestão da RMSE (Regulamento n.º 7/2017 do Município de Mafra, 2017).

Desde a sua constituição oficial em janeiro de 2017, este órgão com funções de natureza consultiva pretende, igualmente, ser um espaço de diálogo e análise de assuntos relacionados com a salvaguarda da paisagem natural protegida da Ericeira. Segundo o artigo 2.º do Regulamento do Conselho Municipal de Gestão da RMSE, no plano da sustentabilidade, este possui como principais objetivos: (a) apoiar o desenvolvimento de planos e projetos municipais de gestão da RMSE, (b) estabelecer a articulação entre os vários agentes de dinamização públicos e privados ligados à área, (c) concertar ações e iniciativas de interesse municipal e acompanhar a execução de projetos comuns às várias entidades, e (d) acompanhar os processos decisórios, tendentes à salvaguarda da paisagem natural protegida da RMSE (Regulamento n.º 7/2017, de 3 de janeiro do Município de Mafra, 2017; Câmara Municipal de Mafra, s.d.a).

5.2. A riqueza patrimonial da vila da Ericeira

Embora o património da Ericeira não seja muito vasto comparativamente com o património de outros destinos turísticos do país. A vila dispõe de alguns exemplares, verdadeiros símbolos do passado e da memória coletiva que se repercutem no presente. Quer seja na vertente histórica e

edificada quer seja na vertente cultural, o património transporta um significado de grande relevância para os habitantes da vila.

O património da Ericeira, enquanto produtor e reproduzidor da identidade local, compreende um conjunto de elementos materiais e imateriais dos quais se destacam o património histórico-arquitetónico, cultural e natural. Esse património engloba testemunhos percebidos e vivenciados da história e da tradição características da vila piscatória. Assim, os principais atrativos da Ericeira compreendem, para além das praias, os pescadores, o património monumental e gastronómico, sendo este último constituído por uma variedade de peixes e mariscos (Lopes, 2006a).

Em seguida, será apresentado o património da Ericeira, com incidência nas vertentes monumental e cultural, mas também natural, sendo que a primeira privilegia, sobretudo, o edificado de pendor religioso, classificado pela DGPC, assim como a gastronomia e os festejos tradicionais mais relevantes dessa zona costeira, enquanto a segunda remete para as praias com características ímpares, cujo papel é considerado determinante para a produção e reprodução da identidade local.

5.2.1. O património edificado: retratos de uma classificação

O património monumental e cultural da Ericeira possui uma forte componente religiosa, constituindo, portanto, um dos corolários da identidade local⁴².

As visitas anuais que a vila recebia por parte dos dignatários eclesiásticos, bem como o número de igrejas, capelas e ermidas existentes, caso único no concelho de Mafra e apenas observável em cidades, e a calendarização festiva rica em tradição e história confirmam a importância atribuída à dimensão religiosa naquela localidade, refletindo, em certa medida, o quadro dos valores e as estratégias sociais da comunidade com celebrações de natureza pagã, que a Igreja acabou por absorver, as temporalidades associadas à história do Cristianismo e outras manifestações relacionadas com a atividade da faina marítima (Ventura, 1998).

O património monumental e cultural de natureza religiosa é, deste modo, aquele que surge mais representado um pouco por toda a vila.

No âmbito do património classificado, a legislação em vigor esclarece o sentido atribuído à zona de proteção. O artigo 43.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, da Assembleia da República (2001) define que os bens imóveis, quer sejam aqueles classificados como bens de interesse municipal, de interesse público ou de interesse municipal ou aqueles em vias de

⁴²Cf. Anexo B, p. 251, e Anexo E, p. 265.

classificação, dispõem, automaticamente, de uma Zona Geral de Proteção (ZGP) de 50 metros, contados a partir dos seus limites externos e de uma Zona Especial de Proteção (ZEP), que garante o devido enquadramento paisagístico do bem imóvel, incluindo os espaços verdes que sejam considerados imprescindíveis à defesa do respetivo contexto (Direção-Geral do Património Cultural, s.d.).

Na Figura 5.2., é possível observar-se as áreas da vila da Ericeira que possuem património classificado, a partir do qual foram constituídas zonas de proteção⁴³.

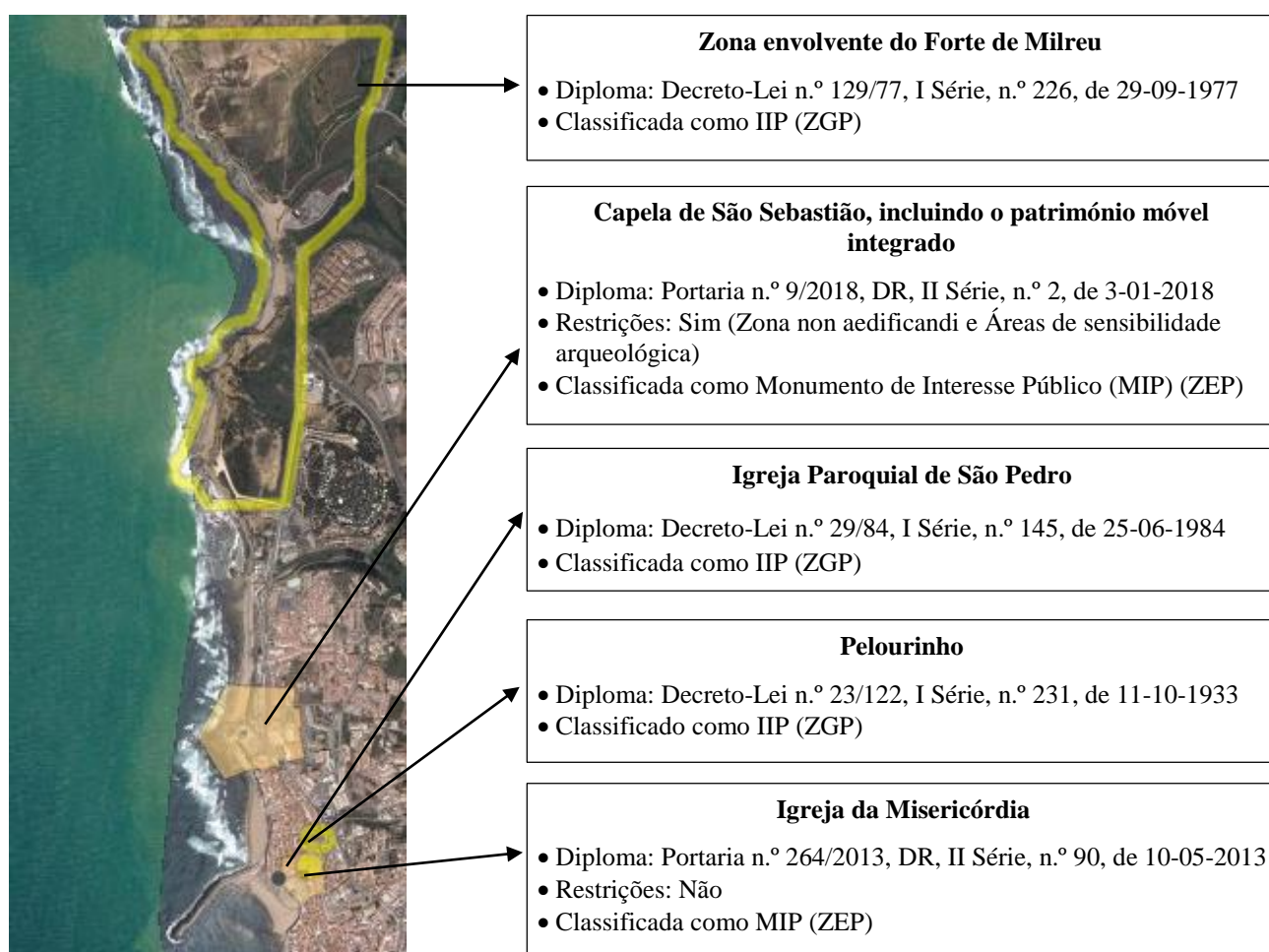


Figura 5.2. Áreas da vila da Ericeira classificadas como Monumento de Interesse Público (MIP) e Imóvel de Interesse Público (IIP)

Fonte. Direção-Geral do Património Cultural (s.d.a)

⁴³Para além da ZEP e da ZGP, existe, ainda, a Zona Especial de Proteção Provisória (ZEPP). Esta é fixada quando se verifica que a ZGP é insuficiente ou desadequada, em termos de proteção e valorização do bem imóvel a classificar (Direção-Geral do Património Cultural, s.d.).

5.2.1.1. Intervenções urbanísticas

Tal como é possível verificar na Figura 5.3., a Área de Reabilitação Urbana da Ericeira, adiante designada ARU, apresenta uma área de 42,9 hectares, a qual corresponde ao aglomerado urbano do centro da vila da Ericeira (Câmara Municipal de Mafra, 2018b).



Figura 5.3. Delimitação da Área de Reabilitação Urbana da Ericeira, em 2018

Fonte. Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) (s.d.)

A delimitação da ARU da Ericeira “(...) tem como objetivos principais a modernização dos espaços públicos (através da recuperação de infraestruturas, reestruturação viária e criação de estacionamento); a qualificação em termos ambientais e paisagísticos (através de intervenções sustentáveis); e a promoção dos espaços dedicados à cultura, ao turismo e ao lazer. (...) Na Ericeira, a delimitação da ARU define a área central pública, entre a área envolvente ao Largo dos Condes da Ericeira (ponto central dos utilizadores da área comercial) e a orla costeira. Inicia-se junto à Rua dos Bombeiros Voluntários (antiga Estrada Regional 247), integra o Largo dos Condes (área composta por edifícios públicos de elevado valor simbólico, como é o caso da Antiga Escola Primária da Ericeira – na qual funciona a incubadora de negócios ‘Ericeira Business Factory’ – o edifício dos CTT e o Mercado Municipal) e estende-se até à praia da

Ribeira ou dos Pescadores (cujo largo envolvente define uma frente de fachadas para a praia, onde se encontram integrados a Capela de Nossa Senhora da Boa Viagem e os edifícios da Guarda Fiscal e da Guarda Nacional Republicana)” (Câmara Municipal de Mafra, 2015a, p. 12).

Segundos os últimos dados disponibilizados pela Câmara Municipal de Mafra (2018b), com base no cruzamento dos dados dos Censos 2011 e do levantamento realizado in loco, em 2018, dos 1.231 edifícios⁴⁴ analisados para efeitos de intervenção urbanística e incluídos na ARU da Ericeira, mais de metade eram utilizados para fins habitacionais, ou seja, 79,61%, o que equivale a 980 edifícios.

5.2.1.2. O Parque Ecológico da Reserva Mundial de Surf da Ericeira

A ação de requalificação realizada na praia de Ribeira d’Ilhas teve como principal finalidade reforçar o seu potencial turístico-desportivo, dotando-a de equipamentos modernos, compatíveis, em termos funcionais, com os desportos de ondas ali praticados, nomeadamente o surf. A intervenção foi concebida a partir da estratégia municipal de reordenamento e valorização do litoral concelhio de acordo com o Plano de Pormenor de Ribeira d’Ilhas, com uma extensão de cerca de 15 hectares. As obras de requalificação desenvolveram-se em várias fases, atualmente concluídas, compreendendo, mais concretamente “Estabilização da arriba sul/poente, com financiamento pelo QREN/POVT e Fundo de Protecção dos Recursos Hídricos, a qual incluiu, também, a requalificação do miradouro e do percurso pedonal-ciclável ao longo da ER 247, dotando-o de adequadas condições de segurança; requalificação da praia de Ribeira d’Ilhas, com financiamento pelo QREN/POR - Lisboa, Turismo de Portugal, Fundo de Protecção dos Recursos Hídricos e orçamento municipal (...)” (Câmara Municipal de Mafra, 2013, p. 14).

Para além das intervenções anteriormente referidas, outras foram concretizadas com base no programa definido no Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC), nomeadamente “Construção de um equipamento com função de apoio de praia (restauração e esplanada, balneários e posto de primeiros-socorros) e de apoio às actividades desportivas de onda (espaços de formação e de apoio) (...); Construção de um novo parque de estacionamento (...); Criação de percursos pedonais sobrelevados de longo alcance, destinados à paragem e à

⁴⁴Neste número, incluem-se as seguintes tipologias de edifícios: edifício clássico com 1 ou 2 alojamentos familiares em banda, edifício clássico com 1 ou 2 alojamentos familiares geminado, edifício clássico com 1 ou 2 alojamentos familiares isolado, edifício clássico com 3 ou mais alojamentos familiares, edifício clássico de outro tipo (Câmara Municipal de Mafra, 2018b).

contemplanção, que culminam numa ‘grande praça’ para estadia e realização de eventos (...); Limpeza, recuperação e valorização do Rio do Cuco, assegurando um eficiente escoamento torrencial das águas e integrando-o num corredor verde; Protecção do sistema dunar, criando condições para o estabelecimento da vegetação” (Câmara Municipal de Mafra, 2013, p. 15).

Ainda no que respeita à intervenção urbanística na zona da Praia de Ribeira d’Ilhas e no sentido de dar continuidade à estratégia de criação de novas centralidades e reforço do potencial de lazer e turístico da vila, a Câmara Municipal de Mafra anunciou, em 2016, a intenção de aquisição pública de um terreno com cerca de 150 mil m², representado na Figura 5.4., que se estende desde a praia da Empa até ao Forte de Mil Regos. Prevê-se que, nesse terreno, venha a ser criado o Parque Ecológico da RMSE, um projeto assente na noção de sustentabilidade ambiental, através do qual o município pretende contribuir para a preservação da faixa costeira e da riqueza ecológica ali presentes, como, por exemplo, duas das ondas características da RMSE (Carapinha, 2018). A idealização deste projeto contempla, ainda, “(...) a criação de uma nova centralidade na zona norte da vila. Desta forma, reforçam-se as condições de habitabilidade, mas, também, as potencialidades turísticas da Ericeira.” (Câmara Municipal de Mafra, 2016a, p. 9).



Figura 5.4. Área destinada ao Parque Ecológico da Reserva Mundial de Surf da Ericeira

Fonte. Câmara Municipal de Mafra (2016a)

Ao nível da reabilitação do edificado, uma das prioridades estratégicas do executivo municipal, foi lançado um programa de incentivo ao processo de regeneração da malha urbana, caracterizado por diversos incentivos e serviços de apoio aos interessados (pessoas em nome individual ou coletivo), dos quais se destacam incentivos financeiros, benefícios fiscais, simplificação dos procedimentos administrativos inerentes à candidatura ao programa, um conjunto de empresas parceiras que possibilitam a aquisição de materiais de construção com condições especialmente vantajosas e facilidades de financiamento. O programa, designado “Mafra Requalifica”, é composto por 15 medidas cujo grau de aplicação depende do local da reabilitação, ou seja, as candidaturas aprovadas para reabilitação de edifícios apenas em zonas localizadas dentro das ARU (Mafra, Ericeira, Malveira/Venda do Pinheiro e Sobreiro/Achada/Caeiros) podem usufruir de 3 medidas enquanto as restantes ações de reabilitação, que se realizem em todo o concelho de Mafra, podem usufruir das restantes 12 medidas (Câmara Municipal de Mafra, s.d.b)⁴⁵.

No âmbito das ações encetadas nas áreas de ordenamento do território, urbanismo e reabilitação urbana e do contributo municipal prestado a essas áreas, em 2016, o Município de Mafra foi distinguido com o prémio “Autarquias SIL 2016”.

5.2.2. O património cultural: as festividades tradicionais e a gastronomia

As festividades possuem um carácter representativo da dimensão simbólica do comportamento humano, a qual se manifesta enquanto condição primordial e indispensável à compreensão das experiências diferenciadas que os indivíduos experienciam e vivenciam como parte da sua vida em sociedade.

Com base na ideia de que as festas constituem uma forma de ritual, Gonçalves e Contins (2009, p. 8) afirmam que estas são “expressões nítidas e sintéticas da natureza intrinsecamente simbólica do comportamento humano”.

As festividades religiosas, como aquelas que predominam na vila da Ericeira, materializam-se na ligação espiritual entre os devotos e as divindades religiosas, sendo organizadas como forma de homenagear e agradecer às irmandades, principalmente no caso de “promessas” que são feitas pelos devotos ou no caso de retribuição e agradecimento pelo facto de as suas preces terem sido ouvidas e por alguma “graça” que tenham recebido. Esta relação é, portanto, desenvolvida com base nas categorias de dádiva e contradádiva (Gonçalves & Contins, 2009).

⁴⁵Das 15 medidas abrangidas pelo programa, 3 são de aplicação exclusiva às ARU, designadamente redução do IVA em 17%, IRS e mais-valias: dedução à coleta e taxas reduzidas e financiamento com condições especiais (Câmara Municipal de Mafra, s.d.b).

Além das festas, as rezas e as procissões fazem igualmente parte da relação entre os indivíduos e o Divino. No caso das rezas, durante o “tempo das festas”, estas intensificam-se, quer na forma de rezas individuais, mas, também, na forma de preces coletivas, constituindo um meio simbólico através do qual a ligação entre os devotos e o Espírito Santo se estreita, aproximando-se no plano espiritual.

As procissões são momentos de caráter público inseridos nas festividades que ocupam o espaço físico da rua, modificando-o. As ruas são engalanadas e preparadas para receber a procissão e é na rua que se enaltece o seu significado simbólico. Ao longo do trajeto, a procissão vai sendo contemplada pelas pessoas, que chegam mesmo a interromper, momentaneamente, a sua atividade profissional como sinal de respeito ao Divino. Uma vez mais, a memória coletiva local é enriquecida por estes momentos, que retratam, de forma visível, a história de uma comunidade, perpetuadas no tempo por várias gerações e refletem a sua exaltação religiosa.

A celebração anual das festas religiosas que se realizam na vila piscatória é uma parte importante da história da vila, funcionando como uma glorificação dos acontecimentos que marcaram o passado e uma homenagem às tradições que perduram até ao presente. Nestas festividades participam, naturalmente, as gentes da terra, bem como os residentes nas restantes freguesias do concelho de Mafra e turistas que, aproveitando a sua estadia, optam por se entronizarem nos momentos festivos, participando das trocas sociais e simbólicas entre indivíduos e entre estes e o Divino. A sua participação nas festividades constitui, também, uma forma de melhor compreenderem o contexto em que estão inseridos e a história e as tradições subjacentes a esse contexto.

A existência da festa é, desse modo, consubstanciada numa rede de relações de vizinhança, de amizade, de compadrio (Gonçalves & Contins, 2009).

O “lugar e o tempo das festas” caracterizam-se por modificações “espaciais, comportamentais, emocionais e fisiológicas, e de usos de objetos materiais, que vêm estabelecer simbolicamente uma delicada e progresiva separação em relação a um tempo cotidiano, um tempo profano, voltado para atividades mundanas” (Gonçalves & Contins, 2009, p. 15).

Verifica-se uma intensificação das trocas emocionais e sentimentais entre indivíduos, relativamente aos momentos que estão a ser vivenciados, e uma condensação dos espaços daí resultantes. Quer o espaço público quer o espaço sagrado incorporam em dias de festa um sentido social intenso com as pessoas a encontrarem-se com mais frequência nas igrejas e capelas da vila e a encherem as ruas para conviverem e participarem das atividades preparadas para cada dia (e.g. concertos de música popular, barracas de artesanato e de comidas e bebidas, espetáculo de fogo de artifício, entre outras).

O “tempo das festas” é, por excelência, a representação de uma transição gradual entre um tempo antigo, de recursos escassos, e um tempo atual, marcado pela intensidade das sociabilidades e encontros entre as pessoas e entre estas e o Divino e por uma abundância de recursos. Esta passagem temporal, que promove uma aproximação social entre as pessoas, invoca as festas como um rito de calendário que passa a estar inscrito na memória coletiva de uma comunidade ou de um bairro (Van Gennep, 1960; Halbwachs, 1990).

Tanto a Ericeira como a sua região envolvente apresentam características distintas que encontram reflexo nas festividades e eventos cíclicos que nela têm lugar. Os festejos e as tradições são aqui introduzidas como parte integrante do património da vila, quer pela sua riqueza quer pelo seu simbolismo, dado que contribuem para a definição da identidade local e da sua comunidade.

Do património de inquestionável valor cultural fazem parte a Procissão de Nossa Senhora da Nazaré; e a Festa de Nossa Senhora da Boa Viagem enquanto festividades e eventos cíclicos que ainda se realizam (Pereira, 1998).

No quadro da culturalidade associada ao património destaca-se, para além das festividades tradicionais, a gastronomia. Na Ericeira, os peixes e os moluscos ocupam um lugar de destaque sendo considerados verdadeiros atrativos da vila. O ouriço-do-mar tem sobressaído enquanto elemento gastronómico através da realização de um festival internacional dedicado a este molusco espinhoso, que se realiza na vila todos os anos, desde 2015, e é composto por um conjunto de iniciativas das quais se destacam as mostras gastronómicas, promovidas por restaurantes locais, as sessões de degustação e showcooking apresentadas por chefes nacionais e internacionais de renome, e as jornadas técnicas em que participam especialistas, biólogos e investigadores para debaterem questões relacionadas com o povoamento da espécie, as possibilidades de investimento, a sua contribuição para alavancar a atividade turística e os resultados dos projetos de investigação desenvolvidos neste domínio (Câmara Municipal de Mafra, 2015). Este festival e as iniciativas que lhe estão subjacentes resultam da estratégia definida pelo Município de Mafra para a preservação e valorização dos produtos endógenos do território, procurando analisar e compreender qual o papel que estes podem desempenhar relativamente ao desenvolvimento turístico e económico.

Enquanto elemento identitário da vila, o ouriço-do-mar encontra-se representado no brasão da localidade, onde surge em prata realçado a negro sobre um escudo azul, e numa réplica, em larga escala, colocada à entrada da Ericeira e reproduzida por um designer e surfista natural da região. Além disso, o ouriço-do-mar marca presença na confeção de pratos em restaurantes e em festivais realizados na vila constituindo um elemento gastronómico de eleição.

Outro dos pratos gastronómicos que caracteriza a tradição jagoza é a Caneja de Infundice, um peixe com características peculiares que é preparado e consumido na Ericeira há pelo menos 200 anos (Júnior, 2018). Embora não seja uma iguaria que reúna a preferência de muitos, devido ao aroma muito intenso que a caracteriza, a sua preparação está envolta num processo composto por várias fases, destacando-se, por exemplo, o embrulho da caneja numa saca de serapilheira após ser apanhada e amanhada, e a sua cura, que demora uma semana (Melo, 2018).

Com o intuito de preservar, divulgar e valorizar o carácter único, inusitado e raro associado a este prato foi fundada em 2015, com o apoio da Junta de Freguesia da Ericeira e da Câmara Municipal de Mafra, a Confraria da Caneja de Infundice. Dos estatutos da confraria constam, para além dos aspetos ligados aos órgãos que a compõem e ao seu modo de funcionamento, o objeto inerente à sua constituição. Assim, em termos concretos, o artigo 2.º dos estatutos da Confraria da Caneja de Infundice remete para os seus objetivos, designadamente “(...) Promover o prato gastronómico da ‘Caneja de Infundice’, realçando o seu valor gastronómico, o seu significado histórico e o seu interesse popular, turístico, cultural e económico; Promover a investigação do património gastronómico da Ericeira nos seus múltiplos aspetos: receituário, técnica da cozinha tradicional, produtos usados e sua evolução (...); Promover a divulgação da cozinha ericeirense e defender a sua autenticidade, sem impedir a sua evolução natural, adequada aos progressos da técnica e do paladar; Promover a nível local, regional e internacional a gastronomia ericeirense através de mostras, concursos e outras formas adequadas; Elaborar a carta gastronómica da Ericeira, incluindo sopas e entradas, pratos de peixe, marisco e carne, com relevo para a Caneja de Infundice, e sobremesas; Promover a realização de encontros gastronómicos (...); Promover o intercâmbio e a cooperação com outras agremiações congéneres, nacionais ou estrangeiras; Promover e apoiar iniciativas conducentes à sensibilização dos gestores dos restaurantes da Ericeira” (Confraria da Caneja de Infundice, 2018).

5.2.3. O património natural: as praias de características singulares

A par da importância e do significado histórico do porto de pesca, as praias constituem, igualmente, um elemento integrante do património natural da Ericeira, sendo consideradas, nos tempos modernos, um atrativo dinamizador do desenvolvimento territorial e um eixo estratégico no planeamento turístico da região.

À semelhança do que sucede ao longo da costa portuguesa, o concelho de Mafra, pela sua localização geográfica, é constituído por arribas rochosas e mar a perder de vista. Este concelho

estende-se ao longo de 11 quilómetros de costa e dele fazem parte 12 praias, a maioria delas situada na vila da Ericeira (Júnior, 1974; Alves, 1993).

Conhecida por ser uma estância balnear, cujas águas apresentavam propriedades minerais ricas para a saúde e, ainda hoje, são escolhidas e frequentadas pelo seu elevado teor de iodo, a freguesia da Ericeira é composta pelas praias do Algodio (ou do Norte), dos Pescadores (também designada por Praia da Ribeira, Praia do Peixe ou Praia do Porto de Pesca), do Sul (igualmente conhecida por Praia da Baleia ou Praia de Banhos), de Ribeira d’Ilhas, da Empa (ou Praia da Pedra Branca), de S. Sebastião e do Matadouro (Reis, 1994)⁴⁶.

A qualidade da água tem vindo a ser comprovada ano após ano. Em 2018, devido ao reconhecimento da qualidade das suas águas pelos banhistas, durante um período de cinco anos (entre 2013 e 2017), as praias da Ribeira d’Ilhas e do Sul foram consideradas praias com “Qualidade de Ouro”⁴⁷. Em 2019, tanto estas duas praias como, também, a Praia do Algodio foram novamente galardoadas com Bandeira Azul, tal como aconteceu com outras praias do concelho de Mafra, mantendo, assim, a distinção dos anos anteriores e respeitando os exigentes critérios de informação e educação ambiental, qualidade da água, gestão ambiental e equipamentos, segurança e serviços. Estas praias foram, igualmente, reconhecidas como praias acessíveis a todos⁴⁸ por cumprirem com um conjunto de critérios de acessibilidade, destacando-se o facto de terem fácil acesso pedonal sem obstáculos, estacionamento com lugares reservados; acesso ao areal através de rampas e passadeiras, as quais possibilitam a passagem até à zona de toldos e outros equipamentos; possuírem instalações sanitárias adaptadas e em locais de fácil acesso; e disporem de primeiros socorros (Câmara Municipal de Mafra, 2014). As referidas distinções revestem-se de particular importância pelo impacto no nível de confiança dos turistas e visitantes da vila, contribuindo para reforçar a sua atratividade turística.

A par das características únicas associadas à qualidade da água, as praias da Ericeira possuem ondas com atributos especiais para a prática de desportos de ondas, motivo pelo qual a vila tem sido palco de diversos eventos desportivos, nacionais e internacionais, os quais têm contribuído para o seu reconhecimento enquanto lugar ideal para a realização de diversas competições de surf, o que tem vindo a favorecer a popularidade da Ericeira, quer na vertente

⁴⁶Cf. Anexo C, p. 255.

⁴⁷Classificação atribuída pela Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza às praias que possuem água e qualidade excelentes.

⁴⁸O projeto “Praia Acessível – Praia para Todos!”, criado em 2004 e implementado no terreno em 2005, é coordenado pelo Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P. contando com a colaboração institucional da Agência Portuguesa do Ambiente – APA, I.P. e do Turismo de Portugal, I.P..

desportiva quer na vertente turística, e que culminaram, em 2011, na atribuição da distinção de RMSE.

A consagração de RMSE e a realização de diversas competições desportivas não são os únicos acontecimentos que têm contribuído para a designação da Ericeira como a Meca do Surf Mundial. As edições da Surf Summit, que antecedem a Web Summit e se realizaram na Ericeira, têm, igualmente, promovido o reconhecimento da Ericeira como destino privilegiado para a prática de desportos de ondas. Se, em Lisboa, se discute tecnologia, na Ericeira debatem-se as potencialidades da região para a implementação e desenvolvimento de negócios na área do surf.

5.3. A oferta de Alojamento Local (AL) na Ericeira

Com base na perspetiva teórica mais abrangente anteriormente apresentada, o caso do núcleo urbano da Ericeira serve de corolário à construção de uma perspetiva mais centrada e concreta da questão do AL.

De acordo com o Guia Técnico do Alojamento Local (2018), os municípios podem, caso se verifique que a realidade social dos bairros e territórios se encontra ameaçada, definir, através de regulamento, áreas de contenção para a instalação de novos alojamentos locais.

As novas competências atribuídas aos municípios pela Lei n.º 62/2018, de 22 de agosto (Diário da República, 2018b), relativas à exploração dos estabelecimentos de alojamento turístico, “nomeadamente ao nível da fiscalização, da instrução dos respetivos processos e aplicação de coimas e sanções acessórias (antes exclusivas da ASAE), para além de que podem opor-se à mera comunicação prévia com prazo (que é o meio de registo atual dos estabelecimentos de AL) e podem aprovar, por regulamento, a existência de áreas de contenção por freguesia”, possibilitaram a definição de medidas estratégicas de controlo do impacto exercido pelo crescimento dos estabelecimentos de AL, especialmente no plano concelhio (Câmara Municipal de Mafra, 2018a,b). Uma dessas medidas foi definida pelo Município de Mafra, em 2018, mais concretamente em sessão da Assembleia Municipal, realizada a 29 de novembro, tendo sido decidida a suspensão, pelo período de um ano, da autorização de novos registos de AL na zona centro da Ericeira, correspondente à ARU⁴⁹ da vila. Esta decisão surgiu da necessidade de preservação da realidade social do núcleo urbano, ameaçada pelo crescimento exponencial do setor turístico e, conseqüentemente, pelo crescimento continuado do número de alojamentos turísticos, provocando assim o aumento da área por estes ocupada em detrimento da área destinada à habitação (Câmara Municipal de Mafra, 2018a,b).

⁴⁹Para mais informações sobre a ARU da Ericeira, consultar a subsecção 5.2.1.1. da tese, p. 107.

Embora a autarquia reconheça a importância do AL no plano das ações de requalificação, uma vez que a sua existência promove a renovação do edificado da vila, assim como para o fortalecimento da atividade turístico-económica e para a criação de postos de trabalho, o crescimento constante dos números de estabelecimentos de AL, considerando que cerca de 20% dos 1.093 prédios de habitação são alojamentos locais, “poderá comprometer o papel essencial que a função habitacional desempenha na fixação de residentes e na atração de novas famílias, mas também na valorização do património como fator de identidade e manutenção da memória da vila” (Câmara Municipal de Mafra, 2018b).

Perante este cenário, durante o período de vigência da suspensão de novos registos de AL, foi delineado o Regulamento das Áreas de Contenção para Instalação de Alojamento Local (RACAL). Este regulamento foi aprovado em 12/11/2019 e “estabelece as normas aplicáveis ao registo e funcionamento dos estabelecimentos de AL a instalar nas zonas definidas como Área de Contenção de Alojamento Local (ACAL)” (Declaração de Retificação n.º 799/2019, do Município de Mafra, 2019, p. 322). O mesmo documento oficial determina que as áreas de contenção são áreas que necessitam de ser preservadas devido às características sociodemográficas, urbanísticas e naturais que apresentam, nomeadamente pela imposição de limites percentuais em proporção da quantidade de imóveis disponíveis para uso habitacional e estabelece um conjunto de condições cujo cumprimento é fundamental para a decisão de autorização da instalação e funcionamento do AL. Destaca-se, a título de exemplo, o facto de apenas ser permitida a instalação de estabelecimentos de AL em edifícios que tenham título de utilização para uso habitacional e, em caso de inexistência do referido título, a necessidade de comprovar que, anteriormente, o edifício era utilizado para habitação ou detinha natureza habitacional, sendo avaliada a possibilidade de instalação de AL através da informação constante da caderneta predial.

Entre os vários artigos que compõem o Projeto de RACAL, os artigos 5.º e 7.º, correspondentes, respetivamente, à proteção do arrendamento e à fiscalização do cumprimento das normas de instalação e funcionamento dos alojamentos locais, refletem a preocupação do município em controlar o modelo de alojamento a instalar e proteger o arrendamento tradicional assegurando, deste modo, o equilíbrio entre o direito ao AL e o direito à habitação, evitando o aparecimento de formas de segregação territorial, e contribuindo para a manutenção da matriz, do carácter e das características de cada zona do Concelho de Mafra, onde se inclui a freguesia da Ericeira (Declaração de Retificação n.º 799/2019, do Município de Mafra, 2019, pp. 324 e 326).

5.4. A dinâmica turística da Ericeira: uma caracterização

Embora se desconheça com exatidão o momento em que a atividade turística na vila da Ericeira se começou a desenvolver e a intensificar, os poucos registos literários existentes em torno da temática apontam, tal como referido na secção anterior, para uma ligação com a chegada de refugiados e de outros estrangeiros, mas, também, a partir de 2011, com a designação de RMSE, ano a partir do qual o turismo conheceu uma evolução significativa. Com base nesses registos, ainda que sem referência temporal específica, é, ainda, notório que a vila desde cedo era visitada para fins turísticos e de lazer, principalmente durante os três meses de verão (i.e. junho, julho e agosto).

Perante a crescente popularidade que a Ericeira foi adquirindo ao longo dos anos, enquanto destino turístico de referência, e que se revelou mais expressiva com o reconhecimento da qualidade das suas ondas para a prática de desportos como o surf, o Executivo Municipal de Mafra optou por constituir, em 2014, o Conselho Municipal de Turismo. Este órgão consultivo nasceu com a pretensão de ser um espaço dedicado ao diálogo, estudo e aconselhamento das opções estratégicas mais adequadas ao reconhecimento do potencial turístico do Concelho de Mafra, integrando, para tal, os contributos da sociedade civil e, dessa forma, promover uma gestão participada das decisões do município no que ao turismo diz respeito (Câmara Municipal de Mafra, s.d.a; Câmara Municipal de Mafra, 2014). De acordo com o Aviso n.º 5807/2014, de 8 de maio, do Município de Mafra, os objetivos do Conselho Municipal de Turismo compreendem “(...) a) Promover a participação e o envolvimento dos agentes turísticos no desenvolvimento integrado e sustentável do Concelho; b) Contribuir para a valorização da oferta turística e a consequente promoção do destino; c) Consolidar uma visão estratégica para a inovação, competitividade, crescimento, formação e emprego no Concelho de Mafra.” (2014, p. 12069).

Por conseguinte, a necessidade de acompanhar, de modo regular, a evolução da atividade turística do município, procurando formular propostas e elaborar documentos a partir dos quais se definem estratégias necessárias ao ordenamento da oferta turística, mas, também, de criar grupos de trabalho que se dediquem à análise de assuntos específicos em diversos setores, constituem os imperativos que norteiam a criação do Conselho Municipal de Turismo (Câmara Municipal de Mafra, s.d.a).

Ao longo dos anos, a Ericeira tornou-se um local de eleição, quer do ponto de vista turístico quer do ponto de vista residencial. De uma forma geral, os dados dos Censos traçam uma

tendência favorável ao crescimento da população residente na vila⁵⁰, principalmente a partir de 1970, acreditando-se que a mesma possa ser explicada pelo regresso de alguns dos retornados das ex-colónias portuguesas aquando do término da Guerra Colonial e do início do processo de descolonização, tal como anteriormente referido. Porém, no ano de 1991, verificou-se um retrocesso na evolução até então registada, motivado, em grande medida, pela diminuição da natalidade e dos movimentos migratórios em direção à Área Metropolitana de Lisboa (Câmara Municipal de Mafra, 2006). Nesse ano, apurou-se a existência de 4.538 residentes, traduzindo-se, em termos absolutos, em menos 97 residentes face a 1981 e numa variação relativa de apenas -2,1%.

A tendência de crescimento do número de residentes viria a ser retomada a partir de 2001, ano em que se registaram 6.597 residentes na vila da Ericeira, o que representa uma variação de 45,4% comparativamente a 1991.

Os dados mais recentes, referentes aos Censos 2011 e 2021, comprovam, uma vez mais, a tendência anteriormente descrita, alcançando-se, neste intervalo de dez anos, um aumento de 2.108 novos residentes na Ericeira, o que equivale a uma variação positiva de 20,5% (Figura 5.5.)⁵¹.

Vários aspetos concorrem para justificar a tendência crescente da população residente na vila, nomeadamente o desenvolvimento dos transportes e a melhoria das acessibilidades, através da construção da autoestrada com ligação a Lisboa, criando possibilidades alternativas de mobilidade entre a capital e as áreas concelhias e aproximando os grandes centros urbanos das demais regiões envolventes e vice-versa. Outro dos aspetos que deve ser mencionado diz respeito ao reconhecimento da Ericeira enquanto destino atrativo para a realização de atividades turísticas e de lazer a que se associa a elevada qualidade de vida (Quatenaire Portugal, 2015; Roland Berger, 2019), sendo que, para essa atratividade, muito tem contribuído a consagração da Reserva Mundial de Surf.

A proximidade com o mar associado ao ambiente familiar e à hospitalidade dos jagozes também têm contribuído para uma crescente popularidade da vila, tanto para fins turísticos e de lazer como para efeitos de residência sazonal (casas de 2.^a habitação) e permanente.

⁵⁰O município de Mafra, do qual faz parte a Ericeira, foi, aliás, dos poucos do país a registar um crescimento populacional, comparativamente com os dados dos Censos de 2011, ficando em segundo lugar num ranking composto pelos municípios de Odemira, Palmela, Alcochete e Vila do Bispo. O Município registou 9.838 residentes, o maior número de novos residentes.

⁵¹Cf. dados do INE (2021e), a população estrangeira com estatuto legal de residente também aumentou em todo o concelho de Mafra, entre 2011 e 2020. Em 2011, existiam 3.956 indivíduos nessa condição passando a ser 5.286 em 2020.

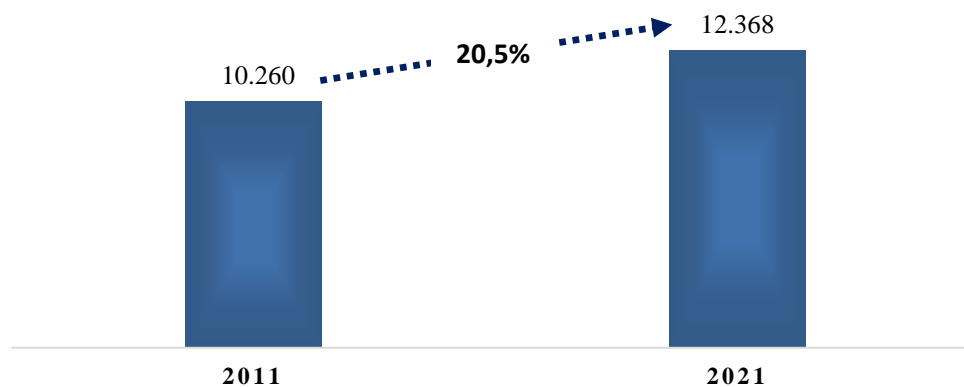


Figura 5.5. Evolução da população residente na vila da Ericeira, entre 2011 e 2021

Fonte. INE (2012, 2021g)

Através da recolha de dados efetuada através da base de dados do Registo Nacional de Estabelecimentos de Alojamento Local do Turismo de Portugal (s.d.), foi possível realizar uma análise ao número total destes estabelecimentos, por tipo de modalidade de alojamento, registados entre 1 de janeiro de 2011 e 31 de julho de 2021 para funcionamento na vila da Ericeira (Figura 5.6.). Desse modo, foi possível perceber, de forma mais clara, a evolução longitudinal da oferta turística, em termos do tipo de alojamento, na referida região.

Os dados demonstram que, no período em análise, foram registados 642 estabelecimentos de alojamento turístico para funcionamento em diversos pontos da vila, assumindo as seguintes modalidades: moradias, apartamentos, estabelecimentos de hospedagem, estabelecimentos de hospedagem/hostel, e quartos. Desses 642 estabelecimentos, 178 foram registados em 2018 e 122 foram registados no ano anterior, sendo estes os períodos em que mais registos foram realizados. Tanto em 2018 como em 2017, o maior número de estabelecimentos de alojamento turístico registados configuravam apartamentos, num total de 114 e 76, respetivamente. Entre 1 de janeiro de 2011 e 31 de julho de 2021, as modalidades de alojamento que congregaram um maior número de registos foram as moradias e os apartamentos, em detrimento dos quartos, que foram a modalidade com menos registos.

Contrariamente à evolução anteriormente descrita, em 2020 e até julho de 2021, os dados apontam para um decréscimo dos registos e, conseqüentemente, da abertura de novos estabelecimentos de alojamento turístico, motivado, em grande medida, pela pandemia Covid-19. Nesse período, foi registado um total de 51 estabelecimentos, dos quais apenas 3 não iniciaram atividade.

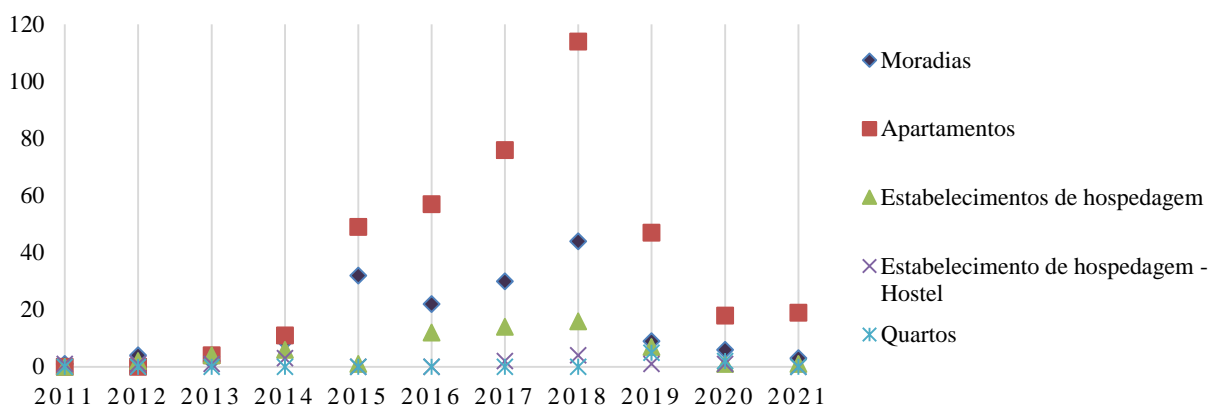


Figura 5.6. Número de estabelecimentos de Alojamento Local, por tipo de modalidade de alojamento, registados e com início de atividade entre 2011 e 2021, na vila da Ericeira⁵²

Fonte. Elaboração própria a partir dos dados do Turismo de Portugal (s.d.)

A distribuição territorial dos estabelecimentos de alojamento turístico do Concelho de Mafra surge retratada na Figura 5.7.. Tal como é possível constatar através dos dados apresentados, em 2019, 65% dos estabelecimentos de AL encontrava-se concentrado na Ericeira enquanto apenas 35% se encontrava localizado na restante área do Concelho de Mafra. Estes dados reforçam a noção de uma cada vez maior segregação do território da vila pelo AL.

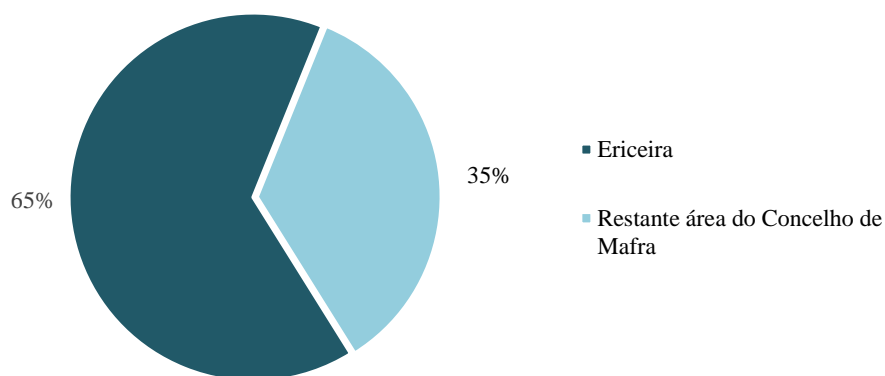


Figura 5.7. Distribuição do Alojamento Local no Concelho de Mafra, em 2019

Fonte. Câmara Municipal de Mafra (s.d.)

Os dados fornecidos pela Divisão de Turismo, Cultura e Desporto da Câmara Municipal de Mafra (s.d.), relativos ao número de visitantes do Posto de Turismo da Ericeira em 2019 e 2020 (Figura 5.8.), possibilitam traçar um retrato da presença de turistas na vila e, deste modo, compreender uma parte da sua dinâmica turística no período em análise. Conforme referido anteriormente, o ano de 2020 foi um ano atípico que alterou a “estrutura” da vida social,

⁵²Os dados de 2021 referem-se apenas aos registos realizados entre janeiro e julho.

colocando em perspetiva hábitos, comportamentos e vivências consideradas normais e dadas como adquiridas até então, nomeadamente as viagens e os hábitos de lazer. Estes passaram a ser limitados e, em alguns períodos, inexistentes. Como tal, no referido ano, observou-se um decréscimo significativo do número de visitantes do Posto de Turismo, sobretudo entre junho e dezembro, sendo que, de acordo com os dados, nenhum visitante foi registado nos meses de abril e maio, coincidindo com a obrigatoriedade do cumprimento de medidas mais severas em que se incluem os períodos de confinamento.

Em junho e julho, a Ericeira foi visitada por, pelo menos, 423 e 679 turistas, respetivamente, por oposição aos 2.174 e aos 4.490 turistas que tinham visitado a vila em 2019, o que representa uma variação de -80,5% em junho e de -84,9% no mês seguinte. Em agosto, dá-se uma ligeira recuperação do número de turistas face a 2019, mantendo-se, porém, uma variação negativa (-78,6%), sendo que, até dezembro, verifica-se novamente uma quebra no número de visitantes que varia de forma mais significativa em novembro (-89,2%).

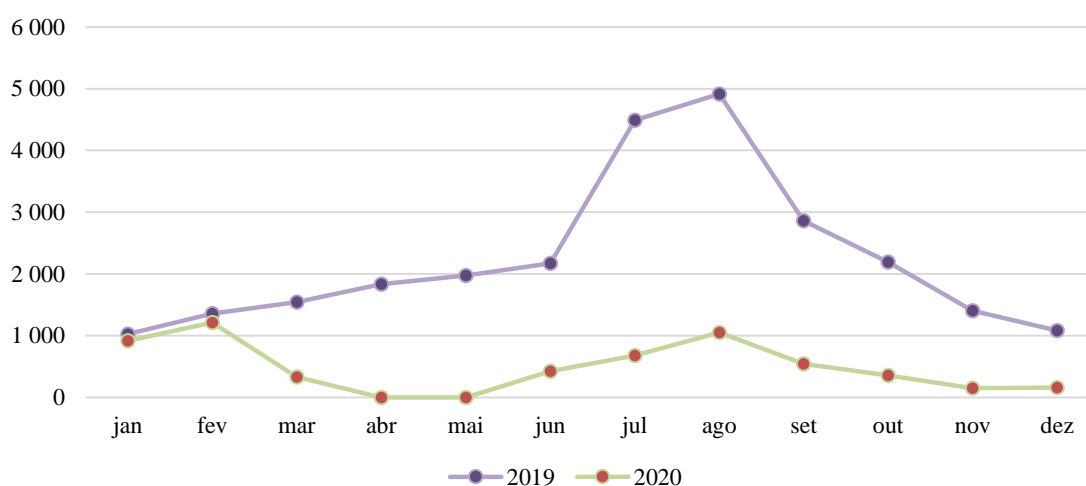


Figura 5.8. Evolução mensal do número de visitantes do Posto de Turismo da Ericeira, em 2019 e 2020

Fonte. Elaboração própria com dados fornecidos pela Câmara Municipal de Mafra (s.d.)

Relativamente aos proveitos de aposento e aos proveitos totais dos estabelecimentos de alojamento turístico do Concelho de Mafra, a Figura 5.9. atesta um crescimento gradual de ambas as receitas, entre 2017 e 2019, e um decréscimo das mesmas após este período.

Comparativamente a 2017, ano em que os estabelecimentos de alojamento turístico do Concelho de Mafra acumularam 6.657€ em proveitos de aposento e 8.732€ em proveitos totais, em 2018, essas receitas ascenderam aos 8.113€ e 10.731€, respetivamente, configurando ganhos de aposento de 1.456€ (tva=21,9%) e ganhos totais de 1.999€ (tva=22,9%). Entre 2018

e 2019, registou-se uma evolução mais expressiva dos proveitos de aposento e dos proveitos totais, que configurou uma variação de 2.623€ (tva=32,3%) nos proveitos de aposento e de 4.067€ nas receitas totais (tva=37,9%) em 2019, comparativamente com o período anterior.

Durante o ano de 2020, a menor intensidade da atividade turística, decorrente da situação epidemiológica vivida, originou uma quebra significativa das receitas dos estabelecimentos de alojamento turístico do Concelho de Mafra, que apresentaram valores abaixo dos registados nos restantes períodos em análise. Por comparação a 2019, os estabelecimentos de alojamento turístico faturaram, em 2020, menos 30,8% dos proveitos de aposento (-6.131€) e menos 60,3% dos proveitos totais (-8.922€).

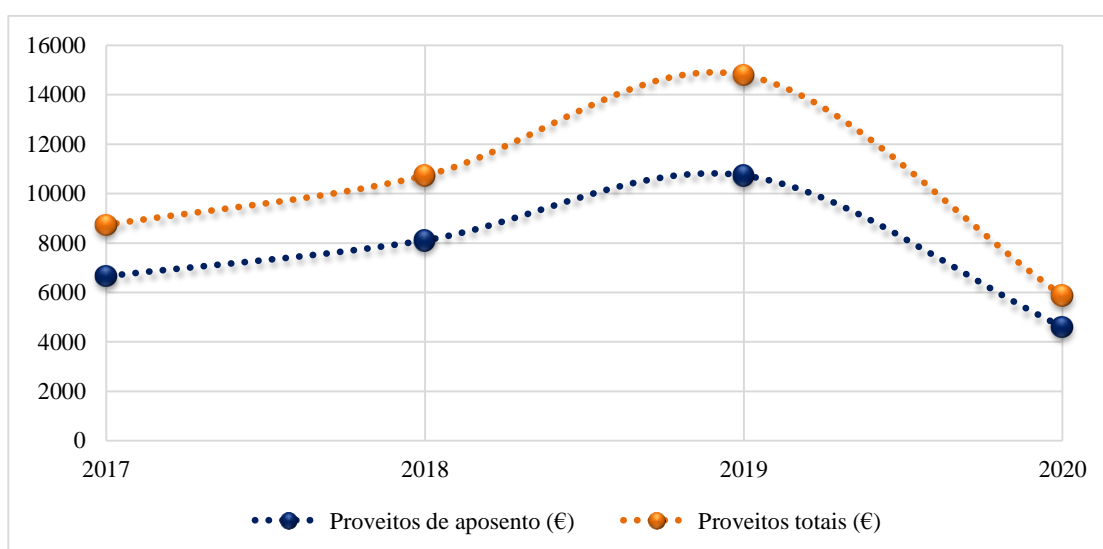


Figura 5.9. Proveitos de aposento e proveitos totais dos estabelecimentos de alojamento turístico do Concelho de Mafra, entre 2017 e 2020⁵³

Fonte. INE (2021c,h)

⁵³Os dados apresentados referem-se a alojamentos turísticos com 10 ou mais camas.

Enquadramento Metodológico

A par da definição do âmbito da investigação, dos objetivos e das questões de investigação, bem como do desenvolvimento do enquadramento teórico, com especial enfoque nos paradigmas orientadores da temática de investigação, outros aspetos merecem igualmente destaque no âmbito do processo de desenho da pesquisa científica. A aplicação de procedimentos sistemáticos com o intuito de estudar um conjunto específico de questões relacionadas com a problemática de estudo constitui um desses aspetos, representando uma parte importante do processo de investigação científica, que se desenvolve em várias fases.

Nesta secção, são explicitadas e fundamentadas as opções metodológicas seguidas no presente estudo, incluindo o método de amostragem, o modo de seleção dos participantes, assim como as técnicas de investigação utilizadas para a recolha dos dados empíricos e o processo de análise desses dados.

6.1. A metodologia de investigação qualitativa

Como parte integrante do processo de investigação científica, a metodologia define-se, em termos gerais, como “(...) the choices we make about cases to study, methods of data gathering, forms of data analysis, etc., in planning and executing a research study” (Silverman, 2005, p. 99). Com efeito, esta serve de orientação ao investigador, munindo-o dos conhecimentos necessários à avaliação e tomada de decisão sobre as opções metodológicas mais adequadas perante um determinado tópico de investigação.

Na perspetiva de Ravitch e Carl (2021), a pesquisa qualitativa caracteriza-se pela utilização de processos de pesquisa sistemáticos e contextualizados, com a finalidade de interpretar as diversas formas através das quais os indivíduos percecionam e atribuem significado e sentido às suas experiências e ao mundo. Segundo os mesmos autores, são quatro os princípios que sustentam este tipo de pesquisa, baseando-se em interpretações ontológicas, epistemológicas, axiológicas e metodológicas. Em termos ontológicos, o trabalho dos investigadores atenta à análise do modo como a realidade é entendida. Para realizarem essa análise, os investigadores procuram abarcar múltiplas realidades e privilegiar as vivências e as perceções dos indivíduos que delas fazem parte. Ao nível epistemológico, os investigadores que utilizam pressupostos qualitativos defendem que as experiências subjetivas dos indivíduos constituem um reservatório precioso para a obtenção do conhecimento acerca de uma determinada realidade ou contexto e que esse conhecimento deve ser amplamente partilhado ao invés de permanecer

circunscrito às mentes ou textos dos investigadores e especialistas. Na vertente axiológica da pesquisa qualitativa sobressai a identificação, o reconhecimento e a consciência dos investigadores em torno dos seus valores e preconceitos, assim como dos valores e dos preconceitos dos participantes na investigação, ao mesmo tempo que percecionam a influência que esses elementos exercem sobre ela. Por último, surge a componente metodológica da pesquisa, a qual assenta no uso de procedimentos que concorrem para o tratamento dos dados recolhidas para a investigação e, conjuntamente com os restantes princípios, permitem a exploração e a compreensão aprofundadas dos fenómenos em estudo. Dependendo da abordagem analítica adotada na investigação, é possível destacar alguns dos procedimentos metodológicos que possibilitam a análise e compreensão da realidade social, nomeadamente no plano das perceções individuais e coletivas moldadas pela lógica de ação e vivência dos indivíduos e grupos em contextos específicos, designadamente os questionários, as entrevistas, os grupos focais, os documentos de arquivo, os memorandos e as notas do investigador, os meios de comunicação social, os documentos cedidos pelos participantes no estudo e a observação.

Por oposição à abordagem quantitativa, direcionada para a vertente quantificável dos fenómenos sociais, a abordagem qualitativa privilegia as qualidades associadas aos significados, aos conceitos, às definições, às características, aos símbolos e às descrições da realidade. Assim, os procedimentos qualitativos têm subjacente a motivação de compreenderem, por intermédio de técnicas não quantificáveis, o modo como os indivíduos coabitam em sociedade e como estruturam e atribuem significado à sua vida diária inseridos em contextos com características diferenciadas (Silverman, 2005; Berg & Lune, 2012). Essa motivação é orientada, em grande medida, pela perspetiva interacionista simbólica⁵⁴, cujo foco assenta na influência dos processos de interação social entre indivíduos ou grupos na atribuição de significado ao ambiente envolvente, o que, por sua vez, é determinante para definir o modo como os indivíduos interpretam os factos e agem perante outros indivíduos (Serpe & Stryker, 2011; Chamberlain-Salaun, Mills & Usher, 2013).

⁵⁴É conhecida como uma das várias perspetivas empíricas das Ciências Sociais cuja teoria e conceptualização se desenvolveu entre final do século XIX e meados do século XX na Escola de Chicago. A designação “interacionismo simbólico” foi preconizada por Herbert Blumer com o principal intuito de descrever as ideias desenvolvidas por George Herbert Mead, principalmente a sua conceção de que os organismos biológicos humanos possuem mente e identidade individual (Serpe & Stryker, 2011; Chamberlain-Salaun, Mills & Usher, 2013).

O mundo real, enquanto foco de interesse para a investigação científica, é dotado de um conjunto de aspetos subjetivos, associados à evolução natural das vivências individuais e coletivas e, ainda, de emoções, motivações, empatia, símbolos e respetivos significados, representativos daquilo que são as rotinas comportamentais dos indivíduos, mas também as suas experiências de vida (Berg & Lune, 2012). São, portanto, elementos passíveis de serem explorados numa perspetiva qualitativa, privilegiando as perceções e as apreensões subjetivas dos indivíduos.

A metodologia qualitativa possibilita compreender os padrões e as dinâmicas que compõem a vida em sociedade, atribuindo-lhes sentido e objetivando-as. Embora transversais aos indivíduos e reconhecidos em modos expectáveis de agir e reagir, esses padrões e essas dinâmicas podem deixar transparecer variações individuais cuja origem e influência nos comportamentos e vivências quotidianas devem ser compreendidas e analisadas (Mohajan, 2018).

Tal como é representado na Figura 6.1., a análise qualitativa é orientada pela premissa de que a descrição do fenómeno em análise não deve ser considerada isoladamente mas integrada num processo circular composto por partes interligadas, designadamente de classificação e de verificação da relação entre conceitos, permitindo, através da complementaridade entre essas partes, um trabalho de interpretação, explicação e compreensão da problemática de estudo (Dey, 1993).

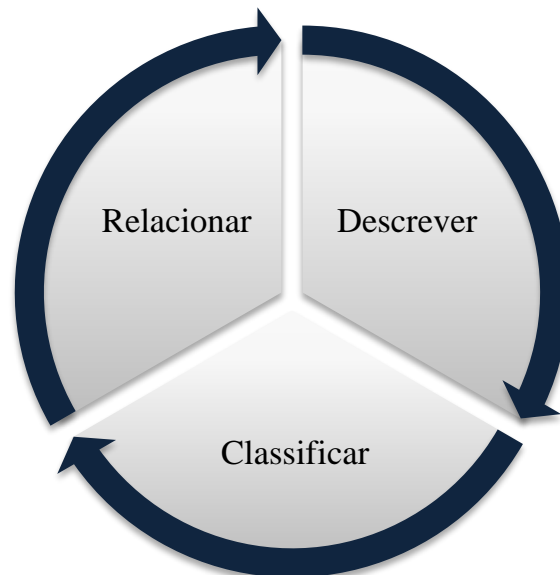


Figura 6.1. A análise qualitativa como um processo circular

Fonte. Adaptado de Dey (1993)

Considerando as abordagens mais comuns características da pesquisa qualitativa, o estudo a que alude a presente tese segue os princípios inerentes à fenomenologia, configurando, pela especificidade do contexto de investigação, um estudo de caso em contexto comunitário⁵⁵. Tal justifica-se pelos objetivos do presente estudo, pelas características sociodemográficas dos indivíduos que nele participam e pelas particularidades subjacentes aos casos de estudo inseridos nesse contexto. Dredge e Hales (2012) referem algumas dessas particularidades, verificáveis em pesquisas com enfoque na área do turismo e realizadas através de estudos de caso em contexto comunitário, como aquela que nesta tese se apresenta, nomeadamente o interesse na descrição, exploração e/ou explicação da atividade turística ou aspetos com ela relacionados; a exploração do turismo ou de uma dimensão específica no local em que ocorre; o foco nas relações entre os participantes direta ou indiretamente envolvidos no turismo ou afetados por ele.

De acordo com Ravitch e Carl (2021), a fenomenologia caracteriza-se pela identificação e estudo da essência dos fenómenos, através do modo como estes são percebidos pelos indivíduos, numa dada situação ou contexto, enquanto o estudo de caso representa uma estratégia de pesquisa capaz de alcançar um conhecimento contextual e aprofundado sobre uma questão ou um acontecimento específico do mundo real. Nessa medida, o presente estudo, que tem como objetivo principal a análise da atividade turística na vila da Ericeira, mais concretamente da influência exercida sobre a identidade local e o sentimento de pertença dos seus residentes, apresenta, portanto, aspetos em comum com ambas as estratégias metodológicas.

Tendo em conta a natureza da problemática de estudo, as teorias mobilizadas na sua sustentação e os objetivos de investigação definidos, o desenho metodológico define a utilização de uma metodologia de natureza qualitativa. Para além dos dados qualitativos, recolhidos através de entrevistas, foram, ainda, recolhidos e analisados dados estatísticos relacionados com indicadores turísticos, disponibilizados por fontes oficiais, nacionais e internacionais, sobretudo o INE, o Eurostat, a OCDE e a OMT, e informações de documentos oficiais e não oficiais, designadamente legislação e relatórios. Estas recolhas adicionais de dados e informações foram realizadas numa lógica de complementaridade face aos dados

⁵⁵Neste caso, a comunidade compreende os indivíduos que residem há, pelo menos, 20 anos na vila da Ericeira, formando um grupo que partilha características em comum, embora estas possam, em alguns domínios, revelar-se heterogéneas entre si. Segundo Dredge e Hales (2012), a comunidade é um grupo espacialmente coerente de indivíduos (local ou global), que partilha características étnicas, culturais, profissionais, assim como crenças, atitudes, interesses, identidades, podendo, porém, ser heterogéneas em alguns domínios (e.g. background étnico mas aderir a tradições culturais).

obtidos no terreno, para efeitos de caracterização da atividade turística, e funcionam como um registo testemunhal da realidade estudada, facilitando a construção de uma perspetiva mais holística do fenómeno em análise.

De modo a garantir a validade da investigação, procurou-se entruzar e interrelacionar, de forma lógica, as várias componentes do desenho da pesquisa. No que concerne, especificamente, à vertente metodológica deste estudo, os procedimentos utilizados para a recolha e análise dos dados foram definidos em estreita articulação com o âmbito e os objetivos de investigação, bem como com o quadro teórico desenvolvido para a sustentação da problemática de estudo. Desta forma, a indissociabilidade das diversas fases do processo de desenho da pesquisa é garantida em paralelo com o seu carácter flexível, interativo e reflexivo. Como atestam Ravitch e Carl (2021), estas características, associadas a uma investigação coerentemente estruturada, permitem compreender as opções metodológicas subjacentes a um dado estudo e o modo como estas são utilizadas para capturar a complexidade da temática em estudo e dar resposta aos objetivos de investigação propostos, sem comprometer a necessidade de adaptação a eventuais reformulações no rumo da investigação.

6.2. A entrevista como instrumento de recolha de dados

A recolha de dados empíricos deve obedecer aos princípios da intencionalidade, do rigor e da sistematicidade. Estes tornam possível uma abordagem à pesquisa qualitativa, que enaltece uma visão crítica sobre o fenómeno em estudo. Por outras palavras, essa abordagem debruça-se sobre o entendimento holístico, devidamente contextualizado, da problemática de investigação e das experiências vividas e percecionadas por parte dos participantes (Ravitch & Carl, 2021). A entrevista constitui um dos procedimentos metodológicos através do qual tal abordagem é possível de executar, sendo amplamente utilizado na pesquisa qualitativa. Apresenta como principais vantagens o facto de permitir alcançar descrições completas, aprofundadas e contextualizadas sobre experiências individuais e coletivas; de integrar diversas perspetivas individuais e, por conseguinte, desenvolver um melhor entendimento sobre elas; de retratar processos e experiências em profundidade; de realizar descrições da realidade, de experiências e fenómenos de modo holístico; de compreender a forma como os participantes ou entrevistados interpretam acontecimentos e experiências; e de mediar a intersubjetividade entre o investigador ou entrevistador e o participante ou entrevistado (Ravitch & Carl, 2021). A entrevista semiestruturada possibilita, ainda, que o entrevistado dê a sua própria resposta sem ser influenciado por respostas definidas; que seja honesto, uma condição que é apoiada pela

estrutura flexível deste tipo de entrevista; e que o investigador altere o rumo da entrevista à medida que esta progride (Hofisi, Hofisi & Mago, 2014).

À semelhança de outros procedimentos metodológicos, as entrevistas caracterizam-se, igualmente, pelas suas limitações, destacando-se, neste campo, a possibilidade de durarem mais tempo do que aquele que estava inicialmente previsto e dos entrevistados se desviarem do tópico em análise (Atieno, 2009).

Enquadrado na epistemologia qualitativa dos métodos de pesquisa, principalmente na sua vertente crítica e interpretativa, a entrevista pode assumir três categorias distintas, dependendo, principalmente, do seu nível de estruturação, nomeadamente a entrevista estruturada⁵⁶, a entrevista não estruturada⁵⁷ e a entrevista semiestruturada, sendo esta última objeto de maior interesse neste projeto. A entrevista semiestruturada situa-se, em termos de estrutura e características, entre a entrevista estruturada e a entrevista não estruturada, caracterizando-se por um conjunto pré-determinado de questões abertas, relacionadas com a problemática de estudo e em que o guião de entrevista serve como instrumento orientador do desenvolvimento da entrevista (Bardin, 2008). Nesta tipologia de entrevista, a rigidez no que concerne ao cumprimento da estrutura adotada no guião de entrevista não é condição obrigatória. Pese embora o entrevistador possa questionar os entrevistados cumprindo a ordem que as questões assumem no instrumento de recolha de dados, esta pode sofrer alterações no decurso da entrevista seguindo a informalidade da conversa entre entrevistador e entrevistado. Contudo, caso se verifique a necessidade de ajustamento imediato da ordem das questões, o entrevistador deve assegurar que as questões seguem uma sequência lógica, ou seja, deve ser dada prioridade às questões mais fáceis de serem respondidas ou que funcionam como enquadramento introdutório passando, posteriormente, para as questões que implicam uma resposta mais elaborada (Alshenqeeti, 2014).

Para além do aspeto relacionado com a ordem das questões, outro aspeto importante a considerar é a adaptação da linguagem escrita e oral durante a elaboração do instrumento de recolha dos dados e durante a realização da entrevista, respetivamente. Sendo uma forma de

⁵⁶A entrevista estruturada caracteriza-se pela formalidade na estruturação das questões e pelo cumprimento rigoroso da sua sequência, não existindo margem à exploração de assuntos que não estejam contemplados no guião da entrevista (Palmer & Bolderston, 2006).

⁵⁷Na entrevista não estruturada, a necessidade de estruturação específica das questões é inexistente, embora possa ser utilizado um guião onde são incluídos temas ao invés de questões específicas. Nesta última tipologia de entrevistas, o pouco conhecimento sobre a problemática de estudo pode justificar o facto de não existirem questões predeterminadas. Nesse caso, a entrevista não estandardizada pode ter como principal finalidade complementar as notas do trabalho de campo (Ryan, Coughlan & Cronin, 2009).

conversação que privilegia o uso da linguagem, a entrevista deve ser realizada assegurando a ilegitimidade das questões colocadas. O uso de palavras ou expressões que não se enquadrem no vocabulário do entrevistado pode gerar desentendimentos ou confusões que comprometem a eficácia da comunicação e, conseqüentemente, a finalidade da entrevista (Bardin, 2008). A este propósito, Silverman defende que o caráter linguístico das entrevistas reveste-se de grande importância, mesmo nas circunstâncias em que estudá-lo não seja o objetivo do investigador, uma vez que as realidades sociais que os dados deixam transparecer (i.e. classe social, gênero, poder, entre outras) são reveladas, quer através das palavras escritas em documentos quer das palavras transmitidas oralmente pelos entrevistados, o que constitui a matéria-prima de qualquer investigação (1993, p. 115).

Tendo em vista o âmbito e a problemática da investigação, bem como o cumprimento dos objetivos definidos para esta tese, optou-se pela aplicação da entrevista face a face seguindo os princípios da entrevista semiestruturada enquanto técnica privilegiada de recolha de dados.

Uma vez identificados os primeiros entrevistados que cumpriam os requisitos propostos para participação no estudo, ou seja, indivíduos residentes na Ericeira há, pelo menos, 20 anos, deu-se início à abordagem de cada um dos indivíduos, apresentando-lhes o âmbito e os objetivos da investigação e as condições de realização da entrevista, nomeadamente a necessidade de consentimento expreso à gravação da mesma, para efeitos de registo futuro e posterior transcrição e análise e a garantia de confidencialidade do entrevistado. Após terem sido apresentadas as referidas condições e os entrevistados terem fornecido o seu consentimento expreso, procedeu-se à realização de cada uma das entrevistas semiestruturadas, sendo que os contextos de aplicação destas compreenderam a rua e nalguns casos a casa dos entrevistados.

As entrevistas realizaram-se entre final de agosto de 2019 e início de janeiro de 2020, tendo sido inquiridos 26 indivíduos que residiam na vila da Ericeira há, pelo menos, 20 anos, em momentos diferenciados, de acordo com a sua disponibilidade. Cada uma das entrevistas teve a duração de cerca de uma hora. Das 26 entrevistas realizadas, foram validadas 23 entrevistas, dado verificar-se que as restantes 3 entrevistas não acrescentavam informações novas ou relevantes sobre a problemática de investigação em estudo face aos dados recolhidos nas entrevistas anteriores, as quais contribuíram, assim, para confirmar o ponto de saturação. O ponto de saturação, conhecido como “(...) the point in data collection when no new or relevant information emerges with respect to the newly constructed theory [that happens as the data are being collected]. Hence, a researcher looks at this as the point at which no more data need to be collected.” (Saumure & Given, 2008, p. 795), é, também, considerado uma estratégia para alcançar a validade e o rigor da pesquisa qualitativa, indicando em que medida o investigador

consegue dar resposta aos objetivos definidos para a investigação e uma forma de definir a dimensão da amostra (Braun & Clarke, 2021; Ravitch & Carl, 2021).

Partindo da opção metodológica relacionada com a aplicação da entrevista semiestruturada, foi elaborado um guião de entrevista composto por um conjunto de questões abertas, relacionadas com as dimensões de análise em estudo, e cuja principal finalidade residiu na possibilidade de, através da sua aplicação, ser possível identificar e caracterizar as principais perceções dos residentes sobre as alterações socioterritoriais decorrentes da evolução da atividade turística, bem como sobre a influência dessas alterações ao nível da identidade local, do sentimento de lugar e de pertença.

Tal como defende Silverman (1993), a busca por um entendimento o mais autêntico possível das experiências de vida dos indivíduos e das suas perceções pode ser feita, precisamente, através de questões abertas, considerando esta tipologia de questões o caminho mais eficaz para alcançar esse objetivo. Complementando e fortalecendo a perspetiva defendida por Silverman, Bryman (2012) considera que as questões abertas não limitam as respostas dos entrevistados, dando-lhes mais liberdade para discorrer sobre o que é perguntado e o que pode motivar o aparecimento de respostas derivadas que, embora possam não ter sido consideradas pelo investigador, tendem a revelar-se úteis para a compreensão do fenómeno em estudo. Deste modo, as questões abertas constituem um meio privilegiado para a exploração de novas áreas ou áreas sobre as quais o investigador possua algum conhecimento, ainda que limitado. Dada a não tendenciosidade das questões abertas, estas permitem, ainda, que os níveis de conhecimento e de compreensão do entrevistado sobre determinado assunto possam ser explorados.

Para além de um bloco inicial que integra algumas questões cuja formulação tem como principal propósito a caracterização sociodemográfica dos entrevistados, o guião de entrevista⁵⁸ inclui, ainda, quatro blocos de questões direcionados para os aspetos que se pretendem analisar, os quais foram divididos em sub-blocos, permitindo uma organização lógica da estrutura do guião e da condução da própria entrevista. O bloco das questões relativas à caracterização da evolução da atividade turística encontra-se direcionado para aspetos como as transformações socioterritoriais impulsionadas pelo turismo, a capacidade de carga turística e o perfil de turista predominante. A dimensão de análise relativa ao património cultural e edificado consubstancia outro bloco de questões, a partir das quais se pretende alcançar um conhecimento mais aprofundado das perceções dos residentes acerca do papel do património e do AL no desenvolvimento da atividade turística, assim como das ações de requalificação e de

⁵⁸Cf. Anexo F, p. 267.

revitalização urbanas e em que medida estas contribuíram para alterar a essência e a tipicidade da vila, influenciando a identidade local. As questões elencadas no bloco dedicado às sociabilidades procuram aferir da relação dos residentes com os turistas e das interações sociais que entre eles se constroem. O conjunto de questões que compõem o bloco referente à identidade local visam perceber em que medida as alterações induzidas pela atividade turística põem em causa as características identitárias da vila da Ericeira, afetando o vínculo emocional e o sentimento de pertença dos seus residentes.

Após a elaboração do guião de entrevista, de modo a testar as questões formuladas, quer do ponto de vista do seu entendimento por parte dos entrevistados quer a nível das respostas obtidas para cada questão e, portanto, o grau de fiabilidade do conteúdo do guião, foram realizadas 7 entrevistas-piloto. O resultado daí decorrente demonstrou a necessidade de reformular algumas questões, de modo a torná-las mais específicas, a melhorar a sua inteligibilidade, a evitar a duplicação de respostas e a incluir novas questões que resultassem em contributos essenciais para uma melhor compreensão da problemática de estudo, enfim, aspetos que a versão inicial do guião não contemplava.

Após a aplicação das entrevistas semiestruturadas, em setembro de 2021, foram realizadas entrevistas de follow-up. Um ano e oito meses desde a conclusão do trabalho de campo, e tendo em conta as alterações provocadas pela pandemia que, entretanto, se instalou a nível global, impôs-se o regresso ao terreno, sobretudo pela necessidade de avaliar o estado da dinâmica turística na vila e das perceções identitárias dos seus residentes, procurando compreender as principais mudanças sentidas relativamente a essas dimensões. Para tal, dos 23 indivíduos entrevistados inicialmente, foram escolhidos, aleatoriamente, 5 participantes aos quais foram colocadas questões que versam, em termos gerais, sobre a relação entre a pandemia e a atividade turística na vila, mais concretamente a influência da primeira sobre a segunda⁵⁹.

6.3. Processo de amostragem

Em termos de amostragem, a opção recaiu sobre a utilização de amostragem não-probabilística, mais concretamente a amostragem por bola de neve (ou snowball). Esta é considerada uma forma de amostra por conveniência em que o investigador “makes initial contact with a small group of people who are relevant to the research topic and then uses these to establish contacts with others” (Bryman, 2012, p. 202). No caso do presente estudo, o contacto com os primeiros entrevistados abriu caminho aos contactos posteriores que foram indicados pelos primeiros.

⁵⁹Cf. Anexo H, p. 271.

6.4. Procedimento de análise dos dados

Na sequência da aplicação da entrevista semiestruturada, foram recolhidos os dados qualitativos, sob a forma de testemunhos e percepções individuais, e procedeu-se, posteriormente, ao seu tratamento e análise, recorrendo à técnica de análise de conteúdo. Esta técnica define-se como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens”, procurando, precisamente, conhecer e interpretar o significado das palavras e a mensagem que lhes está implícita (Bardin, 2008, p. 44). Como complemento a esta noção surge a perspectiva de Silverman que caracteriza a análise de conteúdo como uma técnica de investigação textual que envolve “establishing categories and then counting the number of instances when those categories are used in a particular item of text” (1993, p. 59).

No que concerne às questões de validade e fiabilidade relativas à análise de conteúdo, Vala (2005) defende que, embora as questões de validade apresentem um âmbito de aplicação mais generalizado, não se circunscrevendo apenas a este procedimento metodológico em específico, o investigador deve garantir, como em qualquer outro procedimento de investigação, que conseguiu, efetivamente, medir aquilo a que se propôs. Segundo o mesmo autor, o facto de existir conteúdo passível de interpretações diversas pode levantar problemas de fiabilidade inter-codificadores, que ocorre quando dois codificadores analisam o mesmo material e alcançam resultados diferentes, ou problemas de fidelidade intra-codificador, caso um mesmo codificador não aplique os mesmos critérios de codificação de forma semelhante.

Enquanto procedimento de análise de dados, a análise de conteúdo envolve várias fases que concorrem para o seu desenvolvimento e concretização, designadamente:



Figura 6.2. Fases do processo de análise de conteúdo

Fonte. Elaboração própria com base em Silverman (1993) e Bardin (2008)

As etapas correspondentes à transcrição, pré-codificação, codificação, categorização e validação dos conteúdos das entrevistas foram realizadas com recurso à versão 12.3.9 do software MAXQDA. A análise de dados assistida por software (ou CAQDAS - Computer-

Assisted Qualitative Data Analysis Software) tem vindo a ganhar notoriedade entre os métodos de análise de dados qualitativos para efeitos de classificação, codificação e análise. É definida como “(...) a database that holds source data, such as transcripts (including ethnographic notes), video, audio, memos, and any other documents that are available in electronic form, and then supports the annotation, coding, sorting, and other manipulations of them and keeps a record of all this activity (Gibbs, 2014, p. 281). Gibbs (2014) sublinha, ainda, a popularidade de um conjunto de softwares de análise de dados qualitativos, onde se inclui o software MAXQDA que, à semelhança de outros programas, revela-se útil na organização dos processos analíticos e na gestão dos dados funcionando ao nível do desenvolvimento e revisão de listas de códigos; da codificação de dados; da realização de diagramas; da importação de diversos documentos e ficheiros de vídeo e de áudio para uma única localização.

Neste caso, o processo de análise de conteúdo iniciou-se com a preparação dos ficheiros áudio das entrevistas, os quais foram descarregados para o software, seguindo-se o trabalho de transcrição de cada uma das entrevistas. O momento de preparação das transcrições não deve ser encarado como um mero detalhe técnico que antecede a análise dos dados. Na realidade, o uso e a produção de transcrições constituem ‘atividades de pesquisa’ em que os momentos de escuta próxima e repetida das gravações fazem transparecer características e aspetos que, de outro modo, poderiam, eventualmente, passar despercebidos durante a conversa entre o entrevistador e o entrevistado (Atkinson & Heritage, 1984). Se, por um lado, Ravitch e Carl (2021) enaltecem a importância das transcrições de entrevistas, dado que estas são consideradas ferramentas mais credíveis do que outros procedimentos, como, por exemplo, as notas de entrevista, por outro lado, Kvale e Flick (2007) defendem que a transcrição representa, per si, uma análise inicial dos dados, afirmando que “Transcribing the interviews from an oral to a written mode structures the interview conversations in a form amenable to closer analysis, and is in itself an initial analysis(...). The amount and form of transcribing depends on such factors as the nature of the material and the purpose of the investigation, the time and money available, and – not to be forgotten – the availability of a reliable and patient typist.” (p. 94).

Ainda durante o processo de organização das entrevistas, e em simultâneo com a transcrição do seu conteúdo, deu-se início à pré-codificação. Esta estratégia de análise de dados define-se como “(...) a process of reading, questioning, and engaging with your data (e.g. transcripts, artifacts, fieldnotes) before you formally begin the process of coding the data. (...) It helps you familiarize yourself with the data, generate potential codes, see if you need to revise aspects of your design, and determine what literature you need to consult.” (Ravitch & Carl, 2021, p. 260). Ainda de acordo com Ravitch e Carl (2021), apesar de constituírem estratégias de análise dos

dados, codificar e analisar apresentam diferenças entre si que importa referir neste âmbito. Enquanto a codificação constitui uma parte integrante da análise dos dados consistindo no processo através do qual se atribui significado aos dados através de códigos (palavras ou frases), a análise inicia-se com a organização e reflexão acerca dos dados. Apesar dos investigadores defenderem interpretações distintas no que toca ao significado da codificação e ao que esta representa enquanto procedimento de análise dos dados, os autores reconhecem a sua importância e utilidade, mas, apenas, como uma parte de um conjunto mais abrangente onde se inclui outros procedimentos analíticos

Após a realização da pré-codificação e da transcrição de todas as entrevistas, que foram devidamente identificadas, seguiu-se a codificação do conteúdo das mesmas, ou seja, o tratamento efetivo do material recolhido, encetando uma transformação dos dados em bruto do texto com o objetivo de alcançar “(...) uma representação do conteúdo ou da sua expressão; susceptível de esclarecer o analista acerca das características do texto” (Bardin, 2008, p. 129). Nesta fase, foram atribuídos códigos às partes dos documentos a serem escrutinadas, considerando, para o efeito, a análise realizada anteriormente através da pré-codificação. Complementarmente a esta tarefa, foi elaborada uma tabela onde constam todos os códigos e respetivas definições com a finalidade de organizá-los, facilitando, assim, a sua perceção como um todo e os aspetos que os distinguem.

As abordagens indutiva e dedutiva caracterizam os processos de codificação na análise qualitativa dos dados. Enquanto a abordagem indutiva à codificação envolve a atribuição de códigos com base nos dados recolhidos, a segunda abordagem compreende uma codificação assente em fontes de informação, tais como teoria ou pesquisas anteriormente realizadas sobre a problemática em análise (Ravitch & Carl, 2021). Considerando esta categorização, a abordagem com maior incidência no presente estudo foi a abordagem indutiva, embora a abordagem dedutiva tenha sido utilizada para a codificação das respostas sobre os impactos do turismo.

Para o desenvolvimento do processo de codificação, foram, igualmente, consideradas a unidade de registo, ou seja, “a unidade de significação a codificar e corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade de base, visando a categorização e a contagem frequencial (Bardin, 2008, p. 130), e a unidade de contexto, mais concretamente a unidade “que serve de compreensão para codificar a unidade de registo e corresponde ao segmento da mensagem, cujas dimensões são óptimas para que se possa compreender a significação exata da unidade de registo” (Bardin, 2008, p. 133).

Uma vez realizada a codificação, efetuou-se a categorização do conteúdo das entrevistas. Esta é uma operação através da qual se classificam os vários componentes do conteúdo analisado através de categorias (Guerra, 2006; Bardin, 2008).

6.5. Questões e procedimentos éticos da investigação

Qualquer investigação científica pode levantar questões éticas resultantes quer da própria natureza do projeto quer dos procedimentos adotados para a recolha de dados ou até mesmo do perfil dos participantes e do tipo de dados recolhidos.

Para Clark, Foster e Bryman (2019), os investigadores têm obrigações para com todas as partes envolvidas na investigação, sejam os participantes, as universidades, os órgãos de financiamento, a comunidade académica em geral e, por isso, devem garantir a sua dignidade e o seu bem-estar através da aplicação dos princípios éticos.

Deste modo, as questões éticas devem ser consideradas pelos investigadores aquando do planeamento da investigação científica, com a definição dos procedimentos éticos que devem fazer parte da recolha dos dados, mediando a relação entre o investigador e os participantes, de modo a alcançar o adequado equilíbrio entre a confidencialidade, a autonomia e a proteção, que consubstanciam os princípios éticos sobre os quais deve recair a conduta ética do investigador (Angelo, 2008).

Durante o desenvolvimento da investigação no campo empírico, mais concretamente antes do início das entrevistas, os participantes no estudo foram informados acerca da natureza do estudo e respetivos objetivos, assim como da necessidade de registo das respostas fornecidas durante as entrevistas. Como tal, todas as entrevistas foram gravadas com o consentimento dos entrevistados. Embora tenha sido apresentado o termo de consentimento livre e informado, estes dispensaram-no optando, apenas, pelo consentimento oral.

Com vista a assegurar o anonimato generalizado dos participantes do estudo e a preservar a sua identidade, privilegiou-se a atribuição de um código de identificação a cada entrevistado.

Apresentação, análise e discussão dos resultados

7.1. Caracterização sociodemográfica dos entrevistados

No presente estudo, foi validada a participação de um total de 23 indivíduos que residiam, à data de aplicação das entrevistas, há, pelo menos, 20 anos na vila da Ericeira⁶⁰. Destes indivíduos, a maioria é do sexo feminino (n=15), possuindo idades compreendidas entre os 31 e os 82 anos. No caso das mulheres, a média de idades situa-se, aproximadamente, nos 60 anos enquanto nos homens ronda os 59 anos.

Relativamente ao nível de habilitações literárias, 6 dos entrevistados detêm uma licenciatura e 5 concluíram o 4º ano de escolaridade.

Da totalidade dos indivíduos que constituem a amostra do estudo, a maioria é casada (n=15) e, em termos gerais, apresentam um agregado familiar com uma dimensão entre 2 a 6 indivíduos, à exceção de um entrevistado que mora sozinho.

No que concerne à situação na profissão, 10 dos 23 entrevistados encontram-se a desempenhar uma atividade profissional, sendo que 6 trabalham por conta de outrem e 4 trabalham por conta própria. As áreas de atividade predominantes são as do alojamento, restauração e similares e do comércio a retalho.

7.2. O turismo enquanto força motriz das mudanças socioespaciais na Ericeira

No que respeita ao território a que se circunscreve a vila da Ericeira, são várias as transformações que ao longo dos anos têm ocorrido neste recanto do litoral português e as quais se ficam a dever, em grande medida, ao aumento da sua popularidade enquanto destino turístico.

Os testemunhos que se seguem ilustram algumas dessas alterações, com especial incidência ao nível territorial, comercial, social e cultural, que têm contribuído, em certa medida, para o surgimento de posições contrastantes no modo como o território é vivido e percecionado, principalmente por quem nele reside.

Partindo de uma abordagem ancorada no passado, um dos entrevistados começa por situar no tempo o momento em que a Ericeira recebeu refugiados de diversas nacionalidades, o que, segundo os poucos registos literários sobre o assunto, terá ocorrido em 1942, na sequência da

⁶⁰Cf. Anexo G, p. 263.

Segunda Guerra Mundial e motivou, desde logo, alterações profundas, principalmente ao nível da cultura e dos hábitos locais, muitos deles enraizados à época. Embora na parte inicial o testemunho faça referência a refugiados e não a turistas, este momento parece indiciar como que uma aproximação à realidade turística, sendo revelador, por um lado, da inevitabilidade das mudanças que o cruzamento intercultural consubstanciado em diferentes formas de ser, de estar e de pensar acarreta, e, por outro lado, da divulgação da Ericeira ao Mundo, passando a ser conhecida além-fronteiras.

“A Ericeira, em tempos idos, na guerra de 40... recebemos cá uma comunidade bastante avultada de diversas nacionalidades de refugiados da Grande Guerra, isso realmente transformou-nos imenso...modificou as nossas culturas. Os nossos hábitos, muitos ancestrais, foram modificados. Trouxe uma forma de visão de vida diferente, nunca se tinha visto uma mulher a fumar, não se via uma senhora a entrar numa taberna, e os estrangeiros, que eram na altura polacos e de outras nacionalidades, começaram a ter essa nova vivência, entravam na igreja sem véu, porque era uma coisa que não era profanação, e trouxe uma nova abertura à sociedade portuguesa. Volvidos uns anos começaram a aparecer os turistas vindos principalmente de Inglaterra. Tivemos na Ericeira, no século passado, um homem que foi um grande visionário, Raúl Duarte Gomes, que construiu o Hotel Turismo da Ericeira, um homem de cá da terra, que teve sempre uma visão estratégica para o turismo e foi ele que colocou a Ericeira no mapa nesse sentido.”

E22.M.67, Comércio a retalho e Alojamento, restauração e similares

Para além das mudanças ao nível dos hábitos e da cultura da comunidade local, a Ericeira tem experienciado outras mudanças como consequência da atividade turística. A proliferação de estabelecimentos de AL, designadamente hostels, de restauração e bares; a diferenciação na tipologia de turismo/turista e a falta de casas para alugar são algumas delas. No que respeita à abertura de mais estabelecimentos de diversão, esta tem sido acompanhada de mais movimento e animação, especialmente à noite, o que, segundo os entrevistados, contrasta com a pacatez e o sossego de outrora.

“As alterações foram radicais, desde que começou o surf. Isto alterou tudo... Primeiro, era um turismo de qualidade, agora é um turismo de mais baixa qualidade. O centro da Ericeira à noite é o Bairro Alto. Muitos hostels e não há casas para alugar. É a realidade!”

E02.M.64, Reformado

“Há 20 anos, atrás era mais calmo, era mais típico. A Ericeira era mais piscatória, era mais dedicada aos jagozes, agora é mais dedicada ao turismo.”

E12.F.68, Reformada

“Abriram imensos alojamentos, hostels, restaurantes e bares.”

E14.F.61, Comércio a retalho

A intensificação do turismo, sobretudo do turismo estrangeiro, também atribuiu à Ericeira uma conotação mais internacional, como refere um dos entrevistados, o que, de certa forma, tem contribuído para o aumento da sua notoriedade no contexto internacional enquanto destino turístico.

“Muita atividade turística, muita mesmo. [A Ericeira] Agora é muito mais internacional! A vila da Ericeira é quase internacional. A Ericeira mudou em tudo. Há mais evolução de comércio, de cafés, de restaurantes, de hostels, de tudo.”

E10.F.73, Reformada

As alterações provocadas pelo turismo na vila estendem-se ao comércio, com as grandes superfícies a substituírem, em grande medida, o comércio tradicional, e à predominância de grandes grupos económicos, que se vão instalando gradualmente e de forma mais evidente no setor do alojamento. A existência de um maior número de grandes superfícies comerciais, nomeadamente hipermercados e supermercados, localizadas nos pontos de entrada e de saída da vila, pode indiciar uma micro descentralização do comércio, que deixa de se concentrar unicamente no centro da vila. Além disso, a tipologia de turismo e a gastronomia também se alteraram. De modo a responder às necessidades de um turismo cada vez mais massificado, ligado à prática do surf, e a ir ao encontro das expectativas de um perfil de turista específico, surgem estabelecimentos com cardápios gastronómicos direcionados para um estilo de comida alternativo e diferenciado face ao conceito tradicional baseado no peixe e marisco.

No que respeita ao aparecimento dos grandes grupos económicos que se têm vindo a instalar na vila, motivados pelas oportunidades de negócio resultantes da atividade turística, este tem propiciado uma despersonalização e impessoalidade que se manifestam, desde logo, ao nível dos atores económicos locais. Para tal, tem contribuído, também, a massificação do turismo, que, de uma forma geral, torna os laços e relacionamentos sociais cada vez mais desprovidos de significado, proximidade e familiaridade.

“[Alterações] Gigantes... Começa logo pelo comércio, com as grandes superfícies a entrar à força toda...tudo o que é lojas tradicionais fechou tudo. Em termos de gastronomia, a mesma coisa, está completamente diferente do que era. Há todo um progresso...eu não gosto muito de chamar progresso, porque, para mim, não é progresso nenhum, perde-se a essência da vila. A Ericeira sempre foi uma vila de pescadores originalmente com um turismo associado à classe média/alta. Neste momento, tem um turismo de massas e muito ligado ao surf. Está-se a permitir que se instalem grandes grupos económicos cá... Já são os grandes grupos económicos que estão a começar a querer entrar e a abrir espaços grandes. Mesmo estes grupos económicos, porque há muitos estrangeiros inclusivamente a investir na Ericeira, isto é tudo uma questão de número, não vêm porque amam a terra ou porque querem fazer alguma coisa pela terra, querem fazer por eles próprios. A Ericeira mudou completamente e eu acho que isto é irreversível!”

E20.F.50, Alojamento, restauração e similares

No seu testemunho, uma das entrevistadas destaca, ainda, a inexistência da sazonalidade associada à atividade turística na Ericeira e tão característica de outros tempos. Se, anteriormente, a vila recebia turistas quase exclusivamente durante os meses de verão (i.e. junho, julho e agosto), a dinâmica turística alterou-se com os turistas a surgirem, também, nos restantes meses do ano. O surf é, uma vez mais, apontado como o responsável por esta mudança.

“O turismo na Ericeira deixou de ser sazonal, turismo há todo o ano e o surf deu aumento à vila.”

E23.F.79, Comércio a retalho

A insatisfação perante as mudanças socioespaciais foi notória no testemunho de alguns dos residentes, principalmente quando essas mudanças refletem a falta de limpeza da vila e alteram o ambiente agradável e familiar que nela se vivia.

“As ruas estão péssimas! (...) a nossa vila chegou a ser considerada a nível nacional a vila portuguesa mais limpa. (...) a Ericeira está muito desprezada! A vila está a modificar-se totalmente, aquilo que era uma coisa agradável, familiar, está muito longe de ser.”

E05.F.71, Reformada

Entre os entrevistados, é unânime a percepção de que a Ericeira tem experienciado profundas alterações, tanto do ponto de vista paisagístico quanto do ponto de vista arquitetônico, e que continuará a experienciá-las. Como alguns dos residentes confidenciaram, as mudanças, independentemente da sua natureza, serão determinantes para (re)definir a essência da vila.

“Hoje em dia [a vila da Ericeira] está a crescer muito e em termos paisagísticos e arquitetónicos também está a mudar. Há muita coisa que está realmente a mudar.”

E07.F.49, Atividades de saúde humana e apoio social

7.2.1. A diferenciação no perfil do turista

Outra das alterações decorrentes do desenvolvimento do turismo na Ericeira, mais concretamente de uma tipologia de turismo direcionado, predominantemente, para a prática do surf, e que foi identificada pelos entrevistados, diz respeito ao perfil de turistas que visita a região.

Sendo a Ericeira um destino turístico de eleição e uma região com um longo historial ligado à atividade turística, a presença de turistas, quer nacionais quer internacionais, não é estranha para quem lá habita. Contudo, tem-se verificado, principalmente a partir do momento em que a Ericeira recebeu a designação de Reserva Mundial de Surf, diferenças ao nível do estatuto socioeconómico dos turistas, distinguindo-se claramente dois perfis distintos, e ao nível da quantidade, verificando-se um aumento substancial dos mesmos.

Tal como mencionado pelos entrevistados, o perfil de turista anterior ao surto do surf caracterizava-se por indivíduos pertencentes, maioritariamente, a classes socioeconómicas e a faixas etárias mais elevadas e de renome a nível nacional, destacando-se, a título de exemplo, as famílias Burnay, Saldanha e Casal Ribeiro. Além de serem famílias numerosas que permaneciam na vila durante os três meses de verão (julho, agosto e setembro), por vezes durante mais tempo, eram, igualmente, visitantes assíduos detendo, por isso, um lugar cativo na vila. Possuíam casas de 2.^a habitação e a sua preferência recaía sobre esta região do litoral português devido às praias e ao elevado teor de iodo das suas águas.

“Há uma diferença em quantidade e em tipo de turista. A Ericeira, hoje, a nível de turistas está muito diversificada, há os rapazes novos que vêm para o surf e que vêm em grandes quantidades para as escolas de surf da Ericeira e há aquele turista de idade e de meia idade que vem para passar férias e estar aqui a descansar. (...) Há muita diferença! Antigamente, a Ericeira não era visitada por turistas, eram pessoas que vinham com as suas famílias passar as férias na Ericeira. Eu até costumava dizer, por brincadeira, que

havia os senhoritos, os turistas e os ericeirenses. Os senhoritos eram aquelas famílias numerosas, porque a Ericeira sempre foi uma vila que tinha fama de praia para as crianças devido ao iodo e havia grandes famílias, até de grandes posses, algumas delas tinham casas anuais, que vinham para cá passar os meses de julho, agosto e setembro, porque, antigamente, as férias eram em julho, agosto e setembro. Tudo isso acabou! Hoje, quem vier cá passar mais de 15 dias já é uma coisa fora do normal. A diferença é abismal... Lembro-me perfeitamente que o meu pai tinha comércio e que os turistas cá da Ericeira eram famílias que todos os anos vinham cá e eram conhecidas, por exemplo, as famílias do Casal Ribeiro, dos Saldanha, dos Burnay...eram famílias tradicionais que vinham sempre para a Ericeira, chovesse ou fizesse sol.”

E09.M.82, Reformado

A seguinte entrevistada relaciona o perfil de turista que anteriormente visitava a vila com a percepção de segurança sentida pelos residentes. Por oposição à noção de turista que prevalece atualmente, os turistas de outrora transmitiam confiança, sendo considerados ‘gente boa’, séria e honesta. Estas características levavam a que os residentes praticassem, sem qualquer receio, hábitos quotidianos muito presentes em contextos de menor dimensão ou de âmbito predominantemente rural, onde, geralmente, todas as pessoas se conhecem, o grau de familiaridade e o sentimento de segurança são elevados e os elos de ligação são mais fortes comparativamente com contextos de maior dimensão ou de âmbito urbano. Alguns desses hábitos quotidianos compreendem deixar as chaves na porta ou as janelas abertas, conforme mencionado no testemunho que se apresenta em seguida.

“Antigamente, a Ericeira tinha muitos turistas mas gente boa. Deixava-se as chaves na porta, as janelas abertas e agora não se pode. Já vi andarem meninas de 12,13 anos à noite com garrafas de cerveja na mão. Se os antigos viessem cá, morriam outra vez! (...) Dantes vinham para cá pessoas boas, de nome, de Lisboa, que vinham para aqui. Vinha o Burnay, o Casal Ribeiro, vinha gente de classe. Aqui em frente ainda está uma família dessas. Vinham as patroas, as criadas com elas e ficavam para além dos três meses de verão. Havia uma vivenda em que a senhora cantava ópera, eu era miúda e estava sempre desejando que ela fosse comprar peixe à minha mãe para eu ir lá levar... ela dava-me sempre café com leite. As senhoras vestiam roupas caras e as criadas vinham com as fardas de cetim preto e avental branco.”

E23.F.79, Reformada

O perfil de turistas atual caracteriza-se, maioritariamente, por indivíduos ligados à prática do surf, pertencentes a faixas etárias mais jovens, de estatuto socioeconómico inferior e com menor poder de compra, sendo turistas que, normalmente, estão de passagem, permanecendo pouco tempo na vila.

A conotação negativa atribuída a este perfil de turista está patente em vários dos testemunhos prestados. Um dos entrevistados afirma mesmo que o turismo sénior, ordeiro e respeitador cedeu lugar a um turismo desobediente e incumpridor.

Deste modo, é perceptível a ocorrência de uma transformação ao nível da dinâmica turística da Ericeira, onde a prática turística baseada no desporto predomina face à tipologia de turismo assente na vertente familiar.

“Agora é mais o ‘pé rapado’, a malta do surf que vem aí descalça...mas vêm de passagem, não ficam cá.”

E16.F.52, Administração local

“Há diferença ao nível social. Antigamente, era um nível social mais elevado do que é hoje.”

E15.M.75, Reformado

“Tivemos um fluxo bastante grande de turistas estrangeiros, pese embora tivéssemos os turistas nacionais, que eram as pessoas que chegavam, alugavam a casa para o mês de agosto, depois no fim de agosto iam embora, vinham outros em setembro. O hotel trabalhava essencialmente com turistas estrangeiros. Tínhamos esses dois tipos de turistas, os turistas nacionais e os turistas estrangeiros, o estrangeiro no Hotel Turismo e o nacional nas casas e veio modificar grandemente a nossa economia. (...) Os tempos mudaram e, de há uns anos para cá, apareceu este surto do surf que veio trazer-nos muita gente, uma parte significativa sem qualidade em que a Ericeira passou a ser invadida por quantidade e não por qualidade. Tínhamos um turismo sénior, um turismo respeitador, um turismo ordeiro, agora temos um turismo desobediente, um turismo cheio de incumprimentos (...).”

E22.M.67, Comércio a retalho e Alojamento, restauração e similares

“Hoje em dia 80% é estrangeiros. Há 30 anos era 5% e o resto era portugueses e espanhóis.”

E19.M.44, Restauração e similares

“O turista agora vem de passagem e dantes vinha para ficar mais tempo. Agora, alugam um quarto, estão cá uma semana, vão embora, e antes, o turista que vinha era para ficar os 3 meses de verão.”

E12.F.68, Reformada

“Dantes, os turistas eram pessoas que viviam bem e vinham passar a época balnear, aquelas famílias ricas que tinham cá as suas casas e tinham os seus criados. (...) Agora são mais jovens. Dantes, viam-se mais casais que alugavam as casas para passar a época do verão, agora é mais pessoal novo. Tem mais pensões, mais hostels...”

E10.F.73, Reformada

“Antigamente, havia um tipo de turistas e atualmente, derivado ao surf, aos alojamentos locais, aos hostels e todas estas coisas, veio trazer um turismo com menor poder de compra e menor poder de encaixe. Dantes, traziam uma família, era outro dinheiro, e agora é aquele turismo do surfista...se for preciso nem vai ao restaurante, vai ao supermercado, come uma sandes e um sumo e está despachado. Não é tão bom para a hotelaria da Ericeira.”

E04.M.44, Desempregado

7.2.2. A capacidade de carga turística da vila

O turismo surge normalmente associado à noção de desenvolvimento local e regional devido à sua capacidade para potenciar a dinamização das regiões de forma multidimensional. Porém, o crescimento da atividade turística pode exercer uma pressão excessiva no meio ambiente e/ou cultural de um destino turístico, modificando a conjuntura económica e social e, conseqüentemente, influenciando a qualidade de vida da comunidade local (Massiani & Santoro, 2012).

Nesse sentido, e uma vez que o acentuado fluxo turístico pode influenciar a essência da Ericeira, comprometendo a sua identidade, torna-se relevante compreender, a partir das perceções individuais, a quantidade de turistas e visitantes que a vila tem capacidade para absorver, ou seja, a sua capacidade de carga turística. Essa informação constitui uma mais-valia na medida em que contribui para a definição de estratégias adequadas ao desenvolvimento do turismo, de forma equilibrada e sustentável e, portanto, a uma gestão turística que se acredita vir a ser mais eficaz e eficiente, privilegiando uma perspetiva mais integradora de aspetos como o da capacidade de carga turística.

Com base nos testemunhos recolhidos, é perceptível um consenso generalizado relativamente à facilidade com que a capacidade de carga turística se esgota, o que faz com que

este seja mais um dos impactos negativos associados ao desenvolvimento da atividade turística na vila da Ericeira. Para os entrevistados, tal verifica-se, principalmente, nos meses de verão, tornando-se mais notório, por exemplo, na restauração, onde a espera para se conseguir uma mesa dura algumas horas, e no AL, mais concretamente na reserva de quartos para pernoitar.

“Eu acho que [o número de turistas] está bom, não vale a pena acrescentar mais.”

E11.M.47, Atividades jurídicas

“Eu penso que não tem capacidade para receber mais, porque todas as casas que havia para habitação estão a virar-se para alojamentos locais, ou seja, estão a tirar residência às famílias que não têm possibilidade de pagar os arrendamentos atuais. Há muito poucas casas para alugar. Muito poucas. É quase tudo Alojamento Local.”

E07.F.49, Atividades de saúde humana e apoio social

“Acho que a Ericeira tem capacidade para receber 1/3 dos turistas que recebe atualmente.”

E03.F.55, Desempregada

“Não tem capacidade para receber mais turistas, isto está super saturado e nota-se nos restaurantes, nos meses de julho e agosto, porque uma pessoa para almoçar ou para jantar está 1h ou 1h30 à espera.”

E02.M.64, Reformado

“A capacidade já está muito esgotada. Por exemplo, no mês de agosto se vier alguém para marcar, vê-se muito aflito para reservar um quarto.”

E01.F.80, Reformada

No sentido de melhorar a capacidade de absorção do território ao nível da quantidade de turistas e visitantes que o procuram, os entrevistados consideram que a organização, a preparação e a gestão do espaço físico se revelam aspetos primordiais que desempenham um papel determinante nesse âmbito. Contudo, segundo a sua perceção, nenhum desses aspetos se verifica na vila da Ericeira. Como exemplo da falta de organização, de preparação e de gestão do espaço físico, principalmente nos meses de verão, os entrevistados referem a localização das esplanadas que ocupam a via pública dificultando as acessibilidades.

“Não há preparação física de espaços para tanta gente.”

E02.M.64, Reformada

“As ruas da Ericeira, nesta altura do verão, são terríveis para andar. As esplanadas invadem as ruas, as pessoas têm que andar em fila indiana, porque nós não conseguimos andar. Eu muitas vezes pergunto: Meu Deus, se há aqui um problema grave, uma emergência, como é que uma viatura de emergência passa, por exemplo, ali nas ruas principais, nomeadamente na Rua 5 de Outubro, em que as esplanadas ocupam quase toda a via.”

E07.F.49, Atividades de saúde humana e apoio social

7.3. A importância do surf na intensificação da atividade turística

A atividade turística, intensificada pelo surf, principalmente após a vila ter sido nomeada 1ª Reserva Mundial de Surf da Europa, induziu ao surgimento de outras alterações, designadamente ao aparecimento do AL, que passou a ser a modalidade privilegiada dos turistas em detrimento da modalidade de aluguer de casas, assim como ao surgimento de oportunidades de investimento, em que os investidores são, na sua maioria, pessoas oriundas de outras regiões. A preferência pelo AL pode ser justificada por dois aspetos complementares. Por um lado, o perfil de visitantes que, normalmente, acorrem à vila, ou seja, turistas maioritariamente estrangeiros, adeptos da prática de desportos de ondas, quer seja em lazer quer seja em competição, que gostam de conviver e partilhar experiências, por vezes em grupos organizados, procurando contextos mais informais e descontraídos e, por outro lado, o tipo de serviço oferecido pelos alojamentos locais, assente na informalidade, no sentido prático e num ambiente familiar mas descontraído. Aliás, alguns dos alojamentos locais e surf camps têm à disposição pacotes turísticos que contemplam aulas de surf com transfer incluído entre as praias e o alojamento e também entre este e o aeroporto, facilitando, deste modo, a logística e o planeamento inerentes à viagem. Além disso, potenciam as experiências dos turistas atribuindo-lhes um significado especial.

Constituindo um atrativo turístico crucial para a região, o surf abriu portas a um maior investimento no turismo por parte do executivo municipal.

“Nestes últimos 10 anos tudo começou a mudar com o surf, que despoleta tudo isto! O facto da Ericeira ser a 1ª Reserva Mundial de Surf na Europa...foi o surf que impulsionou um aumento grande do turismo. Primeiro com os surfistas e depois para além dos surfistas... hoje em dia vem muita gente que ouviu falar pelo surf, mas que não faz surf nem tem nada a ver e acaba por vir, mas acho que o grande incremento é o surf, porque é com o surf que há maior

divulgação, há um maior investimento também, em termos da Câmara Municipal, no turismo da Ericeira. Com isto veio o 'boom' do Alojamento Local...essas casas de alugar ao mês praticamente hoje em dia não existem, é muito difícil... e o que há é pessoas a comprar casas e, essencialmente, para fazerem um negócio e terem uma fonte de rendimento, mas, essas casas que estão para Alojamento Local, a maioria delas são pessoas que não têm nada a ver com a vila. A grande maioria do Alojamento Local é feito por pessoas de fora, pessoas que viram ali um investimento. (...) Tenho vários amigos que hoje têm apartamentos que fazem de Alojamento Local. Esses, por exemplo, fazem ao contrário, não alugam no verão porque vão eles para lá e alugam o resto do ano.”

E21.F.50, Educação

Efetivamente, para os entrevistados, a designação de Reserva Mundial de Surf atribuída à Ericeira em 2011, fez com que a atividade turística atingisse, no plano local, uma dimensão nunca antes percebida. Essa consagração deu a conhecer as condições ideais para a prática de desportos de ondas, proporcionadas pelas ondas das praias da Ericeira, aumentando a popularidade da vila além-fronteiras e tornando-a destino de interesse e eleição. Nesse sentido, consideram que o surf é o principal motivo pelo qual os turistas se deslocam à Ericeira.

“A Reserva Mundial veio dar muita publicidade à Ericeira, porque, hoje, o surf deve ser a 2.ª modalidade no nosso país que tem mais sucesso e mais população a assistir e a mexer muito dinheiro, desde a prancha, ao fato, à atividade... Veio mexer muito com restaurantes, bares, tudo...E isso é que atrai virem ao nosso concelho.”

E19.M.44, Restauração e similares

“[O surf] Deu um grande 'boost' à atividade turística. Foi uma das coisas que fez com que a Ericeira crescesse bastante. Não quer dizer que ela não viesse a crescer, porque já crescia um bocadinho antes, mas a partir do momento em que houve a nomeação da Reserva Mundial de Surf foi o 'boom', do género, isto é um bom sítio para vir fazer surf, venham fazer...”

E17.F.31, Comércio a retalho

“O surf é tudo! Na Ribeira d'Ilhas parecem formigas...tudo dentro de água. Há aí bastantes escolas de surf, às 5h da manhã já andam aí com as pranchas...O surf tem um papel importante na parte do turismo.”

E23.F.79, Reformada

Relativamente ao papel dinamizador do surf, de uma forma geral, os entrevistados reconhecem a sua forte influência no plano turístico. Ainda assim, surgem duas posições algo

diferenciadas sobre esta matéria. Existem residentes que consideram que o surf não é o único atrativo da região, defendendo, por isso, a valorização e promoção de outras valências que lhe estão associadas, tais como a gastronomia, o bem-estar e a qualidade de vida proporcionados pela beleza da vila, pela simpatia do povo, pelo clima, enfim, pelo ambiente envolvente. Por outro lado, também há residentes que tendem a desvalorizar as estruturas de natureza cultural e religiosa existentes na vila, como as capelas e as igrejas. Para alguns dos entrevistados, essas estruturas constituem apenas um foco de interesse local não sendo suficientes para conquistar a atenção e o interesse em termos turísticos. O surf surge, assim, como o único motivo de atração turística.

“[O Surf] Dinamizou muito o turismo na Ericeira. Não tenho dúvidas nenhuma de que o surf é o dinamizador do turismo na Ericeira. Era bom que quem de direito comesse a tirar partida de outras coisas boas que a Ericeira tem, a Ericeira e os arredores.”

E14.F.61, Comércio a retalho

“Temos uma terra sem grandes vultos museológicos, temos as capelas, as igrejas... uma situação perfeitamente simples e com muito interesse local, mas não é uma coisa de grande expressão, a Ericeira em meio dia está vista, não há aquela situação de alguém vir para cá porque é um apaixonado por isto. Vem cá porque tem as ondas!”

E22.M.67, Comércio a retalho e Alojamento, restauração e similares

“(...) temos muito mais para oferecer para além do património religioso. Temos o surf, temos as praias, temos o bem-estar, somos simpáticos com as pessoas. Tem bastantes capelas e igrejas, mas o espaço em si é bonito para se visitar.”

E17.F.31, Comércio a retalho

“(...) Devido ao surf deu-se um incremento muito grande e vem muito mais gente por causa disso. De resto, não se vêem muitas manifestações culturais. Não é isso que traz mais gente, o que traz mais gente é esta parte do desporto.”

E15.M.75, Reformado

“Não, porque a Ericeira vive muito do surfista e eles não vêm cá pela parte cultural e religiosa, vêm pelas ondas.”

E14.F.61, Comércio a retalho

Outro dos aspetos mencionados diz respeito ao facto de alguns dos surfistas estrangeiros terem optado por ficar na Ericeira e aí se estabelecerem após uma primeira experiência na prática do surf, o que denota a ligação e a associação fortes que criaram a este lugar, que, de algum modo, se reforçaram e perduraram no tempo e no espaço. Tal como atestam alguns autores, os surfistas têm uma forte tendência para o turismo de surf e aqueles que já realizaram uma viagem com a finalidade de praticarem ou competirem em provas de surf apresentam uma forte propensão para o voltarem a fazer, podendo, por isso, retornar aos locais que lhes oferecem as melhores condições para tal (Barbieri & Sotomayor, 2013; Portugal et al. 2017). Além disso, o surf representa, para a maioria dos indivíduos, senão mesmo para todos aqueles que o praticam, um estilo de vida que alia a saúde, o lazer e a diversão, possuindo um propósito de continuidade. Alguns dos entrevistados afirmam, ainda, que a proximidade com Lisboa, as acessibilidades e a facilidade de deslocação entre a capital e a vila constitui um aspeto favorável ao desenvolvimento do turismo na região.

“[O surf] É importantíssimo! Todos os surfistas que conheço, principalmente os que eu conheço, que são sobretudo surfistas estrangeiros, um dos motivos pelos quais estão estabelecidos hoje em dia na Ericeira foi devido ao facto de terem vindo para a Ericeira como primeira experiência para praticar o surf. É extremamente conveniente a nível de instalação, na medida em que fica relativamente perto do aeroporto de Lisboa, isso torna essa situação muito conveniente para vir uns tempos e ir embora e depois ficar a conhecer e futuramente vir a desenvolver atividades empresariais ligadas a essa área e a outras complementares. Tem sido bastante importante.”

E18.F.69, Reformada

A presença do surf sente-se um pouco por toda a vila e está patente no museu criado sobre a modalidade e nos negócios em torno dela. O reconhecimento e a importância do surf para a dinamização da Ericeira enquanto destino turístico fez com que os empresários despertassem para um nicho de mercado relativamente pouco explorado até há alguns anos atrás na vila, fazendo proliferar modelos de negócio relacionados com a modalidade. Deste modo, tornou-se gradualmente num negócio rentável, quer ao nível dos surf camps, que oferecem condições especiais para a sua prática, quer das lojas com artigos de surf e das escolas de surf.

“Só que abrindo tantas escolas de surf, voltamos à mesma conversa, ou seja, o turismo que não está relacionado com o surf acaba por se afastar. Por exemplo, se quiser estender uma

toalha na praia não dá, porque as escolas de surf ocupam a área da praia e isto atrapalha. Atualmente, o turismo forte na Ericeira é o surf, os surf camps, o turismo estrangeiro e, antigamente, via-se mais famílias. Sem contar com as pessoas de fora que vinham para aqui e que compraram as suas próprias casas. Na minha opinião, [o surf] é o culpado por atrair montes de turistas. A principal causa atualmente é o surf e depois o resto vem por acréscimo: o comer bem, o peixe fresco, o clima que não é dos melhores, mas cativa, porque em Lisboa é um calor horrível e aqui está mais fresco...”

E04.M.44, Desempregado

Contudo, na perceção de alguns dos entrevistados, a centralização das atividades em torno do surf é um aspeto tido como desfavorável para os turistas que não têm qualquer ligação à prática da modalidade nem se identificam com ela, o que, porventura, pode levar ao seu afastamento. Em jeito de exemplo, os seguintes testemunhos apontam para situações concretas representativas da centralização e presença constante do surf um pouco por toda a vila, que podem contribuir para esse afastamento, designadamente a proliferação de atividades económicas e de lazer relacionadas com o surf, destacando-se o grande número de lojas, de surf camps e de escolas de surf.

“Temos o Museu do Surf. Deixou de ser o edifício do turismo, no centro, e passou a ser o museu do surf e é surf, surf, surf! Acho que há lojas... cerca de dez lojas de surf, onde não falta nada para a prática do desporto, mas é uma prova de que realmente isto se tornou numa vila de surf. Há uma sapataria, há duas ou três lojas de moda, há uma perfumaria para tanta gente e surf há em todas as esquinas.”

E05.F.71, Reformada

7.4. Os impactos da atividade turística

A questão das alterações de vária ordem ocorridas em virtude da evolução da atividade turística encontra-se intimamente relacionada com os impactos que essa atividade gera, que tanto podem ser benéficos como prejudiciais para os territórios e para as comunidades locais.

As respostas dos entrevistados sobre esta matéria foram agregadas partindo das várias classificações presentes na literatura sobre os impactos do turismo, ou seja, impactos socioculturais, impactos socioeconómicos, impactos político-administrativos, impactos ambientais e impactos físicos⁶¹. Tal como se apresenta em seguida, os impactos mais

⁶¹A escolha recaiu sobre a classificação mencionada por se considerar ser aquela que permite enquadrar adequadamente as respostas fornecidas pelos entrevistados.

referenciados foram os impactos socioculturais, os impactos socioeconómicos, os impactos ambientais e os impactos físicos. Por seu turno, os impactos político-administrativos foram os impactos que reuniram menor número de respostas, apenas 4 dos 23 entrevistados fizeram referência a este tipo de impactos.

Impactos socioculturais

A análise global das perceções dos entrevistados relativamente aos impactos positivos da atividade turística na vila da Ericeira permite concluir que, no domínio sociocultural, o turismo contribuiu para a dinamização da região, a multiculturalidade e o aumento da qualidade dos serviços. A melhoria na qualidade dos serviços hoteleiros e da restauração e a multiculturalidade, associada ao conhecimento sobre outras culturas/países/regiões, surgem precisamente como dois dos impactos socioculturais positivos mais importantes para os participantes na investigação realizada por Cañizares et al. (2014), registando médias de 3,9 e de 3,8 pontos, respetivamente, tendo por base uma escala de resposta de 5 pontos.

Relativamente aos impactos socioculturais negativos, os entrevistados apontam para o aumento do vandalismo e dos conflitos, referindo que esta é uma realidade que se contrapõe à pacatez característica da vila em períodos em que o turismo não se revela tão pronunciado. O vandalismo e os roubos surgem, aliás, como alguns dos impactos negativos mais referenciados em determinadas investigações acerca da temática (Andereck & Nyaupane, 2011; Cañizares et al., 2014).

Ainda no plano sociocultural, o sentimento de insegurança e a gentrificação são outros dos aspetos que a comunidade local considera preocupantes, sendo negativamente influenciados pela atividade turística.

Quadro 7.1. Impactos socioculturais positivos e negativos da atividade turística

Impactos positivos	Impactos negativos
<p data-bbox="395 1630 603 1664" style="text-align: center;"><u>Dinamização local</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li data-bbox="204 1680 802 1848">▪ “O convívio, a maneira como as pessoas estão aí, há mais gente, as esplanadas estão cheias, já não há aquela sensação de isolamento como havia antigamente.” E09.M.82, Reformado <li data-bbox="204 1908 802 1982">▪ “(...) há mais atividade e a vila não está tão ‘morta’.” E11.M.47, Atividades jurídicas 	<p data-bbox="994 1630 1246 1664" style="text-align: center;"><u>Vandalismo e conflitos</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li data-bbox="826 1680 1418 1892">▪ “Tive uma reunião na GNR da Ericeira e o guarda disse-me que tem sido assustador, os assaltos, o vandalismo, a droga e cenas de pancadaria que encontraram dentro dos hostels. Nós estamos a ir buscar o pior.” E22.M.67, Comércio a retalho e Alojamento, restauração e similares

<ul style="list-style-type: none"> ▪ “(...) há mais animação, mais movimento, mais pessoas.” E13.M.44, Consultoria e programação informática e atividades relacionadas ▪ “(...) a vila com mais vivência e a Câmara promove mais diversões no período de verão, o que não acontecia antigamente. Antigamente, era apenas no mês de agosto, agora começa logo com vários eventos durante o ano.” E02.M.64, Reformado ▪ “(...) já há mais dinamização, não havia tanta coisa e agora já se vê mais...há os festivais de surf, os de música, também há teatro...” E17.F.31, Comércio a retalho ▪ “Muito bom [o desenvolvimento do turismo]! As pessoas dão-se melhor, há mais abertura, é tudo mais divertido. Esta terra chegava a dizer-se que era uma vila fantasma. Agora não. Agora há movimentação, há divertimento.” E06.F.46, Desempregada 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ “(...) muita confusão entre os jovens.” E07.F.49, Atividades de saúde humana e apoio social ▪ “(...) mais violência.” E06.F.46, Desempregada
<p style="text-align: center;"><u>Multiculturalidade</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ “É toda uma dinâmica que acho que é importante em termos multiculturais, ou seja, as pessoas estarem presentes com outras pessoas, o facto de haver pessoas do Norte da Europa, de haver brasileiros, de haver pessoas de todo o Mundo que frequentam a vila e nós começamos a perceber outros costumes, outros hábitos, podermos conviver com outro tipo de pessoas é um impacto muito positivo, desde os mais jovens aos mais velhos.” E21.F.50, Educação ▪ “[O turismo] facilita o contacto via troca de experiências entre os turistas e os habitantes da Ericeira.” E14.F.61, Comércio a retalho ▪ “[O turismo] promove o desenvolvimento das diferentes culturas.” E07.F.49, Atividades de saúde humana e apoio social 	<p style="text-align: center;"><u>Sentimento de insegurança</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ “(...) a insegurança, há pouca ‘guarda’ na Ericeira pelo menos na época alta.” E19.M.44, Restauração e similares ▪ “A nível de segurança, as forças de segurança e a GNR têm pouco pessoal. Devia existir mais patrulhamento a pé nas zonas históricas, onde se concentram discotecas e bares, como forma de prevenção, para haver mais segurança. Até ao momento, a Ericeira é considerada ainda uma terra segura, mas, de vez em quando, há excessos grandes e nós queremos cá turismo com alguma qualidade.” E14.F.61, Comércio a retalho ▪ “A falta de segurança, sem dúvida...” E03.F.55, Comércio a retalho

<p style="text-align: center;"><u>Aumento da qualidade dos serviços</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ <i>“A atividade turística faz com que a qualidade dos serviços oferecidos pelos estabelecimentos locais aumente.”</i> E23.F.79, Comércio a retalho ▪ <i>“A oferta de todo o tipo de produtos aumentou bastante. Já conseguimos ter acesso a coisas que há uns anos atrás não conseguimos, mesmo em termos de cultura.”</i> E17.F.31, Comércio a retalho 	<p style="text-align: center;"><u>Gentrificação</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ <i>“O aumento das rendas faz com que alguns residentes tenham de sair das suas casas.”</i> E18.F.69, Reformada ▪ <i>“Os senhorios estão a querer despejar-nos das casas que estamos a habitar há 40 anos. Para quê? Precisamente para colocar mais Alojamentos Locais e mais turistas.”</i> E12.F.68, Reformada ▪ <i>“As pessoas terem de se ir embora das suas casas. Já não se pode dizer que temos uma casa para a vida toda, se os senhorios entenderem, ao fim de 3 anos, rescindem o contrato para alugar a outras pessoas que dão mais dinheiro.”</i> E10.F.73, Reformada ▪ <i>“Durante o verão, há gente a mais e neste momento estão a dar preferência aos estrangeiros do que às pessoas de cá porque estão a tirar as pessoas da vila, das suas casas. Sei de pessoas que moravam há imenso tempo e tiveram que sair, mudaram os contratos para fazerem hostels e meterem estrangeiros e isso é extremamente errado. Não dão valor às pessoas de cá e dão preferência aos estrangeiros e acho isso muito mal.”</i> E08.F.64, Reformada ▪ <i>“Conheço, presenciei e tenho situações de amigos que estão cá a viver, desde que eu os conheço, e tenho 45 anos, que foram postos na rua para se transformar os edifícios em Alojamento Local.”</i> E03.F.55, Comércio a retalho
	<p style="text-align: center;"><u>Consumo de álcool e drogas</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ <i>“(…) andam aí bêbedos, depois começam a cantar na rua as canções deles.”</i> E23.F.79, Reformada ▪ <i>“(…) muitas vezes acontecem aí bebedeiras e problemas a nível de malta nova.”</i> E07.F.49, Atividades de saúde humana e apoio social ▪ <i>“O turismo aumenta o consumo de álcool e drogas. É isto que os bares fazem. Eu sei que as pessoas dos</i>

	<p><i>bares precisam de trabalhar mas contribuem para isto, sem dúvida.”</i></p> <p>E01.F.80, Reformada</p>
	<p><u>Excesso populacional</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ <i>“Uma coisa são os convidados que a Ericeira sempre teve, mas, neste momento, não tem convidados, é uma invasão.”</i> <p>E03.F.55, Desempregada</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ <i>“Acho que foi mau pela quantidade de pessoas que anda por aí, passou a haver uma qualidade de vida muito inferior àquela que havia antigamente. Se falarmos do lado dos comerciantes, eles, se calhar, dizem que está bom, mas para a pessoa que habita cá piorou.”</i> <p>E15.M.75, Reformado</p>
	<p><u>Limitação de ofertas no mercado do arrendamento</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ <i>“(…) sei que, neste momento, está muito difícil arrendar uma casa porque não há, porque as pessoas que têm casas põem no Alojamento Local. Se uma pessoa quiser arrendar uma casa para viver lá o ano inteiro não consegue. Sei de pessoas que queriam ir para a Ericeira arrendar uma casa e não conseguem. Quem tem casas quer alugá-las no Alojamento Local, porque ganham mais ou têm essa expectativa, porque se continuarem a aumentar as casas de Alojamento Local rapidamente vão perceber que isso não é assim.”</i> <p>E21.F.50, Educação</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ <i>“(…) E depois também há a questão dos hostels que vieram tirar o poder das pessoas para o arrendamento, de irem viver para a Ericeira, portanto, não temos casas para arrendar e as que temos são com preços exorbitantes, o que é impossível que qualquer agregado familiar possa pagar. Está tudo virado para hostels e Alojamentos Locais, não há casas para arrendamentos de famílias.”</i> <p>E07.F.49, Atividades de saúde humana e apoio social</p>

▪ <i>“As casas que havia para alugar está tudo transformado em casas com 10 quartos e em cada quarto, se for preciso, cabem lá 5,6,7 pessoas.”</i>
--

E04.M.44, Desempregado

Fonte. Elaboração própria com base nas respostas fornecidas pelos entrevistados

Impactos socioeconómicos

Em termos socioeconómicos, o desenvolvimento do turismo tem sido fundamental para estimular a economia local e potenciar a criação de emprego e o desenvolvimento de oportunidades de negócio, o que é corroborado pelas investigações conduzidas por Andereck e Nyaupane (2011), onde o aumento das oportunidades de trabalho surge como um dos impactos económicos mais importantes da evolução da atividade turística (média=3,8 numa escala de resposta de 5 pontos), e por Alrwajfah et al. (2019), cujos resultados evidenciam a capacidade do turismo para melhorar a qualidade de vida dos residentes com uma média de 17,4 em 20 pontos, calculados a partir do índice de turismo e qualidade de vida. Conclui-se, portanto, que, para a maioria dos inquiridos nestas investigações, o turismo influencia positivamente a economia de uma região.

Por outro lado, o aumento do custo de vida, a inflação e a especulação imobiliária são percecionados pelos entrevistados como os custos económicos do turismo na vila da Ericeira. Este resultado é reforçado pela investigação de Cañizares et al. (2016), onde o aumento do preço dos produtos (média=3,4), o aumento do custo de vida (média=3,3) e o aumento do preço das casas (média=3,2) ocupam os três primeiros lugares no topo da lista dos impactos económicos negativos. Marzuki (2011) também refere o aumento dos preços das casas (média=4,2) e o aumento dos preços dos bens e serviços (média=4,2) como alguns dos impactos negativos mais perceptíveis do desenvolvimento turístico, refletindo-se nos impactos que maior influência exercem na qualidade de vida da comunidade local, tal como constata Andereck et al. (2007).

Quadro 7.2. Impactos socioeconômicos positivos e negativos da atividade turística

Impactos positivos	Impactos negativos
<p style="text-align: center;"><u>Estímulo à economia local</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ <i>“Por outro lado, [os turistas] são uma fonte de receita que a nossa economia precisa.”</i> E21.F.50, Educação ▪ <i>“[O turismo] fomenta o comércio, fomenta a economia da zona.”</i> E09.M.82, Reformado ▪ <i>“A restauração é o setor que mais ganha com o turismo. Não podemos deixar de falar na Loja da Amélia, que foi considerada a melhor mercearia do país, portanto, a primeira loja a abrir está na Ericeira. Não falta nada, desde o bombom italiano aos melhores uísques e brandys, os nossos melhores vinhos, mel, doces, queijos, fruta e os preços são acessíveis a qualquer turista. E também as lojas de surf, que são uma mais valia para a terra, há tantas e há sempre gente a comprar coisas.”</i> E05.F.71, Reformada ▪ <i>“O turismo ajuda ao desenvolvimento dos negócios locais, cafés, lojas de artesanato, lojas de artigos desportivos, etc.”</i> E04.M.44, Desempregado ▪ <i>“Na minha opinião, [o turismo] é sempre bom, porque fomenta o comércio, fomenta a economia da zona e há mais movimento. Desde que a economia cresça é sempre bom para qualquer povoação ou vila.”</i> E09.M.82, Reformado 	<p style="text-align: center;"><u>Aumento do custo de vida</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ <i>“O custo de vida da população local aumentou.”</i> E18.F.69, Reformada
<p style="text-align: center;"><u>Criação de emprego</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ <i>“Todas essas atividades [relacionadas com o turismo], do meu ponto de vista, são muito interessantes e propiciam trabalho para muita gente.”</i> E18.F.69, Reformada 	<p style="text-align: center;"><u>Inflação</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ <i>“(…) e o preço do peixe, dos legumes no mercado municipal que sobem um bocado nos meses de verão. Compreende-se de certa forma, porque no inverno não vem cá quase ninguém comprar nada e então têm que amealhar no verão para dar para o inverno.”</i> E05.F.71, Reformada

<p>▪ <i>“Graças ao turismo, temos mais emprego para as pessoas mais novas - os cafés, os restaurantes, os hostels, ...”</i></p> <p style="text-align: right;">E10.F.73, Reformada</p> <p>▪ <i>“Acho que [o turismo] tem sido muito bom para a Ericeira, tem permitido a criação de muito emprego, suponho que haja mesmo falta de trabalhadores, há muita emigração a nível de trabalhadores, a maior parte dos restaurantes, principalmente aqueles mais bem cotados, têm empregados de diversas nacionalidades, desde holandeses a brasileiros...e portanto acho que tem sido bastante bom para todos os residentes da Ericeira.”</i></p> <p style="text-align: right;">E18.F.69, Reformada</p> <p>▪ <i>“Acho que [o turismo] tem sido bom. Tem dado muito trabalho a muita gente. Tem dado muito trabalho ao pessoal novo, porque, nós aqui, não tínhamos praticamente nada. Nós queríamos um emprego e não tínhamos. Agora, o pessoal novo tem, num restaurante, numa loja que abre, no comércio.”</i></p> <p style="text-align: right;">E10.F.73, Reformada</p>	<p>▪ <i>“Alguns produtos ficaram mais caros...”</i></p> <p style="text-align: right;">E23.F.79, Reformada</p> <p>▪ <i>“O turismo tem contribuído para que os preços dos produtos, das casas, das rendas e também dos terrenos locais aumente.”</i></p> <p style="text-align: right;">E06.F.46, Desempregada</p> <p>▪ <i>“Se quisermos uma casa não temos possibilidade, porque os preços sobem, porque outros vêm com mais dinheiro de outros lados e nós aqui não temos, por isso, tenho que indicar a subida dos preços dos produtos, casas e rendas. As pessoas de cá não têm hipótese de comprar uma casa cá.”</i></p> <p style="text-align: right;">E10.F.73, Reformada</p> <p>▪ <i>“Há um problema gigante: se você quer continuar a viver na Ericeira vai viver onde? Ou continua a viver em casa dos pais ou não tem hipótese. Para alugar uma casa na Ericeira não é fácil, porque tudo virou Alojamento Local. Agora, com o preço a que as rendas estão as pessoas já começam a fazer contas, se calhar deixam de alugar aos turistas e passam a alugar ao ano mas têm que ter um poder financeiro que o permita...como é que se paga 1.000€ de renda? E o resto? Então isto é para quem? Qualquer dia estamos como os outros países onde ninguém vive lá e é só para o turista. Como é que as pessoas vão conseguir viver aqui?”</i></p> <p style="text-align: right;">E20.F.50, Alojamento, restauração e similares</p> <p>▪ <i>“A mais agravante de todas as alterações é o preço das casas, tem estado a disparar que é uma loucura. Eu acho que para as pessoas que vivem e que precisam de arranjar casa está um bocado complicado. Por isso é que muita gente que mora cá já nem sequer são da terra, porque esses não têm possibilidade de cá estar.”</i></p> <p style="text-align: right;">E17.F.31, Comércio a retalho</p> <p>▪ <i>“O turismo também é responsável por existir um maior interesse na compra dos terrenos locais para que sejam rentabilizados e valorizados economicamente.”</i></p> <p style="text-align: right;">E08.F.64, Reformada</p>
--	--

	<p>▪ <i>“Constroem-se muitas casa na Ericeira e eu pergunto: será que alguém da Ericeira consegue comprar uma casa dessas?! Não! A ganharem 600€/700€ como é que conseguem comprar uma casa? Continua-se a construir para vender a quem vem de fora. Os naturais cada vez estão mais isolados, só têm uma solução que é sair da Ericeira porque não têm hipótese de cá viver. (...) Se for a uma imobiliária não há casa à venda na malha antiga da Ericeira. Não há e se houver é um valor astronómico e os poucos que querem comprar aqui têm que pagar muito. A valorização passou pelo valor patrimonial das casas e passou pelos Alojamentos Locais. ”</i></p> <p>E22.M.67, Comércio a retalho e Alojamento, restauração e similares</p>
<p><u>Desenvolvimento de oportunidades de negócio</u></p> <p>▪ <i>“O desenvolvimento de pequenas empresas, o desenvolvimento de serviços especializados, por exemplo medicinas alternativas, massagens, diversos tipos destes serviços. A própria atividade do surf também desenvolve esse tipo de serviços porque há diversos problemas corporais causados pelo desporto e a necessidade desse tipo de serviços surge. Por exemplo, também o desenvolvimento, que é nacional mas que também é relacionado suponho eu com o tipo de turistas que temos, de estabelecimentos com comida vegetariana, vegan, lojas desse tipo de produto, e também lojas de desporto relacionadas, por exemplo, com o aluguer de bicicletas...Todas essas atividades, do meu ponto de vista, são muito interessantes e propiciam trabalho para muita gente. Pode-se dizer que o turismo permite criar mais oportunidades de negócio para a vila.”</i></p> <p>E18.F.69, Reformada</p>	<p><u>Especulação imobiliária</u></p> <p>▪ <i>“Houve imensa gente a comprar, no edifício em frente ao hotel, 2 e 3 casas para vender. Houve pessoas que venderam um T2 por mais de 100.000€. Sei de uma pessoa que comprou lá uma casa para vender, porque a Ericeira está a crescer.”</i></p> <p>E21.F.50, Educação</p>

Fonte. Elaboração própria com base nas respostas fornecidas pelos entrevistados

Impactos político-administrativos

No plano político-administrativo, os entrevistados reconhecem o papel desempenhado pelo poder político local na promoção e divulgação do nome da região enquanto destino turístico,

sobretudo na esfera internacional, e percebem o turismo como um meio eficaz de cumprir essa finalidade.

Segundo os entrevistados, a existência de esplanadas um pouco por todo lado ocupando parte das ruas, principalmente durante o verão, evidencia a necessidade de uma efetiva regulamentação, que na prática não se verifica, traduzindo-se no impacto negativo do turismo ao nível político-administrativo.

Quadro 7.3. Impactos político-administrativos positivos e negativos da atividade turística

Impactos positivos	Impactos negativos
<p data-bbox="331 696 671 725"><u>Divulgação do destino turístico</u></p> <p data-bbox="204 741 799 819">▪ “(...) o nome da terra, que começa hoje a ser falado de maneira diferente.”</p> <p data-bbox="555 835 799 864">E09.M.82, Reformado</p>	<p data-bbox="938 696 1305 725"><u>Desregulamentação de esplanadas</u></p> <p data-bbox="826 741 1417 819">▪ “(...) e as esplanadas a ocuparem as ruas todas. É preciso haver um controlo.”</p> <p data-bbox="1193 835 1417 864">E21.F.50, Educação</p>

Fonte. Elaboração própria com base nas respostas fornecidas pelos entrevistados

Impactos ambientais

Ao nível ambiental, os entrevistados percebem que a atividade turística tem desempenhado um papel importante na preservação do ambiente natural. As percepções dos inquiridos nos estudos de Andereck et al. (2007), Cañizares et al. (2014) e Suntikul et al. (2016) apontam para a melhoria da proteção ambiental, sobretudo ao nível da qualidade do ar e da água (média=4,8), e a preservação natural (média=4,4) como alguns dos indicadores positivamente influenciados pelo desenvolvimento do turismo. A este respeito, os resultados do estudo de Andereck et al. (2007) e de Nordin et al. (2020) remetem para a relação significativa dos benefícios ambientais da atividade turística com a qualidade de vida das comunidades locais, influenciando o seu bem-estar e a sua satisfação.

Ao nível do ambiente natural, os efeitos da atividade turística revelam-se mais preocupantes em aspetos como a limpeza da vila; o excesso de ruído, sobretudo à noite; e a poluição atmosférica, em virtude do maior fluxo do transporte rodoviário durante a época turística. Andereck et al. (2007) destaca o papel altamente influenciador dos impactos ambientais negativos, em paralelo com os impactos socioculturais negativos e os impactos económicos negativos, na qualidade de vida da comunidade local, registando médias superiores a 4 numa escala de 5 pontos, mas também no seu nível de satisfação, em que itens como o controlo da limpeza e o controlo do tráfego apresentam médias de 2,9 e 2,7 pontos, respetivamente. Por seu turno, o estudo de Suntikul et al. (2016) reforça a influência negativa do turismo na limpeza

dos destinos turísticos, sendo este um dos indicadores a que os inquiridos deste estudo atribuem baixa qualidade (média=11,5 em 20 pontos).

Quadro 7.4. Impactos positivos e negativos da atividade turística no ambiente

Impactos positivos	Impactos negativos
<p style="text-align: center;"><u>Preservação dos recursos naturais</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ <i>“O turismo faz com que haja uma maior preocupação em preservar os recursos naturais da zona.”</i> E18.F.69, Reformada ▪ <i>“(…) os melhoramentos nas praias para o surf. As praias eram perigosas e desertas e agora as pessoas estão mais à vontade na praia, há mais vigilância e dantes não.”</i> E10.F.73, Reformada 	<p style="text-align: center;"><u>Despreocupação com a limpeza</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ <i>“(…) as entradas dos vizinhos, as janelas dos vizinhos com os copos de plástico... Isso é horrível, dá mau aspeto à vila e contribui para que a vila esteja mais suja.”</i> E14.F.61, Comércio a retalho ▪ <i>“Muito lixo nas ruas, muitos cães... O problema não são os cães, mas os turistas trazerem os cães e depois não limpam os dejetos dos animais. É muito desagradável!”</i> E05.F.71, Reformada ▪ <i>“A Ericeira está habituada a uma quantidade de habitantes e quando a Ericeira, no verão, tem muito mais gente, a própria Junta de Freguesia acaba por não ter capacidade para limpar a vila como gostaria, porque não tem mãos a medir.”</i> E04.M.44, Desempregado
	<p style="text-align: center;"><u>Excesso de ruído</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ <i>“Aqui há uns dias exaltei-me... queria dormir e não podia por causa do barulho, eram uns brasileiros, era um barulho...”</i> E23.F.79, Comércio a retalho ▪ <i>“Acontece que, a nível de legislação, as coisas estão a precisar de serem legisladas. Por exemplo, a nível dos bares, as leis estão no papel mas não estão a ser praticadas, porque as casas têm um volume de música altíssimo que não estão acondicionados com insonorização acústica para não provocarem ruído nas casas vizinhas. Era muito importante que quem de direito começasse a atuar nesse campo, porque todos temos de coabitar, tanto os comerciantes que têm os estabelecimentos e que precisam de ganhar dinheiro, simplesmente têm que acondicionar essas casas, prepará-las para poderem desenvolver o seu</i>

	<p><i>negócio sem prejudicar os vizinhos com o ruído que mexe com a saúde pública.”</i></p> <p>E14.F.61, Comércio a retalho</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ <i>“(…) nalgumas zonas da Ericeira tem a ver com a abertura dos restaurantes e dos bares durante 2h,3h,4h da manhã e que é muito complicado para as pessoas que têm casas nesses locais porque precisam de descansar.”</i> <p>E21.F.50, Educação</p>
	<p><u>Poluição atmosférica</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ <i>“O outro impacto é o trânsito e o estacionamento. A vila não tem parques de estacionamento e está cheia de carros por tudo quanto é lado e o ar vai ser drasticamente penalizado.”</i> <p>E21.F.50, Educação</p>

Fonte. Elaboração própria com base nas respostas fornecidas pelos entrevistados

Impactos no espaço físico

A criação de infraestruturas adequadas e o acesso a melhores equipamentos culturais/de lazer são consideradas mais-valias do turismo. Relativamente ao primeiro aspeto, embora os entrevistados reconheçam que tem sido realizado um esforço no sentido de dotar o território das infraestruturas adequadas, consideram que estas não são suficientes e que se deve apostar em mais infraestruturas, mais concretamente parques de estacionamento, no sentido de aumentar a capacidade de absorção face ao aumento do tráfego rodoviário e do aumento populacional e de responder às necessidades da população local. Um dos indicadores identificado no estudo de Carneiro et al. (2017) como aquele em que o desenvolvimento da atividade turística exerce um maior impacto na qualidade de vida dos residentes é os serviços e as instalações públicas, apresentando uma média acima de 4,8 pontos numa escala de resposta de 7 pontos.

Na opinião dos entrevistados, em termos físicos, o turismo propicia a degradação do património, a excessiva reabilitação urbana, a incapacidade da estrutura de saneamento e a falta de casas para alugar.

Quadro 7.5. Impactos positivos e negativos da atividade turística no espaço físico

Impactos positivos	Impactos negativos
<p><u>Criação de infraestruturas adequadas</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ “O turismo contribui para a criação de áreas desportivas e condições adequadas de saneamento, de jardins, de estradas, etc.” <p>E14.F.61, Comércio a retalho</p>	<p><u>Degradação do património</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ “O turismo faz com que o património cultural e edificado da vila se degrade.” <p>E06.F.46, Desempregada</p>
<p><u>Acesso a melhores equipamentos culturais/de lazer</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ “Graças ao desenvolvimento do turismo, conseguimos ter acesso a melhores equipamentos culturais e de lazer.” <p>E15.M.75, Reformado</p>	<p><u>Excessiva reabilitação urbana</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ “A reabilitação urbana, muitas vezes excessiva, e virada para o Alojamento Local.” <p>E11.M.47, Atividades jurídicas</p>
	<p><u>Incapacidade da estrutura de saneamento</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ “Impacto ao nível do saneamento, do sistema de esgotos... Por exemplo, na Praia do Sul, as tampas rebentam e, de vez em quando, cheira mal. Perto da Ribeira d’Ilhas fizeram aquela estação de tratamento mas já foi há 10 anos e se calhar já não chega.” <p>E21.F.50, Educação</p> <p><u>Parques de estacionamento insuficientes</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ “O estacionamento é terrível! Não temos condições de estacionamento, tanto para os habitantes como para os visitantes.” <p>E14.F.61, Comércio a retalho</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ “As pessoas que, neste momento, vêm para a Ericeira com o seu automóvel veem-se aflitas para se movimentar dentro do casco histórico e arranjar lugar para arrumar o seu carro.” <p>E09.M.82, Reformado</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ “O turismo supera tudo! Você mora aqui durante o ano inteiro, chega à sua porta ou à sua rua e tem lugar para estacionar, no verão quando chega à Ericeira às 9h, 10h ou 11h da noite que vem do seu trabalho tem de ir para S. Sebastião e mesmo em S. Sebastião os lugares de estacionamento, que foram bem feitos, servem para por lá as diversões e ficam menos lugares para se estacionar.” <p>E02.M.64, Reformado</p>

Fonte. Elaboração própria com base nas respostas fornecidas pelos entrevistados

Independentemente da sua natureza, as interferências exercidas pelos impactos negativos na dinâmica territorial e na vida da comunidade local remetem para as questões do planeamento turístico e da sustentabilidade como princípio de base desse planeamento. A necessidade de planeamento ancorada em princípios de sustentabilidade revela-se tanto mais necessária quanto maior for a efetiva pretensão dos planeadores turísticos de contribuírem para o desenvolvimento de destinos turísticos sustentáveis a vários níveis, privilegiando o respeito e a valorização das características e da essência dos territórios, incluindo as comunidades que neles habitam.

Para tal, como afirma Reid (2019), o desenvolvimento de um projeto de turismo sustentável deve centrar-se na comunidade apostando, numa primeira fase, na sua capacitação para uma participação que se pretende o mais ativa possível, principalmente ao nível da criação e revisão do projeto e no plano das tomadas de decisão com ele relacionadas, formalizando-se, posteriormente, na aplicação de um conjunto de etapas. Estas etapas compreendem (a) a criação de uma visão para o projeto; (b) a definição de objetivos e metas a alcançar; (c) o estabelecimento de ações estratégicas e realistas para o cumprimento dos objetivos e das metas definidas; (d) a realização de avaliações dos impactos ambientais, sociais e económicos para as ações propostas; (e) a identificação e negociação de responsabilidades ao nível da implementação do plano; e (f) a criação de uma estratégia que vise envolver parceiros considerados estratégicos e cidadãos pertencentes à comunidade local na elaboração e nas tomadas de decisão que lhe estão inerentes.

Além das questões ligadas ao planeamento e à sustentabilidade, os impactos da atividade turística fazem repensar, ainda, a questão da influência por estes exercida ao nível do bem-estar e da qualidade de vida da comunidade local.

Intimamente relacionada com os conceitos de desenvolvimento e de sustentabilidade, a questão da qualidade de vida tem vindo a ser explorada numa perspetiva mais humanista, privilegiando as escolhas, as oportunidades e a liberdade dos cidadãos numa ótica de valorização do seu bem-estar, da sua felicidade e da qualidade das experiências por eles vividas (Reisinger & Park, 2009; OCDE, 2013; ONU, 2020).

Alguns dos estudos elaborados em torno da relação entre o desenvolvimento turístico e a qualidade de vida dos cidadãos locais revelam que, embora estes tenham tendência a percecionarem os efeitos positivos e negativos associados à atividade turística nas suas comunidades, são os impactos negativos que lhes merecem maior preocupação pelo facto de serem estes que produzem uma maior interferência, em termos globais, quer no seu nível de satisfação quer na sua qualidade de vida (Andereck et al., 2007; Alrwajfah et al., 2019; Nordin et al., 2020). Porém, os benefícios da atividade turística também são reconhecidos, tal como é

evidenciado nos estudos elaborados por Ghani et al. (2013) e Alrwajfah et al. (2019), em que os inquiridos concordam com o desenvolvimento do turismo, na medida em que eles próprios beneficiam com as vantagens daí decorrentes, nomeadamente as diversas oportunidades de trabalho no setor do turismo, as quais contribuem para o aumento substancial da sua qualidade de vida e da sua felicidade. Os resultados do estudo de Rivera et al. (2016) reforçam o significado da relação entre o desenvolvimento do turismo e a felicidade, apontando para uma relação direta, positiva e forte entre estas duas dimensões.

Por outro lado, a investigação desenvolvida por Nordin et al. (2020) concluiu que os benefícios no domínio sociocultural, económico e ambiental, assim como os custos económicos associados ao turismo, são significativos na influência da qualidade de vida da comunidade local.

A análise dos testemunhos relacionados com a influência do turismo na vila da Ericeira denota que, apesar de terem sido identificados impactos negativos, os entrevistados reconhecem que o desenvolvimento da atividade turística acarreta, igualmente, aspetos positivos. Se, por um lado, se tem verificado um elevado fluxo de pessoas, a que os entrevistados apelidam de ‘invasão’, representando um aspeto negativo associado ao desenvolvimento da atividade turística e ao qual estão associados outros aspetos que também podem, na sua opinião, constituir uma ameaça à identidade da própria vila, por outro lado, referem que, se não fosse o turismo, a vila não estaria tão desenvolvida nem tão dinamizada. Deste modo, as perceções dos entrevistados dividem-se entre as representações negativa e positiva do turismo, no que respeita à influência por ele exercida sobre o território de uma forma global, sendo, no entanto, esta última que predomina, o que reflete uma atitude recetiva face ao desenvolvimento do turismo.

Os seguintes testemunhos comprovam precisamente a representação dual dos entrevistados em torno do desenvolvimento da atividade turística na vila da Ericeira.

“[O turismo] É mau, porque parece que invade um bocado as pessoas que cá vivem, porque essas pessoas têm uma forma própria de viver e essa identidade parece que se perde um bocado. Como há tanta mistura, já não tem aquela essência da Ericeira antiga.”

E17.F.31, Comércio a retalho

“Tem sido sempre bom, porque a Ericeira é uma terra de turismo.”

E16.F.52, Administração local

“Eu acho que [o turismo] foi bom, porque permitiu fixar pessoas, dar emprego, ou seja, permitiu um dinamismo que a Ericeira não tinha. Claro que há aquelas pessoas que se sentem incomodadas com isso, mas eu, pessoalmente, acho que foi muito bom.”

E13.M.44, Consultoria e programação informática e atividades relacionadas

“Não há dúvida nenhuma que o turismo é ótimo para a nossa Ericeira e para os habitantes. Isto mexe com a Ericeira e também posso dizer que se não for o turismo no verão, a parte dos cafés, restaurantes, e tudo mais... Nós temos aqui um porto de pesca que não tem condições nenhuma e era uma terra piscatória. Se não for o turismo e os próprios turistas a virem para a Ericeira, isto não tem tanto desenvolvimento.”

E04.M.44, Desempregado

7.5. A influência do desenvolvimento turístico nos processos identitários

7.5.1. A requalificação e reabilitação urbanas: prenúncio do aumento da qualidade de vida ou sinónimo de uma identidade modificada?

Ao longo dos anos, a vila da Ericeira tem sido palco de várias transformações, quer ao nível do edificado, em termos de equipamentos e infraestruturas, quer ao nível dos espaços exteriores, de lazer e de recreio. As ações de revitalização do território têm compreendido, sobretudo, a reabilitação de edifícios degradados ou com necessidades de reparação, tais como igrejas, capelas e edifícios de habitação, estes últimos readaptados para efeitos de AL, e a requalificação de equipamentos e infraestruturas, nomeadamente parques de recreio, vias pedonais e espaços de lazer.

No que concerne às ações de requalificação e de reabilitação que têm ocorrido na vila da Ericeira, os entrevistados concordam, em parte, com essas ações, na medida em que percecionam a mais-valia que lhes está subjacente, em termos do melhoramento do aspeto e da imagem da vila, mas defendem que tal deve ser feito sem alterar a sua traça original e, portanto, a sua identidade urbana, o que, na sua opinião, não se tem verificado em alguns dos projetos.

“Com algumas [ações de requalificação e de reabilitação] sim, com outras não. Sobretudo nas zonas circundantes, acho que é uma vergonha o que foi feito. No centro da Ericeira tem estado um bocado melhor, mas têm sido admitidas algumas alterações das traças antigas da Ericeira que são, quanto a mim, inqualificáveis.”

E11.M.47, Atividades jurídicas

“Algumas concordo e outras não. Acho bem que continuem com o típico daqui, a casinha branca e azul, mas já está tudo virado para o lado de lá que são as grandes habitações, mas acho que está bem distribuído...desde que não acabem com a beleza interna...”

E06.F.46, Desempregada

“Há prédios a mais, há estruturas a mais, depois põem uma traça que não tem nada a ver com a Ericeira e que devia obedecer ao património que há na Ericeira, mas é o progresso...”

E08.F.64, Reformada

A ameaça à identidade de um território que as ações de revitalização urbana nas suas diversas formas podem representar constitui um dos receios manifestados por vários entrevistados. Esta questão remete, uma vez mais, para o princípio da sustentabilidade, que deve nortear, também, os projetos e as estratégias de requalificação e de reabilitação urbanas sob pena de se negligenciar os símbolos culturais e as memórias coletivas que enaltecem e reforçam a identidade local da comunidade. É uma questão que remete, igualmente, para a noção de participação ativa da população local numa lógica de orientação ao nível da formulação de estratégias e tomada de decisões. Heath et al. (2017) atenta na relação entre estratégias de reabilitação e um conjunto de variáveis associadas à identidade local e conclui que os residentes nas áreas onde eram utilizadas estratégias de reabilitação ‘bottom-up’ reportaram significativamente melhores resultados ao nível da identificação com a comunidade, o apoio social percebido, o bem-estar, a estima, a resiliência, a vontade de retribuir à comunidade, comparativamente com os residentes nas áreas onde eram utilizadas estratégias top-down. Além disso, a identificação com a comunidade, o apoio social percebido, o bem-estar e a estima revelam-se significativamente mais baixos nas áreas onde as estratégias ‘top-down’ foram utilizadas face às áreas não regeneradas. Os resultados desta investigação revelam ainda que estratégias ‘bottom-up’, assentes na inclusão ativa de membros da comunidade no planeamento e implementação da regeneração têm mais probabilidades de resultarem em níveis mais elevados de identificação com a comunidade do que estratégias ‘top-down’ que incorporam pouca ou nenhuma consulta à comunidade.

Os entrevistados reconhecem que o turismo tem tido um papel fulcral na concretização das ações de requalificação e de reabilitação urbanas, funcionando como uma força motriz que estimula tais ações, sobretudo pela capacidade económica que gera, potenciando oportunidades

de investimento direcionadas para a criação de condições socioespaciais atrativas e de resposta às necessidades impostas pelo desenvolvimento da atividade turística.

“Sim, eu acho muito bom. Há uns anos atrás, a Ericeira estava a ficar com casas degradadas, mas o que fez as pessoas começarem a fazer obras foi o turismo, que fez com a gente ganhasse dinheiro e pudéssemos investir nas casas para reabilitá-las, porque antes da crise não havia dinheiro para nada.”

E14.F.61, Comércio a retalho

A perceção sobre o reconhecimento do turismo como instrumento impulsionador das ações de requalificação e de reabilitação urbanas é reforçada por Galdini (2007), que afirma que o desenvolvimento do turismo pode, efetivamente, contribuir para alcançar o crescimento económico e a conservação do território. Na perspetiva de Jie, Liangliang e Kiang (2012), essas ações devem, contudo, ser antecedidas de um planeamento prévio que assegure, simultaneamente, a integração de contributos da comunidade local e a sustentabilidade dos resultados alcançados, sob pena dos potenciais efeitos negativos que poderão desencadear, nomeadamente a descaracterização da malha urbana do território.

Durante as entrevistas, alguns dos entrevistados confidenciaram que, embora algumas das ações possam partir do poder local, outras são realizadas por iniciativa privada, principalmente aquelas que compreendem a readaptação dos edifícios para efeitos de AL. Tal como referem Cruz (2016) e Botinas (2019), o AL exerce um efeito importante e positivo ao nível da reabilitação urbana, não somente nas intervenções realizadas diretamente nas frações dos alojamentos turísticos, mas, também, na dinamização do mercado imobiliário. Deste modo, emerge um novo interesse pela centralidade dos territórios, assistindo-se a um investimento cada vez mais expressivo no que respeita ao edificado.

Quando questionados sobre as razões que, na sua opinião, motivavam a prossecução das requalificações urbanas, os entrevistados demonstraram posições distintas acerca desta matéria. Segundo a perceção de alguns, essas ações foram planeadas e concretizadas com vista à melhoria da qualidade de vida dos habitantes da vila, uma vez que reconhecem que o turismo é algo passageiro.

“Acho que é para aumentar a qualidade de vida dos habitantes, porque os turistas vêm mas depois vão embora. Penso que foi para dar mais valor à vila.”

E10.F.73, Reformada

“O turista é uma pessoa de passagem, por isso eu penso que seja para aumentar a qualidade de vida dos habitantes, mas os habitantes têm qualidade de vida durante 9 meses e depois durante 3 meses não têm qualidade de vida.”

E02.M.64, Reformado

Contudo, a percepção predominante é aquela que recai sobre a importância de melhorar o espaço e a imagem da vila para fins turísticos. Para a maioria dos entrevistados, as ações de requalificação e de reabilitação urbanas são levadas a cabo com a principal motivação de agradar aos turistas, de modo a tornar a vila um local mais aprazível e a incentivar a prática da atividade turística.

“Não, é para agradar aos turistas. Claro que, se for uma coisa bem feita, toda a gente beneficia, mas eu penso que é mais por causa do turismo.”

E08.F.64, Reformada

“Para aumentar a qualidade de vida dos seus habitantes não é de certeza, porque essas requalificações foram todas para Alojamento Local, portanto não têm nada a ver connosco, habitantes.”

E03.F.55, Desempregada

Outro dos pontos mencionados relaciona-se com os promotores dos projetos de requalificação e de revitalização urbanas locais. De acordo com alguns dos entrevistados, a recuperação de grande parte dos edifícios da vila da Ericera tornou-se possível graças à iniciativa privada, demonstrando que o potencial turístico da vila é reconhecido por investidores que atuam em nome individual e cuja capacidade de investimento pretende constituir-se como um meio para rentabilizar edifícios degradados e/ou abandonados.

“Isso sim, o turismo faz isso. Edifícios que estavam já degradados ou abandonados estão a ser recuperados e praticamente todos os edifícios na Ericeira estão a ser recuperados, mas devido à iniciativa privada, para negócio e venda. É, no fundo, para rentabilizar. Quem está a fazer esse tipo de atividade não é a nível da gestão autárquica, é a nível dos particulares que estão a comprar edifícios ou tentar renovar os seus edifícios para alugar ou para vender. No fundo, a requalificação da Ericeira que foi feita há 15 anos atrás foi para agradar ao turista, sem dúvida nenhuma, porque a pessoa que lá estava tinha esse objetivo.”

E13.M.44, Consultoria e programação informática e atividades relacionadas

7.5.2. A proliferação de estabelecimentos de Alojamento Local (AL)

O AL na vila da Ericeira tem representado uma tendência em franco crescimento com o aparecimento de estabelecimentos turísticos que assumem diversas formas e funcionalidades, de acordo com o contexto local em que se inserem, desde os hostels aos surf camps. O seu aparecimento surge associado ao perfil de turista predominante, ou seja, indivíduos pertencentes, maioritariamente, a faixas etárias jovens e praticantes de desportos de ondas.

Apesar da existência de uma unidade hoteleira na vila, a modalidade de AL, na forma de hostels e surf camps, tem predominado claramente face a outras modalidades.

Relativamente ao AL, a posição dos entrevistados divide-se entre a concordância e a discordância face ao seu surgimento e predominância, sendo, no entanto, em maior número aqueles que discordam do modo como este modelo de negócio se tem vindo a afirmar na vila. Para tal, muito têm contribuído aspetos como o excessivo número de estabelecimentos de AL em detrimento do reduzido número de casas para alugar, a falta de fiscalização em torno da sua atividade e o perfil de turistas que albergam, tal como atestam os testemunhos recolhidos.

Concordando com a existência do AL na vila, um dos residentes aponta a importância desta modalidade de alojamento como uma alternativa às casas para arrendar, que praticamente deixaram de existir, e que, na sua opinião, pelo facto de serem edifícios reabilitados, fornecem melhores condições de acomodação aos turistas, contribuindo para o crescimento económico da região.

“Foi a grande ‘safa’ do alojamento na Ericeira, porque a Ericeira para a quantidade de turistas que afluía à nossa vila tinha poucas camas e como antigamente era tradição os habitantes da Ericeira alugarem as suas casas, iam viver para outras casas mais modestas e alugavam as casas aos turistas... isso deixou de se fazer e agora transformaram-se muitas dessas casas em alojamentos locais com melhores condições e faz com que cresça a economia.”

E09.M.82, Reformado

Outro dos entrevistados, embora também se posicione favoravelmente à existência do AL, enfatiza, no entanto, a necessária busca por um equilíbrio ao nível do número de estabelecimentos de AL e a aposta noutras modalidades de alojamento. Defende que as acomodações turísticas são indispensáveis para assegurar a continuidade do turismo, que reconhece ser uma atividade fundamental para a região, dinamizando-a, sobretudo no plano económico.

“Eu, pessoalmente, desde que seja equilibrado e não seja totalmente Alojamento Local, acho que é importante, porque temos mesmo que ter turistas na Ericeira, se não tivermos turismo, a Ericeira fica sem fonte de rendimento. O turismo é fundamental e, por isso, o Alojamento Local deve existir se for de forma equilibrada.”

E13.M.44, Consultoria e programação informática e atividades relacionadas

A questão do AL também tem gerado controvérsia e preocupação entre a comunidade local. Os entrevistados afirmam que esta modalidade de alojamento tem incentivado um turismo de baixa qualidade na vila, na medida em que propicia, através da prática de alojamento a preços acessíveis, o surgimento de um perfil de turista que contrasta com o perfil de turista dominante há alguns anos atrás, ou seja, mais jovem, de estatuto socioeconómico inferior, com pouco poder de compra, ligado à prática do surf, que raramente se apresenta sozinho movimentando-se em pequenos grupos.

“Dorme-se por 10€, 12€, 15€...Toda a gente tem o direito a vir de férias, mas nós também temos o direito de escolher quem queremos dentro da nossa casa, pensando que a Ericeira é a nossa casa.”

E22.M.67, Comércio a retalho e Alojamento, restauração e similares

Como consequência da intensificação do modelo de negócio associado aos estabelecimentos de AL um pouco por toda a vila, os entrevistados identificam, ainda, a falta de casas para alugar, uma vez que uma parte significativa dos imóveis que poderiam servir um propósito de arrendamento são convertidos em AL.

Nesse âmbito, Lee (2016) refere que a retirada de moradias do mercado de arrendamento convencional para inclusão na oferta de alojamento para fins turísticos, sobretudo através de processos não oficiais e não planeados, traduz-se na excessiva quantidade de alojamento turístico verificada numa região e limita a existência e a disponibilidade de casas para fins residenciais.

“Cada cantinho é um AL, onde põem três ou quatro beliches e dormem seis, sete ou oito pessoas. Não sei o que diga... O que me preocupa, neste momento, que estou aqui há algum tempo, são os jovens e as pessoas que queiram realmente começar a vida e que não têm possibilidades de constituir família, de ter uma casa própria, porque, como é lógico, aumentaram os preços e os arrendamentos são impossíveis, mesmo para qualquer pessoa poder pagar.”

E07.F.49, Atividades de saúde humana e apoio social

A evolução significativa do número de estabelecimentos de AL na vila da Ericeira ditou uma atenção especial a esta matéria, que se refletiu na implementação de medidas, por iniciativa do Município, relativas à exploração dos estabelecimentos de AL. Em 2018, a suspensão temporária dos registos de novos estabelecimentos de AL no perímetro circunscrito à ARU e, em 2019, a aprovação de áreas de contenção para a instalação de AL constituem as principais medidas implementadas. Ambas as medidas, regulamentadas por instrumento jurídico⁶², constituem o reflexo da preocupação que os impactos do AL em excesso desencadearam ao nível do poder local. A taxa municipal turística, instituída a partir de 1 de janeiro de 2019, constitui, também, outra das medidas, procurando garantir a sustentabilidade da atividade turística e criar fontes de financiamento que possam justificar o impacto por ela exercido (Câmara Municipal de Mafra, 2018).

De uma forma geral, os entrevistados saúdam a iniciativa do Município por considerarem que o excesso de estabelecimentos de AL ameaça a preservação do direito à habitação. Um dos efeitos que se tem vindo a fazer sentir em virtude do aumento da popularidade da vila da Ericeira enquanto destino turístico e da crescente expansão turística que nela se tem verificado é o aumento dos preços do aluguer das habitações. O facto de existirem mais estabelecimentos de AL do que casas para arrendar motivou a inflação dos valores praticados no mercado local do arrendamento, impossibilitando o acesso igualitário e o equilíbrio entre casas para habitação e estabelecimentos de AL.

“Acho muito bem que a Câmara [Municipal de Mafra] tenha tomado essa iniciativa de não permitir mais AL e que se previna a situação das pessoas que precisam de alugar uma casa, que não têm meios para comprar, e, portanto, não têm possibilidades de o fazer. É preciso, como em todos os sítios muito procurados e muito habitados por turistas que têm outro poder de compra, preservar-se o direito à habitação dos residentes.”

E18.F.69, Reformada

“O facto de controlarem mais o AL, de terem posto aquela taxa turística por cada dormida é de alguma forma para tentar mostrar às pessoas que está a haver uma preocupação com a preservação... Há hostels em cada sítio, cada prédio é um hostel, ou é um AL ou é um hostel, mas é também a democratização e a questão da qualidade...É o risco que se corre, portanto, a abertura de mais hostels não devia ser permitida. É

⁶²Para mais informações, consultar as novas regras sobre o Regime Jurídico da exploração dos estabelecimentos de AL do Município de Mafra (Câmara Municipal de Mafra, 2018a).

necessário outro tipo de alojamento, um outro hotel ok, mas para um target diferente, mais hostels não pode haver. Os que estão chegam e sobram.”

E21.F.50, Educação

“Sim, concordo com a suspensão. Precisamente para evitar que haja um aumento tão grande de turistas, que acaba por afetar tudo.”

E15.M.75, Reformado

Alguns dos entrevistados justificaram a sua concordância relativamente à suspensão de novos registos de AL com a saturação do centro da vila, provocada pelo elevado número de estabelecimentos de AL, tratando-se, nas suas palavras, de uma ‘epidemia’, e com algumas situações de despejo de residentes de longa duração, fenómeno conhecido por gentrificação, motivadas pela subida do valor das rendas das casas, que se tornam naturalmente impraticáveis para quem possui baixos rendimentos. O testemunho a seguir apresentado evidencia precisamente a sinalização de situações de gentrificação:

“O Alojamento Local da Ericeira está errado quando tiram as pessoas das casas antigas e põem-nas na rua. Eu sei de pessoas a quem aconteceu, pessoas que moravam aqui há anos e que tiveram de sair para as redondezas e depois fizeram Alojamentos Locais. Isso está muito errado!”

E08.F.64, Reformada

Os processos de gentrificação constituem um problema social recorrentemente associado à turistificação das regiões e que representa uma preocupação séria para os residentes de destinos turísticos. O estudo de Almeida-García et al. (2021) demonstra a existência de uma relação significativa entre a gentrificação e um sentimento de irritação e até de fobia por parte dos locais face ao turismo, ao mesmo tempo que constata que os processos de gentrificação são um dos efeitos mais prejudiciais para a sua qualidade de vida.

No que respeita ao contexto específico da vila da Ericeira, esta questão chegou, inclusivamente, a ser divulgada publicamente num reconhecido jornal diário português sob o título “Na Ericeira, a onda do surf está a expulsar os residentes”. A partir dos testemunhos de alguns residentes que se viram obrigados a deixar as suas habitações e a vila, onde nasceram, cresceram e passaram grande parte da sua vida e onde desenvolveram elos de ligação afetivos e emocionais, a reportagem enalteceu a dificuldade em arranjar casas para habitação em virtude da segregação do território pelos estabelecimentos de AL (Almeida, 2018).

“Acho que [o centro da vila] está superlotado. Foi uma onda que se gerou [abrir alojamentos locais] e vamos lá ver o que isto vai dar...Concordo [com a suspensão de novos registos de Alojamento Local], porque já chega. Os senhorios estão a querer despejar-nos das casas que estamos a habitar há 40 anos. Para quê? Precisamente para colocarem mais Alojamentos Locais e mais turistas. Eles estão cá uma semana, vão embora e isso rende-lhes muito mais dinheiro. As nossas rendas são antigas e eles pretendem correr connosco ou exigir que a gente consiga pagar uma renda que não conseguimos.”

E12.F.68, Reformada

“Concordo [com a suspensão de novos registos de Alojamento Local], pelo facto de estarem a desalojar as pessoas que lá moram para fazerem Alojamentos Locais.”

E08.F.64, Reformada

“Uma vergonha...grande, muito grande! (...) Os Alojamentos Locais porta sim, porta sim, foi a maior vergonha que se pôde fazer. E está a ser feita pelo país todo, mas pronto estamos a falar da Ericeira... Está vergonhoso. Não há casas para os habitantes.”

E03.F.55, Desempregada

“Eu acho que [o Alojamento Local] é uma epidemia. Se um põe um Alojamento Local, os outros...não sei se isto é um bocado inveja ou se pensam que vão enriquecer com o Alojamento Local... Toda a gente faz Alojamento Local. Concordo com a suspensão. Eu acho que é um exagero, não pode ser. Daqui a pouco não há habitantes na vila, há só os Alojamentos Locais para as pessoas que vêm e que se vão embora.”

E01.F.80, Reformada

Para além da saturação da capacidade do território para albergar estabelecimentos de AL existentes na vila da Ericeira, outro dos argumentos utilizado pelos entrevistados para demonstrar a sua concordância face à suspensão de novos registos dessa modalidade de alojamento relaciona-se com a qualidade do turismo, ou seja, permitir que se instalem mais estabelecimentos de AL para além daqueles que já existem é promover e fortalecer a presença de um turismo caracterizado por baixo poder de compra e, portanto, pouco rentável para a região em termos económicos.

“Se houver uma prática de fugir àquele Alojamento Local que é considerado o mais barato, aquele Alojamento Local que vai acabar por não dar hipótese ao tal mercado

que eu falei inicialmente, de ser um mercado de pessoas com outro rendimento, aí concordo que se tente cortar com esse Alojamento Local. A grande maioria que está na Ericeira... você consegue arranjar uma estadia barata por ser 5 ou 6 ou 7 num quarto e aquela pessoa que estava habituada a alugar uma casa para a sua família e para 2 ou 3 filhos acaba por não haver, porque todas essas casas foram transformadas em Alojamento Local. Hoje em dia, porta sim, porta não, tem um Alojamento Local. E até lhe digo mais, todas essas casas que eram alugadas a pessoas da minha idade e outras que não tinham hipótese de comprar casa, que queriam vir viver para a Ericeira e que queriam ter um apartamento ou uma casa alugadas ao ano, abrindo esses alojamentos locais acaba por essas pessoas nem terem hipótese de alugar uma casa para viverem aqui todo o ano. Têm de fugir daqui para a Malveira, Venda do Pinheiro, Maфра, porque qualquer cantinho é um Alojamento Local.”

E04.F.44, Desempregado

Os entrevistados assumiram discordar do momento em que a medida de suspensão dos novos registos de AL nas áreas de contenção definidas para o efeito foi aplicada. Mencionam que esta foi tardia, tendo em conta que, aquando da sua implementação, já existia uma quantidade elevada de estabelecimentos de AL. Na perceção da comunidade local, a questão do turismo de qualidade não foi, uma vez mais, devidamente acautelada, continuando a surgir uma tipologia de AL assente em acomodações baratas por reduzidos períodos de tempo por oposição a outras modalidades de alojamento que se revelam mais rentáveis e vantajosas para a vila do ponto de vista económico e turístico. São exemplos dessas modalidades de alojamento o Hotel Vila Galé, o Hotel Camarão e, mais recentemente, o Hotel You and the Sea.

Porém, também existem residentes que defendem que a solução para limitar o número excessivo não passará única e exclusivamente pela proibição total de novos registos nem pela concessão de licenças de atividade, devendo existir uma análise rigorosa, caso a caso, no sentido de determinar se, efetivamente, faz sentido a abertura de mais estabelecimentos e em que condições a mesma poderá ocorrer.

“Não concordo [com a suspensão de novos registos de Alojamento Local]. O que a Câmara deveria ter feito e não fez, ou começar a fazer, era só autorizar o Alojamento Local com qualidade, porque quando abrir vai abrir para tudo outra vez, vai ficar igual outra vez. Aqui ao lado vai abrir um [estabelecimento de Alojamento Local], que é um grupo estrangeiro... 11 pessoas num quarto em beliches. Depois tem o antagónico...é

que quem vem e paga 200€ no Vila Galé, ou noutras situações que há aí de qualidade, não se sente bem em vir cá e noto isso com clientes com quem falo.”

E22.M.67, Comércio a retalho e Alojamento, restauração e similares

“Não, não concordo porque já 90% era Alojamento Local, agora é que vão suspender? Não nos interessa para nada. Não faz sentido...”

E03.F.55, Desempregada

“Eu acho que a questão não é pura e simplesmente proibir, eu acho que deve ser analisado caso a caso para ver se faz sentido que se mantenha ou não, que seja concedida licença ou não. Não concordo que se proíba completamente, mas também não concordo que se deixe abrir onde quer que seja.”

E11.M.47, Atividades jurídicas

Relativamente ao cumprimento ou incumprimento da suspensão dos novos registos de AL, os entrevistados que percecionam um incumprimento das regras de instalação e abertura de novos estabelecimentos de AL sobrepõem-se claramente aos entrevistados que acreditam que a suspensão é cumprida. Referem que, durante o período de vigência da suspensão, continuaram a abrir estabelecimentos, embora em menor número, alguns deles pertencentes a grupos estrangeiros, o que é demonstrativo da internacionalização também no plano da oferta de alojamento turístico, que, na opinião dos entrevistados, secundariza o valor daquilo que é nacional.

“Continua-se a abrir o que se quiser. Agora veio um grupo estrangeiro que estavam a anunciar como hotel mas não é um hotel é um hostel...mais um?! Portanto, continuamos a permitir que se atraia [estabelecimentos de Alojamento Local] ainda por cima com grupos estrangeiros a virem abrir na Ericeira... não percebo qual é a direção...”

E20.F.50, Alojamento, restauração e similares

No âmbito das situações de incumprimento, os entrevistados assinalam a importância das ações de fiscalização, que, segundo eles, são inexistentes, facilitando a transgressão das regras impostas e o aparecimento de cada vez mais estabelecimentos de AL em situação de clandestinidade.

“Acho que não é cumprida à risca [a suspensão de registos], vão sempre aparecendo...O português é sempre habilidoso a ‘driblar’ as autoridades. Aliás, nem há fiscalização...”

E02.M.64, Reformado

“Acredito que hajam [estabelecimentos de Alojamento Local] ilegais porque as pessoas tentam sempre dar a volta à situação. Não acredito que a Câmara esteja a autorizar alojamentos locais se, legalmente, não o pode fazer.”

E13.M.44, Consultoria e programação informática

“Se não houver uma fiscalização, se calhar abrem. Tem que haver regras, porque já há muito alojamento. Qualquer casa que comprem agora é um alojamento.”

E10.F.73, Reformada

Os resultados de um estudo elaborado por Balampanidis et. al (2021) em torno dos efeitos do alojamento turístico, em particular o alojamento de curta duração, confirmam a crescente tendência de transformação das áreas em que os alojamentos se localizam, muitas delas zonas de residência permanente, em áreas monofuncionais, amplamente atrativas para os turistas e gradualmente inacessíveis e pouco funcionais para quem lá reside. Em alguns casos, verifica-se a substituição dos negócios locais, que respondem às necessidades dos residentes, por outros que estejam, direta ou indiretamente, relacionados com o setor turístico.

A propósito da presença excessiva de estabelecimentos de AL, o mesmo autor refere que esta induz a transformações ao nível da funcionalidade das zonas não turísticas e do uso do território, assim como ao incentivo de práticas de gentrificação provocando danos irreversíveis na identidade local (Balampanidis et al., 2021).

7.5.3. As sociabilidades/quadros de interação entre residentes e turistas

No quadro das sociabilidades/quadros de interação entre os turistas e a comunidade local, as dinâmicas sociais compreendem desde os contactos mais formais, superficiais e breves aos contactos mais informais e demorados. Seja para indicar a localização de um determinado espaço comercial ou outro, como um restaurante ou um talho, seja para explicar um pouco da história da vila, os contactos interpessoais ocorrem, sobretudo, em contextos socioespaciais que compreendem os espaços públicos, como o mercado municipal, a rua e os espaços residenciais, como os hostels.

De uma forma geral, os testemunhos deixam transparecer a facilidade com que a comunidade local se predispõe a fornecer informações quando questionada pelos turistas, o que demonstra, por um lado, a hospitalidade dos residentes da vila e, por outro lado, a criação de uma comunidade e proximidade recíprocas entre estes e os turistas.

“Sim [costumo falar com os turistas], porque ajudo a minha filha no hostel. Eles pedem informações...e mesmo quando vou a circular na rua é normal, os turistas passam, pedem informação acerca de um restaurante ou de uma rua e eu dou.”

E14.F.61, Comércio a retalho

“Sim [costumo falar com os turistas]. Hoje em dia, o turista tem um telemóvel, já tem toda a informação de que necessita, por isso o turista, hoje, raramente pergunta alguma coisa, mas, quando pergunta, claro que sim. Até achamos piada estar um bocadinho a explicar a terra e para onde hão-de ir, fazemos isso com regularidade.”

E13.M.44, Consultoria e programação informática e atividades relacionadas

O sucesso da interação entre os anfitriões e os turistas estrangeiros é, por vezes, influenciada pelo idioma, que pode condicionar a comunicação e o entendimento entre as partes. O facto de existirem residentes com elevado nível de proficiência, que revelam agilidade no entendimento e na comunicação em língua estrangeira, facilita o contacto com os turistas. Tal possibilita a reciprocidade e a mutualidade na interação social, tornando-a mais bem sucedida, na medida em que os residentes, pela sua natureza hospitaleira, sentem-se úteis e colaborativos e os turistas acabam por se sentir acarinhados e acolhidos como se estivessem no seu país. Desenvolve-se, deste modo, um sentimento de identificação com o lugar que faz com que os turistas sintam verdadeiramente que também pertencem àquele lugar.

“Sim [costumo falar com os turistas], se perguntarem. Tanto mais que, sendo o meu marido inglês, percebo as dificuldades e quando vou ou visito outras terras tenho de dizer que às vezes é muito difícil ser-se espontâneo com os turistas. Dos países europeus, o nosso país é, talvez, o mais aberto e colaborativo com estrangeiros.”

E18.F.69, Reformada

“Sim, falo com eles. Há muitos turistas que vão lá ao mercado e depois querem ir ao talho e eu vou com eles e o meu neto sabe muito bem falar inglês e ajuda-os.”

E23.F.79, Comércio a retalho

“Quando pedem...Faço isso muitas vezes e com gosto, até porque falo algumas línguas e servem exatamente para que eles se sintam mais à vontade na nossa terra.”

E09.M.82, Reformado

Um dos aspetos que sobressai nos testemunhos dos entrevistados diz respeito à facilidade com que estes interagem com os turistas, preocupando-se em serem afáveis e hospitaleiros, características que retratam a maneira de ser e de estar da comunidade local e, portanto, a sua identidade social. Nalguns casos, é mesmo perceptível a formação de laços sociais fortes entre os residentes e os turistas, os quais são fortalecidos a cada visita que é realizada, quer por parte dos turistas que se deslocam à Ericeira quer dos residentes que viajam até aos países dos turistas, o que consubstancia o desenvolvimento de amizades para a vida.

“Até sou um bocadinho atrevida com os turistas... Gosto de ser simpática com toda a gente e às vezes vou mesmo pô-los ao local onde eles querem ir.”

E10.F.73, Reformada

“Sim, sempre que me pedem, seja que tipo de turistas for... Inclusive já os tenho ajudado imenso e já os tenho levado a alguns pontos onde eles querem ir.”

E07.F.49, Atividades de saúde humana e apoio social

“Uma vez, um casal de espanhóis foi à minha banca e não tinham dinheiro português e quiseram umas sardinhas e uns ‘canivetes’ e eu disse-lhes que eles podiam pagar no dia seguinte... Eu tenho ali uma garagem com um apartamento e quando tenho festas vou para lá por ser grande. Eles vinham dentro de uma carrinha, mas vi que eles precisavam de um banho... Fui para a garagem com eles e fiz-lhes o comer, tomaram um grande banho, depois foram para o parque de campismo. Chegaram a convidar-me para ir a Madrid, a terra deles, e eu fui. Fiquei lá durante 3 dias, na casa da mãe dela, e 10 dias em Madrid. Já há muito tempo que não a via e aqui há um tempo apareceu-me aqui. Foi à praça, veio bater-me à porta e andou sempre atrás de mim. Eu gosto muito desta gente...”

E23.F.79, Comércio a retalho

“(...) há um casal de espanhóis, de Valencia, que quando vêm à Ericeira passar as suas férias são amigos de casa, vêm sempre aqui a minha casa, almoçar ou jantar comigo.”

E09.M.82, Reformado

“Sim [costumo falar com os turistas]. Vêm-me perguntar...até me meto com eles na brincadeira. Dou-me muito bem com eles.”

E06.F.46, Desempregada

“Quando passam perguntam onde seria um sítio agradável para comer, normalmente perguntam preços. Eu pergunto se preferem carne ou se preferem peixe. Como frequento com bastante assiduidade os restaurantes, indico aqueles que eu conheço ou que sei que eles gostam. Agora há ali um novo restaurante...Se é bom, não vamos dizer aos estrangeiros para ir ao sítio que é mau, porque eu também gosto que levem do meu país uma boa ideia. Assim como eu, quando viajo, também gosto de ser bem atendida e também gosto de falar bem dos países dos outros.”

E05.F.71, Reformada

“Costumo [falar com os turistas]. Eu sou do tempo que a minha mãe trabalhava neste sítio, que era uma fábrica de conserva de sardinha, e por isso há coisas que até sei sobre a vila e gosto de transmitir às pessoas com quem contacto. Eu gosto muito de contactar com as pessoas...”

E01.F.80, Reformada

De uma forma geral, os testemunhos evidenciam uma abertura e disponibilidade por parte dos entrevistados para o contacto com os turistas, o que reflete a sua hospitalidade, a sua atitude colaborativa, mas também o seu contentamento pela possibilidade de concretização dessa interação, o que, de certo modo, define a sua identidade enquanto comunidade.

Alguns estudos têm demonstrado que o contacto social com os turistas desempenha um papel relevante na satisfação e na qualidade de vida da comunidade local, influenciando positivamente ambas as dimensões, assim como na posição adotada face ao desenvolvimento e ao impacto do turismo numa determinada região. Os resultados da investigação de Carneiro et al. (2017) atestam que, apesar de existirem situações em que a intensidade dos contactos e das interações sociais entre a comunidade local e os turistas é baixa, a sua ocorrência traduz-se numa satisfação elevada para os residentes (média=5,3 em 7 pontos). Deste modo, o contacto social com os turistas exerce um impacto positivo na satisfação dos residentes ($\beta=0,41$, $p<0,001$), enquanto a satisfação dos residentes com o contacto social influencia, significativamente, domínios relacionados com a qualidade de vida, nomeadamente nos itens dos sentimento positivos ($\beta=0,33$, $p<0,001$) e das oportunidades económicas e das relações sociais ($\beta=0,32$, $p<0,001$). Em linha com a investigação anterior, os resultados do estudo de Robina-Ramírez et al. (2020) reforçam que a troca social entre a comunidade local e os turistas representa uma forma de se aumentar o bem-estar social e económico dessa comunidade e que o comportamento recíproco entre anfitriões e turistas e a reciprocidade social influenciam positivamente o bem-estar socioeconómico dos anfitriões. Por outro lado, Andereck e

Nyaupane (2011) concluíram que os residentes que estabelecem contacto social com os turistas têm mais probabilidades de compreenderem os impactos do desenvolvimento do turismo, principalmente a sua influência no plano económico.

No plano das interações sociais estabelecidas entre os residentes e os turistas, Cushner e Brislin (1996) afirmam que a capacidade de desenvolver interações profundas e encetar boas relações interpessoais com os outros é o que determina o sucesso das experiências interculturais. Além disso, os autores reconhecem que são poucos os indivíduos que possuem essa capacidade e a habilidade de demonstrarem respeito pelas diferenças culturais, assumindo-se como indivíduos culturalmente sensíveis. Ainda a respeito das relações sociais entre residentes e turistas, Půtová (2018) defende que estas se foram alterando gradualmente e que as relações baseadas em qualidades, tais como a proteção, a reciprocidade e a mutualidade passaram a caracterizar-se também por valores e padrões culturais distintos dos atores sociais em contacto. Esta diferenciação tende, no entanto, a originar choques de cultura e situações interculturais marcadas por conflitos e desentendimentos entre residentes e turistas que influenciam negativamente as perceções destes últimos face aos primeiros, mas também face às experiências e ao destino turístico onde essas experiências foram vivenciadas. Esta perspetiva é corroborada pelo estudo elaborado por Fan et al. (2020), que, através da decomposição das correlações entre as variáveis em estudo, determinou que a distância cultural percebida apresenta uma influência positiva ao nível da atitude de viajar (coeficiente=0,067, $p=0,037$), enquanto o efeito da qualidade do contacto sobre essa mesma variável revelou-se significativamente positivo (coeficiente=0,628, $p=0,000$). Os autores deste estudo concluíram, ainda, que a distância cultural percebida afeta positivamente o contacto social (coeficiente=0,092, $p=0,020$) e negativamente a qualidade desse contacto (coeficiente=-0,128, $p=0,002$).

7.5.4. A ligação ao lugar e o sentimento de pertença

São vários os aspetos, desde ambientais e económicos passando pelos sociais, que concorrem para o desenvolvimento da ligação e do sentimento de pertença ao lugar por parte dos residentes (Shao, Lang, Thwaites & Liu, 2017). Mais concretamente, as suas características físicas; o ambiente envolvente; as atividades que nele se desenvolvem; a sua dinâmica social, patente nas memórias, nas vivências e nas experiências sociais que nele ocorrem; e a sua história determinam o significado e o simbolismo que um lugar possui para os seus habitantes e, conseqüentemente, a intensidade da ligação emocional e afetiva que estes desenvolvem em torno dele.

Como demonstrado anteriormente, a intensificação da atividade turística desencadeou transformações de várias ordens na vila da Ericeira. Nesse sentido, considerou-se essencial perceber, do ponto de vista dos residentes, se as alterações ocorridas influenciaram, de alguma forma, a sua ligação emocional e afetiva, assim como o seu sentimento de pertença ao lugar. Partindo desse objetivo, questionou-se os entrevistados sobre as características que, na sua opinião, distinguiam e continuam a distinguir a Ericeira de outros lugares, tornando a vila um lugar único e especial, e quais os espaços da vila com os quais mais se identificavam. Uma vez obtidas as respostas, realizou-se uma análise das características, privilegiando abordagens temporais distintas (passado e presente). Esta análise foi elaborada em articulação com as memórias que os residentes possuem da sua vivência na vila e da possibilidade de reviverem essas memórias no presente, apresentando-se, em seguida, os principais resultados que a esse respeito foram obtidos. Para os entrevistados, a Ericeira sempre possuiu características únicas que a diferenciaram de outras localidades. No passado, mais concretamente antes da intensificação do turismo, era uma vila conhecida pela sua estreita relação com a atividade piscatória; pelas boas vizinhanças; pelo convívio agradável entre as pessoas, inclusivamente em contexto turístico; pela simpatia das suas gentes; pela pacatez e segurança; e pela tipicidade do seu aspeto físico, destacando-se as casas brancas, bem caiadas. Era também considerado um lugar especial e acolhedor, com um característico cheiro a maresia e que se transformava em destino turístico preferencial de muitas famílias durante os meses de verão.

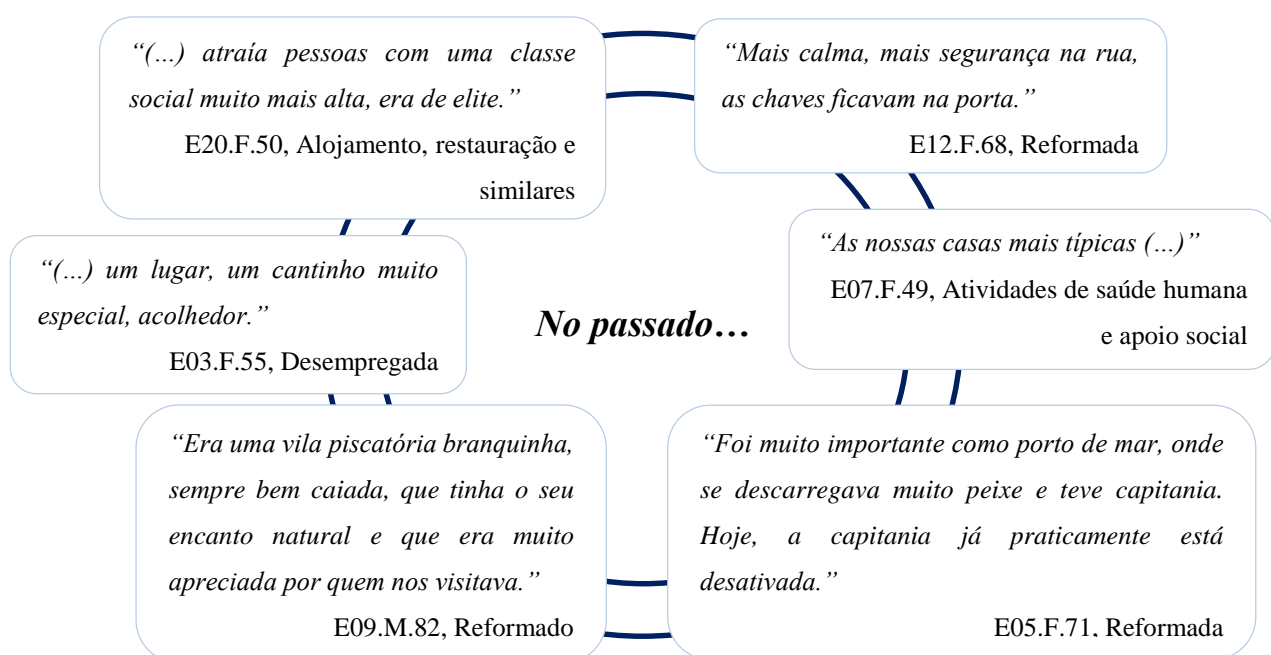


Figura 7.1. Características da vila da Ericeira no passado

Fonte. Elaboração própria com base nas respostas fornecidas pelos entrevistados

Atualmente, na opinião dos entrevistados, a vila continua a diferenciar-se de outras localidades, mantendo alguns dos aspetos que a caracterizavam antes, principalmente a natureza hospitaleira e acolhedora dos seus residentes, a entreajuda e a relação comunal entre as pessoas, o traçado característico da vila, a boa gastronomia, o cheiro a maresia, o som das gaiivotas. Algumas diferenças são, no entanto, apontadas, nomeadamente o crescimento demográfico e urbanístico, que se reflete em mudanças significativas ao nível arquitetónico e paisagístico, o sentimento de insegurança e a abertura de estabelecimentos, principalmente na área do alojamento e da restauração, com oferta de serviços e conceitos diferenciados, procurando, desta forma, adaptar-se ao perfil de turistas atual e corresponder às suas expectativas.

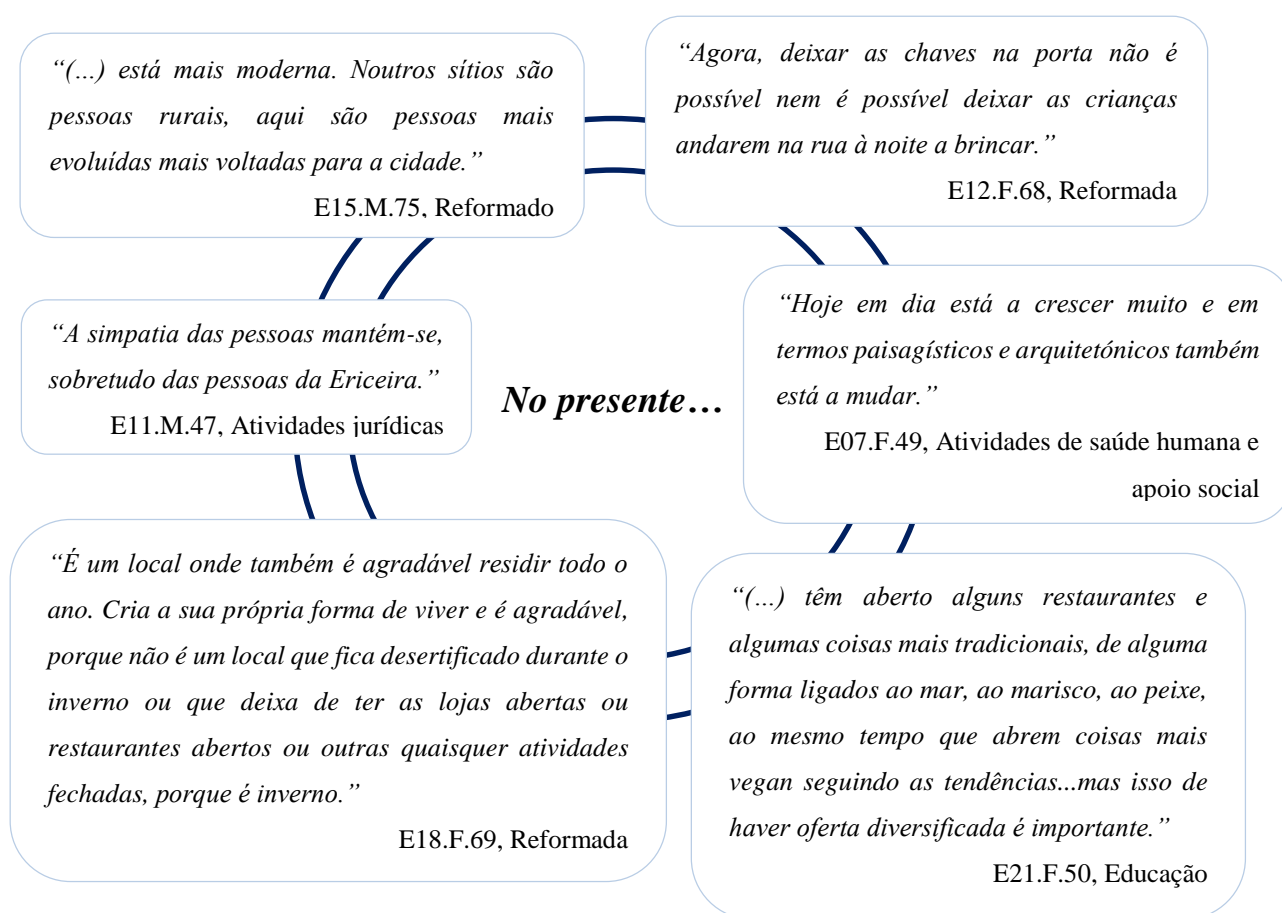


Figura 7.2. Características da vila da Ericeira no presente

Fonte. Elaboração própria com base nas respostas fornecidas pelos entrevistados

Durante a realização das entrevistas, foi notório o carinho e o brilho no olhar sempre que os residentes se referiam à Ericeira, confidenciando que a vila é um local de uma inconfundível beleza natural, o que reflete, em certa medida, a sua forte ligação ao lugar e o orgulho de pertencerem a uma comunidade que, apesar das circunstâncias associadas às mudanças dos

tempos, ainda se pode considerar unida, de conhecimento mútuo e de partilha de uma história e valores comuns.

“Gosto de tudo na Ericeira! Gosto muito de viver na Ericeira, porque acho a Ericeira uma terra muito, muito bonita e temos, ainda, qualidade de vida.”

E14.F.61, Comércio a retalho

“A nível de paisagem da Ericeira, eu gosto de tudo: a parte das Furnas de uma ponta à outra, da praia do Sul à praia de São Sebastião, Matadouro... Eu gosto disto tudo!”

E04.M.44, Desempregado

Entre os locais da vila que carregam um significado especial para os entrevistados encontram-se os espaços exteriores/de lazer, os espaços comerciais e os espaços religiosos. Locais como o Jogo da Bola, o Parque de Santa Marta, o Café Morais, as praias e as capelas, mas também as igrejas da vila, foram mencionados durante as entrevistas. Para além de serem locais icónicos da Ericeira, onde os residentes habitualmente se juntam para confraternizar, são igualmente locais que, por associação à infância, a experiências e vivências sociais, desempenham um papel importante na vida da comunidade local, fazendo-os recordar momentos que, outrora, foram vividos e sentidos de forma especial e cujo significado perdurará no tempo.

“(...) as Ribas, é um sítio que não há ninguém que venha à Ericeira que não vá às Ribas ver o mar, os barcos de pesca que ainda existem, e as praias. Antes haviam muitos viveiros de lagosta, mas agora já não há tanto.”

E01.F.80, Reformada

“A Praia do Peixe ou Praia dos Pescadores é a minha praia ideal, a minha praia de miúda e onde fui mais feliz. A Praia do Sul também, porque é a minha praia de eleição e é onde gosto de ir apanhar sol. As Furnas, onde também se apanha bastante sol, e o cheirinho a maresia...”

E16.F.52, Administração local

“(...) a Praia do Sul que foi onde passei a minha infância.”

E13.M.44, Consultoria e programação informática e atividades relacionadas

“O Parque de Santa Marta, porque era miúda quando ia para lá, tenho muitas recordações, e a Praia do Sul porque nós íamos para lá. O Jogo da Bola porque também

era um sítio para onde costumava ir brincar, era onde as pessoas se concentravam. O Café Morais, era um café onde gostava muito de ir. Desde criança fui habituada, ia comprar tabaco para o meu pai e onde me habituei a estar.”

E14.F.61, Comércio a retalho

“A Igreja Paroquial [Igreja de São Pedro] tem um significado especial para mim, é muito bonita e antiga e tem uns painéis e azulejos muito bonitos.”

E01.F.80, Reformada

7.5.5. Memórias e vivências do passado

As recordações dos momentos vividos no passado constituem formas de perpetuar a vida e a identidade dos indivíduos, mas, também, a identidade de um lugar, na medida em que as memórias funcionam como um fio condutor que atribui continuidade às experiências vividas interrelacionando-as no tempo e no espaço (Taylor, 2010).

Todos os entrevistados recordaram episódios felizes da sua infância na Ericeira, das amizades que formavam, da liberdade que tinham, da segurança que existia, das histórias que os antigos contavam. A par desses episódios, os residentes referem sentir a falta do sentimento de entreatajuda e de partilha, assim como do companheirismo que caracterizavam as vivências e as relações sociais entre a comunidade local. Estes momentos, com elevado poder simbólico, foram lembrados com especial apreço e nostalgia.

“Tenho algumas recordações... Podíamos andar a brincar na rua até às tantas da noite e agora as crianças não podem, mas isto é a evolução do tempo. No verão, brincávamos até à 1 da manhã.”

E16.F.52, Administração local

“Tenho memórias... Era muito bom andar pelas ruas, a brincar pelas ruas. Éramos muitas crianças que convivíamos umas com as outras, deixava-se a chave na porta. Era uma vizinhança que se quisesse um bocado de pão ou uma coisa qualquer as pessoas davam. Eram assim... 'porta aberta'. Agora é diferente, tudo é diferente.”

E10.F.73, Reformada

“Só me lembro de andarmos a jogar à bola e eu ir para a praia com as minhas irmãs e que não havia a malandragem que há aí agora. Éramos completamente livres, porque

aqui não havia violência. Era uma coisa incrivelmente sossegada. As crianças andavam na rua à vontade, agora já não dá para fazer isso.”

E06.F.46, Desempregada

“Nós tínhamos chaves nas portas, nós andávamos pela rua, muitos miúdos, divertiamonos... nós passeávamos pelas praias... Eu lembro-me disso tudo, eu tenho as memórias de miúda até agora. Era giro quando vinham os meses de verão, que vinham para cá os turistas portugueses. A maior parte eram turistas portugueses, os de Lisboa e arredores é que vinham para cá, alugavam as casas... Lembro-me das senhoras andarem aí a procurar quem é que queria casa... Eu tive uma infância muito feliz aqui na Ericeira e gostei muito da Ericeira de antigamente. (...) Sinto falta de nós, jagozes, nos juntarmos todos e falarmos, das pessoas que deixei de ver. Sinto falta da segurança que nós tínhamos, sinto falta desses pormenores todos que são muito grandes, não são pormenores, são pormenores de tamanho dimensional. Sinto falta de ver realmente a parte mais rústica da Ericeira.”

E03.F.55, Desempregada

“O que mais sinto falta é das histórias que ouvia dos antigos, os antigos tinham histórias espetaculares, como você ir à pesca ao leijo, hoje há GPS e antigamente não...Eles orientavam-se pelos pontos de referência em terra, tiravam três pontos e era o pescar deles. Quem disse isto diz muitas outras coisas... Olha, ir apanhar caracóis com as pessoas antigas e depois limpar os caracóis e chegar ao Domingo e fazer uma grande alguidarada com o garrafão do vinho. Havia outras formas de convívio...”

E02.M.64, Reformado

Os entrevistados recordaram, inclusivamente, algumas das características típicas da vila, tais como o som das gaivotas, o cheiro a maresia e os locais específicos onde costumavam ir, sozinhos ou acompanhados.

“O som das gaivotas, a luz da Ericeira, o cheiro a maresia, o Parque de Santa Marta, o café Xico, as amizades que uma pessoa cá fez. Boas memórias...”

E14.F.61 Comércio a retalho

“Tenho algumas recordações pessoais, dos grupos de amigos que formávamos durante as férias e em que fazíamos algumas atividades, como ir a pé até à Foz [do Lizandro] uma vez por ano ou ir pescar com barcos a remos.”

E18.F.69, Reformada

“O que eu me recordo, na infância, é de vir à Ericeira com os meus pais e tínhamos aí uma taberna que era ‘A Taberna do Afonso’, que era a taberna de uma prima da minha mãe e eu recordo-me desta taberna, porque era uma taberna muito típica e, ainda hoje, os turistas tiram montes de fotografias, embora a casa já esteja a cair de velha. Recordo-me de ir aí e recordo-me dos autocarros, que agora são aqui, serem no Largo dos Condes, ali na Ericeira. (...) recordo-me de muita, muita coisa que nada tem a ver com o que é hoje.”

E07.F.49, Atividades de saúde humana e apoio social

Como sublinha Sobral (1995), as memórias são, simultaneamente, meio e mensagem de natureza social pelo facto de serem adquiridas num determinado contexto e de se desenvolverem em interação por intermédio da partilha de códigos, práticas e experiências simbólicas. Além disso, são estruturadas pela linguagem e constituem parte integrante do processo de reprodução social.

As memórias e vivências invocadas pelos entrevistados revelam a sua forte ligação à vila sentindo-se profundamente unidos e enraizados ao lugar, o que pode, em alguns casos, remeter para um verdadeiro sentimento de dependência face ao mesmo. Guo et al. (2018) mencionam que a ligação a um lugar inclui a ligação à comunidade local e que quanto maior for a identificação pessoal dos residentes com a sua comunidade maior será a sua capacidade de lidar com o risco e com a mudança inerentes ao desenvolvimento da atividade turística.

Dos 23 entrevistados, 20 consideram que, embora gostassem de reviver os momentos e as experiências do passado, consideram-no impossível, apontando como justificação aspetos que, em grande medida, se relacionam com os impactos do turismo na vila, designadamente o aumento do vandalismo, a diferença no contacto entre as pessoas, o sentimento de insegurança. De uma forma geral, afirmam que a própria vila está diferente e muitas das pessoas que conheciam e com quem conviviam estão dispersas e a viver fora da Ericeira. De facto, ao longo do tempo, as circunstâncias alteram-se, os atores sociais e o contexto modificam-se e a realidade reestrutura-se.

“Não [é possível reviver os momentos e as experiências do passado], porque a vida hoje em dia é diferente. Há mais vandalismo, não se pode confiar tanto nas pessoas. É diferente!”

E16.F.52, Administração local

“Obviamente que não [é possível reviver os momentos e as experiências do passado], porque sou muito mais velho e porque a própria vila é bastante diferente, a própria vivência que existe na vila é completamente diferente do que era há 20 ou 30 anos atrás.”

E11.M.47, Atividades jurídicas

“Eu diria que se pudesse voltar atrás, voltava atrás. Apesar do turismo ser bom, a Ericeira dantes era nossa. Não conseguiria reviver esses momentos da mesma forma, porque já não vejo as pessoas ligadas à minha mocidade, está tudo disperso. Uns foram para mais longe, vê-se mais gente de fora, mais caras desconhecidas. Não se vê aquela cara tão conhecida que a gente dantes estávamos habituadas.”

E10.F.73, Reformada

“Não [é possível reviver os momentos e as experiências do passado], porque é tudo muito diferente e repare que, nós, na infância temos aquelas memórias e aquelas recordações que ficarão e que é impossível voltarmos atrás e é impossível voltarmos a reviver. E a Ericeira hoje em dia não tem nada a ver com a Ericeira de antigamente, não é? Nada!”

E07.F.49, Atividades de saúde humana e apoio social

“Não [é possível reviver os momentos e as experiências do passado]. Olhe, a chave na porta, esqueça lá isso! Mas gostaria que a minha filha tivesse um bocadinho daquilo que eu tive e neste momento não é possível, não é viável. Posso dizer-lhe que andei aqui com os meus primos e às 18h tínhamos que estar na marisqueira da minha tia para lanchar e nós conheciamo-nos todos e cuidávamos uns dos outros. Hoje, eu não posso deixar a minha filha dois minutos sem a poder ver, porque não me sinto segura com isso.”

E03.F.55, Desempregada

Como referido anteriormente, o desenvolvimento do turismo na Ericeira propiciou o surgimento de um conjunto de transformações a vários níveis com influência variável na ligação ao lugar e no sentimento de pertença dos seus residentes. Um dos entrevistados, cujo testemunho se apresenta abaixo, assumiu que, como consequência dessas alterações, já não se sente natural da Ericeira e defende que é necessário refletir e tirar conclusões sobre o que tem vindo a acontecer ao longo dos anos, bem como sobre a causa das mudanças e dos impactos ocorridos. Este entrevistado justifica a sua posição com o facto de percecionarem que a Ericeira deixou de ser dos jagozes, responsabilizando-os, em parte, por isso. Na sua opinião, a atitude indolente e pouco interventiva dos naturais da Ericeira, perante as situações e as decisões que

são tomadas, assim como a falta de uma liderança visionária e estratégica têm contribuído para as mudanças que se têm vindo a sentir ao longo dos últimos anos.

“Não [me considero natural da Ericeira]. Nós com a idade também nos vamos modificando e temos a obrigação moral e formal de tirarmos lições de aprendizagem sobre a vida, sobre a vivência, sobre o caminho que trilhámos ao longo dos anos...A Ericeira já não é dos jagozes, a Ericeira já tem muitos ericeirenses. Temos 3 tipos de pessoas. Temos o jagoz, que é o natural de cá, que diz mal de tudo, anti-Mafra, porque perdemos o concelho para Mafra em 1855, nunca mais nos revemos nessa situação, fustigados, castigados, alterados, transformados, o pagamento de impostos...tudo a ir para Mafra e pouco fica para a Ericeira, isso faz parte da cultura jagoza. Depois temos o ericeirenses, foi aquele que o pai veio para cá trabalhar e trouxe para cá a mãe, conheceu cá a namorada, casou, nasceu cá o filho e é da Ericeira, mas não é jagoz, é ericeirenses. Depois é aquele que morava na Vendo do Pinheiro, mas gosta mais de morar na Ericeira, paga as portagens e vem para cá morar, é o ericeirista. Aconteceu que houve uma transformação e a sociedade está extremamente egoísta, só pensa em si, só pensa nos seus direitos, esquece-se que tem deveres. Eu sou de cá, sou jagoz, a Ericeira é uma terra indolente, os naturais não querem associar-se a nada, não querem pertencer a nada, querem dizer mal de tudo, querem criticar tudo, mas não querem pertencer a nada. Depois chegam os tipos de fora, instalam-se, ocupam espaços, desenvolvem as suas atividades e são os donos da terra. E quem sempre foi daqui vê-se obrigado a ir embora, porque também não progrediu, também não tiveram líder. Nós somos aquilo que a nossa liderança nos ensina e nos impõe. Não temos liderança, não temos nada estratégico...Depois, aquilo que era nosso estamos a dar aos de fora.”

E22.M.67, Comércio a retalho e Alojamento, restauração e similares

Não obstante as mudanças que o turismo desencadeou, os restantes entrevistados confessaram sentir-se naturais da Ericeira. Através dos testemunhos e dos adjetivos utilizados, é perceptível o enorme orgulho que têm da sua terra, apelidando-a de ‘capital da Europa’, e destacam que nenhuma região se iguala à Ericeira, que possui características únicas.

“Eu não trocava a Ericeira por lugar nenhum, porque temos tudo. Temos comércio, temos praia, temos campo, temos as ruas limpas...É uma vila linda, tem tudo de bom. Eu digo com muito orgulho que sou da Ericeira, mesmo aos turistas.”

E10.F.73, Reformada

“Sim, gosto muito [da Ericeira]. Já não sabia viver noutro sítio senão aqui e tenho muita gente amiga, nascida e criada aqui na Ericeira, amigos como se fossem família.”

E08.F.64, Reformada

“Ah, sim! Sou natural da Ericeira com muito gosto! Costumo dizer que tenho um orgulho imenso de ser da Ericeira.”

E06.F.46, Desempregada

“Para mim, a Ericeira, mesmo sem turista algum, é a capital da Europa, onde o mar é mais azul...está tudo dito! Sou suspeito, mas, para mim, não há terra mais bonita a nível de Portugal a não ser a minha Ericeira. Não tenho adjetivos para esta terra, que é a coisa mais linda!”

E04.M.44, Desempregado

A análise às respostas dos entrevistados permite concluir que, embora estes reconheçam o efeito transformador da atividade turística e nem sempre tenham concordado com o rumo que as transformações tomaram, tendo, inclusivamente, considerado algumas delas prejudiciais à manutenção da identidade da Ericeira, continuam a considerá-la um lugar com características únicas e distintas comparativamente com outras regiões. Os adjetivos utilizados pelos entrevistados para descrever a vila e o orgulho com que o fazem, recordando com felicidade momentos do passado nela vivenciados, atestam que a sua forte ligação a este lugar continua a existir e que os laços emocionais e afetivos, assim como o seu sentimento de pertença não foram afetados pela intensificação da atividade turística nem pelas mudanças daí resultantes.

7.6. A influência da situação epidemiológica na dinâmica turística da Ericeira

Como referido anteriormente, com o surgimento da situação epidemiológica, desencadeada pela transmissão do vírus SARS-CoV-2, o turismo foi um dos setores de atividade mais afetados, a par da economia e do emprego, o que, aliás, é evidenciado através da análise ao comportamento dos indicadores de conjuntura anteriormente apresentada. Geradora de efeitos devastadores para estes setores, a pandemia contribuiu, ainda, para expor as suas fragilidades.

No caso concreto da Ericeira, à semelhança do que tem vindo a suceder com outros destinos turísticos, a dinâmica em torno do turismo alterou-se por completo, deixando mesmo de existir nos moldes em que era conhecida. Essa transformação tornou-se evidente nas fases mais críticas da pandemia, em que as várias medidas restritivas reduziram drasticamente e, nalguns casos,

impossibilitaram a mobilidade dos indivíduos para fins turísticos, a funcionalidade dos serviços e a normalidade da vida em sociedade.

Os testemunhos dos residentes que participaram nas entrevistas de seguimento (ou follow-up) revelam o impacto, sobretudo económico, da pandemia e do confinamento nos negócios da vila, evidenciando a sua fragilidade. Sendo a Ericeira um destino turístico, que depende fortemente da atividade turística, a falta de turistas e, conseqüentemente, a falta de investimento, são apontadas como as principais razões para a situação delicada vivenciada pelos proprietários desses negócios. Simultaneamente, a situação pandémica tornou evidente a relevância do turismo para a dinâmica económica e social da vila.

“Com a pandemia, deu para perceber que a Ericeira não pode viver sem turistas...os negócios, em geral, ficaram muito fragilizados, porque não havia quem investisse, quem comprasse.”

E23.F.79, Reformada

“Houve muitos estabelecimentos que dependiam, em grande parte, do turismo e que passaram por uma situação financeiramente complicada, porque, de repente, o número de turistas diminuiu.”

E07.F.49, Atividades de saúde humana e apoio social

Os cinco residentes que responderam às questões de seguimento (ou follow-up) foram unânimes em afirmar que o fluxo turístico característico da vila regressará brevemente. Na realidade, alguns dos testemunhos mencionam, inclusivamente, que o regresso dos turistas em níveis muito semelhantes àqueles que foram percecionados antes da pandemia já se verificou no verão de 2021.

“Sim, acho que a Ericeira vai voltar a ter o fluxo turístico que tinha antes da pandemia, porque a Ericeira é um destino turístico já com séculos de história e que vai renovando as ofertas turísticas da própria vila e da zona envolvente a cada dia que passa, fazendo com que nunca passe de moda. Para além disso, foi notório que o verão de 2021 já foi muito mais ‘normal’ e ‘mexido’ do que o verão de 2020.”

E04.M.44, Desempregado

“(...) A Ericeira vai voltar a ter o fluxo de turistas que tinha antes da pandemia.... Até porque os turistas querem retomar as suas viagens e isso já se notou este verão com maior afluência de turistas na vila... Poder voltar à normalidade será ótimo para todos

e a Ericeira sendo um destino turístico por excelência, que vive do turismo, precisa que os turistas regressem.”

E16.F.52, Administração local

“Penso que o fluxo de turistas a que estávamos habituados antes da pandemia vai voltar e mais depressa do que pensávamos...Aliás, este verão já foi um verão praticamente normal. Já se viram, outra vez, muitos turistas!”

E03.F.55, Desempregada

Tal como já tinham mencionado durante as primeiras entrevistas realizadas, os entrevistados consideram que as condições favoráveis à prática do surf continuam a desempenhar um papel de grande relevo na atratividade turística da região.

“Sim, creio que sim, porque temos um tipo de turismo que acaba por trazer pessoas. A prática do surf é o grande impulsionador do turismo e o facto de termos excelentes condições para a prática desse desporto acaba sempre por trazer turistas que querem experimentar as ondas da Ericeira. Não me parece que, por causa da pandemia, deixemos de ser um local de referência para o surf, para onde as pessoas querem vir.”

E23.F.79, Comércio a retalho

“Seguramente que o número de turistas vai voltar àquilo que era... A Ericeira é um lugar que atrai muitas pessoas, pela beleza, pelo surf...”

E07.F.49, Atividades de saúde humana e apoio social

No que respeita à afluência de turistas, considerando o regresso dos níveis pré-pandemia, os entrevistados consideram que, por um lado, pode ser algo positivo, com efeitos socioeconómicos benéficos para o comércio, a indústria, a hotelaria e a restauração da vila, mas também reconhecem os efeitos negativos que a massificação do turismo pode vir a desencadear. Aludem, ainda, às origens piscatórias e às várias valências que a Ericeira pode oferecer como justificativas para o crescimento sustentável da atividade turística.

“Penso que a afluência turística pode ser considerada positiva e trazer benefícios para o comércio e a indústria e para a hotelaria e restauração da vila, mas deve-se evitar a todo o custo a massificação exagerada da afluência de turistas à vila... Essa afluência deve ser ajustada à dimensão da vila e aos hábitos e costumes dos seus habitantes, até porque nunca devemos esquecer que, acima de tudo, a Ericeira é uma vila com raízes

piscatórias e uma Reserva Mundial de Surf... É inegável que a Ericeira vive muito do e para o turismo e que isso é muito positivo em termos económicos, mas é mesmo preciso que o seu desenvolvimento e crescimento sejam ponderados e ajustados à sua dimensão, para que não seja “engolida” pela presença excessiva de carros e turistas, que se “atropelam” no acesso às praias, aos restaurantes e às lojas. A Ericeira é uma vila e não uma cidade! As vilas são atrativas, porque são pequenos aglomerados com um bocadinho de tudo o que um turista quer e precisa. Por isso, a Ericeira deve continuar “pequena” mas “grande” no que pode oferecer aos visitantes.”

E23.F.79, Reformada

Alertam, igualmente, para o facto de os impactos negativos se sobreporem claramente aos impactos positivos e, por isso, consideram fundamental existir uma preocupação acrescida relativamente à adaptação da quantidade de turistas que anualmente visitam a Ericeira à dimensão do respetivo território e aos hábitos e costumes da comunidade local.

Os entrevistados identificam, uma vez mais, o desassossego, a intensa movimentação de carros e pessoas, a excessiva quantidade de estabelecimentos de AL, o aumento das rendas das casas e o enfraquecimento dos laços sociais de proximidade como os impactos sobre os quais é necessário refletir e tomar medidas concretas sob pena de se vir a negligenciar novamente a essência da Ericeira.

“Acho que tem os seus pontos positivos e negativos, mas sobretudo negativos. Há alguns anos atrás, notava-se que a vila era mais sossegada, não havia barulho durante a noite, havia onde estacionar o carro durante o dia... Hoje em dia tudo isso é complicado, há muita movimentação. Antigamente, conhecíamos todas as pessoas da vila, agora isso não acontece, há muita gente de fora, muitos turistas. Para além disso, a Ericeira foi inundada de alojamentos locais, é porta sim, porta sim. Antes, as casas eram simplesmente de pessoas que aqui habitavam. Já para não falar das rendas que subiram muito e para muitas pessoas é impossível viver na Ericeira. O ponto positivo do turismo é mesmo o impulso que dá à economia.”

E03.F.55, Desempregada

“Se a quantidade de turistas se mantiver muito elevada, poderá vir a ser muito prejudicial para a vila, para os seus habitantes, para o ambiente, para tudo, exceto para a economia. É preciso fazer alguma coisa para adaptar o fluxo de turistas às condições físicas atuais.”

E07.F.49, Atividades de saúde humana e apoio social

Embora reconheçam a importância da atividade turística para o desenvolvimento económico da região, apontam a incapacidade do sistema de saneamento e do espaço físico da vila como consequências decorrentes do crescente fluxo de pessoas. Nesse sentido, torna-se imperativo considerar uma abordagem reflexiva estruturada para o futuro, no sentido de determinar o nível aceitável de carga turística da vila e quais as medidas a adotar para que esse nível não seja transposto.

“Como em tudo, é necessário haver equilíbrio, até porque, a nível de saneamento, por exemplo, não sei até que ponto a vila conseguirá aguentar tanta gente, mas tem de ser feito um trabalho no sentido de perceber se a capacidade física está ou não assegurada.”

E23.F.79, Reformada

“Não acho que o número de turistas antes da pandemia fosse assim tanto e o turismo é uma mais-valia para muitos negócios. Acho que é algo bom para todos. A Ericeira é uma vila turística, que vive do turismo e dos turistas e, por isso, deve-se continuar a apostar no turismo. O turismo mexe muito com a parte económica e só isso já é muito bom!”

E16.F.52, Administração local

Em termos globais, a comunidade local acredita que, apesar da pandemia constituir um alerta para as questões de saúde pública e para os cuidados que, cada vez mais, devem existir com a saúde de todos e de cada um, as preferências em torno dos destinos turísticos manter-se-ão inalteradas e os critérios de escolha dos turistas não passarão única e exclusivamente por locais com menos afluência de pessoas ou menos casos de infeção pelo novo coronavírus. Além disso, afirmam que, de uma forma geral, o Governo tem gerido relativamente bem a situação epidemiológica, conseguindo transmitir um sentimento de confiança e de segurança indispensáveis à retoma da normalidade.

Segundo a sua perceção, durante as anteriores fases da pandemia, a vila recebeu mais turistas nacionais do que estrangeiros, o que se justifica pelas medidas restritivas impostas pelo Governo e pelas autarquias, sobretudo aquelas que incidem sobre as restrições à mobilidade.

A fase de retoma permitiu, contudo, que o regresso do turismo estrangeiro à vila se concretizasse este verão com uma afluência de turistas muito semelhante àquela que se verificava antes da pandemia.

“No período das restrições, viam-se mais turistas nacionais do que estrangeiros, mas, na fase da retoma, os turistas estrangeiros superam os turistas nacionais, sem dúvida.”

E04.M.44, Desempregado

“(...) na altura das restrições, houve uma redução notória de turistas estrangeiros e nacionais. Nesta fase [de retoma], já se vêem, outra vez, mais turistas estrangeiros.”

E03.F.55, Desempregada

“Sim, antes da pandemia, o turismo era maioritariamente estrangeiro. Com a chegada da pandemia, os turistas eram maioritariamente nacionais... acho que o povo português por não poder viajar para fora acabou por dar mais valor ao património que temos cá dentro. Agora, já vai havendo o regresso dos turistas estrangeiros, mas os turistas nacionais também continuam a vir.”

E07.F.49, Atividades de saúde humana e apoio social

“Durante a pandemia, o número de turistas nacionais era maior. Este verão, com a retoma, já se notou, outra vez, uma quantidade significativa de turistas estrangeiros.”

E23.F.79, Reformada

“Este ano, pela quantidade de turistas que se tem visto, nem parece que ainda estamos em pandemia. Os turistas nacionais vão aparecendo, mas, sem dúvida, que são os turistas estrangeiros que continuam a aparecer em maior quantidade.”

E16.F.52, Administração local

No que concerne ao modo de operacionalização da retoma da atividade turística, os entrevistados defendem que esta deve ser feita com precaução e de forma gradual com o objetivo de garantir que estão reunidas as condições adequadas ao desenvolvimento do turismo de forma estruturada, consistente e ajustada à realidade atual. Consideram igualmente importante que sejam definidas respostas alternativas a aplicar em contextos de crise, com vista a assegurar uma prática turística sustentável, independentemente das circunstâncias contextuais, e a mitigar os seus efeitos nefastos para a estrutura económica e social da região.

“O turismo deve voltar, mas acho que a retoma deve ser feita com cuidado. Acho que deviam ser tomadas medidas para que, no futuro, sejam minimizados os efeitos negativos destas crises e os estabelecimentos não tenham de voltar a fechar as portas.”

E07.F.49, Atividades de saúde humana e apoio social

“Acho que a retoma devia ser feita de forma ponderada e gradual, garantindo as condições de segurança e proteção, tanto nos estabelecimentos comerciais, nos alojamentos, como também nos espaços exteriores, para que, tanto os visitantes como os residentes, possam partilhar os mesmos espaços e conviver em total segurança. É fundamental não voltarmos a passar pela situação complicada que já vivemos.”

E16.F.52, Administração local

No âmbito das medidas de proteção sanitária, mencionam o que não pode, de todo, ser praticado e, para tal, invocam o exemplo dos alojamentos locais, onde, antes da pandemia, se aglomeravam várias pessoas num só quarto. É, portanto, fundamental a organização interna dos espaços, que deverá privilegiar a saúde e a proteção dos hóspedes em detrimento de uma preocupação meramente capitalista, assente na obtenção de proveitos económicos.

“Idealmente, a retoma da atividade turística deve acontecer de forma gradual e de acordo com o que se vai passando no resto do país. Por exemplo, há vários alojamentos locais que têm camaratas para 5,6,7 pessoas. Logicamente, e ainda por cima num local para dormir onde as pessoas não vão estar de máscara, o ideal seria que esse número fosse reduzido para menos de metade. Acho que a saúde está em primeiro lugar e então depois a economia e o facto dos alojamentos e de outras atividades quererem recuperar a todo o custo o dinheiro que perderam com a pandemia.”

E04.M.44, Desempregado

A reabertura dos estabelecimentos de AL e dos restaurantes e bares, o reaparecimento dos grupos de surf, a realização de eventos sociais e culturais, e a reinvenção de conceitos de negócio são, simultaneamente, sinais de retoma da normalidade no plano turístico, bem como de uma realidade social modificada.

“No último trimestre, viu-se muitos grupos com as escolas de surf, quase todos os alojamentos turísticos a receberem hóspedes, os restaurantes e bares a servirem clientes, alguns espaços e lojas reestruturaram-se e abriram novos negócios, houve mais eventos sociais e culturais promovidos por agentes públicos e privados... Acho fundamental que continuem a fazer cumprir as regras das autoridades sanitárias, apostando fortemente em ações de fiscalização.”

E07.F.49, Atividades de saúde humana e apoio social

“A retoma da atividade turística vai sendo feita aos poucos... Já se vê, novamente, os turistas a circularem por aí, o rebuliço, o movimento de carros e de pessoas, as praias com muitos surfistas... Daquilo que me apercebo as pessoas têm o cuidado de andar com máscara e cumprir as regras, mas acho importante as autoridades estarem atentas a eventuais situações de desrespeito. A pandemia ainda não acabou e, sinceramente, acho que não vai acabar tão cedo, por isso temos que nos mentalizar que isto nos vai acompanhar durante mais algum tempo e temos a obrigação de nos protegermos uns aos outros.”

E03.F.55, Desempregada

Relativamente à reabertura da Ericeira ao turismo, as opiniões dos residentes dividem-se, sobretudo no que concerne ao cumprimento das regras de segurança sanitária por parte dos turistas. Apesar disso, a perceção dominante entre os entrevistados é aquela que defende o regresso da atividade turística, reconhecendo o papel que a atividade turística pode exercer ao nível da disseminação das características únicas da vila, que, na sua opinião, merecem ser partilhadas, reconhecidas e valorizadas, tanto no contexto nacional quanto no contexto internacional.

“Não me preocupa a reabertura da Ericeira ao turismo, porque acho que a peculiaridade desta vila e de todas as valências que tem para oferecer devem ser partilhadas por gentes de todo o Portugal e de todo o mundo que a queiram visitar de boa fé e com respeito pelas suas gentes e costumes. E durante este período, sempre senti que a generalidade das regras de conduta inerentes à pandemia foram cumpridas pelos visitantes, pelo que achamos que o mesmo irá suceder no futuro.”

E23.F.79, Reformada

“Não me preocupa... [O turismo] tem os seus pontos negativos, mas é uma realidade e temos que viver com ela. Depois da pandemia, vai voltar a haver turismo estrangeiro e toda a azáfama que já havia. Em relação à pandemia, não me preocupa, porque acredito que vão ser mantidas as regras de segurança sanitária e que a vila se irá adaptar a isso, de modo a que turistas e habitantes se sintam em segurança.”

E16.F.52, Administração local

Apesar da maioria dos entrevistados não se mostrar verdadeiramente preocupada com a retoma do turismo, receiam, porém, que se continue a incentivar o desenvolvimento de um turismo massificado, com fraco poder de compra, em paralelo com o retorno da agitação e da movimentação características de um destino turístico. Nesse sentido, reforçam a necessidade

de uma reflexão em torno da capacidade de carga turística da Ericeira, de modo a evitar que os efeitos negativos verificados na pré-pandemia venham a ser replicados e comprometam, seriamente, a identidade do lugar.

“A reabertura ao turismo não me preocupa. O que me preocupa é que se continue a incentivar um turismo massificado, de baixa qualidade, e não sabermos lidar com os impactos negativos desse tipo de turismo. É preciso perceber que o turismo é vantajoso em muitos aspetos, mas também pode ser extremamente prejudicial para o território e para a comunidade.”

E23.F.79, Reformada

“Não me preocupa que a Ericeira tenha turistas outra vez, porque uma vila turística que praticamente não teve turismo precisa rapidamente de retomar a dinâmica que tinha antes da pandemia, mas espero que não seja em exagero. Acho que é preciso repensar a capacidade de resposta para evitar que os problemas relacionados com o turismo que existiam antes da pandemia não comprometam a essência da vila.”

E03.F.55, Desempregada

“Acho que quando voltarem os turistas vai voltar novamente a confusão e não sei se os turistas vão cumprir as regras de segurança.”

E04.M.44, Desempregado

Na realidade, a pandemia poderia constituir-se como uma oportunidade de reavaliação dos impactos negativos da atividade turística e de reestruturação das políticas de desenvolvimento do turismo, mas, para os entrevistados, representou, antes, uma utopia. Não obstante o facto de reconhecerem a importância dos resultados desse trabalho para a dinâmica turística a curto, médio e longo prazo, consideram que a pandemia veio acentuar o desejo de liberdade individual e coletiva, bem como o egoísmo e a sobrevalorização do fator económico em detrimento de outros fatores cruciais à vida em sociedade. Refere-se, a título de exemplo, a igualdade de oportunidades, o direito à proteção na saúde e à preservação do tecido empresarial e social. Efetivamente, a pandemia veio contribuir para expor e agravar as desigualdades sociais, quer a um nível micro/regional quer a um nível macro/global, principalmente nos planos social, económico e cultural, e para evidenciar o enfoque na racionalidade económica e na concorrência.

“Espero que tenham pensado e repensado no modo como o turismo se estava a desenvolver para que possam melhorar alguma coisa. Quero acreditar que alguma lição se tirou de tudo o que tem estado a acontecer e espero que também haja uma preocupação em salvaguardar os interesses das pessoas que cá moram!”

E04.M.44, Desempregado

“Acho que é uma utopia pensarmos que vai haver o antes e depois da pandemia, porque o critério económico é sempre o mais valorizado pelas empresas e instituições que querem vender bens e serviços e obter lucros. Por outro lado, os turistas querem esquecer a pandemia e todas as restrições que foram sendo impostas e querem retomar as suas viagens e atividades turísticas de forma regular e com o mínimo de constrangimentos.”

E07.F.49, Atividades de saúde humana e apoio social

“[A pandemia] Teria sido uma ótima oportunidade para repensar o crescimento exponencial do turismo e os impactos negativos que isso implica, mas não acredito que isso tenha acontecido. Economicamente, o turismo é uma atividade muito rentável e isso continua a ser o mais importante e aquilo que realmente importa.”

E16.F.52, Administração local

“Honestamente, acho que não [a pandemia constituir uma oportunidade para reavaliar os impactos negativos do turismo]. Acho que, com a pandemia, se criaram muitas ilusões acerca do presente e do futuro, ou seja, durante o confinamento ouvia-se muito que talvez isso nos levasse a pensar em certas questões - ambientais, sociais, etc. - mas com o desconfinamento verificou-se que isso não vai acontecer. Grande parte da sociedade continua apenas focada no seu próprio benefício e não no benefício para todos. Quero com isto dizer que as pessoas vão continuar a querer fazer dinheiro e quanto mais dinheiro melhor, por isso mesmo, se é o turismo e o seu crescimento que dão dinheiro então que assim seja. Não acho que vá haver um abrandamento do fenómeno turístico.”

E23.F.79, Reformada

“Para mim, a pandemia serviu apenas para que se pensasse ainda mais no consumo e em tudo aquilo que durante todo este tempo não pudemos fazer como gostaríamos. Agora que já há mais liberdade, as pessoas vão querer aproveitar tudo, sem olhar a meios para agradar às suas necessidades e sem preocupação pelos impactos que as suas ações poderão ter no ambiente à sua volta. Por isso, não acho que se tenha aprendido alguma coisa, muito pelo contrário... Com o turismo, é igual. Quantos mais turistas vierem

melhor, até porque são eles que fazem a economia mexer, tudo o resto passa um bocado ao lado...”

E03.F.55, Desempregada

Como referido anteriormente, a fase atual de retoma do turismo, caracterizada pela imprevisibilidade da dinâmica pandémica, configura uma oportunidade determinante para o planeamento do desenvolvimento do turismo a curto, médio e longo prazo, direcionado para a oferta de uma experiência turística plena e única, valorizando, em simultâneo, a preservação dos recursos ambientais, naturais e económicos, assim como do bem-estar, da qualidade de vida da comunidade e da identidade local. Esse planeamento deve, contudo, partir de uma base integradora, inclusiva e complementar dos contributos e perspetivas, quer dos especialistas e empresários do setor turístico quer dos residentes, que deverão ser chamados a participar e contribuir para a definição de medidas e políticas sustentáveis ajustadas às especificidades da realidade local e sua envolvente.

Considerando a possibilidade desse envolvimento conjunto, os entrevistados propõem uma diversidade de medidas que, na sua perspetiva, contribuiriam para melhorar a sustentabilidade e coesão do desenvolvimento turístico na Ericeira, estando, em grande medida, relacionadas com as áreas em que os impactos negativos da atividade turística têm vindo a ser mais notórios ou que consideram não estarem ainda suficientemente desenvolvidas em termos de oferta turística. Nessa medida, sugerem intervenções focalizadas nas questões da oferta de alojamento turístico, da especulação imobiliária, do crescimento urbanístico, da rede de recolha do lixo e da fiscalização do cumprimento das medidas sanitárias.

“(...) definir a oferta do alojamento turístico com muito cuidado, concedendo licenças apenas a projetos inovadores e amigos do ambiente; não ceder a critérios imobiliários especulativos; e fazer com que o crescimento urbanístico não descaracterize a história e tipicidade da vila; melhorar a rede de recolha de lixo, sobretudo nos meses de verão, e disponibilizar mais recipientes de recolha de lixo, em locais de maior afluência; manter a fiscalização e manutenção das medidas básicas de proteção sanitária.”

E23.F.79, Reformada

“A primeira medida que proporia seria garantir que os alojamentos locais que albergam 6 ou 7 pessoas no mesmo espaço não o fizessem. A partilha do mesmo espaço só devia ser permitida a pessoas da mesma família ou que viajam juntas. Caso isso não fosse possível, não deveriam permitir mais do que 4 pessoas num quarto, respeitando sempre o distanciamento. Em segundo lugar, devia continuar a ser obrigatório apresentar teste

negativo ou certificado nos alojamentos. Por último, era importante que os turistas e as pessoas em geral tivessem bom senso e continuassem a cumprir as regras sanitárias, usando máscara e desinfetando as mãos.”

E04.M.44, Desempregado

Tendo em vista a valorização de elementos da identidade local, nomeadamente as tradições, os usos e costumes e a gastronomia, os entrevistados recomendariam uma aposta forte na dinamização e realização de eventos culturais acessíveis a todos e de experiências sensoriais que explorem as diversas atratividades da vila, para além do surf.

Relativamente ao AL, relevam, ainda, a importância de limitar o número de estabelecimentos de AL para que a política de habitação não fique comprometida e as eventuais práticas de gentrificação sejam mitigadas.

“ (...) é muito importante que se continue a associar o turismo na Ericeira a um turismo de natureza, voltado para o ambiente e a vida saudável; que se aumente o número de eventos culturais gratuitos; e que se explore os usos e costumes da região, explicando-os de forma artística e inovadora. Além disso, o porto de pesca da Ericeira, enquanto polo de interesse turístico, social e económico, deve ser melhorado e reorganizado.”

E16.F.52, Administração local

“Para além do surf, a Ericeira também tem tradições e gastronomia, que merecem ser preservadas e dadas a conhecer aos turistas e que não são devidamente valorizadas. A Ericeira não é só surf...Acho que se deve apostar em programas culturais e gastronómicos que valorizem e dêem continuidade àquilo que é típico da vila. Além disso, deve ser definido um limite máximo de estabelecimentos de Alojamento Local para que a política de habitação não fique comprometida e deve ser garantido o cumprimento das regras sanitárias.”

E23.F.79, Reformada

Além disso, a aposta paralela em soluções alternativas no que respeita às modalidades de alojamento turístico, direcionadas, a título de exemplo, para mais estabelecimentos hoteleiros e destinados a um segmento de mercado médio-alto, poderá favorecer o surgimento de turistas com mais poder de compra, o que constitui uma mais-valia para a prosperidade económica da região.

“Propunha que se apostasse noutro tipo de alojamento turístico... O Alojamento Local está por todo o lado e como é um alojamento barato traz turistas com pouco poder de compra. Também precisamos de outro tipo de turistas, aqueles que têm poder de compra e que verdadeiramente investem nos serviços que a vila tem para oferecer.”

E03.F.55, Desempregada

Como refere Wu, Achyldurdyeva, Jou, Fong e Jaw (2021), a recuperação do setor e retoma da atividade turística são passos importantes que deverão ser devidamente planeados, através de um trabalho conjunto entre os vários stakeholders e balizados por políticas concretas que assegurem a estabilidade do setor turístico a curto, médio e longo prazo, considerando a eventualidade do surgimento de outros contextos de crise. Esse planeamento deve ainda tomar em consideração as sugestões da comunidade local, integrando-a enquanto estrutura dotada de indivíduos que possuem uma ligação especial ao lugar e conhecimentos acerca do mesmo, os quais se poderão revelar cruciais para um melhor entendimento da realidade local.

Em complemento às medidas referidas anteriormente, a ONU (2020) aponta para um conjunto de outras medidas, cuja importância, no que respeita à mitigação do impacto causado pela situação pandémica no setor do turismo e à preparação da retoma turística tendo em vista alcançar ganhos futuros, é inegável. Essas medidas compreendem (a) o apoio ao emprego, (b) a proteção de rendimentos; (c) a formação de profissionais; (d) o apoio à sobrevivência empresarial ao longo da cadeia de valor do turismo, principalmente das pequenas e médias empresas; (e) a preparação da retoma do setor a curto e médio prazo, bem como da sua capacidade de resiliência em futuros cenários de crise; e (f) apostar na cooperação regional com enfoque no trabalho desenvolvido pela governação local e na articulação intra e interregional ao nível da definição de políticas e projetos turísticos. A implementação das medidas deverá, contudo, ser precedida de uma análise criteriosa das condições de aplicabilidade das mesmas considerando as especificidades inerentes a cada contexto.

CAPÍTULO 8

Conclusão

Associado ao processo de globalização, o fenómeno turístico, ou turistificação, é reconhecido como um dos acontecimentos característicos da contemporaneidade pela sua significativa evolução em vários países europeus, incluindo Portugal, e pela existência de uma tipologia turística cada vez mais diversificada, o que atesta o seu contínuo desenvolvimento e a sua crescente influência nos domínios sociocultural, socioeconómico, político-administrativo, ambiental e físico.

A tendência global de crescimento da atividade turística nos últimos anos, contrariada pela recente crise de saúde pública relacionada com a pandemia da COVID-19, não só é demonstrativa da relevância associada ao fenómeno turístico, como, também, atesta o seu carácter volátil, principalmente em contextos de crise. Nesse sentido, tornou-se fundamental analisar e estudar cientificamente o fenómeno turístico como um todo, de modo a compreender, de forma mais detalhada, as dinâmicas associadas ao processo de turistificação, designadamente os impactos e a ação transformadora que a atividade turística tem vindo a originar nos destinos turísticos e respetiva envolvente. A capacidade transformadora do turismo está, desde logo, patente, por exemplo, nas mudanças ocorridas ao nível da morfologia e, por vezes, das características identitárias dos territórios; nos processos de refuncionalização territorial, assentes na atribuição de novas funcionalidades às áreas existentes e, portanto, no surgimento de novas formas socioespaciais; assim como na reconfiguração do padrão de interações e relações sociais. Para tal, muito contribuem as variações no fluxo de turistas, induzidas pela livre circulação de pessoas, mas, também, de bens e capitais, alterando as dinâmicas características de um dado território numa lógica espacio-temporal.

O turismo, incluindo as dinâmicas que com ele se relacionam e a partir dele se desenvolvem, incutem, portanto, um novo modo de perspetivar a realidade em que os indivíduos se inserem, estimulando o surgimento de novas representações e conceções sobre a envolvente que os rodeia.

Assumindo a forma de um estudo de caso, este projeto pretendeu, precisamente, identificar e analisar o espectro de atuação das principais mudanças induzidas pelo turismo nos últimos anos, averiguando de que forma essas mudanças impactaram a identidade social e de lugar, mais concretamente, a influência exercida sobre os elementos identitários locais, tais como as dinâmicas relacionais entre residentes e turistas, o património cultural e edificado, e o sentimento de pertença.

Os principais resultados, decorrentes da análise de conteúdo dos testemunhos fornecidos através das entrevistas, comprovaram que, em termos gerais, a atividade turística que se tem vindo a desenvolver na vila da Ericeira, predominantemente relacionada com uma tipologia de turismo e de turista específica, direcionada para a prática de desportos de ondas, especialmente o surf, tem sido responsável por diversas transformações com impacto na dinâmica territorial local do ponto de vista sociocultural, socioeconómico, político-administrativo, ambiental e físico. Mais concretamente, os entrevistados destacam mudanças na cultura e nos hábitos locais, referindo, igualmente, a proliferação dos estabelecimentos de AL, predominando os conceitos de hostel, guesthouse e surf camp, em detrimento da modalidade de arrendamento de casas para férias; e a abertura de mais estabelecimentos de diversão noturna. Outras alterações são também referidas, designadamente o enfraquecimento da lógica tradicionalista e centralista do comércio e as opções alternativas e diferenciadas em termos gastronómicos. No primeiro caso, as grandes superfícies comerciais de venda a retalho, embora ligeiramente afastadas do centro da vila, têm feito notar, cada vez mais, a sua presença, desempenhando, atualmente, um papel de relevo no tecido económico. Esta presença, sobretudo no que aos grandes grupos económicos diz respeito, é perceptível, também, no ramo do alojamento turístico. No segundo caso, verifica-se, paralelamente aos pratos típicos da vila, associados ao peixe e marisco frescos, uma aposta na diversificação e diferenciação gastronómica, que tem compreendido a oferta de outras opções baseadas nas preferências de um target turístico específico, ou seja, turistas mais jovens, adeptos de uma filosofia de vida saudável e descontraída, que se definem por gostos próprios, e, em termos gerais, por um baixo poder socioeconómico. Estas mudanças evidenciam uma preocupação, por parte dos agentes ativamente envolvidos no planeamento turístico, em encetar esforços no sentido de alinhar a oferta com a procura, por forma a atrair a atenção do referido target e servir, adequadamente, as suas necessidades e expetativas, ao mesmo tempo que retratam o elevado nível de influência desta atividade na dinâmica territorial local, contribuindo para alterar o modo como a realidade envolvente é perspectivada e fomentando formas alternativas de interpretação dessa realidade.

A par das referidas alterações, a realidade turística que caracteriza a Ericeira é, igualmente, responsável pelo crescimento da urbanização, bem como do fluxo e do movimento populacional que se têm vindo a observar na vila e que deixaram de constituir um fenómeno sazonal, verificando-se ao longo de todo o ano, embora mantendo a elevada incidência nos meses de verão. A este respeito, a perceção de que a capacidade de carga turística da vila se esgota facilmente é unânime.

Considerando a necessidade urgente de melhorar a capacidade de absorção do território relativamente à quantidade de turistas e de carros que recebe, nomeadamente através da organização, preparação e gestão do respetivo espaço físico, os entrevistados reconhecem que, para tal, deve ser avaliado o perímetro total da Ericeira sob pena de, no futuro, não existir capacidade disponível e se assistir a uma situação de segregação territorial.

Todavia, a sua popularidade enquanto destino turístico, aliada a fatores como as boas acessibilidades, que atenuam a sua localização periférica e potenciam a posição geográfica central, a curta distância a que se situa da capital portuguesa, a diversidade de serviços oferecidos e o facto de ser uma vila à beira-mar plantada contribuem para que a preferência pela Ericeira assuma, no caso de alguns turistas, um carácter mais duradouro, acabando por se traduzir na aquisição de habitação para fins residenciais e, portanto, no aumento de residentes estrangeiros.

Em termos gerais, as transformações produzidas pelo turismo decorrem de inúmeros impactos, quer positivos quer negativos, com influências diversas nos planos sociocultural, socioeconómico, político-administrativo, ambiental e do espaço físico. No caso concreto da vila da Ericeira, estes impactos também têm vindo a ser percecionados pelos seus residentes, que manifestam, naturalmente, uma preocupação acrescida, sobretudo face aos efeitos dos impactos negativos. No plano sociocultural, o turismo tem contribuído para a dinamização local, estimulando e incentivando a produção de um ambiente dinâmico, animado, com energia e movimento; a multiculturalidade, promovendo o encontro e a partilha de experiências entre indivíduos de culturas diferentes e possuindo valores, gostos e histórias de vida distintas; e o aumento da qualidade dos serviços prestados. Estes resultados cruzam-se, aliás, com os resultados de algumas das investigações realizadas em torno dos impactos positivos do turismo, que reforçam a relevância associada ao conhecimento sobre outras culturas e à melhoria na qualidade dos serviços como os efeitos mais satisfatórios do desenvolvimento turístico. Por outro lado, é referido o surgimento de situações de vandalismo e de conflito, ocorridas quer no interior de estabelecimentos de AL quer no espaço público exterior; o consumo de álcool e drogas, que culminam num sentimento de insegurança generalizado, a que acrescem, ainda, práticas de gentrificação, motivadas pela oportunidade de rentabilizar edifícios para fins turísticos e que até então eram utilizados para fins residenciais, aumentando, posteriormente, os valores das rendas, que deixam de estar acessíveis a todos. Contudo, os impactos negativos do turismo estendem-se ao excesso populacional e à limitação de ofertas no mercado do arrendamento.

Ao nível socioeconómico, o turismo tem representado um estímulo à economia local, potenciando a criação de emprego e o desenvolvimento de oportunidades de negócio, sobretudo associadas ao surf enquanto modalidade desportiva predominante na vila. Porém, a dinâmica turística influenciou negativamente o preço dos bens e serviços, o que se traduziu no aumento do custo de vida para a população local, verificando-se, igualmente, alguma especulação no ramo imobiliário. Estes resultados são suportados por outras investigações, que, do mesmo modo, reportam o aumento do preço dos produtos, o aumento do custo de vida e o aumento do preço das casas como os impactos negativos mais sentidos pelas comunidades locais, em virtude do desenvolvimento da atividade turística.

Na vertente político-administrativa, o turismo tem desempenhado um papel facilitador ao nível da divulgação da Ericeira enquanto destino turístico, permitindo alargar o alcance da sua popularidade além-fronteiras. Neste âmbito, o turismo surge como um elemento impulsionador da definição de políticas, por parte do Município, orientadas para o desenvolvimento e crescimento da atividade turística na vila, procurando, desta forma, apresentar a Ericeira como um ativo estratégico valioso na atração e captação de turistas de várias partes do Mundo. Porém, o interesse em criar condições agradáveis de convívio e permanência no espaço público sobrepõe-se, por vezes, à organização lógica e ordenada desse espaço. É o que acontece, por exemplo, com as esplanadas de alguns cafés e pastelarias da vila, que se encontram dispostas em plena via pública e, conjuntamente com ruas estreitas, dificultam as acessibilidades, quer de pessoas quer de veículos de emergência. Esta situação reforça, assim, a necessidade de definir estratégias direcionadas para a eficaz organização e gestão do espaço físico, considerando, para tal, as especificidades do território como um todo, mas, também, de regulamentar linhas de ação nesse âmbito e de fiscalizar o seu cumprimento.

Do mesmo modo, a ação da atividade turística revela-se fortemente influenciadora ao nível da dimensões ambiental e física. A preservação dos recursos naturais da região, designadamente a proteção das praias e seus ecossistemas, a par da criação de infraestruturas, adequadas à prática de atividade desportiva, e de espaços de lazer ao ar livre, bem como o acesso a melhores equipamentos culturais surgem como os aspetos que os residentes avaliam como positivos. Por outro lado, estes referem que, desde que recebe turistas, a vila está mais suja, condição que atribuem a um certo descuido e desresponsabilização social, agravada pela quantidade insuficiente dos profissionais da Junta de Freguesia que asseguram a recolha de resíduos e a limpeza do espaço público. Além disso, reconhecem que a dinâmica turística tem contribuído para a degradação do património cultural e edificado, destacando outros aspetos negativos, particularmente a excessiva reabilitação urbana, predominantemente orientada para o AL; a

incapacidade de resposta da estrutura de saneamento da vila, que parece não acompanhar o aumento substancial de população, podendo vir a ser necessária uma atualização da capacidade deste tipo de estrutura; e a quantidade insuficiente de parques de estacionamento.

Em termos globais, das tipologias de impactos analisadas, os impactos socioculturais, os impactos socioeconómicos e os impactos ambientais são aqueles que surgem mais vezes referenciados pelos entrevistados, o que denota a importância que estes representam e, simultaneamente, a influência que exercem na qualidade de vida e no bem-estar da população local, comparativamente com as restantes tipologias. No entanto, embora o turismo seja reconhecido como um fenómeno positivo, que contribui, favoravelmente, para a modernização da região, na realidade, são os impactos negativos que possuem uma maior expressividade entre os residentes da vila da Ericeira, sendo sintomático da necessidade de definição e aplicação de eixos de atuação orientados para práticas turísticas sustentáveis.

Pese embora seja reconhecida a inevitabilidade das referidas transformações como parte do desenvolvimento e do progresso, a capacidade transformadora da atividade turística surge igualmente retratada pelos participantes neste estudo como uma preocupação no que concerne à manutenção da essência inerente ao território jagoz. Efetivamente, num quadro de intensificação da atividade turística, a identidade local, compreendendo todos os elementos que a constituem (pessoas, morfologia territorial, instituições, património, valores, crenças, tradições, hábitos e costumes, entre outros), surge como uma das dimensões que maior influência sofre, sujeitando-se a alterações profundas e irreversíveis, o que é demonstrativo da sua capacidade de mutação. Por esse motivo, o estudo sociológico dos processos identitários revela-se fundamental, ainda para mais num contexto globalizador e globalizante, que induz a mudanças profundas e imprevisíveis, influenciando o modo como se vivenciam e percecionam as experiências pessoais, as quais, dependendo da sua natureza e intensidade, contribuem para reforçar a identidade social, fornecendo aos indivíduos uma maior consciência de si e uma maior ligação simbólica e emocional ao lugar.

Apesar da pouca expressividade e interesse que o património cultural da vila suscita no plano turístico, as tradições e atividades de âmbito cultural, tais como as cerimónias religiosas, a comemoração de datas festivas e os festivais gastronómicos, realizam-se como forma de perpetuar a identidade da vila. No que respeita ao património edificado, que representa, igualmente, um elemento identitário da Ericeira, que concorre para a definição do território jagoz enquanto tal, este tem sido alvo de ações de requalificação e de reabilitação que, segundo a perceção dos entrevistados, constituem uma mais-valia, dado que melhoram o aspeto e a imagem da vila, reconhecendo que o turismo incentiva à concretização de tais ações pelo facto

de criar oportunidades de investimento que se revelam economicamente rentáveis. Acreditam, ainda, que as referidas ações possuem um propósito essencialmente turístico, sendo levadas a cabo para atrair e agradar aos turistas.

No entanto, diferentes formas de intervenção podem constituir uma ameaça à identidade territorial, resultando em transformações profundas que podem descaracterizar e desvirtuar o significado e simbolismo associados às áreas edificadas e espaços públicos intervencionados. Como tal, e uma vez que os testemunhos fornecidos no âmbito deste estudo apontam para a perceção de alterações na traça original da vila como consequência das intervenções realizadas, embora sem alterações significativas no sentimento de pertença e de identificação com o lugar, releva-se a necessidade de um planeamento sustentavelmente integrador das diversas componentes do território balizado por uma componente reflexiva e prospetiva dos efeitos que as intervenções podem desencadear. Na ótica do desenvolvimento sustentável do turismo na sua globalidade, o planeamento participativo e colaborativo reveste-se de especial importância, na medida em que procura conjugar os interesses de todas as partes envolvidas no processo, ou seja, poder público, iniciativa privada e comunidade local, e, dessa forma, garantir uma avaliação multidimensional dos efeitos da atividade turística, maximizando os seus benefícios e contribuindo para a promoção do bem coletivo.

Além de constituírem um exemplo prático das intervenções urbanísticas realizadas, os estabelecimentos de AL representam, igualmente, um produto turístico. Como resultado do processo de turistificação, a presença deste tipo de estabelecimentos, mais concretamente hostels e surf camps, tem vindo a intensificar-se na vila, constituindo um dos aspetos que maior controvérsia gera entre a comunidade local. Embora globalmente se verifiquem posicionamentos distintos no que a esta matéria diz respeito, os entrevistados que manifestam discordância face ao surgimento e prevalência destas modalidades de alojamento são claramente predominantes. Para tal, contribui o seu número excessivo, a fiscalização inexistente e o perfil de turistas que albergam. Não obstante reconhecerem que os estabelecimentos de AL existentes na vila possibilitam dar resposta à procura na área do alojamento e contribuem, de alguma forma, para a economia da região, a comunidade local afirma que tanto os hostels como os surf camps são modalidades de alojamento que incentivam ao aparecimento de um turismo de baixa qualidade, dado os preços por elas praticados; e que não cedem espaço à modalidade de arrendamento de casas, uma vez que parte significativa dos imóveis que poderiam servir esse propósito são convertidos em AL. A inflação dos valores praticados no mercado do arrendamento local que daí decorre e as práticas de gentrificação, motivadas pela sobreposição dos interesses económicos aos interesses individuais, alertam para a desigualdade social no

acesso à habitação e a ameaça à preservação do direito à mesma enquanto direito social consagrado universalmente, principalmente no caso de residentes de longa duração e em situação de vulnerabilidade social. Esta situação remete para a necessidade de revisão das políticas públicas habitacionais com foco na efetiva salvaguarda, em termos práticos, dos direitos dos cidadãos, mas, também, da regulamentação dos direitos de exploração de edifícios para finalidades maioritariamente turísticas.

No quadro do aumento excessivo dos estabelecimentos de AL, os quais passaram a ocupar uma parte significativa do território da vila, a implementação, por parte do Município, em momentos diferenciados, da suspensão temporária de registos de novos estabelecimentos de AL e da definição e aprovação de áreas de contenção para a sua instalação foram, na generalidade, bem aceites pela comunidade local. Porém, duas questões foram referidas pelos entrevistados. Por um lado, a necessidade dessas medidas terem sido implementadas numa lógica preventiva ao invés de reativa e, por outro lado, a dúvida acerca do cumprimento integral das mesmas, dado que se continuou a verificar, durante o seu período de vigência, a abertura deste tipo de estabelecimentos, o que, a confirmar-se, traduz uma tendência de comportamento anómica, sintomática da falta de fiscalização e, conseqüentemente, propícia ao aparecimento de cada vez mais estabelecimentos em situação de clandestinidade. É, portanto, fundamental o desenvolvimento de ações de fiscalização que atuem na verificação do cumprimento dos pressupostos inerentes à atividade desenvolvida pelo setor do alojamento turístico.

Em todo o caso, os entrevistados consideram que as estratégias de limitação do número de estabelecimentos de AL deveriam incluir, para além da suspensão de novos registos, uma análise rigorosa, caso a caso, que possibilite avaliar a legitimidade da abertura de novos estabelecimentos.

No entanto, a influência da atividade turística estende-se, igualmente, ao plano das sociabilidades/quadros de interação entre residentes e turistas, possibilitando a criação de novas relações sociais, as quais, em termos da natureza e intensidade dos laços desenvolvidos, podem configurar, por um lado, relacionamentos fortes, duradouros e de proximidade e, por outro lado, relacionamentos deprovidos de significado e de familiaridade. No caso concreto das relações encetadas entre os residentes da vila da Ericeira e os turistas, não só se verifica o desenvolvimento de laços sociais, por vezes duradouros, entre a comunidade local e os turistas como são, igualmente, notórias as combinações que as dinâmicas sociais adquirem, que vão desde os contactos interativos mais formais e superficiais aos contactos interativos mais informais e aprofundados entre ambas as partes. Estas dinâmicas relacionais deixam transparecer a facilidade com que a comunidade local se predispõe à interação social,

desenvolvendo uma relação comunal e próxima com os turistas, ao mesmo tempo que enaltecem o seu lado afável e hospitaleiro, enfim, a sua identidade social.

A identidade, quer social quer local, é, aliás, uma temática transversal a todo o estudo, sob a forma de elementos identitários, numa lógica de mudança ativada pela dinâmica turística. De acordo com a perceção dos residentes, a vila continua a apresentar características únicas que a tornam distinta de outros lugares. Antes da intensificação da atividade turística, era conhecida pela boa vizinhança; pelo convívio agradável entre as pessoas, inclusivamente em contexto turístico; pelo traçado característico e pela construção típica; pela pacatez; pela segurança; pela hospitalidade das suas gentes; pelo cheiro a maresia. Caracterizava-se, também, pela entreajuda e relação comunal entre as pessoas assim como pela boa gastronomia. A natureza destas características realça o princípio da distinção, enquanto parte crucial do processo de identidade, o qual assenta, não somente na noção de características únicas, mas na relação entre o caráter singular de um lugar e o nível de identificação que a comunidade local estabelece em relação a esse lugar. Apesar da Ericeira manter algumas das referidas características, os residentes destacam que a intensificação da atividade turística veio introduzir algumas diferenças, nomeadamente o crescimento demográfico e urbanístico, que se reflete em significativas mudanças no plano arquitetónico e paisagístico.

Não obstante as já referenciadas transformações incutidas pelo turismo, é evidente o orgulho que os residentes nutrem pela vila, um lugar que, segundo eles, se reveste de uma inconfundível beleza natural, possuindo espaços icónicos com forte carga simbólica, como é o caso do Jogo da Bola, do Parque de Santa Marta, do Café Morais, das várias praias, capelas e igrejas. Estes representam espaços de confraternização, associados à infância, às experiências e vivências sociais do passado e do presente, ancorados na noção de que o território, onde estes espaços se inserem, é, inevitavelmente, funcional e simbólico, dada a sua capacidade de concretizar ‘funções’ e produzir significados através da ação dos indivíduos.

As vivências sociais experienciadas pelos indivíduos num dado território não só conferem significado ao lugar como atestam a ligação, o sentimento de apego e a identificação da comunidade local com o mesmo, que podem assumir uma intensidade variável. No que concerne especificamente às vivências do passado, às memórias e recordações, tantas vezes invocadas, estas desempenham um papel de relevo quando se trata de eternizá-las e dar-lhes continuidade numa lógica espaço-temporal, contribuindo, em certa medida, para fortalecer a identidade local. A esta perspetiva encontra-se subjacente o princípio da continuidade, a partir do qual os indivíduos relacionam o passado e o presente, atentando no futuro, e recorrendo ao lugar para elaborarem e documentarem as suas experiências de vida.

No caso da Ericeira, o elevado nível de apego e identificação, bem como a ligação forte que a comunidade local desenvolveu em relação ao lugar são notórios, pelos momentos carregados de simbolismo que os residentes recordam da sua infância passada na vila, das amizades que aí nasceram, das histórias que partilhavam entre si, mas, sobretudo, pela forma como o faziam. Enquanto recordavam esses momentos, tornava-se cada vez mais evidente o sentimento de felicidade e o orgulho que sentiam por pertencerem a este local que caracterizam como sendo único. Porém, em tom nostálgico, afirmam que as consequências inerentes aos impactos negativos da atividade turística impossibilitam que as vivências sociais do passado possam, de alguma forma, ser transpostas para o presente e vividas com a mesma intensidade e o mesmo significado. Não obstante se registar essa impossibilidade, em termos gerais, os residentes da Ericeira avaliam positivamente este lugar, sendo evidente a influência satisfatória que o mesmo exerce na sua auto-estima.

Com base nas percepções dos entrevistados acerca das dimensões em análise, pode-se afirmar que, aquando da realização das entrevistas semiestruturadas, a dinâmica turística da vila caracterizava-se por um aumento significativo de turistas, que se refletia num claro esgotamento da capacidade turística da vila, sendo as infraestruturas existentes, sobretudo ao nível do alojamento, asseguradas por franchisings e cadeias de negócio, uma parte delas baseada em conceitos internacionais, mas, também, pela iniciativa privada, uma vez que outra parte dos estabelecimentos de alojamento existentes resultam de investimentos em nome individual.

Para os entrevistados, os benefícios económicos e sociais que advêm do turismo assentam numa distribuição desigual, pelo facto de se verificar que o investimento dos turistas no alojamento diverge do investimento feito no comércio, ao mesmo tempo que a especulação imobiliária e a inflação motivam o acesso diferenciado à habitação para aqueles que pretendam vir a fixar-se na vila.

Não obstante a necessidade de uma abordagem científica que permita, de forma precisa e fiável, avaliar a fase de ciclo de vida do turismo na Ericeira aquando da aplicação das entrevistas, uma revisitação, ainda que superficial, do modelo de Butler, aliada às características anteriormente mencionadas, indicia a existência de um posicionamento que se situa entre as fases de consolidação e estagnação, na medida em que se verifica a conjugação de características de ambas as fases. Não sendo possível determinar com exatidão o ciclo de vida do turismo no referido período, é certo que a dinâmica turística da vila se alterou, significativamente, em virtude da situação epidemiológica decorrente da COVID-19, o que consubstanciou a existência de um declínio acentuado do fluxo turístico, assistindo-se, na atualidade, a um rejuvenescimento da atividade turística na vila.

Partindo da análise aos testemunhos dos entrevistados, pode-se afirmar que, apesar de reconhecerem o efeito transformador do turismo e nem sempre terem assumido uma posição de concordância face às transformações por ele incutidas, considerando, inclusivamente, algumas delas prejudiciais à manutenção da identidade local, os residentes possuem uma ligação profunda à vila que não se esgota na natureza dos processos e das dinâmicas sociais em curso.

No que concerne aos impactos negativos associados à atividade turística, reforça-se a necessidade de uma aposta efetiva num planeamento integrado, que contemple as perspetivas dos vários stakeholders envolvidos na área do turismo e da comunidade local, e a definição de estratégias e políticas capazes de mitigar, a curto, médio e longo prazo, os efeitos nefastos que as mudanças induzidas pela massificação do turismo têm vindo a assumir em diversos quadrantes do contexto local.

Como referido anteriormente, em virtude do surto epidemiológico de COVID-19, a dinâmica turística da Ericeira alterou-se significativamente, destacando-se, desde logo, uma maior quantidade de turistas nacionais, comparativamente com os turistas estrangeiros. Além disso, evidenciou a relevância do turismo para a sobrevivência dos negócios locais.

Embora ainda não se saiba o que o futuro reserva, a verdade é que alguns sinais de normalidade, ou do ‘novo normal’ como tem vindo a ser designado, vão surgindo gradualmente. A este respeito, e com base naquilo que experienciaram no verão de 2021, em que se verificou, novamente, uma quantidade significativa de turistas estrangeiros muito semelhante àquela que predominava no território antes da pandemia, os entrevistados perspetivam que, a curto prazo, será possível alcançar, em pleno, o fluxo turístico que se sentia, anteriormente, na vila da Ericeira. Consideram, ainda, que a normalidade no que respeita aos níveis do fluxo turístico deve-se à beleza da vila e às condições favoráveis que as suas praias apresentam para a prática do surf, o que reforça a perspetiva dos entrevistados, mencionada no primeiro momento de inquirição, relativamente à importância que a modalidade desportiva desempenha enquanto fator de atratividade turística para a região.

Em termos da operacionalização da retoma da atividade turística, a comunidade local defende que esta deverá ocorrer com precaução e de modo gradual, receando os efeitos indesejáveis associados à massificação do turismo.

Num cenário em que a comunidade local continua a destacar como impactos negativos a ameaça à carga turística da vila e aos hábitos e costumes locais, a par do desassossego, da excessiva presença de estabelecimentos de AL e da incapacidade da rede de saneamento, entre outros, impõe-se uma reflexão em torno dos mesmos com a finalidade de definir estratégias de atuação. A situação epidemiológica veio demonstrar que essa reflexão é tanto mais necessária

quanto maior for a incerteza e indefinição face ao futuro da realidade social da qual somos parte integrante. É, por isso, urgente prever cenários futuros, antecipar o planeamento de referenciais estratégicos, avaliar a sua adequabilidade e pertinência, e operacionalizar a respetiva aplicabilidade em termos práticos.

Se, por um lado, a transmissão da doença originada pelo vírus SARS-CoV-2 lançou as bases para se repensar, debater e valorizar as questões relacionadas com a saúde pública, por outro lado, tem contribuído, igualmente, para uma perceção mais realista da condição de vida de cada um e da valorização crescente da liberdade individual e coletiva, aquela de que os indivíduos dispunham, de forma garantida e praticamente inquestionável, antes da pandemia. Como tal, os entrevistados percebem que a situação epidemiológica não tem representado, contrariamente ao que seria desejável, uma oportunidade para se reavaliar e redefinir o modo como se pensava e fazia turismo.

Considerando de extrema importância o cumprimento efetivo das medidas de proteção sanitárias e respetiva fiscalização, os entrevistados, reforçaram, uma vez mais, a necessidade de se desenvolver, em paralelo, um planeamento conjunto da atividade turística, assente na partilha de opiniões e perceções entre os stakeholders do setor turístico e a comunidade local, no sentido de delinear um conjunto de medidas e estratégias que salvaguardem uma política turística coesa e sustentável para a região. A este respeito, sugerem uma aposta forte na valorização de elementos da identidade local, tais como as tradições, os usos e costumes, e a gastronomia, assim como a execução de propostas direcionadas para a dinamização de eventos culturais e experiências sensoriais relacionadas com essas dimensões. Os entrevistados consideram igualmente fundamental limitar o número de estabelecimentos de AL, de modo a garantir que, contrariamente ao que testemunharam na pré-pandemia, se acautele o direito à habitação para todos, independentemente dos recursos financeiros, enquanto direito consagrado na CRP (2005), e a desencorajar potenciais práticas de gentrificação resultantes da sobrevalorização dos interesses económicos. A par das referidas medidas sugerem, também, intervenções dirigidas ao combate a práticas de especulação imobiliária, à intensificação do crescimento urbanístico de forma desordenada e descontrolada e o reforço da rede de limpeza urbana e recolha do lixo.

Tendo por base os resultados e as conclusões elencadas, este projeto apresenta um conjunto de implicações teóricas e práticas, pretendendo constituir-se como um instrumento capaz de contribuir para um conhecimento teórico e empírico sustentado nas influências exercidas pelo turismo em dimensões características do contexto específico da vila da Ericeira, reveladoras da sua história e da sua essência, nomeadamente a natureza das relações sociais e dos quadros de

interação estabelecidos entre os residentes e os turistas; o património cultural e edificado; e a identidade de lugar e o sentimento de pertença. Para tal, recorreu-se a um referencial teórico assente na articulação entre contribuições autorais distintas, mas complementares, relacionadas com as dimensões de análise mencionadas.

À luz da complementaridade estabelecida entre os contributos teóricos reunidos e os resultados obtidos, este estudo contribui, ainda, do ponto de vista da sua aplicabilidade prática, para a definição e operacionalização de linhas de ação estratégicas direcionadas para o desenvolvimento sustentável da atividade turística, destacando-se, neste âmbito, a intervenção direta do poder governativo local e a fundamental articulação entre stakeholders e comunidade local, ao mesmo tempo que poderá auxiliar no processo de tomada de decisão relacionado com a reformulação ou execução de políticas de turismo ajustadas às características do contexto de estudo. Além disso, promove uma potencial aplicação a outros contextos geográficos e sociais, contribuindo, assim, para estabelecer um quadro comparativo das dinâmicas turísticas e para o enriquecimento da análise sociológica neste domínio.

Para além das implicações teóricas e práticas associadas ao presente estudo, foi possível identificar algumas limitações sentidas no decurso da sua execução, assim como potenciais linhas de investigação futuras que se apresentam de seguida.

A primeira limitação sentida durante a realização do estudo diz respeito à natureza dos dados recolhidos para efeitos da análise sociodemográfica da população residente na Ericeira. Embora tenha sido possível reunir os dados dos Censos 2021, tratam-se de dados preliminares, os quais podem, portanto, vir a sofrer alterações. A dificuldade em encontrar dados relativos à freguesia da Ericeira reflete outra das limitações, uma vez que a maioria dos dados existentes reportam ao Concelho de Mafra, de forma agregada, impossibilitando uma análise mais incisiva sobre uma região específica do concelho. Os poucos dados existentes sobre a Ericeira, em termos de indicadores estatísticos (sociodemográficos, económicos, sociais, entre outros), embora venham referidos em alguns relatórios do município, encontram-se desatualizados, o que remete para a necessidade de informações e dados mais atuais.

Sendo a questão identitária uma das dimensões de análise centrais deste estudo, a reduzida quantidade de estudos teóricos, mas sobretudo empíricos, que conjuguem, de forma integrada, as dimensões do património, das sociabilidades e da identidade local em contexto turístico impossibilitou uma compreensão sistémica e uma sustentação adequada, por intermédio de uma validação cientificamente consolidada, dos princípios norteadores da relação entre o turismo e as referidas dimensões.

O facto de ter sido possível contactar apenas uma pequena parte dos entrevistados para efeitos de realização do segundo momento de inquirição (entrevistas de follow-up), que se justificou, em grande medida, pela indisponibilidade no contacto com alguns deles, revelou-se, igualmente, uma limitação do estudo, na medida em que um maior número de entrevistados permitiria consolidar a análise com base num maior número de testemunhos relacionados com a influência da pandemia na dinâmica turística da vila da Ericeira.

Com base no trabalho desenvolvido ao longo da presente tese, foi possível elencar um conjunto de tópicos cuja análise se considera fundamental para uma compreensão mais aprofundada do fenómeno em estudo e, mais concretamente, da dinâmica turística da vila da Ericeira, podendo representar, portanto, potenciais linhas de investigação futuras.

Numa ótica de continuidade do presente estudo, considera-se pertinente e de grande relevância apostar no desenvolvimento de um conjunto de objetivos de análise cujo resultado final poderá complementar, numa perspetiva conjunta ou individual, os resultados apresentados neste projeto, sugerindo-se, designadamente: (a) encetar uma análise longitudinal da evolução da atividade turística, que permita compreender de modo mais detalhado as características dessa evolução e o modo como o turismo se tem vindo a estruturar ao longo dos últimos anos na vila do ponto de vista económico, cultural e social; (b) proceder a um estudo dos impactos da atividade turística, definindo, para tal, uma tipologia de perfis, tendo em vista uma análise comparada das perceções dos empresários locais, indivíduos com 2.^a habitação e membros do poder local; (c) determinar, cientificamente, o ciclo de vida do turismo do destino turístico, quer seja a Ericeira quer seja outro destino, considerando, para tal, as especificidades da respetiva dinâmica turística e os pressupostos subjacentes ao modelo do ciclo de vida do destino turístico de Butler; (d) avaliar o grau de sustentabilidade da atividade turística, em termos socioespaciais, identificando as principais ameaças para o território como um todo e procurando delinear uma matriz de ação, composta por um conjunto de ações e estratégias capaz de contribuir para um desenvolvimento mais sustentável do turismo; (e) determinar a influência da atividade turística na qualidade de vida da comunidade local, considerando uma abordagem mais inclusiva do desenvolvimento em termos do bem-estar da comunidade, utilizando, por exemplo, as dimensões associadas ao Índice de Desenvolvimento Humano, nomeadamente vida longa e saudável, educação e rendimento/receitas, e indicadores como o bem-estar económico, o bem-estar ambiental e o bem-estar a nível da saúde; e (f) em linha com a questão da sustentabilidade da atividade turística, torna-se, também, pertinente determinar e avaliar, através da aplicação e utilização adequadas de instrumentos e métricas, a efetiva carga de capacidade turística.

Outra linha de investigação futura que poderá ser interessante considerar no âmbito da temática em estudo prende-se com a análise do fenómeno relacionado com a 2.ª habitação na vila da Ericeira, as principais motivações que levam os indivíduos a adquirirem este tipo de residência nesta zona e os impactos daí resultantes para a transformação do território ao nível socioeconómico.

Embora no presente estudo se tenha optado por uma amostra composta por residentes, direta e indiretamente envolvidos no setor do turismo, uma futura investigação poderá, igualmente, contemplar turistas nacionais e estrangeiros, e analisar, numa perspetiva tipológica comparada, as suas perceções face ao destino turístico.

Fontes

- Anúncio n.º 133/2017, de 31 de julho da Direção-Geral do Património Cultural (2017). Diário da República, Série II, n.º 146. <https://files.dre.pt/2s/2017/07/146000000/1586615866.pdf>
- Archeevo – Arquivo Municipal de Mafra (2021). *Escola Primária da Ericeira*. <https://arquivo.cm-mafra.pt/details?id=149759&ht=escola%7cprim%3%a1ria%7cda%7cericeira&detailsType=Description>
- Archeevo – Arquivo Municipal de Mafra (2021a). Postal. Portugal – Ericeira – Largo de Santa Marta. <https://arquivo.cm-mafra.pt/details?id=189570&detailsType=Description>
- Aviso n.º 5807/2014, de 8 de maio do Município de Mafra (2014). Diário da República, 2.ª série, n.º 146. <https://files.dre.pt/2s/2014/07/146000000/1970919709.pdf>
- Blogspot Restos de Coleção (2015, setembro 30). *Casino da Ericeira*. <https://restosdecoleccion.blogspot.com/search?q=casino+ericeira>
- Câmara Municipal de Mafra (s.d.). *Dados Estatísticos Ericeira*.
- CR-Ericeira Produções (s.d.). <https://www.facebook.com/crericeira.producoes/>
- Declaração de Retificação n.º 59-B/2012, de 12 de outubro da Assembleia da República (2012). Diário da República, 1.ª série, n.º 198. <https://files.dre.pt/1s/2012/10/19801/0000500005.pdf>
- Declaração de Retificação n.º 799/2019 do Município de Mafra (2019). Diário da República, 2.ª série, n.º 198. <https://files.dre.pt/2s/2019/10/198000000/0032200327.pdf>
- Decreto-Lei n.º 15/2014, de 23 de janeiro do Ministério da Economia e Inovação (2014). Diário da República, 1.ª série, n.º 16. <https://files.dre.pt/1s/2014/01/01600/0048000505.pdf>
- Decreto-Lei n.º 53/2014, de 8 de abril do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (2014). Diário da República, 1.ª série, n.º 69. <https://files.dre.pt/1s/2014/04/06900/0233702340.pdf>
- Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de março do Ministério da Economia e da Inovação (2008). Diário da República, 1.ª série, n.º 48. <https://files.dre.pt/1s/2008/03/04800/0144001456.pdf>
- Decreto-Lei n.º 63/2015, de 23 de abril do Ministério da Economia (2015). Diário da República, 1.ª série, n.º 79. <https://files.dre.pt/1s/2015/04/07900/0204802049.pdf>
- Decreto-Lei n.º 66/2019, de 21 de maio da Presidência do Conselho de Ministros (2019). Diário da República, 1.ª série, n.º 97. <https://files.dre.pt/1s/2019/05/09700/0252602530.pdf>
- Decreto-Lei n.º 88/2017, de 27 de julho. Diário da República, 1ª série, n.º 144. <https://files.dre.pt/1s/2017/07/14400/0425904260.pdf>
- Decreto-Lei n.º 95/2019, de 18 de julho da Presidência do Conselho de Ministros (2019). Diário da República, 1.ª série, n.º 136. <https://files.dre.pt/1s/2019/07/13600/0003500045.pdf>
- Decreto-Lei n.º 104/2004, de 7 de maio (2004). Diário da República, I Série-A, n.º 107. <https://files.dre.pt/1s/2004/05/107a00/29202929.pdf>
- Decreto-Lei n.º 108/2009, de 15 de maio do Ministério da Economia e da Inovação (2009). Diário da República, 1.ª série, n.º 94. <https://files.dre.pt/1s/2009/05/09400/0303503045.pdf>
- Decreto-Lei n.º 128/2014, de 29 de agosto do Ministério da Economia (2014). Diário da República, 1.ª série, n.º 166. <https://files.dre.pt/1s/2014/08/16600/0457004577.pdf>
- Decreto-Lei n.º 129/77, de 29 de setembro (1977). Diário da República, I Série, n.º 226. <https://files.dre.pt/1s/1977/09/22600/23902396.pdf>
- Decreto do Governo n.º 29/84, de 25 de junho de 1984 da Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Cultura. Diário da República, I Série, n.º 145. <https://files.dre.pt/1s/1984/06/14500/19251928.pdf>
- Decreto-Lei n.º 157/2006, de 8 de agosto (2006). Diário da República, Série I, n.º 152. <https://dre.pt/dre/legislacao-consolidada/decreto-lei/2006-34529275>

Decreto-Lei n.º 161/2006, de 8 de agosto da Presidência do Conselho de Ministros (2006). Diário da República, 1.ª série, n.º 152. <https://files.dre.pt/1s/2006/08/15200/56545657.pdf>

Decreto-Lei n.º 186/2015, de 3 de setembro do Ministério da Economia (2015). Diário da República, 1.ª série, n.º 172. <https://files.dre.pt/1s/2015/09/17200/0694706982.pdf>

Decreto-Lei n.º 204/2000, de 1 de setembro do Ministério da Economia (2000). Diário da República: I Série – A, n.º 202. <https://files.dre.pt/1s/2000/09/202a00/45994605.pdf>

Decreto-Lei n.º 228/2009, de 14 de setembro do Ministério da Economia e da Inovação (2009). Diário da República, 1.ª série, n.º 178. <https://files.dre.pt/1s/2009/09/17800/0628706306.pdf>

Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (2012). Diário da República, 1ª série, n.º 252. <https://files.dre.pt/1s/2012/12/25202/0025500258.pdf>

Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (2009). Diário da República, 1.ª série, n.º 206. <https://files.dre.pt/1s/2009/10/20600/0795607975.pdf>

DGPC (s.d.a). *Atlas do património classificado e em vias de classificação*. <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/georeferenciada/>

Direção-Geral do Território (2021). *Sistema Nacional de Informação Geográfica*. <https://snig.dgterritorio.gov.pt/rndg/srv/por/catalog.search#/map>

Eurostat (2020, agosto 10). *Nights spent at tourist accommodation establishments – monthly data*. https://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?dataset=tour_occ_nim&lang=en

Eurostat (2018, março). *Eurostat metadata*. https://ec.europa.eu/eurostat/cache/metadata/en/tour_occ_esms.htm

INE (2021a). *Censos 2021*. https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=censos21_main&xpid=CENSOS21&xlang=pt

INE (2021b, novembro). *Metainformação. Proveitos totais (€) os estabelecimentos de alojamento turístico*. https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0009813&lingua=PT

INE (2021c, novembro). *Proveitos totais (€) nos estabelecimentos de alojamento turístico por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Tipo (alojamento turístico); Anual*. https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0009878&contexto=bd&selTab=tab2

INE (2021d, agosto). *VAB Gerado Pelo Turismo terá diminuído 48,2% em 2020*. https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=503096103&DESTAQUESmodo=2

INE (2021e, julho). *Dormidas (N.º) nos estabelecimentos de alojamento turístico por Localização geográfica e Local de residência (País – lista reduzida); Anual*. https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0009183&contexto=bd&selTab=tab2&xlang=PT

INE (2021f, setembro). *Taxa líquida (%) de ocupação cama nos estabelecimentos hoteleiros por Localização geográfica (NUTS – 2013) e Tipo (estabelecimento hoteleiro); Anual*. https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008573&contexto=pi&selTab=tab0

INE (2021g, agosto). *Rendimento médio por quarto (RevPAR) (€) dos estabelecimentos hoteleiros por Localização geográfica (NUTS – 2013) e Tipo (estabelecimento hoteleiro); Anual*. https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0005149&selTab=tab0&xlang=pt

INE (2021h, agosto). *Proveitos de aposento (€) nos estabelecimentos de alojamento turístico por Localização geográfica (NUTS – 2013) e Tipo (alojamento turístico); Anual*. https://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0009879&contexto=bd&selTab=tab2

Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU). (s.d.). *ARU da Ericeira*. http://www.portaldahabitacao.pt/pt/portal/reabilitacao/ARUs/ARU_paginas/ARUs_Mafra.html#02

Lei n.º 30/2012, de 14 de agosto da Assembleia da República (2012). Diário da República, 1.ª série, n.º 157. <https://files.dre.pt/1s/2012/08/15700/0440004410.pdf>

Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto da Assembleia da República (2012). Diário da República, Série I, n.º 157. <https://files.dre.pt/1s/2012/08/15700/0445204483.pdf>

Lei n.º 42/2017, de 14 de junho da Assembleia da República (2017). Diário da República, 1.ª série, n.º 114. <https://files.dre.pt/1s/2017/06/11400/0299302996.pdf>

Lei n.º 43/2017, de 14 de junho da Assembleia da República (2017). Diário da República, 1.ª série, n.º 114. <https://files.dre.pt/1s/2017/06/11400/0299603007.pdf>

Lei n.º 62/2018, de 22 de agosto da Assembleia da República (2018b). Diário da República, 1.ª série, n.º 161. <https://files.dre.pt/1s/2018/08/16100/0430004312.pdf>

Lei n.º 95-A/2009, de 2 de setembro da Assembleia da República (2009). Diário da República, 1.ª série, n.º 170. <https://files.dre.pt/1s/2009/09/17001/0000200003.pdf>

Lei n.º 106/2003, de 10 de dezembro da Assembleia da República (2003). Diário da República, I Série-A, n.º 284. <https://files.dre.pt/1s/2003/12/284a00/83228324.pdf>

Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro da Assembleia da República (2001). Diário da República: 1.ª Série-A, n.º 209. <https://files.dre.pt/1s/2001/09/209a00/58085829.pdf>

Portaria n.º 9/2018, de 3 de janeiro do Gabinete do Ministro da Cultura (2018). Diário da República, 2.ª série, n.º 2. <https://files.dre.pt/2s/2018/01/002000000/0017600178.pdf>

Portaria n.º 264/2013, de 10 de maio do Ministério da Cultura. Diário da República, 2.ª série, n.º 90. <https://files.dre.pt/2s/2013/05/090000000/1483314834.pdf>

Portaria n.º 303/2019, de 12 de setembro do Ministério das Infraestruturas e da Habitação (2019). Diário da República, 1.ª série, n.º 175. <https://files.dre.pt/1s/2019/09/17500/0013500136.pdf>

Portaria n.º 304/2019, de 12 de setembro do Ministério das Infraestruturas e da Habitação (2019). Diário da República, 1.ª série, n.º 175. <https://files.dre.pt/1s/2019/09/17500/0013700142.pdf>

Regulamento n.º 7/2017, de 3 de janeiro do Município de Mafra (2017b). Diário da República, 2.ª série, n.º 2. <https://files.dre.pt/2s/2017/01/002000000/0027500277.pdf>

Resolução n.º 20/2011, de 23 de março da Presidência do Conselho de Ministros (2011). Diário da República, 1.ª série, n.º 58. <https://files.dre.pt/1s/2011/03/05800/0160701610.pdf>

Resolução n.º 172/2018, de 11 de julho da Assembleia da República (2018). Diário da República, 1.ª série, n.º 132. <https://files.dre.pt/1s/2018/07/13200/0313403134.pdf>

Referências Bibliográficas

- Aelbrecht, P. S. (2016). 'Fourth places': the contemporary public settings for informal social interaction among strangers. *Journal of Urban Design*, 21(1), 124-152.
- Alexander, C., Hajo, N., Artemis, A., & Ingrid, K. (1987), *A New Theory of Urban Design*, Oxford University Press, New York, NY, USA.
- Allen, L. R., Hafer, H. R., Long, P. T., Perdue, R. R., & Kieselbach, S. (1988). The impact of Tourism Development on Residents' Perceptions of Community Life. *Journal of Travel Research*, 27(1), 16-21.
- Almeida, S. (2018, 12 de novembro). Na Ericeira, a onda do surf está a expulsar os residentes. *Público*. <https://www.publico.pt/2018/11/12/local/reportagem/alojamento-ericeira-provisorio-1850520>
- Almeida-García, F., Cortés-Macías, R., & Parzych, K. (2021). Tourism Impacts, Tourism-Phobia and Gentrification in Historic Centers: The Cases of Málaga (Spain) and Gdansk (Poland). *Sustainability*, 13(1), 1-25.
- Alrobaee, T. R., & Al-Kinani, A. S. (2019). Place dependence as the typical environment role function in the place attachment. *IOP Conference Series: Materials Science and Engineering*, 698(3), 1-7. <http://10.1088/1757-899X/698/3/033014>
- Alshenqeeti, H. (2014). Interviewing as a Data Collection Method: A Critical Review. *English Linguistics Research*, 3(1), 39-45.
- Alves, A. (Ed.) (2002), *Recordações da Ericeira e das suas Gentes, 1900-1991* (1ª edição). Mafra: Valente Artes Gráficas.
- Alves, J. L. (1993), *A linguagem dos pescadores da Ericeira*. Lisboa: Assembleia Distrital de Lisboa.
- Alrwajfah, M. M., Almeida-García, F., & Cortés-Macías, R. (2019). Residents' Perceptions and Satisfaction toward Tourism Development: A Case Study of Petra Region, Jordan. *Sustainability*, 11, 1-19.
- Andereck, K. L., & Vogt, C. A. (2000). The relationship between Residents' Attitudes toward Tourism and Tourism Development Options. *Journal of Travel Research*, 39, 27-36. <https://doi.org/10.1177/004728750003900104>
- Andereck, K. L., Valentine, K. M., Knopf, R. C., & Vogt, C. A. (2005). Residents' perceptions of community tourism impacts. *Annals of Tourism Research*, 32(4), 1056-1076. <https://doi.org/10.1016/j.annals.2005.03.001>
- Andereck, K. L., Valentine, K. M., Voigt, C. A., & Knopf, R. C. (2007). A Cross-cultural Analysis of Tourism and Quality of Life Perceptions. *Journal of Sustainable Tourism*, 15(5), 483-502. <https://doi.org/10.2167/jost612.0>
- Andereck, K. L., & Nyaupane, G. P. (2011). Exploring the Nature of Tourism and Quality of Life Perceptions among Residents. *Journal of Travel Research*, 50(3), 248-260. <https://doi.org/10.1177/0047287510362918>
- Andersen, S. M. & Chen, S. (2002). The Relational Self: An Interpersonal Social-Cognitive Theory. *Psychological Review*, 109(4), 619-645.
- Angelo, M. (2008). Rigor and ethics: challenges in qualitative research. *Ciência & Saúde Coletiva*, 13(2), 312-328.
- Anton, C. E., & Lawrence, C. (2014). Home is where the heart is: The effect of place of residence on place attachment and community participation. *Journal of Environmental Psychology*, 40, 451-461.
- Antrop, M. (2004). Landscape change and the urbanization process in Europe. *Landscape and Urban Planning*, 67(1-4), 9-26.

- Anuar, A. N. A., Ahmad, H., Jusoh, H., & Hussain, M. Y. (2012). The Roles of Tourism System towards Development of Tourist Friendly Destination Concept. *Asian Social Science*, 8(6), 146-155.
- Ap, J., & Crompton, J. L. (1998). Developing and Testing a Tourism Impact Scale. *Journal of Travel Research*, 37(2), 120-130.
- Arnold, B. F., Schiff, K. C., Ercumen, A., Benjamin-Chung, J., Steele, J. A., Griffith, J. F., Steinberg, S. J., Smith, P., McGee, C. D., Wilson, R., Nelsen, C., Weisberg, S. B., & Jr., J. M. C. (2017). Acute Illness Among Surfers After Exposure to Seawater in Dry- and Wet-Weather Conditions. *American Journal of Epidemiology*, 186(7), 866-875.
- Asmore, R. D., Deaux, K., & McLaughlin-Volpe, T. (2004). An Organizing Framework for Collective Identity: Articulation and Significance of Multidimensionality. *Psychological Bulletin*, 130(1), 80-114.
- Atieno, O. P. (2009). An analysis of the strengths and limitation of qualitative and quantitative research paradigms. *Problems of Education in the 21st Century*, 13, 13-18.
- Atkinson, J. M., & Heritage, J. (Eds.) (1984). *Structures of Social Action*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Balampanidis, D., Maloutas, T., Papatzani, E., & Pettas, D. (2021). Informal urban regeneration as a way out of the crisis? Airbnb in Athens and its effects on space and society. *Urban Research & Practice*, 14, 223-242.
- Baptista, L. V. (2006). Urbanização, ruralidade e suburbanidade: conceitos e realidades. In Casimiro Balsa (Org.), *Relações Sociais de Espaço – Homenagem a Jean Remy* (pp. 55-66). Lisboa: Edições Colibri/ CEOS – Investigações Sociológicas.
- Barbieri, C., & Sotomayor, S. (2013). Surf travel behavior and destination preferences: An application of the Serious Leisure Inventory and Measure. *Tourism Management*, 35, 111-121.
- Bardin, L. (2008). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Batoré, M. (1998). *A pintura e os pintores da Santa Casa da Misericórdia da Ericeira*. Lisboa.
- Bauman, Z. (1998). *Globalization – The Human Consequences*. UK: Polity Press.
- Belanche, D., Casaló, L. V., & Flavián, C. (2017). Understanding the cognitive, affective and evaluative components of social urban identity: Determinants, measurement, and practical consequences. *Journal of Environmental Psychology*, 50, 138-153.
- Berg, B. L., & Lune, H. (2012). *Qualitative Research Methods for the Social Sciences* (8th edition). USA: Pearson.
- Berger, P. L., & Luckmann, T. (2004). *A Construção Social da Realidade* (2.^a edição). Lisboa: Dinalivro.
- Bernardo, F., & Palma-Oliveira, J. M. (2012). Place Identity: A Central Concept in Understanding Intergroup Relationships in the Urban Context. Em H. Casakin, & F. Bernardo (Eds.), *The Role of Place Identity in the Perception, Understanding and Design of Built Environments* (pp. 35-46). Bentham Science Publishers.
- Bessière, J. (1998). Local Development and Heritage: Traditional Food and Cuisine as Tourist Attractions in Rural Areas. *Sociologia Ruralis*, 38(1), 21-34.
- Bhandari, K. (2008). Touristification of cultural resources. A case study of Robert Burns. *Tourism: An International Interdisciplinary Journal*, 56(3), 283-293.
- Bødker, M., & Browning, D. (2013). Tourism Sociabilities and Place: Challenges and Opportunities for Design. *International Journal of Design*, 7(2), 19-30.
- Botinas, L. de A. (2019). *Impacto do Alojamento Local na Reabilitação Urbana e Arrendamento* [Dissertação de mestrado, Universidade de Coimbra]. Estudo Geral - Repositório Científico da Universidade de Coimbra. <https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/86769/1/Tese%20Final.pdf>
- Bourdieu, P. (1983). *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero.

- Bourdieu, P. (1997). *Razões Práticas. Sobre a teoria da ação*. Oeiras: Celta Editora.
- Boussaa, D. (2018), Urban Regeneration and the Search for Identity in Historic Cities. *Sustainability*, 10(1), 1-16. <http://doi.org/10.33907su10010048>
- Bożętko, B. (2013). Wolin Island, tourism and conceptions of identity. *Journal of Marine and Island Cultures*, 2(1), 1-2. <https://doi.org/10.1016/j.imic.2013.03.001>
- Braun, V., & Clarke, V. (2021). To saturate or not to saturate? Questioning data saturation as a useful concept for thematic analysis and sample-size rationales. *Qualitative Research in Sport, Exercise and Health*, 13(2), 201-216. <http://doi.org/10.1080/2159676X.2019.1704846>
- Breakwell, G. M. (2015). *Coping with threatened identities*. Psychology Press.
- Brunt, P., & Courtney, P. (1999). Host Perceptions of Sociocultural Impacts. *Annals of Tourism Research*, 26(3), 493-515.
- Brygola, E. (2011). The Threatened Identity: An Empirical Study. *Psychology of Language and Communication*, 15(1), 63-88. <http://doi.org/10.2478/v10057-011-0004-2>
- Bryman, A. (2012). *Social research methods* (4ª edição) Oxford: Oxford University Press.
- Buckley, R.(2002). Surf Tourism and Sustainable Development in Indo-Pacific Islands – The Industry and the Islands. *Journal of Sustainable Tourism*, 10(5), 405-424.
- Bujdosó, Z., Dávid, L., Tözsér, A., Kovács, G., Major-Kathi, V., Uakhitova, G., Katona, P., & Vasvári, M. (2015). Basis of heritagization and cultural tourism development, *Procedia – Behavioral and Social Sciences*, 188, 307-215.
- Bull, A. (1992). *The Economics of Travel and Tourism*. Melbourne: Pitman.
- Butler, R. (1980). The Concept of a Tourist Area Cycle of Evolution: Implications for Management of Resources. *Canadian Geographer*, 24(1), 5-12.
- Butler, R. (2015). The evolution of tourism and tourism research. *Tourism Recreation Research*, 40(1), 16-27.
- Câmara Municipal de Mafra (s.d.a). *Conselho Municipal de Turismo de Mafra*. <https://www.cm-mafra.pt/pages/843>
- Câmara Municipal de Mafra (s.d.b). *Mafra Requalifica*. https://www.cm-mafra.pt/p/mafra_requalifica
- Câmara Municipal de Mafra (2006). *Carta Educativa*. <https://www.cm-mafra.pt/pages/699>
- Câmara Municipal de Mafra (2013, janeiro). *Mafra Notícias*. <https://www.cm-mafra.pt/cm-mafra/uploads/document/file/2337/janeiro2013.pdf>
- Câmara Municipal de Mafra (2014). *M – Boletim da Câmara Municipal de Mafra*. https://www.cm-mafra.pt/cm-mafra/uploads/document/file/2340/mafra2_1_0.pdf
- Câmara Municipal de Mafra (2015, junho). *Boletim Municipal*. https://www.cm-mafra.pt/cm-mafra/uploads/document/file/2341/jornal_mafra_site_web.pdf
- Câmara Municipal de Mafra (2015a). Reabilitação Urbana é Prioridade. https://www.cm-mafra.pt/cm-mafra/uploads/document/file/2341/jornal_mafra_site_web.pdf
- Câmara Municipal de Mafra (2016). *Ericeira: World Surfing Reserve*. Mafra: Câmara Municipal de Mafra.
- Câmara Municipal de Mafra (2016a). *Centro de Interpretação da Reserva Mundial de Surf da Ericeira*. https://www.cm-mafra.pt/cm-mafra/uploads/document/file/2328/boletim_julho2016_site.pdf
- Câmara Municipal de Mafra (2018, dezembro). *Taxa municipal turística em vigor*. https://www.cm-mafra.pt/pages/1144?news_id=62
- Câmara Municipal de Mafra (2018a), *Novas regras sobre o Regime Jurídico da exploração dos estabelecimentos de alojamento local - Município de Mafra*. https://www.cm-mafra.pt/pages/1129?news_id=88

- Câmara Municipal de Mafra (2018b, julho). *Programa Estratégico de Reabilitação Urbana da ARU da Ericeira*. https://www.cm-mafra.pt/cm-mafra/uploads/document/file/381/oru_eric_peru_0_programa.pdf
- Câmara Municipal de Mafra (2018c, julho). *Programa Estratégico de Reabilitação Urbana da ARU da Ericeira. Anexo II – Fichas de Projetos Estruturantes*. https://www.cm-mafra.pt/cm-mafra/uploads/document/file/404/oru_eric_peru_anexoii_fich_proj_estrut.pdf
- Câmara Municipal de Mafra (2020). *Descubra a Reserva Mundial de Surf da Ericeira!*. https://www.cm-mafra.pt/pages/1144?news_id=1154
- Campos, J. C., & Murtinho, V. (2017). O passado em permanente construção. O património em transformação. O caso da Universidade de Coimbra – Alta e Sofia Património Mundial. *Cadernos de Geografia*, (36), 63-75. https://doi.org/10.14195/0871-1623_36_5
- Canavan, B. (2015). Marketing a tourism industry in late stage decline: The case of the Isle of Man. *Cogent Business & Management*, 2(1), 1-15.
- Cañizares, S. M. S., Tabales, J. M. N., & García, F. J. F. (2014). Local residents' attitudes towards the impact of tourism development in Cape Verde. *Tourism & Management Studies*, 10(1), 87-96.
- Cañizares, S. M. S., Canalejo, Castillo, A. M., & Tabales, J. M. N. (2016). Stakeholders' perceptions of tourism development in Cape Verde, Africa. *Current Issues in Tourism*, 19(10), 966-980. <https://doi.org/10.1080/13683500.2015.1008428>
- Carapinha, I. M. (2018). *A perceção e avaliação da Reserva Mundial de Surf da Ericeira: contributos para o Ordenamento do Território* [Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa]. RUN – Repositório da Universidade Nova de Lisboa. <https://run.unl.pt/handle/10362/62001>
- Cardoso, D., Cura, S., Viana, W., Queiroz, L., & Costa, M. (2017). Espacialidades e ressonâncias do património cultural: reflexões sobre identidade e pertencimento. *GOT – Revista de Geografia e Ordenamento do Território*, (11), 83-98.
- Carmo, R. M. do (2014). *Sociologia dos territórios - Teorias, Estruturas e Deambulações*. Lisboa: Editora Mundos Sociais.
- Carneiro, M. J., Eusébio, C., & Caldeira, A. (2017). The Influence of Social Contact in Residents' Perceptions of the Tourism Impact on Their Quality of Life. : A Structural Equation Model. *Journal of Quality Assurance in Hospitality & Tourism*, 19(1), 1-30. <http://doi.org/10.1080/1528008X.2017.1314798>
- Casado-Díaz, M. A. (1999). Socio-demographic Impacts of Residential Tourism: a Case Study of Torrevieja, Spain. *International Journal of Tourism Research*, (1), 223-237.
- Casanova, J. L. (1995). Uma avaliação conceptual do habitus. *Sociologia - Problemas e Práticas*, (18), 45-68.
- Chamberlain-Salaun, J., Mills, J., & Usher, K. (2013). Linking Symbolic Interactionism and Grounded Theory Methods in a Research Design: From Corbin and Strauss' Assumptions to Action. *SAGE Open*, 3(3), 1-10.
- Chavis, D. M., Wandersman, A. (1990). Sense of Community in the Urban Environment: A Catalyst for Participation and Community Development. *American Journal of Community Psychology*, 18(1), 55-81.
- Chen, S., Boucher, H., & Kraus, M. W. (2011). The Relational Self. Em S. J. Schwartz, K. Luyckx, & V. L. Vignoles (Eds.), *Handbook of Identity Theory and Research* (pp. 149-175). Springer Science & Business Media. <https://doi.org/10.1007/978-1-4419-7988-9>
- Clark, T., Foster, L., & Bryman, Alan (2019). *How To Do Your Social Research Project or Dissertation*. United Kingdom: Oxford University Press.
- Coleman, S., & Crang, M. (Eds.) (2002). *Tourism: Between Place and Performance*. New York: Berghahn Books.

- Colomer, L. (2017). Heritage on the move. Cross-cultural heritage as a response to globalisation, mobilities and multiple migrations. *International Journal of Heritage Studies*, 23(10), 913-927. <https://doi.org/10.1080/13527258.2017.1347890>
- Confraria da Caneja de Infundice (2018). *Estatutos da Confraria da Caneja de Infundice – Ericeira*. <https://confrariadacaneja.pt/estatutos/>
- Constituição da República Portuguesa (2005). *VII Revisão Constitucional*. <https://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>
- Costa, A. F. da (1999). *Sociedade de Bairro* (1ª edição). Oeiras: Celta Editora.
- Cohen, E. (1984). The Sociology of Tourism: Approaches, Issues and Findings. *Annual Review of Sociology*, 10, 373-392.
- Cohen, E. (2008). The Changing Faces of Contemporary Tourism. *Society*, 45(4), 330-333.
- Cruz, T. P. C. (2016). *O impacto do alojamento local na reabilitação urbana em Lisboa*. [Dissertação de Mestrado, Instituto Superior Técnico, Lisboa]. <https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/cursos/ma/dissertacao/1409728525631614>
- Cuadrado-Ciuraneta, S., Durà-Guimerà, A., & Salvati, L. (2017). Not only tourism: unrevalling suburbanization, second-home expansion and “rural” sprawl in Catalonia, Spain. *Urban Geography*, 38(1), 66-89. <http://doi.org/10.1080/02723638.2015.1113806>
- Cushner, K., & Brislin, R. W. (1996). *Intercultural interactions: a practical guide* (2nd edition). Thousand Oaks: Sage.
- Daly, P., Dias, Á., & Patuleia, M. (2021). The Impacts of Tourism on Cultural Identity on Lisbon Historic Neighbourhoods. *Journal of Ethnic and Cultural Studies*, 8(1), 1-25.
- Darbellay, F., & Stock, M. (2012). Tourism as complex interdisciplinary research object. *Annals of Tourism Research*, 39(1), 441-458.
- Dann, G., & Cohen, E. (1991). Sociology and tourism. *Annals of Tourism Research*, 18(1), 155-169. [https://doi.org/10.1016/0160-7383\(91\)90045-D](https://doi.org/10.1016/0160-7383(91)90045-D)
- Daugbjerg, M., & Fibiger, T. (2011). Introduction: Heritage Gone Global. Investigating the Production and Problematics of Globalized Pasts. *History and Anthropology*, 22(2), 135-147.
- Deery, M., Jago, L., & Fredline, L. (2012). Rethinking social impacts of tourism research: A new research agenda. *Tourism Management*, 33(1), 64-73. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2011.01.026>
- Dey, I. (1993). *Qualitative data analysis – A User-Friendly Guide for Social Scientists*. London: Routledge.
- Di Piero, L., Mugion, R. G., & Renzi, M. F. (2018). Heritage and identity: technology, values and visitor experiences. *Journal of Heritage Tourism*, 13(2), 97-103. <https://doi.org/10.1080/1743873X.2017.1384478>
- Direção de Valorização da Oferta do Turismo de Portugal (2021, fevereiro). *Alojamento Local - Regime Jurídico*. Lisboa: Turismo de Portugal. <https://business.turismodeportugal.pt/SiteCollectionDocuments/alojamento-local/guia-alojamento-local-fevereiro-2021-compactado.pdf>
- Direção-Geral do Património Cultural (s.d.). *Classificação de Bens Imóveis e fixação de ZEP*. <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/classificacao-de-bens-imoveis-e-fixacao-de-zep/>
- Direção-Geral do Património Cultural (s.d.a). *Pesquisa de Património Classificado ou em Vias de Classificação – Pesquisa Geral*. <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/>
- Dixon, J., & Durrheim, K. (2000). Displacing place-identity: A discursive approach to locating self and other. *British Journal of Social Psychology*, 39(1), 27-44.

- Doğan, H. Z. (1989). Forms of adjustment: Sociocultural impacts of tourism. *Annals of Tourism Research*, 16(2), 216-236.
- Dolnicar, S., & Fluker, M. (2003). Behavioural market segments among surf tourists: investigating past destination choice. *Journal of Sport & Tourism*, 8(3), 186-196.
- D'Órey, F., Cardoso, A., & Abreu, R. (2019). "Tourist' Sense of Place", An Assessment of the Sense of Place in Tourism Studies: The Case of Portugal. *Academy of Strategic Management Journal*, 18(1), 1-14.
- Dousti, F., Kazemi, A. V., & Behzadfar, Mostafa (2018). A New Reading of Sociable Public Spaces : The Nexus between Urban Design and Microsociology. *Armanshahr Architecture & Urban Development*, 11(22), 39-49.
- Dredge, D., & Hales, R. (2012). Community case study research. Em Larry Dwyer, Alison Gill & Neelu Seetaram, *Handbook of Research Methods in Tourism - Quantitative and Qualitative Approaches* (pp. 417-437). Edward Elgar Publishing.
- Duarte, A. P., & Lima, M. L. (2005). Análise dos conteúdos da identidade associada ao lugar. *Psicologia*, 19(1-2), 193-226. <https://doi.org/10.17575/rpsicol.v19i1/2.403>
- Duarte, M. J. D. (2019). Os «retornados» das ex-colónias portuguesas: representações e testemunhos. Em *Omni Tempore: atas dos encontros da Primavera 2018* (pp. 503-529). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Dunning, D. (2012). The Relation of Self to Social Perception. Em M. R. Leary & J. P. Tangney (Eds.), *Handbook of Self and Identity* (2nd ed., pp. 481-501). New York: The Guilford Press.
- Elden, S. (2005). Missing the point: Globalization, deterritorialization and the space of the world. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 30(1), 8-19.
- Eurich, A. D., Lee E. B., Coburn, J. W., Noffal, G. J., Nguyen, D., Khamoui, A. V., & Uribe, B. P. (2010). Performance Differences Between Sexes in the Pop-Up Phase of Surfing. *Journal of Strength and Conditioning Research*, 24(10), 2821-2825.
- Fan, D. X. F., Qiu, H., Jenkins, C. L., & Lau, C. (2020). Towards a better tourist-host relationship: the role of social contact between tourists' perceived cultural distance and travel attitude. *Journal of Sustainable Tourism*, 1-25. <https://doi.org/10.1080/09669582.2020.1783275>
- Farley, O. R. L., Harris, Nigel K., & Kilding, A. E. (2012). Physiological Demands of Competitive Surfing. *Journal of Strength and Conditioning Research*, 26(7), 1887-1896.
- Featherstone, M., Lash, S., & Robertson, R. (1995) (Eds.). *Global modernities*. London: Sage.
- Fernandes, J. P. M. (2002). Reabilitação Urbana – Experiências Recentes do Programa Polis. *Cidades – Comunidades e Territórios*, (5), 69-79.
- Fernandes, A. (2015). Essay on the valorisation of heritage and cultural identity in waterfront redevelopment processes. *PORTUSplus*, (5), 1-8.
- Fernandes, M. de A. L. (2014). *Surf Camps, a New Model of Lodging: Customer Value, Satisfaction and Behavioral Intentions* [Dissertação de Mestrado , ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório ISCTE. <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/10165/1/SURF%20CAMPS%20DISSERTATION%20%20FINA%20L.pdf>
- Fernandes, A., Sousa, J. F. de, & Salvador, R. (2018). The Cultural Heritage in the Postindustrial Waterfront: A Case Study of the South Bank of the Tagus Estuary, Portugal. *Space and Culture*, 21(2), 170-191.
- Ferreira, I. (2017). O Planeamento e a turistificação dos espaços urbanos - O Caso da Praça do Comércio e da Ribeira das Naus, em Lisboa. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 1(27-28), 399-412.
- Fonseca, M. A. P., & Costa, A. A. (2004). A Racionalidade da Urbanização Turística em Áreas Deprimidas: o espaço produzido para o visitante. *Mercator – Revista de Geografia da UFC*, 3(6), 25-32.

- Frank, M., Zhou, S., Bezerra, P., & Crowley, Z. (2009). Effects of Long-Term Recreational Surfing on Control of Force and Posture in Older Surfers: A Preliminary Investigation. *Journal of Exercise Science & Fitness*, 7(1), 31-38.
- Frank, F. H. (2014). *The Characterization of Surf Tourists in the Algarve* [Dissertação de Mestrado, Universidade do Algarve]. Sapiencia – Repositório da Universidade do Algarve. <https://sapiencia.ualg.pt/bitstream/10400.1/7129/1/Master%20Dissertation%20Fabia%20Frank.pdf>
- Frank, F., Pintassilgo, P., & Pinto, P. (2015). Environmental Awareness of Surf Tourists: A Case Study in the Algarve. *Journal of Spatial and Organizational Dynamics*, 3(2), 102-113.
- Galdini, R. (2007). Tourism and The City: Opportunity for Regeneration. *Tourismos: An Interdisciplinary Journal of Tourism*, 2(2), 95-111.
- García, F. A., Vázquez, A. B., & Cortés-Macías, R. (2015). Residents' attitudes towards the impacts of tourism. *Tourism Management Perspectives*, 13(1), 33-40. <https://doi.org/10.1016/j.tmp.2014.11.002>
- Ghani, N. A., Azmi, N. H., & Puteh, D. A. H. M. A. (2013). The Impact of the Tourism Industry on the Community's Well-being on Langkawi and Redang Islands, Malaysia. *Advances in Natural and Applied Sciences*, 7(3), 276-283.
- Gibbs, G. R. (2014). Using Software in Qualitative Analysis. Em Uwe Flick, *The SAGE Handbook of Qualitative Data Analysis* (pp. 277-294). SAGE.
- Giddens, A. (1991). *Modernity and self-identity: self and society in the late Modern Age*. Cambridge: Polity Press.
- Giddens, A. (2005). *As Consequências da Modernidade*. Oeiras: Celta Editora.
- Goffman, E. (1974). *Les rites d'interaction*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- Goldstein, J., & Elliott, C. (1993). *Designing America: Creating Urban Identity*. New York: Van Nostrand Reinhold.
- Gonçalves, J. R. S., & Contins, M. (2009). A Escassez e a Fartura: Categorias Cosmológicas e Subjetividade nas Festas do Divino Espírito Santo entre Imigrantes Açorianos no Rio de Janeiro. Em M. L. V. de C. Cavalcanti, & J. R. S. Gonçalves (Orgs.), *As Festas e os Dias – ritos e sociabilidades festivas* (pp. 11-35). Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, Ltda.
- Gorjão, S. (1994). *Arte Sacra – Museu da Santa Casa da Misericórdia da Ericeira*. Ericeira.
- Gormsen, E. (1997). *The impact of tourism on coastal areas*. *GeoJournal*, 42(1), 39-54.
- Gould, J., Moore, D., McGuire, F., & Stebbins, R. (2008). Development of the Serious Leisure Inventory and Measure. *Journal of Leisure Research*, 40(1), 47-68.
- Grafmeyer, Y. (1995). *Sociologie Urbaine*. Paris: PUF.
- Green, R. (2005). Community perceptions of environmental and social change and tourism development on the island of Koh Samui, Thailand. *Journal of Environmental Psychology*, 25(1), 37-56.
- Guerra, I. C. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo*. Estoril: Princípia Editora.
- Gu, H., & Ryan, C. (2008). Place attachment, identity and community impacts of tourism – The case of a Beijing hutong. *Tourism Management*, 29(4), 637-647.
- Guillaume, M. (1980). *La politique du patrimoine*. Paris: Editions Galilée.
- Gunn, C.A. (1988). *Tourism Planning*. New York: Taylor & Francis.
- Guo, Y., Zhang, J., Zhang, Y., & Zheng, C. (2018). Examining the relationship between social capital and community residents' perceived resilience in tourism destinations. *Journal of Sustainable Tourism*, 26(6), 973-986. <https://doi.org/10.1080/09669582.2018.1428335>
- Gursoy, D., Jurowski, C., & Uysal, M. (2002). Resident attitudes: A structural modeling approach. *Annals of Tourism Research*, 29(1), 79-105.
- Halbwachs, M. (1990). *A memória coletiva*. São Paulo: Edições Vértice.

- Haldrup, M., & Boerenholdt, J. O. (2015). Heritage as Performance. Em E. Waterton & S. Watson, *The Palgrave Handbook of Contemporary Heritage Research* (pp. 52-64). Palgrave Macmillan.
- Hall, C. M. (1995). *Introduction to tourism in Australia: impacts, planning and development*. Melbourne: Longman.
- Hall, S. (1997) (Ed.). *Representation: cultural representations and signifying practices*. London: Sage Publications.
- Hall, M. C. (2001). Trends in Ocean and Coastal Tourism: The End of The Last Frontier. *Ocean and Coastal Management*, 44(4), 601-618.
- Hall, S. (2005). Whose Heritage? Un-settling the Heritage, Re-imagining the Post-Nation. Em J. Littler and R. Naidoo (Eds.), *The Politics of Heritage: The Legacies of 'Race'* (pp. 21-31). London: Routledge.
- Harner, J. (2001). Place Identity and Copper Mining in Sonora, Mexico. *Annals of the Association of American Geographers*, 91(4), 660-680.
- Harrison, R. (2013). *Heritage:critical approaches*. London: Routledge
- Hay, R. (1998). A Rooted Sense of Place in Cross-Cultural Perspective. *The Canadian Geographer*, 42(3), 245-266.
- Hay, C. S. M., Barton, S., & Sulkin, T. (2009). Recreational Surfing Injuries in Cornwall, United Kingdom. *Wilderness & Environmental Medicine*, 20(4), 335-338.
- Heath, S. C., Rabinovich, A., & Barreto, M. (2017). Putting Identity into the Community: Exploring the Social Dynamics of Urban Regeneration. *European Journal of Social Psychology*, 47(7), 855-866. <https://doi.org/10.1002/ejsp.2296>
- Henriques, C., & Custódio, M. J. (2010). Turismo e Gastronomia: A Valorização do Património Gastronómico na Região do Algarve. *Encontros científicos – Tourism & Management Studies*, (6), 69-81.
- Hermans, H. J. M. (2001). The Dialogical Self: Toward a Theory of Personal and Cultural Positioning. *Culture & Psychology*, 7(3), 243-281. <https://doi.org/10.1177/1354067X0173001>
- Hernández, B., Hidalgo, M. C., Salazar-Laplace, M. E., & Hess, S. (2007). Place attachment and place identity in natives and non-natives. *Journal of Environmental Psychology*, (27), 310-319. <https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2007.06.003>
- Hidalgo, M. C., & Hernández, B. (2001). Place attachment: Conceptual and empirical questions. *Journal of Environmental Psychology*, 21(3), 273-281. <https://doi.org/10.1006/jevp.2001.0221>
- Hofisi, C., Hofisi, M., & Mago, S. (2014). Critiquing Interviewing as a Data Collection Method. *Mediterranean Journal of Social Sciences*, 5(1), 60-64. <https://doi.org/10.5901/mjss.2014.v5n16p60>
- Hovinen, G. R. (2002). Revisiting the destination model. *Annals of Tourism Research*, 22(1), 135-156.
- Inskip, E. (1988). Tourism planning: an emerging specialization. *Journal of the American Planning Association*, 54 (3), 360-376.
- Jaafar, M., Rasoolimanesh, S. M., & Ismail, S. (2017). Perceived sociocultural impacts of tourism and community participation: A case study of Langkawi Island. *Tourism and Hospitality Research*, 17(2), 123-134. <https://doi.org/10.1177/1467358415610373>
- Jabareen, Y., & Eizenberg, E. (2021). Theorizing urban social spaces and their interrelations: New perspectives on urban sociology, politics, and planning. *Planning Theory*, 20(3), 211-230. <https://doi.org/10.1177/1473095220976942>
- Jackson, L. (2008). Residents' perceptions of the impacts of special event tourism. *Journal of Place Management and Development*, 1(3), 240-255. <https://doi.org/10.1108/17538330810911244>

- Jeffres, L. W., Bracken, C. C., Jian, G., & Casey, M. F. (2009). The Impact of Third Places on Community Quality of Life. *Applied Research Quality Life*, (4), 333-345.
- Jie, H., Liangliang, W., & Kiang, H. C. (2012). A Long-Term Tourism Strategy within a Networked Urban Regeneration Process for Historical Quarters. *Ara Journal of Tourism Research*, 3(2), 55-67.
- Jones, S. (2017). Wrestling with the Social Value of Heritage: Problems, Dilemmas and Opportunities. *Journal of Community Archaeology and Heritage*, 4(1), 21-37. <https://doi.org/10.1080/20518196.2016.1193996>
- Johnson, J. D., & Snepenger, D. J. (1993). Application of the tourism life cycle concept in the greater Yellowstone region. *Journal of Society & Natural Resources*, 6(2), 127-148. <https://doi.org/10.1080/08941929309380815>
- Júnior, J. S. C. (1974). *Mini Monografia da Vila da Ericeira*. Ericeira: Junta de Turismo.
- Júnior, J. C. (1994). Prólogo. Em L. M. dos Santos, *Os Sinaleiros do Mar na Ericeira* (1ª ed.). Forum Ericeirense.
- Júnior, J. C. (1995). *Ericeira 50 Anos Depois... Os refugiados estrangeiros da 2ª Guerra Mundial*. Mar de Letras Editora.
- Júnior, J. C. (2000). *Memórias da Ericeira marítima e piscatória – Séc. XIX-XX*. Mar de Letras.
- Júnior, J. C. (2018). *Origens da Caneja de Infundice*. <https://confrariadacaneja.pt/ensaios/>
- Kelbaugh, D. (1997). *Common Place: Toward Neighborhood and Regional Design*. Seattle, WA, USA: University of Washington Press.
- Khakzad, S. (2018). Promoting coastal communities through cultural tourism: the case of fishing communities in Brunswick County, North Carolina. *Journal of Heritage Tourism*, 13(5), 455-471. <https://doi.org/10.1080/1743873X.2017.1391272>
- Kim, J. (2000). Understanding Elements of Local Identity of Place: Physical vs. Personal-Social Attributes. Em L. V. Wells-Bowie (Ed.), *Heterotopolis - Immigration, Ethnicity, and the American City* [Conferência]. 88th ACSA Annual Meeting, Los Angeles, Regal Biltmore.
- King, B., Pizam, A., & Milman, A. (1993). Social Impacts of Tourism – Host Perceptions. *Annals of Tourism Research*, 20, 650-665.
- Kvale, S., & Flick, U. (Ed.). (2007). *Doing Interviews. The SAGE Qualitative Research Kit*. SAGE Publications.
- Lalli, M. (1992). Urban-related identity: Theory, measurement, and empirical findings. *Journal of Environmental Psychology*, 12(4), 285-303. [https://doi.org/10.1016/S0272-4944\(05\)80078-7](https://doi.org/10.1016/S0272-4944(05)80078-7)
- Lankford, S. V., & Howard, D. R. (1994). Developing a Tourism Impact Attitude Scale. *Annals of Tourism Research*, 21(1), 121-139.
- Látková, P., & Vogt, C. (2012). Residents' attitudes toward existing and future tourism development in rural communities. *Journal of Travel Research*, 51(1), 50-67. <https://doi.org/10.1177/0047287510394193>
- Lea, J. (1988). *Tourism and Development in the Third World*. London: Routledge.
- Lee, D. (2016). How Airbnb Short-Term Rentals Exacerbate Los Angeles's Affordable Housing Crisis: Analysis and Policy Recommendations. *Harvard Law and Policy Review*, 10(1), 229-253.
- Lefebvre, H. (2000). *La production de l'espace* (4^{ème} éd.). Paris: Anthropos.
- Leiper, N. (1992). *Whole Tourism Systems: Interdisciplinary Perspectives on Structures, Functions, Environmental Issues and Management* [Tese de Doutorado, Universidade de Massey]. <http://hdl.handle.net/10179/12969>
- Leite, N. K. (2008). *Turismo e Território: Um Estudo sobre a Turistificação de Portimão (Algarve/Portugal) a Partir da Geografia do Turismo* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa]. <http://hdl.handle.net/10451/1727>

- Leite, S. (2012). *Capela de São Sebastião, incluindo o património móvel integrado*. <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/72622>
- Lemos, T. C. (2012). A propósito da produção do território. Sociologia urbana e relações de poder na estruturação do território como representação política e científica. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, XXIII, 51-70.
- Levitt, T. (1965). Exploit the product life cycle. *Harvard Business Review*, 43, 81-94.
- Lewin, F. A. (2001). The Meaning of Home among Elderly Immigrants: Directions for Future Research and Theoretical Development. *Housing Studies*, 16(3), 353-370.
- Lobo e Silva, J. O. (1985). *Anais da Vila da Ericeira – Registo Cronológico de acontecimentos referentes à mesma vila, desde 1229 até 1943*. Mafra: Elo.
- Lobo e Silva, J. O. (1996). *A vida quotidiana na Ericeira nos começos da I República vista através da correspondência de Jaime Lobo e Silva para a “Mala da Europa”*. Mar de Letras Editora.
- Lobo e Silva, J. O. (2016). *Memórias de um Escrivão – Alguns aspetos da vida na Ericeira*. Ericeira: Mar de Letras Editora.
- Lopes, P. (1992). *Signification de Fatima dans une situation d’émigration*. Albufeira: Poseidon.
- Lowenthal, D. (2015). *The past is a foreign country – revisited*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Lopes, P. (2006). Etnicização do espaço e produção de identidade. In Casimiro Balsa (Org.). *Relações Sociais de Espaço – Homenagem a Jean Remy* (pp. 137-152). Lisboa: Edições Colibri/CEOS - Investigações Sociológicas.
- Lopes, I. A. (2006a). O extinto Concelho da Ericeira e os seus forais (1229 e 1513). Transcrição paleográfica, tradução e leitura actualizada. Em Câmara Municipal de Mafra, *Boletim Cultural* (pp. 83-146).
- Low, S. M., & Altman, I. (1992). Place Attachment. A Conceptual Inquiry. Em I. Altman & S. M. Low (Eds.), *Human behavior and environment* (pp. 1-12). New York, NY: Plenum.
- Lowenthal, D. (1985). *The Past is a Foreign Country*. Cambridge: Cambridge University Press.
- LY, M. B. (2018). An application of Butler’s (1980) Tourist Area Life Cycle to Saly (Senegal). *International Journal for Innovation Education and Research*, 6(1), 47-56.
- Manzo, L. C. (2005). For better or worse: Exploring multiple dimensions of place meaning. *Journal of Environmental Psychology*, 25(1), 67-86.
- Marques, A. P. S. (2010). Da Construção do Espaço à Construção do Território. *Fluxos & Riscos*, (1), 75-88.
- Martin, B. S., & Uysal, M. (1990). An examination of the relationship between carrying capacity and the tourism lifecycle: Management and policy implications. *Journal of Environmental Management*, 31, 327-333. [https://doi.org/10.1016/S0301-4797\(05\)80061-1](https://doi.org/10.1016/S0301-4797(05)80061-1)
- Martin, S. A., & Assenov, I. (2012). The genesis of a new body of sport tourism literature: a systematic review of surf tourism research (1997-2011). *Journal of Sport & Tourism*, 17(4), 257-287.
- Marzuki, A. (2011). Resident Attitudes Towards Impacts from Tourism Development in Langkawi Islands, Malaysia. *World Applied Sciences Journal* (Special Issue of Tourism & Hospitality), 12, 25-34.
- Massiani, J., & Santoro, G. (2012). The relevance of the concept of capacity for the management of a tourist destination: theory and application to tourism management in Venice. *Rivista Italiana di Economia Demografia e Statistica*, LXVI(2), 141-156.
- Mead, G. H., & Morris, C. W. (Eds.) (1934). *Mind, Self & Society. From the standpoint of a social behaviorist*. Chicago: The University of Chicago Press.

- McMillan, D. W., & Chavis, D. M. (1986). Sense of Community: A Definition and Theory. *Journal of Community Psychology*, 14(1), 6-23.
- Mehra, A., Kilduff, M., & Brass, D. J. (1998). At the margins: A distinctiveness approach to the social identity and social networks of underrepresented groups. *The Academy of Management Journal*, 1(4), 441-452.
- Mehta, V., & Bosson, J. K. (2010). Third Places and the Social Life of Streets. *Environment and Behavior*, 42(6), 779-805.
- Melo, F. (2018). *A Caneja de Infundice*. <https://confrariadacaneja.pt/a-caneja/>
- Mendez-Villanueva, A., Bishop, D., & Hamer, P. (2006). Activity Profile of World-Class Professional Surfers During Competition: A Case Study. *Journal of Strength and Conditioning Research*, 20(3), 477-482. <https://doi.org/10.1519/16574.1>
- Misztal, B. A. (2003). *Theories of social remembering*. USA: Open University Press.
- Mohajan, H. K. (2018). Qualitative Research Methodology in Social Sciences and Related Subjects. *Journal of Economic Development, Environment and People*, 7(1), 23-48.
- Mohammadi, M., Mohammadi, M., & Mondegar, K. (2018). Heritage Values in the Rehabilitation of Gobe-Sabz, Iran. *Conservation Science in Cultural Heritage*, 18, 83-99. <https://doi.org/10.6092/issn.1973-9494/9228>
- Moniz, A. I. D. de S. A. (1996). *O Turismo nos Açores – Estudo sobre a oferta de alojamento turístico*. Ponta Delgada: Jornal de Cultura.
- Moniz, A. I. A. (2006). *A sustentabilidade do turismo em ilhas de pequena dimensão: o caso dos Açores* [Tese de doutoramento, Universidade dos Açores]. Repositório da Universidade dos Açores. <http://hdl.handle.net/10400.3/208>
- Moreira, C. O. (2018). Portugal as a tourism destination. Paths and trends. *Méditerranée - Revue géographique des pays méditerranéens*, (130), 1-34.
- Moura, A. C. G. (2017). O valor económico do Turismo de Surf na Ericeira [Dissertação de Mestrado, Universidade de Aveiro]. Ria – Repositório institucional da Universidade de Aveiro. <http://hdl.handle.net/10773/23095>
- Mulder, N. (2020). The impact of the COVID-19 pandemic on the tourism sector in Latin America and the Caribbean, and options for a sustainable and resilient recovery. *International Trade Series*, (157), 1-47. Santiago: Economic Commission for Latin America and the Caribbean (ECLAC). <https://www.cepal.org/en/publications/46502-impact-covid-19-pandemic-tourism-sector-latin-america-and-caribbean-and-options>
- Murphy, P. E. (1983). Perceptions and attitudes of decision-making groups in tourism centers. *Journal of Travel Research*, 21(1), 8-12. <https://doi.org/10.1177/004728758302100302>
- Moura, D., Guerra, I., Seixas, J., & Freitas, M. J. (2006). A Revitalização Urbana. Ontributos para a Definição de um Conceito Operativo. *Cidades – Comunidades e Territórios*, (12/13), 15-34. <http://hdl.handle.net/10071/3428>
- Muselaers, M. F. J. (2017). *Touristifying Mouraria – The impacts of touristification and responses of the local community, in Mouraria (Lisbon)* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Utrecht]. Repositório da Universidade de Utrecht. <http://dspace.library.uu.nl/handle/1874/354127>
- Nazli, M., & Musal, R. M. (2018). Surf Tourism Development: Perspectives in Alaçati Surf Spot. *Business & Management Studies: An International Journal*, 6(2), 390-409. <https://doi.org/10.152957bmij.v6i2.254>
- Nilsson, P. Å. (2018). Impact of Cultural Heritage on Tourists. The Heritagization Process. *Athens Journal of Tourism*, 5(1), 35-54.
- Nordin, A. O. S., Ismail, F., & Jamal, N. Y. M. (2020). Impact of Tourism Development on the Quality of Life: A case study of Perhentian Island, Malaysia. *African Journal of Hospitality, Tourism and Leisure*, 9(3), 22-37.

- OCDE (2013). *How's Life? 2013 Measuring Well-Being*. OECD Publishing. <https://doi.org/10.1787/9789264201392-en>
- OCDE (2021). *G20 Rome guidelines for the future of tourism*. OECD Tourism Papers, No. 2021/03, Paris, OECD Publishing. <https://doi.org/10.1787/d11080db-en>
- Oldenburg, R. (1991). *The great good place: cafés, coffee shops, bookstores, bars, hair salons, and other hangouts at the heart of a community*. New York: Marlowe.
- ONU (2010). *International Recommendations for Tourism Statistics 2008*. Studies in Methods, No. 83/Rev. 1, New York. https://unstats.un.org/unsd/publication/Seriesm/SeriesM_83rev1e.pdf#page=21
- ONU (2020). *Human Development Report 2020 – The next frontier. Human development and The Anthropocene*. New York. <http://hdr.undp.org/en/2020-report>
- Oyserman, D., Elmore, K., & Smith, G. (2012). Self, Self-Concept, and Identity. Em M. R. Leary & J. P. Tangney (Eds.), *Handbook of Self and Identity* (2nd ed., pp. 69-104). NY: The Guilford Press.
- O'Brien, D., & Ponting, J. (2013). Sustainable Surf Tourism: A Community Centered Approach in Papua New Guinea. *Journal of Sport Management*, 27(2), 158-172. <https://doi.org/10.1123/jsm.27.2.158>
- Oliveira, J., Roca, Z., & Leitão, N. (2010). Territorial identity and development: From topophilia to terraphilia. *Land Use Policy*, 27(3), 801-814. <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2009.10.014>
- Oliveira, C. (2012, maio). *Zona envolvente do Forte de Milreu*. <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/72846/>
- Oliveira, B. (2020, setembro 28). Retornados. O êxodo da população portuguesa de Angola no pós-Guerra Colonial. *Comunidade, Cultura e Arte*. <https://comunidadeculturaearte.com/retornados-o-exodo-da-populacao-portuguesa-de-angola-no-pos-guerra-colonial/>
- OMT (2018). *European Union Tourism Trends*. Madrid: UNWTO. <https://www.e-unwto.org/doi/book/10.18111/9789284419470>
- OMT (2019). *UNWTO Tourism Definitions*. Madrid: World Tourism Organization. <https://doi.org/10.18111/9789284420858>
- Page, S. J. (2014). *Tourism management: an introduction*. London: Routledge.
- Pennebaker, J. W., & Banasik, B. L. (1997). On the creation and maintenance of collective memories: History as social psychology. Em W. Pennebaker, D. Paez, & B. Rimé (Eds.), *Collective memory of political events: Social Psychological Perspectives* (pp. 3-19). Lawrence Erlbaum Associates, Inc.
- Pereira, A. D. (1998). *O restabelecimento do Concelho da Ericeira: Percorso Histórico desde 1855*. Ericeira: Mar de Letras.
- Pohl, J. (2001). Regional Identity. Em Neil J. Smelser, & Paul B. Baltes, *International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences* (pp. 12917-12922). Pergamon, Elsevier Ltd.
- Ponting, J., & McDonald, M. G. (2013). Performance, Agency and Change in Surfing Tourist Space. *Annals of Tourism Research*, 43, 415-434. <https://doi.org/10.1016/j.annals.2013.06.006>
- Portugal, A. C., Martins, F., Campos, F., & Melo, R. (2017). Caracterização dos Turistas de Surf em Portugal: “Lazer Sério”, comportamentos de viagem e atributos de destino. *Exedra – Revista Científica da Escola Superior de Educação de Coimbra*, 2, 106-124.
- Proshansky, H. M., Fabian, A. K., & Kaminoff, R. (1983). Place Identity: Physical world socialization of the self. *Journal of Environmental Psychology*, 3, 57-83.

- Půtová, B. (2018). Anthropology of Tourism: Researching Interactions between Hosts and Guests. *Czech Journal of Tourism*, 7(1), 71-92. <https://doi.org/10.1515/cjot-2018-0004>
- Quatenaire Portugal (2015). *Revisão do Plano Estratégico de Turismo de Mafra [2015-2020]*. https://www.cm-mafra.pt/cm-mafra/uploads/writer_file/document/1259/plano_estrategico_do_turismo_2015_2020.pdf
- Rakić, T., & Chambers, D. (2012). Rethinking the consumption of places. *Annals of Tourism Research*, 39(3), 1612-1633. <https://doi.org/10.1016/j.annals.2011.12.003>
- Ravitch, S. M., & Carl, N. M. (2021). *Qualitative Research. Bridging the Conceptual, Theoretical and Methodological* (2.^a ed.). SAGE Publications, Inc.
- Reid, D. G. (2019). Tourism planning and tourism impacts (Part I – Tourism impacts). Em Dogan Gursoy & Robin, Nunkoo (Eds.), *The Routledge Handbook of Tourism Impacts. Theoretical and Applied Perspectives* (pp. 23-34). New York: Routledge – Taylor & Francis Group.
- Reis, J. (2005). Uma epistemologia do território. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 13(1), 51-74.
- Reis, M. J. E. dos (1994). Alterações da Geologia e Geomorfologia Costeira da Ericeira nas últimas décadas. Em Manuel J. Gandra (Coord.), *Boletim Cultural '94* (pp. 181-216). Mafra: Câmara Municipal de Mafra.
- Reis, M. da C. (1998). *A Pirataria Argelina na Ericeira do Século XVIII*. Mar de Letras Editora.
- Reis, P., & Jorge, J. P. (2012, novembro 7-9). *Surf tourism: segmentation by motivation and destination choice* [Apresentação de comunicação]. 2nd International Conference on Tourism Recreation, Peniche. <http://hdl.handle.net/10400.8/1044>
- Reisinger, Y., & Park, K. (2009). Community based sustainable tourism: Quality of life as perceived by residents in tourism destinations. *BEST EN Think Tank IX*, 369-375 https://www.besteducationnetwork.org/Papers_Presentations/2526
- Ribeiro, J. C., & Remoaldo, P. C. (2011). Cultural Heritage and Tourism Development Policies – The Case of a Portuguese U.N.E.S.C.O. World Heritage City. Em M. Sarmiento & Á. Matias (Coord.), *Economics and management of tourism: trends and recent developments* (pp. 199-223). Lisboa: Universidade Lusíada. <http://hdl.handle.net/1822/12094>
- Richardson, L. S. (1986). A product life cycle approach to urban waterfronts: The revitalization of Gavelston. *Coastal Zone Management Journal*, 14, 21-46. <https://doi.org/10.1080/08920758609361993>
- Riemer, J. W. (2000). Job relocation, sources of stress, and sense of home. *Community, Work and Family*, 3(2), 205-217. <https://doi.org/10.1080/713658901>
- Riger, S., & Lavrakas, P. J. (1981). Community Ties: Patterns of Attachment and Social Interaction in Urban Neighborhoods. *American Journal of Community Psychology*, 9(1), 55-66. <https://doi.org/10.1007/BF00896360>
- Ritchie, J. R. B. (1988). Consensus policy formulation in Tourism: Measuring Resident Views via Survey Research. *Tourism Management*, 9(3), 199-212. [https://doi.org/10.1016/0261-5177\(88\)90037-4](https://doi.org/10.1016/0261-5177(88)90037-4)
- Rivera, M., Croes, R., & Lee, S. H. (2016). Tourism development and happiness: A residents' perspective. *Journal of Destination Marketing & Management*, 5(1), 5-15. <https://doi.org/10.1016/j.jdmm.2015.04.002>
- Robertson, R. (1992). *Globalization: Social theory and global culture*. London: Sage.
- Robertson, R. (1995). Glocalization: Time-space and homogeneity-heterogeneity. Em M. Featherstone, S. Lash & R. Robertson (Eds.), *Global modernities* (pp. 25-44). London: Sage Publications.

- Robina-Ramírez, R., Sánchez-Oro, M., Cabezas-Hernández, & Calleja-Aldana, M. (2020). Host and Guest Social Exchange in Developing Tourist Sites: The Case of the International Tagus Natural Park. *Sustainability*, 12(18), 1-18. <https://doi.org/10.3390/su12187248>
- Rodrigues, W. (1999). Globalização e Gentrificação. Teoria e empiria. *Sociologia – Problemas e Práticas*, (29), 95-125.
- Roland Berger (2019). *Plano Estratégico de Turismo para a Região de Lisboa 2020-2024. Relatório* final. https://www.lisboa.pt/fileadmin/atuabilidade/noticias/user_upload/Relatorio_Final_Plano_Estrategico-2020-2024_compressed.pdf
- Rosa, A. M. A. (2014). *Os Pelourinhos da Lusitânia (1820-1974). Do Vandalismo Oitocentista à Reabilitação pelo Estado Novo* (Volume 1) [Dissertação de Mestrado, Universidade Aberta]. Repositório Aberto UAB. https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/3468/1/TMEP_Ant%C3%B3nioRosa.pdf
- Santa, E. D., & Tiatco, S. A. (2019). Tourism, heritage and cultural performance: Developing a modality of heritage tourism. *Tourism Management Perspectives*, 31, 301-309.
- Santich, B. (2004). The study of gastronomy and its relevance to hospitality education and training. *Hospitality Management*, 23(1), 15-24. [https://doi.org/10.1016/S0278-4319\(03\)00069-0](https://doi.org/10.1016/S0278-4319(03)00069-0)
- Santos, L. M. dos (1998). *História da Ericeira – Contributos para a História e Toponímia da Ericeira*. Ericeira: Forum Ericeirense, Ericeira.
- Santos, M. A., & Gomes, W. B. (2010). Self Dialógico: Teoria e Pesquisa. *Psicologia em Estudo*, 15(2), 353-361. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722010000200014>
- Santos, N. F. C. P. dos (2014). Infraestruturas viárias e espaço público. O caso de Barcelona entre 1980 e 2007 [Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto]. Repositório Aberto da Universidade do Porto. <https://hdl.handle.net/10216/77005>
- Saumure, K., & Given, L. M. (2008). Data Saturation. Em L. Given (Ed.), *The SAGE encyclopedia of qualitative research methods* (pp. 795-796). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Save the Waves Coalition (s.d.). *Ericeira, Portugal*. <https://www.savethewaves.org/ericeira/>
- Saarinen, J. (2004). ‘Destinations in Change’: The transformation process of tourist destinations. *Tourist Studies*, 4(2), 161-179. <https://doi.org/10.1177/1468797604054381>
- Scannell, L., & Gifford, R. (2010). Defining place attachment: A tripartite organizing framework. *Journal of Environmental Psychology*, 30(1), 1-10. <https://doi.org/10.1016/j.envp.2009.09.006>
- Scarfe, B. E., Healey, T. R., Rennie, H. G., & Mead, S. T. (2009). Sustainable Management of Surfing Breaks: Case Studies & Recommendations. *Journal of Coastal Research*, 25(3), 684-703. <https://doi.org/10.2112/08-0999.1>
- Serpe, R. T., & Stryker, S. (2011). The Symbolic Interactionist Perspective and Identity Theory. Em Seth J. Schwartz, Koen Luyckx, & Vivian L. Vignoles (Eds.), *Handbook of Identity Theory and Research* (pp. 225-248). New York: Springer-Verlag.
- Setton, M. da G. J. (2002). A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. *Revista Brasileira de Educação*, (20), 60-70. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782002000200005>
- Sharma, B., Dyer, P., Carter, J., & Gursoy, D. (2008). Exploring residents’ perceptions of the social impacts of tourism on the Sunshine Coast, Australia. *International Journal of Hospitality & Tourism Administration*, 9(3), 288-311.
- Sharpley, R. (2014). Host perceptions of tourism: A review of the research. *Tourism Management*, 42, 37-49. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2013.10.007>
- Shao, Y., Lange, E., Thwaites, K., & Liu, B. (2017). Defining Local Identity. *Landscape Architecture Frontiers*, 5(2), 24-41. <https://doi.org/10.15302/J-LAF-20170203>

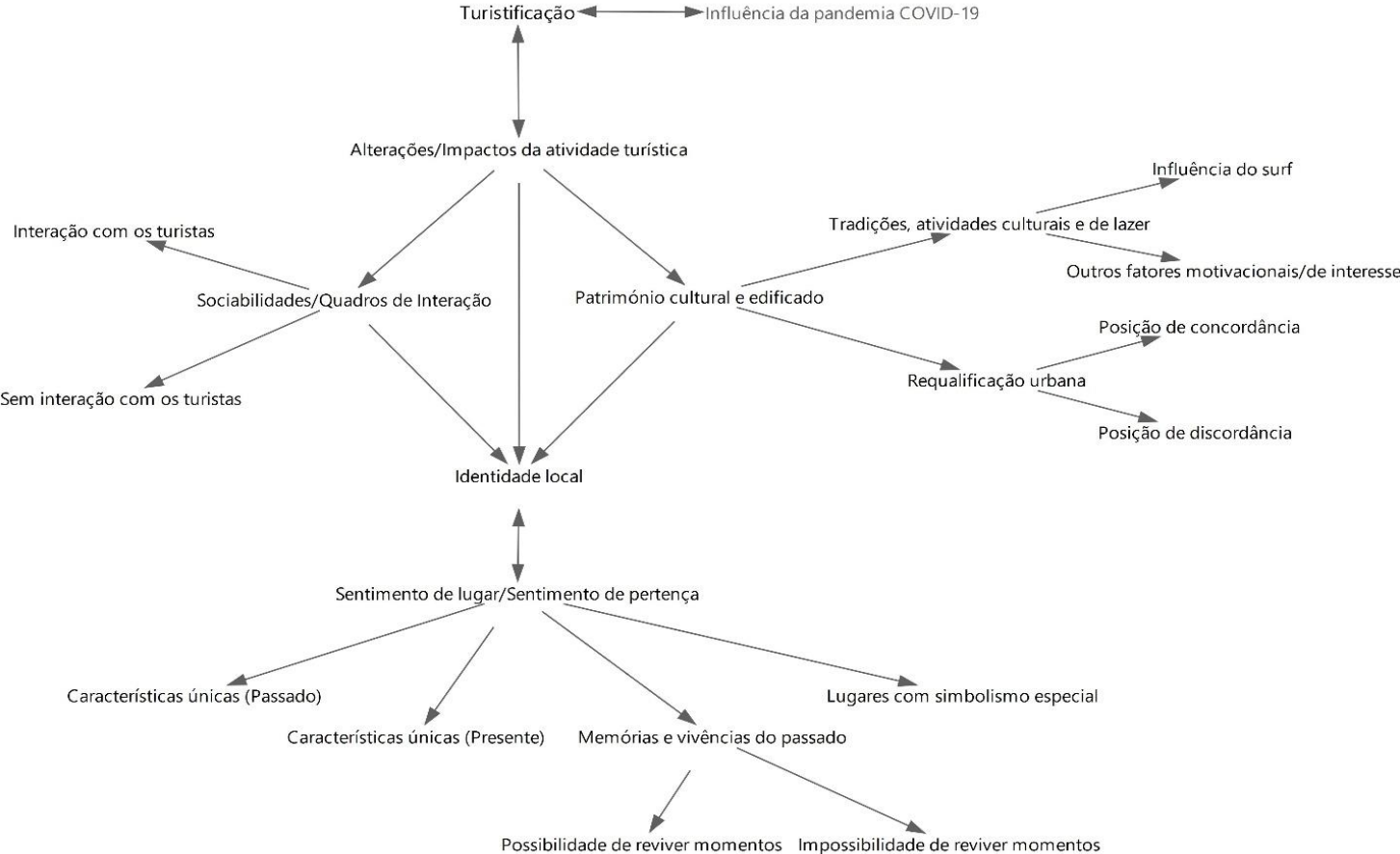
- Sheppard, J. M., Nimphius, S., Haff, G. G., Tran, T. T., Spiteri, T., Brooks, H., Slater, G., & Newton, R. U. (2013). Development of a Comprehensive Performance-Testing Protocol for Competitive Surfers. *International Journal of Sports Physiology and Performance*, 8(5), 490-495. <https://10.1123/ijsp.8.5.490>
- Shi-xu (2005). *A Cultural Approach to Discourse*. New York: Palgrave Macmillan.
- Simmel, G. (1949). The Sociology of Sociability. *American Journal of Sociology*, 55(3), 254-261.
- SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. (s.d.). *Forte de Milreu/Forte de São Pedro*. http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6620
- SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico (s.d.a). *Edifício na Praça da República/Café Arcadas/Posto de Turismo e Centro de Interpretação da Reserva Mundial de Surf da Ericeira*. http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6377
- Silverman, D. (1993). *Interpreting Qualitative Data – Methods for Analysing Talk, Text and Interaction*. SAGE Publications.
- Silverman, D. (2005). *Doing Qualitative Research* (2nd ed.). London: Sage.
- Siviero, A. P. (2006). Os elementos do espaço turístico urbano no processo de planeamento: reflexões teóricas e articulações. *RA'EGA – O Espaço Geográfico em Análise*, (11), 51-59. <https://doi.org/10.5380/raega.v11i0.7747>
- Smith, L. (2006). *Uses of Heritage*. Routledge: New York.
- Sobral, J. M. (1995). Memória e identidades sociais – dados de um estudo de caso num espaço rural. *Análise Social*, XXX, 289-313.
- Sonkoly, G., & Vahtikari, T. (2018). *Innovation in Cultural Heritage Research. For an integrated European Research Policy*. European Commission. <https://doi.org/10.2777/673069>
- Soontayatron, S. (2014). Thais' Coping with Sociocultural Impacts of Tourism Development. *Asia Pacific Journal of Tourism Research*, 19(10), 1228-1238. <https://doi.org/10.1080/10941665.2013.839458>
- Sotomayor, S., & Barbieri, C. (2016). An Exploratory Examination of Serious Surfers: Implications for the Surf Tourism Industry. *International Journal of Tourism Research*, 18(1), 62-73. <https://doi.org/10.1002/jtr.2033>
- Stebbins, R. A. (1982). Serious Leisure: A Conceptual Statement. *The Pacific Sociological Review*, 25(2), 251-272. <https://doi.org/10.2307/1388726>
- Stedman, R. (2002). Toward a social psychology of place: Predicting behavior from place-based cognitions, attitudes, and identity. *Environment and Behavior*, 34(5), 561-581. <https://doi.org/10.1177/0013916502034005001>
- Stedman, R., Beckley, T., Wallace, S., & Ambard, M. (2004). A Picture and 1000 Words: Using Resident-Employed Photography to Understand Attachment to High Amenity Places. *Journal of Leisure Research*, 36(4), 580-606. <https://doi.org/10.1080/00222216.2004.11950037>
- Stets, J. E., & Biga, C. F. (2003). Bringing Identity Theory into Environmental Sociology. *Sociological Theory*, 21, 398-423. <https://doi.org/10.1046/j.1467-9558.2003.00196.x>
- Stokols, D., & Shumaker, S. A. (1981). People in Places: A Transactional View of Settings". Em J. Harvey (Ed.), *Cognition, social behavior, and the environment* (pp. 441-488). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Suntikul, W., Pratt, S., Kuan, W. I, Wong, C. I., Chan, C. C., Choi, W. L., & Chong, O. F. (2016). Impacts of tourism on the quality of life of local residents in Hue, Vietnam. *Anatolia – An International Journal of Tourism and Hospitality Research*, 27(4), 405-420. <https://doi.org/10.1080/13032917.2016.1138234>

- Susen, S. (2014). The Place of Space in Social and Cultural Theory. Em A. Elliott (Ed.), *Routledge Handbook of Social and Cultural Theory* (pp. 333-357). Abingdon, UK: Routledge.
- Tajfel, H. (1972). Social categorization. In S. Moscovici (Ed.). *Introduction à la psychologie sociale* (pp. 272-302). Paris: Larousse.
- Tajfel, H. (1978). *Differentiation between social groups. Studies in the social psychology of intergroup relations*. London, UK: Academic Press.
- Taylor, S. (2010). *Narratives of identity and place*. New York: Routledge.
- Tartaglia, S., & Rossi, M. (2015). The Local Identity Functions in the Age of Globalization: A Study on a Local Culture. *Community Psychology in Global Perspective*, 1(1), 105-121. <https://doi.org/10.1285/i24212113v1i1p105>
- Tavares, J. L. (2008). *Reabilitação Urbana – As Sociedades de Reabilitação Urbana e as Novas Perspetivas na Requalificação de Centros Históricos* [Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa]. http://www.civil.ist.utl.pt/shrha-gdambiente/DM_JT.pdf
- Teixeira, A. G. (2017). *The Sustainability of Surfing Tourism Destinations – A Case Study of Peniche, Portugal* [Dissertação de Mestrado, Instituto Politécnico de Leiria]. IC-Online. <http://hdl.handle.net/10400.8/2179>
- Telo, A. J. (1995). Introdução. Em J. C. J., *Ericeira 50 Anos Depois... Os refugiados estrangeiros da 2ª Guerra Mundial* (1ª ed., pp. 9 – 19). Mar de Letras Editora.
- Terkenli, T. S. (2002). Landscapes of tourism: Towards a global cultural economy of space?. *Tourism Geographies*, 4(3), 227-254. <https://doi.org/10.1080/14616680210147409>
- Tooman, L. A. (1997). Tourism and Development. *Journal of Travel Research*, 35(3), 33-40. <https://doi.org/10.1177/004728759703500305>
- Towner, N., & Davies, S. (2019). Surfing tourism and community in Indonesia. *Journal of Tourism and Cultural Change*, 17(5), 642-661. <https://doi.org/10.1080/14766825.2018.1457036>
- Trentelman, C. K. (2009). Place Attachment and Community Attachment: A Primer Grounded in the Lived Experience of a Community Sociologist. *Society and Natural Resources*, 22(3), 191-210. <https://doi.org/10.1080/08941920802191712>
- Turner, J. C., Hogg, M. A., Oakes, P. J., Reicher, S. D., & Wetherell, M. S. (1987). *Rediscovering the social group. A self-categorization theory*. Oxford, England: Basil Blackwell.
- Twigger-Ross, C. L., & Uzzell, D. L. (1996). Place and Identity Processes. *Journal of Environmental Psychology*, 16(3), 205-220. <https://doi.org/10.1006/jevp.1996.0017>
- Twigger-Ross, C. L., Bonaiuto, M., & Breakwell, G. (2003). Identity theories and environmental psychology. Em M. Bonnes, T. Lee, & M. Bonaiuto (Eds.), *Psychological theories for environmental issues* (pp. 203-233). Aldershot, England: Ashgate.
- Ujang, N. (2012). Place Attachment and Continuity of Urban Place Identity. *Procedia – Social and Behavioral Sciences*, 49, 156-167. <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2012.07.014>
- Uysal, M., Woo, E., & Singal, M. (2012). The Tourist Area Life Cycle (TALC) and Its Effect on the Quality-of-Life (QOL) of Destination Community. Em M. Uysal, R. Perdue, & M. J. Sirgy (Eds.), *Handbook of Tourism and Quality-of-Life Research: Enhancing the Lives of Tourists and Residents of Host Communities* (pp. 423-443). Springer Science. https://doi.org/10.1007/978-94-007-2288-0_25
- UNESCO - World Heritage Centre (2019, julho 10). *Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention*. Paris. <https://whc.unesco.org/en/guidelines/>
- Uzzell, D. L. (1996). Creating place identity through heritage interpretation. *International Journal of Heritage Studies*, 1(4), 219-228. <https://doi.org/10.1080/13527259608722151>

- Vala, J. (2005). A Análise de Conteúdo. Em A. Santos Silva, & J. M. Pinto, *Metodologia das Ciências Sociais* (pp. 101-128). Porto: Edições Afrontamento.
- van de Walle, G. (2008). Durkheim and Socialization. *Durkheimian Studies*, 14(1), 35-58.
- Van Gennep, A. (1960). *The rites of passage*. London: Routledge.
- Vecco, M. (2010). A definition of cultural heritage: From the tangible to the intangible. *Journal of Cultural Heritage*, 11(3), 321-324. <https://doi.org/10.1016/j.culher.2010.01.006>
- Ventura, M. G. (1998). Prefácio. Em A. D. Pereira, *O restabelecimento do Concelho da Ericeira: Percorso Histórico desde 1855* (pp. 11-16). Ericeira: Mar de Letras
- Villanova, R. de (2001). Novas sociabilidades e Miscigenação Urbana. Segregação Social e Territorial – Portugal e França em confronto. *Cidades – Comunidades e Territórios*, (2), 9-18. <http://hdl.handle.net/10071/3338>
- Virtudes, A. (2019). Urban Rehabilitation: A Glimpse from the Spatial Planning Law. *IOP Conference Series: Materials Science and Engineering*, 471, 1-6. <https://doi.org/10.1088/1757-899X/471/8/082032>
- Wijaya, I. N. S., Purnamasari, W. D., & Sitaresmi, D. (2018). Defining place attachment in community base development program for urban settlement – a theoretical review. *IOP Conference Series: Earth and Environmental Science*, 202, 1-8. <https://doi.org/10.1088/1755-1315/202/1/012052>
- Wall, G. (2007). Tourism in the Coastal Zone: Perspectives from Hainan, P.R. China. *The Journal of Regional Analysis & Policy*, 37(3), 193-198.
- Wang, S., & Chen, J. S. (2015). The influence of place identity on perceived tourism impacts. *Annals of Tourism Research*, 52, 16-28. <https://doi.org/10.1016/j.annals.2015.02.016>
- Warf, B. (2011). Teaching Time-Space Compression. *Journal of Geography in Higher Education*, 35(2), 143-161. <https://doi.org/10.1080/03098265.2010.523681>
- Waterton, E., & Watson, S. (Eds.) (2015). *The Palgrave Handbook of Contemporary Heritage Research*. Palgrave Macmillan.
- Wertsch, J. V. (2002). *Voices of Collective Remembering*. Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511613715>
- Wood, R. E. (2000). Caribbean Cruise Tourism: Globalization at sea. *Annals of Tourism Research*, 27(2), 345-370. [https://doi.org/10.1016/S0160-7383\(99\)00073-0](https://doi.org/10.1016/S0160-7383(99)00073-0)
- WTTC (s.d.). *Economic Impact Report*. <https://wttcweb.on.uat.co/Research/Economic-Impact>
- Wu, Z., & Hou, S. (2015). Heritage and Discourse. Em E. Waterton & S. Watson, *The Palgrave Handbook of Contemporary Heritage Research* (pp. 37-48). Palgrave Macmillan.
- yu Park, H. (2010). Heritage Tourism – Emotional Journeys into Nationhood. *Annals of Tourism Research*, 37(1), 116-135.
- Zacariya, K., Harun, N. Z., & Mansor, M. (2014). Spatial Characteristics of Urban Square and Sociability: A review of the City Square, Melbourne. *Procedia – Social and Behavioral Sciences*, 153, 678-688. <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2014.10.099>
- Zhong, L., Deng, J., & Xiang, B. (2008). Tourism development and the tourism area life-cycle model: A case study of Zhangjiajie National Forest Park, China. *Tourism Management*, 29, 841-856. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2007.10.002>

ANEXOS

Anexo A. Modelo de análise



Anexo B. Imagens do património classificado da vila da Ericeira

Anexo B1. Capela ou Ermida de São Sebastião

Situada no largo com o mesmo nome, a Capela de São Sebastião, também conhecida como Ermida de São Sebastião, e o respetivo património móvel integrado foi oficialmente classificado como Monumento de Interesse Público (MIP) em 2018, devido à sua natureza matricial de elevado interesse simbólico e religioso; ao seu intrínseco valor estético, técnico e material; à sua conceção arquitetónica integrada na paisagem da vila; e ao seu significado para a memória coletiva (Portaria n.º 9/2018, de 3 de janeiro, do Gabinete do Ministro da Cultura).

De acordo com os registos literários e documentos oficiais, a capela, reedificada em 1678, apresenta-se, atualmente, como o resultado de uma reconstrução do século XVIII de um pequeno templo que existia, anteriormente, no mesmo local e que datava do século XIII. Esta reconstrução contemplou o acrescento de uma cabeceira que se destinava a servir à eucaristia. A riqueza do seu interior, totalmente revestido a azulejos e possuindo um retábulo-mor em mármore, contrasta com a simplicidade do seu exterior (Ventura, 1998; Leite, 2012).



Anexo B2. Zona envolvente do Forte de São Pedro ou Forte de Milreu

Este forte foi construído entre 1670 e 1675 na sequência da política defensiva decorrente das Guerras de Restauração e por ser considerado, à época, o local que melhor poderia defender o acesso marítimo à Ericeira pelo lado norte e, pela sua proximidade, evitar desembarques na Baía de Ribeira D'Ilhas. Entrou em funcionamento em 1680. Em 1751, o forte apresentava-se num avançado estado de degradação, o que levou à necessidade de obras ao nível dos parapeitos e das guaritas, que se realizaram após o Terramoto de 1755. Dada a fragilidade da estrutura, o estado de degradação agravou-se e em 1806 a fortaleza acabou por ser desmantelada e desguarnecida. Entre 1831 e 1832, este foi finalmente alvo de obras de reparação e voltou a

funcionar como posto defensivo. Nos anos seguintes, o Forte de Milreu degradou-se novamente e em 1940 foram realizadas obras de reestruturação da sua estrutura (Direção-Geral do Património Cultural, s.d.a; SIPA - Sistema de Informação para o Património Arquitectónico, s.d.). Após ter deixado de ser classificado como uma fortificação militar, o que aconteceu em 1941, foram vários os projetos idealizados para ocupação do espaço (casa de chá, pousada, restaurante), embora nenhum deles se tenha concretizado (Oliveira, 2012). Em 1977, foi oficialmente classificado como Imóvel de Interesse Público (IIP)⁶³.



Anexo B3. Pelourinho da Ericeira

Símbolo da antiga e característica organização social de diversos concelhos do país, mas, sobretudo, de autonomia regional e das práticas de tortura levadas a cabo para castigar aqueles que se desviavam das normas e regras sociais, os pelourinhos constituem bens culturais de inquestionável valor histórico e artístico. No entanto, os atos de vandalismo a que foram sujeitos, principalmente durante o século XIX e a primeira década do século XX, refletem a falta de reconhecimento da sua importância e significado, contribuindo para a sua destruição e para a impossibilidade de salvaguardar a maior parte dos seus elementos constituintes (Rosa, 2014).

O Pelourinho da Ericeira constitui, à semelhança de outros pelourinhos espalhados pelo País, um emblema municipal, mas, sobretudo, um símbolo da opressão e da tirania.

Em finais do século XIX, numa época profundamente marcada por excessos republicanos e à semelhança do que sucedeu com outros pelourinhos espalhados pelo País, este pelourinho quinhentista foi alvo de destruição por parte da população local e, conseqüentemente, desmantelado em 1863. Embora a maior parte dos elementos que compõem o Pelourinho da

⁶³Cf. Artigo 2.º, do Decreto n.º 129/77, de 29 de setembro, da Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Educação e Investigação Científica (1977).

Ericeira se tivessem mantido praticamente intactos, os degraus originais perderam-se e tiveram de ser reconstruídos.

Em 1905, o Dr. Eduardo Burnay, Presidente da Câmara à época, ordenou que o pelourinho, que tinha sido apeado e enterrado após a extinção do concelho, com o objetivo de ser destruído, fosse desenterrado e reerguido, tendo sido reinstalado em 1924 por iniciativa local e tendo sofrido intervenções durante a década de 60 (Lobo e Silva, 1985; Ventura, 1998).



Anexo B4. Igreja da Misericórdia

Situada no Largo da Misericórdia, no centro da vila, a Igreja da Misericórdia da Ericeira começou a ser erguida sobre a antiga ermida do Espírito Santo, pouco tempo depois das aprovações régias da Misericórdia e dos respetivos estatutos, que datam de 1695 e de 1697, respetivamente (Batoréo, 1998).

À semelhança do que sucedeu com o processo de criação da Misericórdia, as obras da igreja também foram demoradas. De acordo com os registos literários, em 1723, os trabalhos ainda decorriam na sacristia e só a partir de 1755 se realizou a pintura do edifício (Gorjão, 1994).

A Igreja da Misericórdia foi ampliada e restaurada várias vezes (Ventura, 1998). A sua riqueza e valor estético, técnico e material correspondente, bem como o facto de se tratar de um monumento de elevado testemunho simbólico e religioso foram cruciais para que, em 2013, fosse oficialmente classificado como MIP⁶⁴. Para além desta classificação foi ainda fixada uma

⁶⁴Cf. artigo 1.º da Portaria n.º 264/2013, de 10 de maio, da Presidência do Conselho de Ministros e do Ministério da Cultura (2013).

ZEP na área em torno do edifício, de modo a assegurar o adequado enquadramento arquitetónico, paisagístico e a integração do imóvel na malha urbana⁶⁵.



Anexo B5. Igreja Matriz ou Igreja Paroquial de São Pedro

A Igreja Matriz, também denominada Igreja Paroquial de São Pedro da Ericeira, constituía, em 1446, ano em que surgem as primeiras referências documentais ao edifício, uma ermida de peregrinação de dimensões mais reduzidas do que aquelas que, atualmente, lhe são conhecidas. Pelo facto de ter servido os fins de peregrinação para os quais foi idealizada determinou que ficasse localizada no exterior das muralhas da vila. Um dos elementos caracterizadores do seu interior é o altar-mor em talha dourada, cujo contrato de execução remonta a 1745 (Ventura, 1998).

A necessidade de espaço, decorrente da sua transformação em Igreja Paroquial, motivou a remodelação, ocorrida entre o último quartel do século XVII e o final do século XVIII,



sobretudo ao nível da decoração, na qual predominava o estilo barroco. Porém, a necessidade de espaço que ainda persistiu após a remodelação deu origem a uma segunda remodelação no século XIX (Direção-Geral do Património Cultural, s.d.a). As remodelações não só atribuíram à igreja a sua atual dimensão como lhe conferiram características únicas do ponto de vista arquitetónico.

Em 1984, a Igreja Paroquial de São Pedro foi classificada como IIP⁶⁶.

⁶⁵Cf. artigo 2.º da Portaria n.º 264/2013, de 10 de maio, da Presidência do Conselho de Ministros e do Ministério da Cultura (2013).

⁶⁶Cf. Decreto do Governo n.º 29/84, de 25 de junho da Presidência do Conselho de Ministros e do Ministério da Cultura (1984).

Anexo C. O património natural da vila da Ericeira

As praias da vila da Ericeira que se apresentam em seguida possuem características e significados muito próprios diretamente relacionados com a sua designação.

A Praia do Algodio, também conhecida por Praia do Norte, é limitada, a norte, por um esporão rochoso natural e, a sul, pelo molhe do porto de pesca dispendo de acesso direto ao centro da vila. Sobranceiras a esta praia encontram-se as casas típicas da zona norte da vila da Ericeira (Reis, 1994).

A Praia dos Pescadores, denominada igualmente por Praia da Ribeira, Praia do Peixe ou Praia do Porto de Pesca é a mais histórica praia do concelho pelo facto de ter sido nela que a Família Real Portuguesa embarcou para o exílio no dia 5 de outubro de 1910. A sua designação revela a forte ligação ao passado, mais concretamente à importância estratégica que detinha enquanto porto de pesca (Reis, 1994). Esta praia forma uma baía que protege o areal dos ventos de sul e sudeste, sendo, por isso, muito requisitada durante os meses de verão. A muralha de 25 metros que a delimita, conhecida por Ribas, exerce a função de miradouro, onde é possível observar-se uma grande extensão do Oceano Atlântico.

A Praia do Sul, tal como o seu nome denuncia, localiza-se a sul do aglomerado urbano da vila, sendo acompanhada ao longo da sua extensão de 600 metros por uma calçada pedonal. À semelhança do que sucede na Praia dos Pescadores, a Praia do Sul conta com uma saliência da costa, a designada Ponta de Santa Marta, para diminuir a intensidade dos ventos provenientes de Norte e, como tal, é considerada como uma das praias mais seguras e abrigadas ao longo da costa entre Cascais e Buarcos (Reis, 1994).

As praias de Ribeira d'Ilhas e da Empa são praias com condições privilegiadas para a prática de desportos de mar e, portanto, são muito frequentadas por surfistas e bodyboarders. A elevação da Praia de Ribeira d'Ilhas a RMSE proporcionou-lhe uma significativa notoriedade e prestígio e, desde então, o número de competições nacionais e internacionais que nela têm lugar, assim como o número de veraneantes que a visitam têm aumentado (Câmara Municipal de Mafra, 2016).

Resguardada pela ermida que lhe dá o nome, a Praia de São Sebastião é, à semelhança das anteriores praias, muito procurada para a prática de surf mas também de bodyboard. Possui um Parque Urbano que lhe é contíguo, possibilitando o usufruto de atividade física ao ar livre e um parque de jogos e recreio para crianças, apoiado por um bar/esplanada e lugares de estacionamento (Câmara Municipal de Mafra, 2016).

A Praia do Matadouro, localizada entre a Praia de São Sebastião e a Praia da Empa, tem um areal limitado, sendo frequentada, principalmente, por escolas de surf devido ao tipo de ondas, mais favoráveis à aprendizagem desta modalidade. Situa-se próximo do Parque de Campismo da Ericeira (Câmara Municipal de Mafra, 2016).

Anexo D. Projetos de reabilitação urbana na vila da Ericeira

Em seguida, serão apresentados alguns dos projetos estruturantes contemplados no Programa de Reabilitação Urbana da ARU da Ericeira, elaborado pelo Município de Mafra. Os projetos que se apresentam refletem intervenções ao nível da requalificação, reabilitação, revitalização e de regeneração do edificado e do espaço público.

Anexo D1. Polo Mafra & Ericeira Business Factory

O polo Mafra & Ericeira Business Factory constitui-se como parte de um projeto mais abrangente que consiste numa incubadora municipal e que visa apostar na inovação e na partilha de boas práticas empresariais. Dado localizar-se numa vila de vasta tradição ligada ao mar e à atividade piscatória,mas, também, de elevado potencial turístico, este polo está vocacionado para o desenvolvimento de projetos empresariais ligados às temáticas da economia do mar e do turismo (Câmara Municipal de Mafra, 2018b).

O antigo edifício da Escola Primária da Ericeira foi reabilitado para que nele passasse a funcionar o atual centro de negócios da Ericeira. A proposta de reabilitação incluía a execução de arrumos, cafetaria de apoio aos utilizadores e visitantes, assim como a adaptação do recreio da escola ao novo uso pretendido, passando a funcionar como parque de estacionamento. Por outro lado, as antigas salas de aula e a área de construção do edificado não sofreram alterações (Câmara Municipal de Mafra, 2018b).



Fonte. Archeevo - Arquivo Municipal de Mafra (2021)

Anexo D2. Centro de Interpretação da Reserva Mundial de Surf da Ericeira

O Centro de Interpretação da RMSE “(...) está instalado no edifício centenário, que já acolhia o Posto de Turismo, e que foi objeto de requalificação promovida pela Câmara Municipal de Mafra, tendo sido preservada a traça arquitetónica interior e exterior. A nova valência pretende sublinhar a importância do surf e do turismo para o desenvolvimento social, cultural e económico do Concelho. No âmbito do posto de turismo, localizado no rés-do-chão, o objetivo

da intervenção foi elevar as condições de atendimento e acolhimento ao visitante, complementadas por um surf café, que pretende evidenciar as especificidades gastronómicas da região. (...) A intervenção realizada no edifício foi financiada pela Entidade Regional de Turismo de Lisboa e Vale do Tejo e pela Associação de Turismo de Lisboa, tendo o projeto sido desenhado pela experimentadesign, associação cultural que se constitui como uma unidade de produção nas áreas do design, arquitetura e cultura do projeto” (Câmara Municipal de Mafra, 2016a, p. 10).

As seguintes imagens demonstram o resultado das intervenções de reabilitação e de requalificação levadas a cabo no edifício onde, outrora, funcionaram o Café Arcadas e a Galeria Orlando Morais, esta última sedeada, atualmente, no edifício da Casa de Cultura Jaime Lobo e Silva (Câmara Municipal de Mafra, 2016a, p. 10). Para além da mudança em termos de funcionalidade, acrescentou-se, ainda, ao Posto de Turismo a função de promoção e divulgação dos recursos, ofertas e produtos ligados ao surf (Câmara Municipal de Mafra, 2018b).



Fonte. SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (s.d.a)

Anexo D3. Junta de Freguesia da Ericeira

De modo a implementar uma rede de equipamentos que pudesse dar resposta às necessidades da comunidade, o edifício que em tempos pertenceu à esquadra da PSP (na foto, o edifício em 2014), alberga, atualmente, a Junta de Freguesia da Ericeira. Assim, a proposta de reabilitação do edificado recaiu sobre a conversão do edifício em espaço municipal destinado a serviços, mantendo, contudo, a linguagem arquitetónica e a volumetria características do edifício (Câmara Municipal de Mafra, 2018c).



Fonte. Câmara Municipal de Mafra (2018c)

Anexo D4. Forte de Nossa Senhora da Natividade ou Forte de Nossa Senhora da Boa Viagem

O Forte de Nossa Senhora da Natividade foi edificado em 1670 a norte da Praia do Pescado, à beira da falésia. Chegou, também, a ter a designação de Praça da Ericeira e Forte de Nossa Senhora da Boa Viagem, embora, atualmente, seja conhecido por Forte da Guarda Fiscal devido ao facto de nele se ter instalado em 1892, a pedido do Marechal Gomes da Costa, esta força militar responsável por ações de fiscalização fronteiriça e aduaneira (Ventura, 1998).

Tendo em conta a sua função de proteção e defesa do porto local e da costa dos assaltos de barcos piratas argelinos que se realizavam nos fins do século XVIII, o Forte detinha 5 peças de artilharia e a sua jurisdição compreendia os Fortes de Nossa Senhora de Pena Firme, de Santa Susana, de Santa Maria e o de Milreu, este último localizado também na Ericeira (Lobo e Silva, 1985).

Atualmente, o facto de se encontrar degradado, desocupado e estar classificado como IIP, fez com que a Câmara Municipal de Mafra avançasse com uma proposta de dinamização e reabilitação no âmbito do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana da ARU da Ericeira. Aproveitando a sua centralidade no enquadramento da vila e a posição privilegiada junto à orla costeira, a edificação deverá sofrer alterações de modo a albergar “(...) um Museu do Mar que poderá também instalar um restaurante com comida típica da região.” (Câmara Municipal de Mafra, 2018b, p. 13).



Anexo D5. Mercado Municipal da Ericeira

O ato simbólico que marcou o início da construção do Mercado Municipal da Ericeira foi o lançamento da primeira pedra em 1 de fevereiro de 1932. A sua inauguração ocorreu a 6 de agosto do mesmo ano (Lobo e Silva, 1985).

Considerado um ex-líbris da vila da Ericeira pela variedade de produtos regionais que nele se podem encontrar, incluindo o peixe fresco, a reabilitação e a requalificação do mercado revelaram-se fundamentais perante as condições demonstradas pelo edificado. Com o intuito de melhor o habilitar às necessidades da população foi incluído como um dos projetos estruturantes a executar (Câmara Municipal de Mafra, 2018b).



Anexo D6. Capela de Nossa Senhora da Boa Viagem dos Homens do Mar ou Ermida de Santo António

A capela foi edificada numa plataforma sobranceira à Praia dos Pescadores, tendo sido construída em 1645 e o seu interior revestido a azulejo nesse mesmo ano.

Embora no princípio do século XX a sua demolição tenha sido considerada para efeitos de aproveitamento do espaço para apoio à indústria, na realidade tal não chegou a acontecer (Pereira, 1998).

Anualmente, a capela é palco da festa organizada pelos pescadores locais como forma de homenagem e louvor a Nossa Senhora da Boa Viagem, a sua padroeira (Júnior, 1974).

A Capela de Nossa Senhora da Boa Viagem dos Homens do Mar, incluindo o seu património móvel integrado e o adro, encontra-se em vias de classificação⁶⁷ (Direção-Geral do Património Cultural, s.d.a).



Anexo D7. Largo dos Condes da Ericeira

Trata-se de um espaço público, localizado no centro da Ericeira, que agrega as seguintes funcionalidades: circulação automóvel, estacionamento e circulação pedonal. Na zona Norte do largo encontra-se localizado o Mercado Municipal e na zona Sul a praça de táxis. Nele encontram-se, ainda, diversas habitações multifamiliares. Antes da requalificação funcionava como espaço onde a população se juntava, enquanto, atualmente, constitui uma referência de estacionamento no centro da vila (Câmara Municipal de Mafra, 2018c).



Anexo D8. Capela de Santa Marta ou Capela de Nossa Senhora das Necessidades

A Capela de Santa Marta, também conhecida por Capela de Nossa Senhora das Necessidades, foi construída em 1760 e localiza-se num terreno onde, outrora, se localizou uma povoação

⁶⁷Cf. Anúncio n.º 133/2017, de 31 de julho, da Direção-Geral do Património Cultural (2017).

distinta e separada da Ericeira com a designação de “lugar de Santa Marta” e onde, atualmente, se situa o Bairro de Santa Marta, que ladeia a capela (Lobo e Silva, 2016).

Nele localiza-se, também, o Parque de Santa Marta, que, antigamente, era conhecido como Parque das Águas de Santa Marta ou Termas de Santa Marta, onde, até meados dos anos 40, funcionou “um bom balneário cujos frequentadores obtinham muito bons resultados clínicos”, devido às propriedades mineromedicinais e hipotermiais das suas águas muito procuradas para o tratamento de doenças, nomeadamente linfatismo, gastroenterites, dermatoses e reumatismo (Júnior, 1974, p. 8).



Fonte: Archeevo – Arquivo Municipal de Mafra (2021a)

Anexo D9. Casa de Cultura Jaime Lobo e Silva e Biblioteca Municipal

O Grande Casino da Ericeira só foi uma realidade na vila em 1919, quando o Clube Recreativo Ericeirense, também local de lazer, que recebia os membros da aristocracia e da classe média durante a época balnear, foi extinto e deu lugar ao casino (Lobo e Silva, 1985). Até esta época, existia no mesmo sítio, um conjunto de edifícios que albergavam uma capela aberta ao culto e onde residiam figuras importantes da época, tais como o administrador do Concelho, o vigário e o capitão do porto (Gandra, 1995).

Inaugurado em 1919, o Grande Casino da Ericeira concorria com o Casino do Estoril, que para além da grandeza arquitetónica que ostentava, com interiores de luxo e um restaurante no 1.º andar do edifício, dispunha de roleta, banca francesa e uma grande variedade de outros jogos de fortuna e azar. Além disso, era local de matinés, as quais se realizavam à noite, todos os domingos e quintas-feiras. Porém, a atribuição do monopólio do jogo autorizado ao Casino do Estoril, em 1927, por parte do governo de então, viria a alterar a soberania do casino da Ericeira na zona de Lisboa. Uma vez extinto o jogo autorizado neste casino, o mesmo foi transformado em Cine-Casino da Ericeira, com uma aposta forte nas áreas do cinema e, nos anos 30 e 40, da rádio. O espaço era ainda utilizado na realização de revistas teatrais; serões dançantes,

especialmente durante o verão; espetáculos de Carnaval; e comícios políticos, sobretudo após o 25 de abril de 1974 (Lobo e Silva, 2016).

Contudo, os cafés com televisão que iam surgindo durante a década de 70 e o aparecimento do vídeo no início dos anos 80 contribuíram para o encerramento do Cine-Casino da Ericeira. Como consequência dos anos de inatividade a que ficou sujeito, da falta de conservação e de estruturas suficientemente resistentes desde a sua construção inicial, o edifício foi totalmente demolido e por decisão da Câmara Municipal de Mafra, entidade que adquiriu o imóvel após o seu encerramento, o novo edifício que começou a ser erguido em 1989, preservando os elementos decorativos da fachada principal, deu lugar à Casa de Cultura Jaime Lobo e Silva e à Biblioteca Municipal da Ericeira, que ainda hoje se mantêm (Gandra, 1995).



Fonte. Blogspot Restos de Coleção (2015)

Anexo D10. Bairro dos Pescadores

Representativo da história da vila, sobretudo da sua tradição piscatória, o Bairro dos Pescadores é um bairro antigo que foi construído em três fases (1.^a fase: 1919-1945, 2.^a fase: 1946-1960 e 3.^a fase: 1971-1981) e é composto por habitações familiares com um ou dois pisos (Câmara Municipal de Mafra, 2018c). Desprovido de mobiliário urbano e circuitos pedonais, foi alvo de requalificação de modo a habilitar o seu espaço público de condições dignas de mobilidade e habitabilidade.



Anexo D11. Praça dos Navegantes

A Praça dos Navegantes é um espaço público situado a sul da Ericeira. Para além de permitir a circulação e o estacionamento automóvel concentra alguns estabelecimentos noturnos e interliga-se com diversos espaços de comércio e restauração. Foi regenerado de modo a oferecer melhores condições de mobilidade.



Anexo D12. Largo das Ribas

É um espaço público localizado no centro da vila. A sua proximidade à orla costeira possibilita uma vista panorâmica sobre a Praia dos Pescadores e o Porto de Pesca.

O Largo das Ribas permite a circulação automóvel e o estacionamento limitado de veículos. Representa um espaço propício ao convívio com zonas de estadia, comércio e restauração (Câmara Municipal de Mafra, 2018b). O Largo das Ribas foi revitalizado no sentido de lhe conferir uma maior adequação às funcionalidades a que se propõe enquanto espaço público.



Anexo E. Imagens representativas do património cultural da vila da Ericeira: as festividades religiosas

Anexo E1. Procissão de Nossa Senhora da Nazaré

A Procissão de Nossa Senhora da Nazaré realiza-se na Ericeira de 17 em 17 anos sendo uma tradição religiosa em que a imagem peregrina fica à guarda da paróquia desta localidade durante um ano. Após este período, é entregue a outra paróquia⁶⁸. Durante uma semana, os festejos associados a esta tradição assumem uma grandiosidade religiosa e profana (Lobo e Silva, 1996).

Anexo E2. Festa de Nossa Senhora da Boa Viagem

A Festa de Nossa Senhora da Boa Viagem, também de carácter religioso, realiza-se, anualmente, ao 3.º ou 4.º domingo do mês de agosto, a partir da Praia dos Pescadores, como forma de homenagear os pescadores no desempenho de uma atividade repleta de desafios (Câmara Municipal de Mafra, 2014). À semelhança da Festa de Nossa Senhora da Nazaré, esta celebração atrai milhares de forasteiros à vila (Pereira, 1998).

As seguintes imagens retratam momentos icónicos da referida festividade, mais concretamente a saída de um barco iluminado para o mar, uma das peixeiras naturais da Ericeira a transportar a imagem de Nossa Senhora e os pescadores locais que transportam a sua Padroeira.



Fonte. CR-Ericeira Produções (s.d.)

⁶⁸Esta tradição religiosa, também conhecida por Círio da Prata Grande, não se restringe à paróquia da Ericeira, percorrendo, também, as restantes paróquias do Concelho de Mafra e duas paróquias do Concelho de Sintra, mais concretamente a Paróquia de Montelavar e a Paróquia de São João das Lampas.



Fonte. CR-Ericeira Produções (s.d.)

Anexo E3. Festa de São Vicente e Festa de São Sebastião

A Festa de São Sebastião e a Festa de São Vicente constituem, igualmente, celebrações de caráter religioso, que, embora ainda se festejem, foram perdendo, ao longo do tempo, a essência que as caracterizava. Atualmente, constituem-se como festividades de natureza simbólica com dimensões e características diferentes daquelas que, outrora, lhes eram conhecidas (Pereira, 1998).

Anexo F. Guião da entrevista semiestruturada

ID Entrevistado: _____

Data: _____

1. Caracterização da evolução da atividade turística

1.1. Descreva, por favor, a Ericeira há 20 anos atrás e hoje, enumerando as principais alterações que têm tido lugar ao longo destes anos.

1.2. Na sua opinião, a partir de que ano é que a atividade turística na Ericeira começou a intensificar-se?

1.3. Acha que hoje em dia existe a mesma, menor ou maior quantidade de turistas, comparativamente com o número de turistas que visitavam antigamente a Ericeira?

1.4. Na sua opinião, o número de turistas que visitam atualmente a Ericeira é muito elevado ou acha que a vila tem capacidade para receber ainda mais turistas?

1.5. Acha que o perfil de turistas que hoje visitam a Ericeira tem semelhanças com o perfil de turistas que visitava a Ericeira há alguns anos atrás?

(Caso responda Não) – 1.5.1. O que os diferencia?

(Caso responda Sim) – 1.5.2. Que características têm em comum?

1.6. Com base na sua opinião:

1.6.1. Indique 3 impactos positivos da atividade turística na Ericeira.

1.6.2. Indique 3 impactos negativos da atividade turística na Ericeira.

2. Património Cultural, Natural e Edificado

2.1. Acha que o património cultural e religioso é o único motivo pelo qual os turistas se deslocam à Ericeira?

2.2. O que acha do papel do surf no desenvolvimento da atividade turística?

2.3. Concorda com as requalificações/revitalizações que têm tido lugar na vila?

2.3.1. Acha que as ações de requalificação/revitalização dos edifícios são levadas a cabo para agradar aos turistas ou para aumentar a qualidade de vida dos seus habitantes?

2.4. O que pensa do Alojamento Local na Ericeira?

2.4.1. Concorda com a suspensão de novos registos de Alojamento Local por parte da Câmara Municipal de Mafra para a vila da Ericeira? Porquê?

2.4.2. Acha que esta suspensão é cumprida à risca ou acredita que, mesmo com esta suspensão, haverão novos alojamentos locais a aparecer na Ericeira?

3. Sociabilidades/Quadros de interação

3.1. Costuma falar com os turistas e dar-lhes informações sobre a vila?

(Caso responda Não) – 3.1.1. Por que razão não costuma falar com os turistas?

4. Identidade local

4.1. Considera que, há alguns anos atrás, a Ericeira possuía características únicas que a distinguiam de outras localidades?

(Caso responda Não) – Porquê?

(Caso responda Sim) – Indique, por favor, algumas dessas características.

4.2. E hoje, a Ericeira continua a diferenciar-se de outras localidades?

4.2.1. Que características a diferenciam de outras localidades?

4.3. Tem recordações/memórias do seu passado que estejam intimamente ligadas à Ericeira?

4.3.1. Pode falar-me um pouco dessas recordações/memórias?

4.3.2. Acha que, hoje em dia, conseguiria reviver esses momentos da mesma forma que os vivenciou no passado? Porquê?

4.4. Quais os aspetos da Ericeira de que mais gosta e os aspetos de que menos gosta?

4.5. Se lhe pedisse para me indicar um local (ou vários locais), na Ericeira (uma igreja, uma praia ou outro) com o qual (os quais) mais se identifica e que tem (têm) um significado especial para si, qual (quais) escolheria? Porque razão (ões) escolheu esse(s) local(ais)?

4.6. Atualmente, do que mais sente falta na Ericeira em relação à vivência antiga na vila?

4.7. Apesar das transformações que têm ocorrido nos últimos anos continua a sentir-se como uma pessoa natural da Ericeira com todas as características (pessoais, sociais, culturais, entre outras) que lhe estão associadas?

Dados de caracterização

Sexo: _____

Data de nascimento/Idade: _____

Escolaridade: _____

Situação profissional (trabalhador por conta de outrem/trabalhador por conta própria/desempregado/reformado): _____

Área de atividade profissional (trabalhador por conta de outrem/por conta própria): _____

Estado Civil: _____

Naturalidade: _____

Nacionalidade: _____

Número do agregado familiar: _____

Duração de residência na vila: _____

Anexo G. Dados de caracterização dos entrevistados

ID Entrevistado (Sexo e idade)	Duração de residência	Estado Civil	Nº agregado familiar	Habilitações Literárias	Situação profissional	Área de atividade profissional*
E01.F.80	80 anos	Solteira	1	4º ano	Reformada	
E02.M.64	64 anos	Viúvo	2	12º ano	Reformado	
E03.F.55	55 anos	Casada	3	9º ano	Desempregada	
E04.M.44	30 anos	Casado	2	9º ano	Desempregado	
E05.F.71	71 anos	Casada	2	Licenciatura	Reformada	
E06.F.46	40 anos	Viúva	3	10º ano	Desempregada	
E07.F.49	40 anos	Divorciada	2	6º ano	Trabalhadora por conta de outrem	Atividades de saúde humana e apoio social
E08.F.64	60 anos	Casada	6	12º ano	Reformada	
E09.M.82	80 anos	Casado	3	12º ano	Reformado	
E10.F.73	73 anos	Casada	2	4º ano	Reformada	
E11.M.47	47 anos	Casado	4	Licenciatura	Trabalhador por conta própria	Atividades jurídicas
E12.F.68	68 anos	Divorciada	3	4º ano	Reformada	
E13.M.44	44 anos	Casado	4	Licenciatura	Trabalhador por conta de outrem	Consultoria e programação informática e atividades relacionadas
E14.F.61	61 anos	Casada	3	7º ano	Trabalhadora por conta de outrem	Comércio a retalho
E15.M.75	70 anos	Casado	2	12º ano	Reformado	
E16.F.52	52 anos	Casada	2	4º ano	Trabalhadora por conta de outrem	Administração local
E17.F.31	31 anos	Solteira	3	Licenciatura	Trabalhador por conta de outrem	Comércio a retalho
E18.F.69	69 anos	Casada	2	Licenciatura	Reformada	
E19.M.44	44 anos	Divorciado	3	6º ano	Trabalhador por conta própria	Restauração e similares
E20.F.50	50 anos	Casada	4	Licenciatura	Trabalhadora por conta própria	Alojamento, restauração e similares
E21.F.50	48 anos	Divorciada	3	Doutoramento	Trabalhadora por conta de outrem	Educação

E22_M_67	67 anos	Casado	2	9º ano	Trabalhador por conta própria	Comércio a retalho Alojamento, restauração e similares
E23_F_79	79 anos	Casada	2	4º ano	Reformada	

*Com base na Classificação Portuguesa das Atividades Económicas (Rev. 3 – 2007)

Anexo H. Guião da entrevista de follow-up

1. Antes da pandemia, a Ericeira possuía uma forte ligação ao turismo sendo um destino reconhecido pelo seu forte potencial turístico. Na sua opinião, a Ericeira vai voltar a ter o fluxo turístico que tinha antes da pandemia? Porquê?
2. A manter-se o fluxo turístico que se verificava na Ericeira antes da pandemia, como avalia essa tendência? Acha que é um aspeto positivo e benéfico para a vila e os seus habitantes? Porquê?
3. Sendo a pandemia uma questão de saúde pública, acha que, no futuro, a preferência dos turistas vai passar a recair sobre destinos turísticos que lhes transmitam mais confiança e segurança do ponto de vista sanitário (ou seja, que tenham mais programas de higiene, bom sistema de saúde, boa gestão em contextos de crise, possibilidade de contacto com a natureza, menos afluência de pessoas, menor número de casos covid, entre outras) ou, pelo contrário, as preferências manter-se-ão inalteradas?
4. Tal como aconteceu com a generalidade dos destinos turísticos, a crise epidemiológica que ainda vivemos tem despoletado alterações e reorganizações das dinâmicas associadas à prática turística com impactos significativos, sobretudo ao nível económico. Na sua opinião, de que forma deve ser feita a retoma da normalidade da atividade turística na vila da Ericeira? Que aspetos devem ser assegurados?
5. A ‘reabertura’ da Ericeira ao turismo preocupa-a(o)? Porquê?
6. Na sua opinião, o perfil de turistas que visitam atualmente a Ericeira é distinto daquele que visitava antes da pandemia ou existem semelhanças? Porquê?
7. Antes da pandemia, os dados do turismo mostravam uma evolução francamente positiva do fenómeno turístico. Acha que a pandemia representa uma oportunidade para se refletir e reavaliar os problemas estruturais/impactos negativos do turismo antes da pandemia e de redesenhar/redefinir a indústria turística e a forma como se pensava e fazia turismo? Porquê?
8. Se tivesse a oportunidade de participar na definição de medidas para apoiar, de forma segura, sustentável e eficaz, o regresso da atividade turística, que medidas sugeria que fossem tomadas pela governação local?

Anexo I. Dados de caracterização dos entrevistados (entrevistas de follow-up)

ID Entrevistado (Sexo e idade)	Duração de residência	Estado Civil	Nº agregado familiar	Habilitações Literárias	Situação profissional	Área de atividade profissional*
E03.F.55	55 anos	Casada	3	9º ano	Desempregada	
E04.M.44	30 anos	Casado	2	9º ano	Desempregado	
E07.F.49	40 anos	Divorciada	2	6º ano	Trabalhadora por conta de outrem	Atividades de saúde humana e apoio social
E16.F.52	52 anos	Casada	2	4º ano	Trabalhadora por conta de outrem	Administração local
E23.F.79	79 anos	Casada	2	4º ano	Reformada	

*Com base na Classificação Portuguesa das Atividades Económicas (Rev. 3 – 2007)